

Marlon Duarte Barbosa
Fernanda Gomes Philomeno
Daniele Fernandes Cunha
Organizadores

1ª Edição
IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário
Brasília, 2008

Estudos de
Reordenamento Agrário

5

**GUIA METODOLÓGICO DAS AVALIAÇÕES
DOS PROGRAMAS DA SECRETARIA DE
REORDENAMENTO AGRÁRIO - SRA/MDA**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro

Guilherme Cassel

Secretário-Executivo

Daniel Maia

Consultoria Jurídica

Marcela Albuquerque Maciel

Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração

Jarbas Antonio Ferreira

Secretário de Agricultura Familiar

Adoniram Sanches Peraci

Secretário de Reordenamento Agrário

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Desenvolvimento Territorial

José Humberto Oliveira

Presidente do INCRA

Rolf Hackbart

Diretor do Departamento de Reordenamento Agrário – DRA/SRA

Dino Sandro Borges de Castilhos

Diretor do Departamento de Crédito Fundiário – DCF/SRA

Raimundo da Costa Sobrinho

A importância de avaliar políticas públicas

Marlon Duarte Barbosa

Fernanda Gomes Philomeno

Daniele Fernandes Cunha

**Base Analítica dos Estudos de Impacto do PNCF e PCT –
Os Termos de Referência**

Claudia Romano

Roteiro Metodológico da Avaliação de Impacto do PNCF

Gerd Sparovek

Ludwig A. E. Plata

Sérgio Paganini Martins

Rodrigo Fernando Maule

Rafael Goldszmidt

Diego de Faveri Lima

Roger Augusto de Camargo

André C. Assunção

Metodologia do Estudo de Avaliação de Impacto do PCT

José Maria F.J. da Silveira

Henrique Dantas Neder

Marcelo Marques de Magalhães

Hildo Meirelles de Souza-Filho

Alexandre Gori Maia

Danilo Fiorentino

**Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização
Fundiária no Brasil – Fundamentos Metodológicos e Uni-
verso Amostral**

Flávio Borges Botelho Filho

Amauri Daros Carvalho

Arlindo Gomes Miranda

Análise do Capital Social

Alberto C. G. Costa

Claudia Romano

Ministério do Desenvolvimento Agrário – Secretaria de Reordenamento Agrário

Esta é uma publicação da Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação.

O estudo publicado neste volume diz respeito às metodologias empregadas nas avaliações dos programas da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SRA/MDA.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário (Brasil)

Estudos de Reordenamento Agrário Nº 5 /

Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Reordenamento Agrário, Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

276p. : il.

ISBN 978-85-60236-04-6

1. Patologia Social – Brasil 2. Reforma Agrária - Brasil 3. Crédito Fundiário – Brasil 4. Agricultura Familiar – Brasil 5. Avaliação e Monitoramento - Brasil 6. Metodologia de Pesquisa - Brasil

Organização e Revisão Técnica:

Marlon Duarte Barbosa

Daniele Fernandes Cunha

Fernanda Gomes Philomeno

Produção e Editoração Gráfica

TDA Comunicação

Projeto Gráfico

João Campello

Diagramação

Rael Lamarques

Ilustrações

Thiago Santos

Revisão

Mari Lúcia Del Fiaco

Fotografias

Ubirajara Machado/BP

Tamires Kopp/BP

Tiragem: 500 exemplares

Editora: IICA/MDA/PCT-Crédito Fundiário

Outubro de 2008

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Reordenamento Agrário
Coordenação-Geral de Planejamento,
Monitoramento e Avaliação
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento,
Bl "D", 10º andar, sala 1008.
CEP: 70.057-900
<http://www.mda.gov.br>
e-mail: pma-sra@mda.gov.br

Prefácio

A Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA) tem desenvolvido diversas ações que visam à melhoria das condições de vida dos agricultores familiares, bem como à redução da pobreza rural no Brasil. Com o objetivo de garantir a efetividade dessas ações, tem intensificado cada vez mais o monitoramento e a avaliação de seus programas e políticas, visando ao aperfeiçoamento não apenas de questões que dizem respeito à relação custo-benefício, mas também à focalização do público-alvo e à efetividade das ações no sentido de possibilitar os resultados esperados entre os beneficiários. A intenção é que cada vez mais nossas ações estejam respaldadas por informações precisas e confiáveis acerca do funcionamento e dos resultados dos programas, o que permitirá o melhor planejamento de suas ações.

A avaliação tem sido considerada um instrumento fundamental no processo de gestão, na medida em que oferece informações para tomada de decisão e ajuste de políticas. Nesse sentido, podemos dizer que a avaliação permite não só identificar os resultados de um programa, mas também reconhecer sua viabilidade e, se for o caso, reformular seus objetivos, metas ou atividades, atribuindo maior confiabilidade às políticas públicas. A avaliação torna-se, assim, uma ferramenta de planejamento. Por outro lado, essa também é uma forma de conceder publicidade e transparência às atividades do Governo Federal, fornecendo informações à sociedade acerca dos resultados obtidos pelos programas e permitindo, dessa forma, o controle social por parte dos atores envolvidos.

As avaliações dos programas da SRA têm sido realizadas por diferentes instituições que vêm contribuindo para o alcance de nossos objetivos, principalmente por meio de metodologias elaboradas e consistentes, bem-conceituadas dentro do meio acadêmico.

Este "Guia Metodológico das Avaliações dos Programas da Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA/MDA", que compõe o quinto número da série "Estudos de Reordenamento Agrário", traz uma rica descrição dos processos de realização das avaliações de programas da SRA, desde sua concepção até o delineamento metodológico. O objetivo primordial é compartilhar o conhecimento e incentivar a prática da avaliação de políticas públicas, visando contribuir para a qualidade das ações governamentais.

Adhemar Lopes de Almeida

Secretário de Reordenamento Agrário

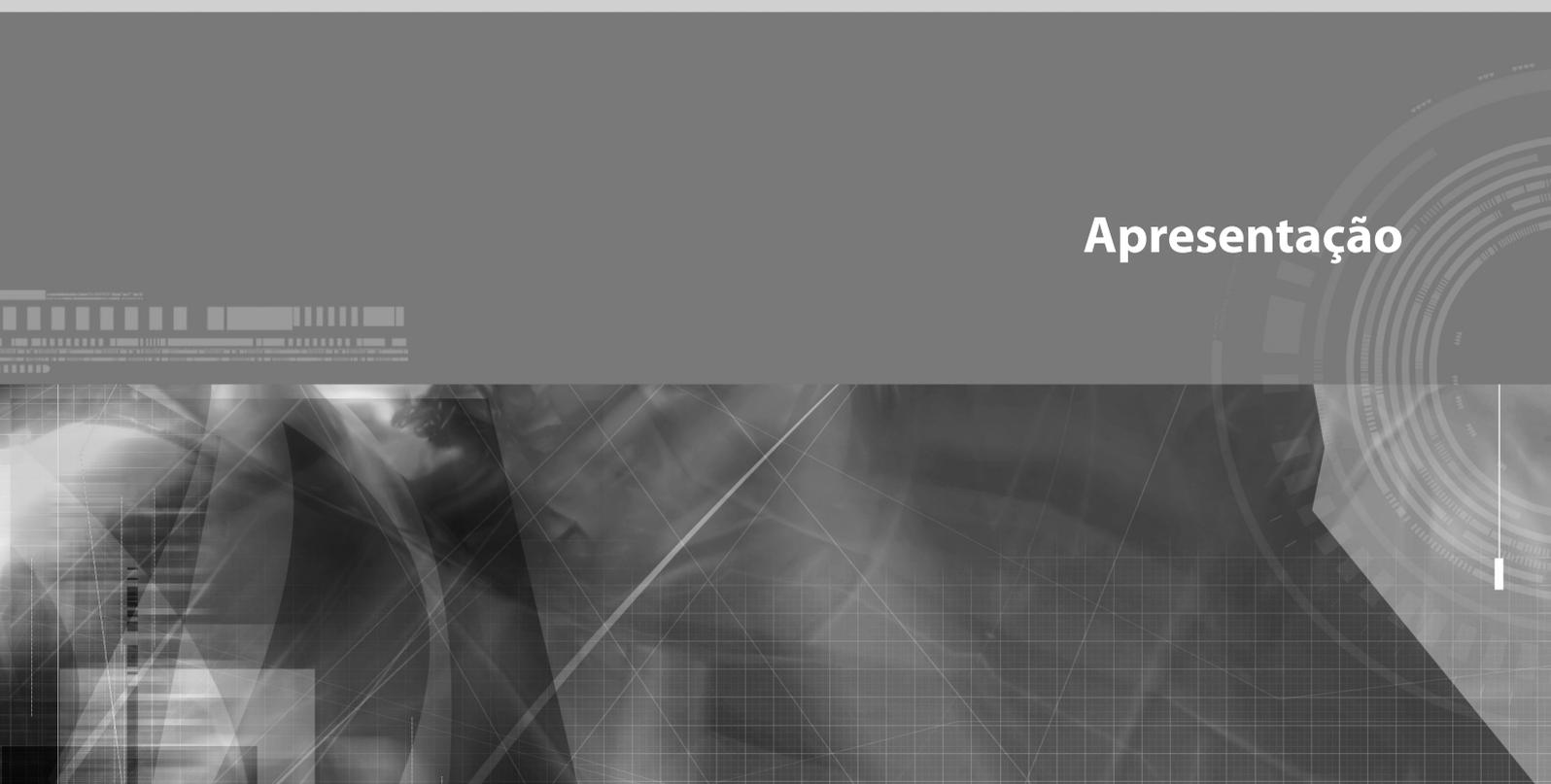
Sumário

Apresentação	13
1 A Importância de Avaliar Políticas Públicas	17
1.1 Avaliação de impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário	18
1.2 Avaliação de impacto do Projeto Cédula daTerra	24
1.3 Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil: perfil de entrada dos agricultores e capacidade operacional das instituições	26
2 Base Analítica dos Estudos de Impacto do PNCF e PCT: Os Termos de Referência	29
2.1 Introdução	31
2.2 O problema fundamental das análises de impacto: viés de seleção	31
2.3 O método experimental: o desenho ideal de um estudo de avaliação	32
2.4 Métodos que podem lidar com o viés de seleção dada a impossibilidade de um desenho experimental de avaliação: métodos pipeline, propensity-score matching e dupla-diferença	32
2.5 Pipeline ou “Lista de Espera”	32
2.5.1 <i>Propensity-score matching</i> ou “pareamento por índice de probabilidade”	34
2.5.2 Dupla-Diferença	34
2.5.3 O efeito “corretivo” do uso das técnicas de controle do viés de seleção é significativo	35
2.6 Um método para compensar a falta de um perfil de entrada: “recall”	35
2.7 O objetivo final das análises: a razão custo-benefício	36
2.8 O desenho amostral	37
2.9 Pesquisa de campo: questionários , pré-teste, treinamento de entrevistadores	37
2.10 Conclusão	38
2.11 Bibliografia	38
3 Roteiro Metodológico da Avaliação de Impacto do PNCF	39
3.1 Introdução	41
3.2 Determinação do plano amostral	41
3.3 Dimensionamento da amostra	42
3.3.1 Cálculo do tamanho da amostra considerando a correlação intra-classe	43
3.4 Seleção da amostra	43
3.5 Coleta de dados	44
3.5.1 Instrumentos de coleta	44
3.5.1.1 Tipo e conteúdo	44
3.5.1.2 Estrutura e organização do material de coleta	45
3.5.1.3 Teste de campo	46
3.5.2 Rotas e quantitativo de entrevistas	47
3.5.3 Seleção e treinamento dos pesquisadores de campo	47
3.5.4 Estratégias de localização do público alvo	48
3.5.5 Segurança e qualidade do material coletado	48
3.6 Banco de dados	48
3.6.1 Estruturação	48
3.6.2 Digitação	49

3.6.3	Depuração	49
3.6.4	Criação das variáveis	49
3.7	Geoprocessamento e avaliação ambiental	50
3.8	Análise descritiva e validação dos dados	50
3.8.1	Análise descritiva multivariada	52
3.9	Focalização	52
3.10	Análise dos determinantes da renda e sua mudança ao longo do tempo	54
3.11	Avaliação de impacto	55
3.12	Bibliografia	56
4	Metodologia do Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra	59
4.1	Introdução	61
4.2	Objetivo da pesquisa	61
4.3	Processo amostral da pesquisa	62
4.3.1	Apresentação	62
4.3.2	Descrição dos grupos amostrais da pesquisa	63
4.3.2.1	Procedimento para determinação das amostras	64
4.3.3	Exercícios sobre erros efetivos de amostragem	67
4.3.3.1	Erros de amostragem para amostra de beneficiários	67
4.3.3.2	Erros de amostragem para amostra em “espera” (pipeline)	70
4.3.3.3	Erros de amostragem para amostra de controle	71
4.3.3.4	Erros de amostragem para cálculo de diferenças de indicadores	72
4.4	Procedimentos de coleta de dados: instrumentos de coleta e Procedimentos da pesquisa de campo	72
4.4.1	Instrumentos de coleta de informação	72
4.4.2	Treinamento e realização da pesquisa de campo em 2006	73
4.5	Elaboração do banco de dados: preparação e etapas de processamento	74
4.5.1	Apresentação	74
4.5.2	Construção do banco de dados da pesquisa	75
4.5.2.1	Desenvolvimento dos módulos de suporte	76
4.5.2.2	Modelagem do banco de dados	77
4.5.3	Etapas de armazenamento de informação: digitação e revisão do banco de dados	78
4.6	Análise dos dados	79
4.6.1	Esquema geral de análise de impactos	79
4.6.2	Resumo das metodologias de avaliação de impacto	82
4.6.2.1	Métodos quantitativos de avaliação de programas	83
4.6.2.2	Introdução à inferência causal	84
4.6.2.3	O Modelo de regressão logística	85
4.6.2.4	Considerações sobre a estimação pela dupla diferença	86
4.6.2.5	Descrição do método do <i>propensity score matching</i>	86
4.7	Observações finais	88
4.8	Bibliografia	89
5	Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil – Fundamentos Metodológicos e Universo Amostral	91
5.1	Introdução	93
5.2	Definição do universo amostral	93
5.2.1	Estados	95
5.2.2	Municípios (beneficiários)	95

5.2.3	Municípios (controle)	95
5.2.4	Cartórios de Registro de Imóveis	96
5.2.5	Distribuição geográfica das amostras	97
5.2.6	Número de amostras	98
5.3	Desenvolvimento dos questionários	99
5.3.1	Para avaliação da capacidade operacional das instituições	99
5.3.2	Para caracterização dos agricultores familiares	99
5.4	Realização dos testes de campo	100
5.5	Capacitação	100
6	Análise do Capital Social	101
6.1	Introdução	103
6.2	Marco teórico	103
6.3	Metodologia da mensuração do Impacto	106
6.4	Construção dos índices de capital social	108
6.4.1	Cálculo dos índices de capital social na vertente da contribuição aos processos de coesão social	108
6.4.2	Cálculo dos indicadores de capital social concebido como bem social de apropriação individual	110
6.5	Métodos empregados na mensuração do capital social e do Impacto do PCT e do PNCF em sua formação	111
6.6	Bibliografia	113
7	Apêndices	115
7.1	Instrumentos de Coleta da Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário	117
7.2	Instrumentos de Coleta da Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra	165
7.3	Instrumentos de Coleta da Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil – Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições	235

Apresentação



A série “Estudos de Reordenamento Agrário” foi desenvolvida com o propósito de divulgar estudos e pesquisas voltados para temas de reordenamento agrário no Brasil. Desde 2006, já foram publicados quatro números desta série, apresentando os resultados dos estudos referentes aos programas no âmbito da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SRA/MDA), sendo eles:

- » Número 1: Capacidade de pagamento dos beneficiários do Banco da Terra na região Sul do Brasil
- » Número 2: Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário – Perfil de Entrada da Linha de Financiamento Combate à Pobreza Rural
- » Número 3: Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra
- » Número 4: Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil – Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições

Este quinto número da série consiste em um *Guia Metodológico das Avaliações dos Programas da Secretaria de Reordenamento Agrário* e apresenta a descrição das metodologias utilizadas nas avaliações publicadas nos três últimos volumes da série.

Essas avaliações foram realizadas por diferentes instituições acadêmicas que assumiram a tarefa de avaliar os programas desde a elaboração da metodologia, passando pela pesquisa de campo, até a análise final. A importância de realizar avaliações com metodologias bem elaboradas, como as que são apresentadas neste Guia, consiste em fornecer maior confiabilidade aos resultados obtidos e permitir, assim, uma intervenção mais efetiva sobre a realidade do público beneficiado pelas políticas públicas. Isso é possível porque a metodologia de uma avaliação de impacto, diferentemente de um simples diagnóstico, permite estimar as mudanças provenientes de um programa de política pública, não levando em consideração as demais influências externas que possam interferir na vida dos beneficiários.

A avaliação de impacto auxilia o monitoramento e o planejamento das políticas públicas, devido ao fato de gerar informações que respaldam a tomada de decisão referente a focalização, funcionamento, operacionalização, bem como a relação custo-benefício do programa, contribuindo para a qualidade das ações governamentais.

O *Guia Metodológico* está dividido em oito capítulos. O Capítulo 1 apresenta a importância de avaliar políticas públicas por meio de experiências particulares da Secretaria de Reordenamento Agrário, mais especificamente sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Projeto Cédula da Terra (PCT) e Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

O capítulo 2 contém uma análise dos fatores metodológicos levados em consideração na construção de um termo de referência para contratação de instituições aptas a realizar avaliações de impacto.

O Capítulo 3 diz respeito à metodologia empregada na Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), realizada pela Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ) nos anos de 2006 e 2007. Neste capítulo, a FEALQ apresenta a metodologia utilizada no perfil de entrada dos beneficiários, que corresponde à primeira fase de uma pesquisa que será realizada em mais duas fases, com o objetivo de avaliar o impacto do programa sobre as famílias beneficiadas.

No capítulo 4, pesquisadores da Fundação Economia de Campinas (Fecamp) descrevem a metodologia utilizada na Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra (PCT), cujo perfil de entrada foi realizado no ano de 2000. Em 2006, os pesquisadores da Fecamp retornaram aos projetos para analisar o impacto do PCT sobre as condições socioeconômicas dos beneficiários.

O capítulo 5 apresenta os fundamentos metodológicos que serviram de base à pesquisa realizada pela Fundação Universidade de Brasília (FUBRA). Nessa pesquisa foi delineado o perfil de entrada dos agricultores e avaliada a capacidade operacional das instituições envolvidas no Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Por último, o capítulo 6 compreende a metodologia de análise do capital social utilizada nas avaliações de impacto do PNCF e do PCT.

Os capítulos que compõem este Guia contêm informações relevantes a respeito de metodologias inovadoras para o desenvolvimento de avaliações de impacto. Assim, com a publicação deste volume, esperamos contribuir para maior disseminação de metodologias que possam auxiliar o aperfeiçoamento das avaliações no âmbito do meio rural brasileiro, bem como o fomento da realização de estudos e avaliações de políticas públicas.

Marlon Duarte Barbosa ¹

Organizador

¹ Coordenador - Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Reordenamento Agrário/MDA

1

A Importância de Avaliar Políticas Públicas



Neste primeiro momento, apresenta-se a importância da avaliação de políticas no âmbito do setor público, como instrumento que possibilita conhecer, compreender e orientar as ações, com vistas ao aperfeiçoamento e reformulação dos programas governamentais.

A avaliação é um instrumento imprescindível para conhecer a viabilidade de programas, redirecionar os seus objetivos e, quando for o caso, reformular sua operacionalização. Neste sentido, a avaliação se revela como uma importante ferramenta de gestão, por gerar subsídios para tomada de decisão dos gestores de programas. A partir disso, é possível realizar os ajustes necessários, economizando tempo e recursos, o que viabiliza a credibilidade das ações públicas.

Somente é possível verificar a eficácia, a eficiência e a efetividade de uma política pública mediante a avaliação das fases pela qual perpassa um programa governamental (formulação, implementação e resultados), tendo em vista a existência da relação direta entre eles. Por esse motivo, a avaliação é considerada um elemento básico de planejamento, devido, também, ao fato de ser uma ferramenta capaz de prestar contas das ações governamentais com os atores envolvidos.

A fase de formulação corresponde à definição da estratégia geral de uma política pública, onde são delineados objetivos, metas, público-alvo, recursos, dentre outros aspectos necessários para o desenho inicial de um programa.

A fase de implementação é aquela em que são postos em prática as metas e os objetivos formulados. Nesta fase também é possível tomar decisões e definir as estratégias específicas que serão executadas para alcançar os objetivos inicialmente propostos na formulação dos programas.

Por último, tem-se a fase de resultados e impactos, em que é possível obter informações mensuráveis acerca da atuação do programa, ou seja, os resultados quantitativos e qualitativos alcançados com a implementação.

A avaliação pode ser realizada em qualquer uma dessas fases, possibilitando avaliar desde a viabilidade da existência de um programa até os seus efetivos impactos sobre os beneficiários.

A avaliação na fase de formulação (avaliação ex-ante) visa identificar objetivos e metas que ainda não estejam traçados para o programa ou até mesmo reconhecer a viabilidade de sua existência, isto é, analisar a relação econômico-financeira, política, institucional, bem como de custo-benefício. A observação de aspectos desfavoráveis no desenho do programa permite correções que podem gerar redução de custos, aumentando a sua eficácia e otimizando a relação custo-benefício. Esta avaliação também pode ter como objetivo verificar em que proporção as estratégias traçadas para o programa atendem à demanda existente. Assim, a avaliação na fase de formulação oferece subsídios para o planejamento dos programas, suas estratégias e objetivos, contribuindo para um melhor direcionamento das políticas públicas.

Na fase de implementação, pode-se realizar a avaliação formativa ou de processo. Esse tipo de avaliação atenta ao funcionamento e à gestão do programa, ou seja, aos processos, não aos resultados. Com isso, é possível saber se o público-alvo está sendo alcançado, se o programa está sendo executado em tempo hábil, se os recursos estão sendo bem alocados e se as metas estão sendo atingidas conforme o esperado.

Por fim, tem-se a avaliação na fase de resultados e impactos, também conhecida como avaliação ex-post ou de impacto. Essa avaliação está relacionada aos impactos gerados pelo programa, ao alcance dos objetivos propostos, à efetividade das ações implementadas, entre outros. A avaliação de impacto inicia-se com uma pesquisa de perfil de entrada das condições dos beneficiários antes de sua entrada no programa e finaliza com outra pesquisa que avalia os impactos do programa sobre os mesmos.

Por meio de uma avaliação como essa, é possível também analisar a qualidade dos serviços ou benefícios concedidos, realizando uma pesquisa de satisfação com os beneficiários do programa. Em suma, tal avaliação possibilita mensurar os impactos do programa, verificando se os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos traçados na fase de formulação e, se for o caso, investigando os possíveis motivos de não ter alcançado os resultados esperados.

A partir das considerações acima, fica explícita a importância de avaliar políticas públicas, se possível, em todas as suas fases. Portanto, o ideal para o setor público é investir em avaliações dos seus programas governamentais, tendo em vista todas vantagens e benefícios que proporcionam. A SRA, no decorrer deste livro, apresenta as experiências com as avaliações de seus programas, evidenciando a possibilidade de adequação das metodologias apresentadas a outros contextos no âmbito governamental.

1.1 Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário

Em 2003, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), promoveu um amplo debate sobre o tema do crédito fundiário como política pública de acesso à terra. O desafio foi organizar um programa nacional que ao mesmo tempo atendesse às diversas reivindicações da sociedade e abrisse oportunidades a novos públicos. Isso foi realizado em parceria com os movimentos sociais, governos estaduais, organizações não-governamentais e sindicais que se envolveram nos debates.

Como resultado, foi criado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), com o objetivo de possibilitar o acesso à terra a trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (assalariados, diaristas, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados e posseiros) por meio de financiamento para aquisição de terras e investimentos em infra-estrutura. O Programa fora concebido como um instrumento complementar à reforma agrária, atuando onde o Estado brasileiro não poderia intervir com seus instrumentos tradicionais de reforma agrária.

O propósito essencial do programa é proporcionar o aumento da renda e a conseqüente melhoria das condições de vida da população rural, o que pode ser atingido por meio do acesso à terra e da criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas.

Para a construção do PNCF, o MDA apoiou-se em três experiências anteriores. A primeira foi o Projeto Cédula da Terra, implementado em cinco estados, que beneficiou cerca de 15 mil famílias, entre os anos de 1997 a 2002. A segunda foi o Programa Banco da Terra, operacionalizado de 1998 a 2002, tendo sido elaborado e executado sem mecanismos de controle social; seus mecanismos de gestão e acompanhamento eram frágeis e permitiram o surgimento de várias irregularidades. A terceira foi o projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, cuja execução iniciou-se em 2002 como uma experiência inovadora de acesso à terra, tornando-se uma das linhas de financiamento do PNCF.

Atualmente, o Programa está em atuação em 21 estados da Federação: da região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo), Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul), região Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e região Norte (Tocantins e Rondônia).

A estratégia de implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário baseou-se na descentralização das ações para os estados e na participação das comunidades, que detêm o maior poder de decisão. A descentralização para os estados é realizada por meio da assinatura de termos de cooperação e convênios de parceria firmados entre o MDA e os estados participantes. Estes não são meramente executores do Programa, pois é na esfera estadual que se elaboram e aprovam os Planos Estaduais de Implementação do Programa – PEIPs, nos quais são definidas as diretrizes e estratégias de ação, as metas e as regiões prioritárias de atuação. Tais Planos se articulam com a estratégia de ordenamento territorial implementada pelo MDA nos estados. É também no nível da esfera estadual que se avaliam e se aprovam as propostas de financiamento elaboradas pelos potenciais beneficiários, conforme estipulado nos Manuais de Operações do Programa.

Para executar o Programa no nível estadual, os governos estaduais criam as Unidades Técnicas Estaduais (UTES), que são órgãos executores do Programa destinados à análise e execução das propostas de financiamento. As UTES têm, dentre outras, a responsabilidade de verificar a elegibilidade dos imóveis, verificar a razoabilidade dos preços inicialmente acordados entre as partes (beneficiários e vendedores), e acompanhar a aplicação dos recursos destinados à implementação dos subprojetos de investimentos comunitários (SICs).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) são parceiras na gestão e execução do Programa. Além disso, as federações e sindicatos de trabalhadores rurais (STR) têm participação efetiva local na mobilização e seleção dos beneficiários. Outras organizações da sociedade civil envolvidas com o desenvolvimento rural também participam da fase de seleção e qualificação dos beneficiários, auxiliando no desenho das propostas de financiamento.

Outro ponto de destaque do Programa foi a incorporação de mais de 200 organizações não-governamentais e governamentais responsáveis pela mobilização, organização e capacitação dos beneficiários, o cadastramento dos interessados nos sistemas de informações gerenciais e a elaboração das propostas de financiamento.

O MDA procurou, assim, desde a concepção e operacionalização do Programa, implementar um modelo de gestão descentralizado, transparente e com mecanismos efetivos de controle social, com a participação dos estados, dos municípios e das comunidades. Além disso, desde a sua criação, contou com a efetiva participação dos movimentos sindicais de trabalhadores rurais e da agricultura familiar.

O PNCF atua com públicos bem definidos e condições de financiamento adequadas a cada linha de crédito. O Programa subdivide-se em três linhas que visam beneficiar públicos prioritários das políticas de combate à fome e de inclusão social do governo federal:

- » **Combate à Pobreza Rural (CPR):** Tem por objetivo atender as frações mais pobres da população rural, em especial aquelas localizadas no semi-árido nordestino, proporcionando o acesso à terra para trabalhadores rurais sem-terra, pequenos produtores rurais com acesso precário à terra e proprietários de minifúndios. Os recursos para financiar a aquisição de imóveis na linha CPR provêm do Fundo de Terras e são reembolsáveis. Já os recursos para investimentos básicos e comunitários não são reembolsáveis.
- » **Consolidação da Agricultura Familiar (CAF):** É voltada para agricultores familiares sem-terra ou com pouca terra. Os recursos para aquisição de imóveis e investimentos básicos são ambos provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, sendo igualmente reembolsáveis.
- » **Nossa Primeira Terra (NPT):** Visa reduzir os problemas relacionados ao êxodo rural e à concentração fundiária no Brasil por meio do financiamento de aquisição de terras por parte de jovens sem-terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28. O objetivo é proporcionar o acesso à terra para os jovens que não têm encontrado oportunidades de trabalho ou geração de renda na agricultura, mas desejam permanecer no meio rural e investir em uma propriedade.

Os critérios de elegibilidade do programa são variáveis, visando focalizar um público-alvo de cada linha, conforme o Quadro 1:

Quadro 1 – Critérios de elegibilidade do Programa Nacional de Crédito Fundiário							
Linha	Renda Máxima (R\$ /ano)	Patrimônio (R\$)	Idade	Ocupação	Maior propriedade rural	Atuação	Experiência como agricultor
CPR	5.800,00	10.000,00	≥ 18	Não ser funcionário público	1 módulo rural	Nordeste, Sul, MG e ES	≥ 5 anos
NPT/CPR	5.800,00	10.000,00	18 a 28	Não ser funcionário público	Pais com até 3 módulos fiscais	Nordeste, Sul, MG e ES	≥ 5 anos (ou ≥ 5 de escolaridade formal)
NPT/CAF	15.000,00	30.000,00	18 a 28	Não ser funcionário público	Pais com até 3 módulos fiscais	Brasil	≥ 5 anos (ou ≥ 5 de escolaridade formal)
CAF	15.000,00	30.000,00	≥ 18	Não ser funcionário público	1 módulo rural	Brasil	≥ 5 anos

*CPR: Combate à Pobreza rural; CAF: Consolidação da Agricultura Familiar; CPR-NPT Combate à pobreza Rural; Nossa Primeira Terra; CAF-NPT: Consolidação da Agricultura Familiar; Nossa Primeira Terra
Fonte: PNCF, 2006.

O PNCF é composto por dois componentes básicos. O primeiro deles consiste no financiamento da aquisição de terras. Os beneficiários, individualmente ou em associações, mobilizados pelas organizações sindicais ou da sociedade civil escolhem os imóveis que pretendem adquirir, negociam seu preço e elaboram as propostas de financiamento, orientados pelas Unidades Técnicas Estaduais do Programa. A escolha do imóvel e a negociação do seu preço pelos beneficiários – mediadas pelo órgão executor – procuram assegurar a aquisição de áreas mais produtivas e mais adequadas aos projetos dos beneficiários.

Os recursos destinados para esse fim são oriundos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária e são inteiramente custeados pelo Governo Federal.

O segundo componente básico do Programa é o financiamento de subprojetos comunitários (produtivos, infra-estrutura e sociais) apresentados pelos beneficiários e considerados necessários e prioritários ao aumento da renda e à melhoria das suas condições de vida. Dentre outros requisitos, são considerados elegíveis para financiamento, a título de doação compartilhada (não-reembolsável):

- » a infra-estrutura básica, tais como moradia, abastecimento de água, eletrificação, estradas internas à propriedade etc;
- » a infra-estrutura produtiva, tais como formação de pastos, instalações, conservação de solos e recuperação de áreas degradadas;
- » recursos destinados à estruturação inicial das unidades produtivas, tais como roças de subsistência e produções ou criações de autoconsumo, custeio das primeiras safras, aquisição de animais e plantio de plantas perenes;
- » recursos destinados à melhoria da convivência com a seca, na região do semi-árido nordestino;
- » recursos destinados à recuperação de passivos ambientais ou destinados a melhorar a gestão ambiental dos projetos aprovados; e
- » a contratação de assistência técnica por parte das próprias associações, correspondente a até 8% do valor total do financiamento para os investimentos básicos atribuídos à associação.

O sucesso dos projetos financiados depende, em grande parte, da capacidade gerencial e produtiva dos beneficiários. Por essa razão, o Programa destina também recursos para capacitação, assessoria e apoio técnico às famílias beneficiárias. Esses recursos são aplicados por meio de parcerias diretas com os governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, em particular as organizações sindicais.

Esse esforço de capacitação e apoio técnico está orientado para:

- » proporcionar às comunidades beneficiárias maior capacidade de gerenciar seus projetos e recursos;
- » melhorar a sua organização social;
- » fomentar práticas sustentáveis de produção e melhorias tecnológicas na produção;
- » agregar valor aos produtos e melhorar a inserção nos mercados; e
- » promover o acúmulo de capital social.

Além da assistência técnica e capacitação, os beneficiários do PNCF também têm acesso a outros programas de apoio à agricultura familiar e de desenvolvimento rural, como, por exemplo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf A), linha de financiamento voltada para os beneficiários da reforma agrária que permite o desenvolvimento e a consolidação das atividades produtivas iniciadas no âmbito do Projeto.

Por outro lado, em parcerias com os estados e as associações de municípios, o MDA busca assegurar o aporte de recursos locais para os beneficiários, de forma a melhorar o desempenho do projeto e reduzir o endividamento das famílias. Busca-se, em particular, assegurar recursos para moradia, estradas, eletrificação e abastecimento de água, além do acesso aos demais programas sob responsabilidade do poder público local, como assistência técnica, educação, saúde, transporte etc.

A SRA/MDA empenha-se, também, em estabelecer parcerias com estados e associações de municípios e outras instâncias voltadas para o desenvolvimento dos territórios, para incentivar a elaboração, em parceria com a so-

cidade civil e os agentes econômicos, de planos de desenvolvimento desses territórios. Procura-se, com isso, articular e potencializar as ações dos diferentes órgãos governamentais e não-governamentais nesses territórios.

Outra característica de destaque do PNCF é o seu compromisso com a eficácia e a eficiência das ações realizadas, o que é possível por meio do contínuo monitoramento e avaliação do programa desde sua implementação.

A primeira avaliação do programa ocorreu no ano de 2003, quando a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ) realizou um levantamento do perfil de entrada de 206 projetos do crédito fundiário implementados na região Nordeste. Em 2005, a mesma instituição retornou a uma amostra representativa dos projetos para verificar a evolução das famílias durante estes dois anos. O estudo demonstrou que as famílias beneficiadas vêm auferindo um efetivo aumento na qualidade de vida após a entrada nos projetos.

Apesar dos bons resultados evidenciados por esses estudos, sentiu-se a necessidade de realizar uma avaliação de impacto do PNCF para certificar quais melhorias podem ser incontestavelmente atribuídas ao programa. Essa é a diferença fundamental entre a avaliação de impacto e os estudos anteriores, pois ela trabalha com um grupo de controle², o que permite identificar os efeitos resultantes diretamente do programa, excluindo-se as outras possíveis interferências na evolução das famílias ao longo dos anos.

Assim, foi dado início, no ano de 2006, à Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário. O objetivo geral do estudo é avaliar o impacto socioeconômico e ambiental do Programa na vida dos beneficiários. Trata-se de uma avaliação focada nos resultados, cujo propósito principal é verificar em que medida os objetivos do programa estão sendo cumpridos.

O estudo foi planejado para acontecer em três fases, sendo executadas em três períodos distintos, incorporando as três linhas do Programa para possibilitar o comparativo entre elas, as suas inter-relações, resultados, focalizações e necessidades de melhorias. A Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz realizou, até o momento, a primeira fase, que corresponde ao perfil de entrada. Esta pesquisa consistiu na coleta de dados para traçar o perfil de entrada de uma amostra de beneficiários, assim como de um grupo de controle, o que permitiu um estudo comparativo entre eles e a análise de focalização (adequação ao público-alvo). A fase seguinte corresponderá à avaliação intermediária, na qual serão verificadas as condições em que se encontram os beneficiários após sua consolidação nos projetos. Por último, a terceira fase, corresponderá a avaliação de impacto final, na qual serão avaliados os impactos do programa sobre os beneficiários, tanto por meio da averiguação de sua evolução ao longo dos anos, quanto da comparação com o grupo de controle, o que evidenciará que aspectos de sua evolução podem ser atribuídos ao Programa.

Entre os aspectos considerados na Avaliação de Impacto do PNCF, está a análise de focalização. Esse é um tema de fundamental relevância numa avaliação de impacto, especialmente quando se trata de um programa de combate à pobreza rural, pois investiga em que medida o público-alvo do programa está sendo atingido. Eventuais desvios na focalização podem e devem ser detectados pela avaliação, para que sejam tomadas as medidas necessárias no sentido de garantir a efetividade do programa como um instrumento de combate à pobreza rural.

² Grupo de Controle: Grupo de indivíduos que num experimento não recebem qualquer tratamento especial, a fim de servir como referência padrão às variáveis a que se submete o grupo experimental. No caso destas pesquisas, utilizaram-se amostras de grupo controle (indivíduos que possuem características semelhantes aos beneficiários) e grupo de tratamento (beneficiários), para que fosse possível a comparação e a mensuração do impacto real do programa.

Outro importante objetivo da avaliação é a análise de impacto no bem-estar. Esta análise identifica as mudanças nas condições de vida dos beneficiários (renda, educação, capital, acesso a serviços e saúde) que podem ser diretamente atribuídas ao Programa.

Um outro tema que tem ganhado relevância é o exame da utilização dos recursos naturais e da relação do ser humano com o seu ambiente natural. As transformações do meio ambiente pelo homem e seus consequentes resultados têm sido amplamente discutidos e, por isso, considerou-se pertinente averiguar se as famílias beneficiadas têm estabelecido uma relação de preservação e sustentabilidade com o ambiente. Para isso, foi definida como objetivo específico a análise da utilização dos recursos naturais e manejo do ambiente.

O estudo contempla também a análise de impacto sobre a formação do capital social e níveis de organização das comunidades. Esta análise visa compreender em que medida o ambiente político-social criado pelo Programa contribui efetivamente para a formação e o fortalecimento do capital social e se o capital social dos grupos de beneficiários afeta seu desempenho no programa e contribui para a consolidação da agricultura familiar, o aumento da renda e a melhoria das condições de vida.

Portanto, para o PNCF, o delineamento dessa avaliação de impacto funciona como instrumento necessário para verificação da eficiência do programa, não apenas avaliando o alcance de seus objetivos em termos do número de beneficiários ou benefícios concedidos, mas também em relação ao objetivo final planejado pela SRA e outros aspectos relevantes para o Governo Federal.

1.2 Avaliação de impacto do Projeto Cédula daTerra

O Projeto São José foi o primeiro projeto piloto dentro do novo modelo de reforma agrária a ser implantado no Brasil. Ele nasceu em 1996 e trouxe uma nova concepção de reforma agrária baseada na compra e venda voluntária de terras. Por se tratar de um projeto piloto, foi implantado apenas no Ceará e apresentou bons resultados, o que levou à criação de um novo projeto, o Cédula da Terra, desta vez abrangendo um número maior de estados. O Projeto Cédula daTerra (PCT) foi implementado em cinco estados selecionados por sua elevada concentração de pobreza, sendo quatro da região Nordeste (Pernambuco, Ceará, Maranhão e Bahia) e um estado da região Sudeste (Minas Gerais).

O objetivo do Projeto Cédula daTerra era beneficiar agricultores sem-terra, assalariados rurais, arrendatários, parceiros e famílias com extensão de terra muito pequena que não possibilitasse a produção para subsistência. A estratégia de implantação era baseada na demanda comunitária, ou seja, na iniciativa dos grupos de beneficiários de negociar diretamente com os proprietários interessados na venda de suas terras.

Tanto a compra da terra quanto os investimentos comunitários eram de responsabilidade das associações. Em primeiro lugar, elas indicavam as terras a serem adquiridas, negociavam o preço e, em seguida, elaboravam propostas de financiamento com a orientação das UnidadesTécnicas Estaduais (órgãos constituídos pelos governos estaduais).

O Projeto Cédula daTerra proporcionava aos seus beneficiários recursos para investimentos comunitários não reembolsáveis. A compra da terra, no entanto, era reembolsável e financiada com dez anos de prazo de pagamento e três anos de carência.

O PCT beneficiou cerca de 15 mil famílias entre os anos de 1997 e 2002. No entanto, o conhecimento do número de famílias beneficiadas permitia apenas mensurar o desempenho do projeto em termos quantitativos, mas não avaliar os reais impactos sobre os seus beneficiários.

Tendo em vista a necessidade de conhecer mais a fundo os resultados do projeto, a Fundação Economia de Campinas (Fecamp) e professores da Universidade de Campinas foram contratados no ano de 2000, para realizar o estudo de perfil de entrada dos beneficiários do PCT. Passados seis anos, a Secretaria de Reordenamento

Agrário (SRA) entendeu ser importante realizar um estudo comparativo que permitisse medir o impacto desse programa e, conseqüentemente, utilizar os resultados dessa pesquisa no aperfeiçoamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

A intenção da Secretaria era avaliar a execução do programa do ponto de vista físico e financeiro, assim como mensurar seus impactos sociais e econômicos, utilizando os resultados para melhorar o desempenho do PNCF, verificar a sua coerência com a realidade agrária e o alcance dos objetivos. A avaliação proposta daria continuidade aos estudos coordenados pela Fecamp, iniciados em 2000. A importância do trabalho estaria em permitir uma avaliação do impacto tendo como base um período de tempo suficiente para tirar observações relevantes sobre o impacto de políticas de reordenamento fundiário em populações rurais pobres.

Sendo assim, em 2006, a Fecamp deu continuidade ao estudo, realizando a Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra. O principal objetivo do estudo foi medir o impacto desse Projeto em 2006, no que se refere à renda, patrimônio, produção agrícola, nível educacional, saúde e desenvolvimento do capital social, tendo como base de comparação a pesquisa realizada no ano de 2000.

No estudo foi realizada uma comparação da evolução, no período considerado, das condições socioeconômicas de um grupo de não-beneficiários do projeto, mas que se encontravam inscritos para participar do Programa Nacional de Crédito Fundiário (selecionados no Sistema de Qualificação de Demanda do PNCF) e que no ano 2000 viviam em condições próximas à dos beneficiários do PCT. A comparação com o grupo da lista de espera (controle) é primordial numa avaliação de impacto, pois permite verificar se as mudanças ocorridas nas condições de vida dos beneficiários são resultados diretos do programa.

Além da comparação com a amostra controle da lista de espera, também foi realizada uma comparação com pequenos agricultores que foram objeto da pesquisa de 2000, bem como uma análise sobre um possível processo de *catching up* ou mesmo de superação das condições vividas por esses agricultores. Foi realizada, ainda, uma comparação com uma amostra selecionada da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), para verificar as diferenças entre as médias de evolução de cada grupo.

O objetivo de pesquisar os outros grupos é verificar as diferenças na evolução dos três grupos e analisar em que medida o programa tem proporcionado mudanças nas condições de vida dos beneficiários que podem ser atribuídas ao programa e não a outras possíveis causas que atingiram igualmente aos outros grupos. Assim, o estudo baseou-se em quatro principais atividades:

- » Mensuração da evolução das condições de vida e bem estar das famílias dos beneficiários do PCT, ou seja, tratar como uma análise de dois pontos no tempo da “trajetória” das famílias beneficiárias do projeto;
- » Comparação da evolução dos grupos de controle (não-beneficiários e pequenos agricultores);
- » Avaliação do impacto do PCT pela comparação com as condições de vida dos grupos de controle (não-beneficiários e pequenos agricultores);
- » Média da evolução das condições de vida de uma amostra de domicílios rurais da PNAD, similares aos PCT.

Assim, a avaliação de impacto do PCT é uma ferramenta que se destina a diagnosticar as possíveis falhas do projeto em todas as suas etapas, visando ao aperfeiçoamento de um de seus sucessores (PNCF). Da mesma forma, tem como objetivo identificar desvios na execução das ações, entre o planejado e o executado, diagnosticando suas causas e propondo ajustes operacionais que possam melhorar a vida das famílias beneficiadas por esse projeto.

1.3 Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil: perfil de entrada dos agricultores e capacidade operacional das instituições

Com o propósito de conhecer a situação fundiária dos imóveis rurais brasileiros, a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) iniciou em 2004 a construção de um amplo programa de Cadastro e Regularização Fundiária. O seu objetivo geral é proporcionar a integração de ações do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais, na constituição de um Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e executar um amplo Programa de Regularização Fundiária, dirigido prioritariamente aos pequenos agricultores familiares, em apoio ao desenvolvimento rural sustentável do Brasil, fornecendo elementos que proporcionem segurança jurídica da propriedade e favorecendo o saneamento do sistema de registro público de imóveis rurais.

Esse trabalho, que permite traçar uma radiografia dos imóveis rurais, é realizado em parceria com os órgãos estaduais de terras, sendo financiado parcialmente com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o qual foi firmado acordo de empréstimo em 2007. A meta é cadastrar e georreferenciar 144 mil imóveis e regularizar 44.500 posses da agricultura familiar.

O trabalho começa com o levantamento de todas as informações dos imóveis rurais: dados pessoais do produtor e de sua família, condições da propriedade, posse e condições de uso, situação econômica e de exploração do imóvel, sistema produtivo, entre outros. Posteriormente, é feito o georreferenciamento, um sistema moderno que garante a medição precisa e atualizada dos imóveis. O georreferenciamento é uma exigência da Lei n. 10.267/2001 para os imóveis registrados a partir de 2002. Esse sistema de medição – feito com aparelhos de GPS, via satélite – permite visualizar todas as informações topográficas da região. Com isso, é possível fazer uma medição precisa do imóvel, acabando com as disparidades entre a área declarada na escritura e a situação real do imóvel. Para abrigar as informações (cadastrais/literais) georreferenciadas dos imóveis levantados pelo programa, foi desenvolvido um Sistema de Gestão Territorial.

Com base nos cadastros literal e gráfico dos imóveis, os técnicos identificam os imóveis passíveis de regularização. Aqueles que estão em terras devolutas (áreas que serão arrecadadas pelo estado para o processo de regularização) podem receber o título de posse. Mas, para isso, o posseiro tem de provar que mora na terra, vive dela e é um agricultor familiar. O limite da área também não pode ultrapassar 100 hectares.

Com esse levantamento, a SRA terá um diagnóstico completo dos territórios pesquisados. O diagnóstico contém informações literais dos imóveis (como condições econômicas e tipo de exploração), como também o mapa gráfico. Essa radiografia será um instrumento importante para a proposição de políticas públicas para essas regiões.

A regularização trará muitos benefícios para o agricultor familiar. A vantagem imediata é a valorização da terra. Com o título de posse, o seu patrimônio aumenta em 50% ou mais. Além disso, terá mais acesso às políticas públicas do governo, entre elas, o crédito rural e a assistência técnica, que seriam muito difíceis de conseguir sem o título de posse.

A SRA, responsável pela gestão administrativa e operacional do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, objeto do acordo de empréstimo com o BID, também promove, por meio de convênios com outros estados, ações que visam a ampliação e implementação de projetos de cadastro georreferenciado e regularização fundiária em terras devolutas estaduais, contribuindo para a realização das metas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Desde o princípio do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil, a SRA primou por avaliá-lo e conhecer as suas condições iniciais de implementação. Assim, em 2005, teve início a Avaliação de Perfil de Entrada do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil.

Essa avaliação teve como objetivo primordial analisar as condições iniciais de implementação do Programa no que diz respeito tanto à situação atual dos agricultores familiares quanto à capacidade operacional das insti-

tuições responsáveis pela sua implementação. Isso foi considerado essencial para o êxito do programa, uma vez que envolve a integração de ações entre os níveis de governo que devem, portanto, estar devidamente aparelhados tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional. A partir da linha de base criada pela pesquisa, será possível à SRA acompanhar a evolução dos agricultores familiares e das instituições envolvidas na execução do programa, subsidiando a adoção de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

O objetivo geral do estudo foi levantar o perfil de entrada (linha de base) dos beneficiários do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil e as condições das instituições envolvidas na sua execução. Para traçar o perfil das famílias a serem beneficiadas, a Fundação Universidade de Brasília (Fubra), responsável pela execução do estudo, não só coletou dados socioeconômicos sobre as famílias, mas também procurou analisar o acesso das famílias aos serviços públicos (saúde, escola, telefonia entre outros), bem como analisar produção e produtividade, inserção no mercado, diversidade da produção e nível tecnológico. Esses dados permitirão investigar, posteriormente, se a aquisição do título de posse permite uma maior inclusão social e um aumento na produtividade e na renda. Além disso, foi identificado um grupo de agricultores em situação similar à dos beneficiários para funcionar como um grupo de controle da avaliação.

No que diz respeito à análise da capacidade operacional das instituições envolvidas no Programa, a Fubra procurou realizar um diagnóstico sobre a atuação e o desempenho dessas instituições, levando em conta alguns aspectos essenciais: estrutura da instituição, recursos humanos disponíveis, processos e fluxos organizacionais utilizados.

Essas informações permitiram à Fubra e à SRA identificar as maiores deficiências das instituições no que diz respeito tanto a aspectos de infra-estrutura, instrumentos, materiais e aparelhos, quanto ao conhecimento das pessoas envolvidas sobre o assunto e à qualidade dos processos que utilizam. Por fim, as informações coletadas servirão de subsídio para eventuais modificações no planejamento do programa.

2

Base Analítica dos Estudos de Impacto do PNCf e PCT - Os Termos de Referência



2.1 Introdução

Avaliações de impacto são instrumentos necessários para verificação da eficiência de programas e políticas públicas. Em primeiro lugar, esses estudos servem para avaliar se os programas estão atingindo seu objetivo, não só em termos do número de beneficiários ou benefícios concedidos, mas em relação ao objetivo final planejado por estes. Se o objetivo de certo programa é, por exemplo, aumentar a qualidade da água consumida, não basta examinar quantos domicílios foram beneficiados pelo programa, mas quantos deles efetivamente consomem água de melhor qualidade devido ao programa.

A comparação entre os custos e benefícios assim medidos aponta para eficiência de programas e políticas em relação a possíveis alternativas. Isto é, a pergunta final e importante do ponto de vista de políticas públicas é se com os recursos utilizados para um certo programa se conseguem os melhores resultados possíveis.

Programas e políticas voltadas à redução da pobreza apresentam certas características específicas que devem ser consideradas no desenho de avaliações de impacto. O público-alvo, a população mais pobre, em geral possui baixa educação e limitado acesso à informação. A maneira como a informação sobre os programas chega aos beneficiários em potencial e o processo pelo qual eles podem obter os projetos afetam significativamente o desenho de estudos de impacto.

Por essa razão, a preparação de termos de referência para a realização dessas pesquisas deve indicar com clareza certos aspectos metodológicos básicos que devem constar de qualquer proposta de avaliação de impacto.

Neste capítulo, apresentam-se, em linguagem acessível, uma descrição sucinta dos aspectos dos Projetos CPR-CF e PCT que levaram a certas escolhas sobre a metodologia básica de desenho do estudo. Além disso, descrevem-se alguns exemplos de estudos de impacto em que várias dessas metodologias foram empregadas e que indicam que o uso de metodologias inadequadas afeta significativamente os resultados.

2.2 O problema fundamental das análises de impacto: viés de seleção

Avaliações de impacto podem abordar vários temas, mas a pergunta essencial é sempre do seguinte tipo: qual a diferença entre o que acontece com os beneficiários de um programa/projeto e o que teria acontecido com eles se o projeto não tivesse sido implementado? Essa pergunta aparentemente simples não tem uma resposta fácil, pois é impossível observar como o beneficiário de um programa estaria se ele não o tivesse recebido. Assim, o contrafactual, ou seja, a situação em que o programa não teria acontecido para aquele beneficiário, só pode ser medido através da observação da situação de pessoas similares aos beneficiários as quais seriam potencialmente candidatas a esse programa, mas que não o obtiveram por alguma razão externa, ou seja, alguma razão não relacionada à capacidade do indivíduo de obter o programa.

Quanto mais longe se estiver desse desenho ideal, maior será o problema conhecido como viés de seleção, que pode afetar negativamente os resultados de um estudo de impacto a ponto de torná-los inválidos.

O viés de seleção é um problema comum em estudos de impacto, e, em projetos como o Crédito Fundiário (PNCF), ou o Cédula da Terra (PCT), sendo muito importante utilizar metodologias de análise para diminuir esse viés. O PNCF e o PCT funcionam com base na demanda comunitária, isto é, a iniciativa em apresentar propostas para obtenção do projeto parte das próprias comunidades. Portanto existe uma tendência a que comunidades mais bem organizadas e informadas obtenham os projetos. Mas comunidades mais bem organizadas e informadas provavelmente também têm maior capacidade para obter outros benefícios e gerar maior renda ou ter uma melhor qualidade de vida. Essa tendência cria o problema de viés de seleção, pois renda e qualidade de vida são características relacionadas aos efeitos previstos do programa. Assim, uma simples comparação entre a evolução temporal da qualidade de vida das comunidades beneficiadas com a evolução de outras que não o foram tenderia a sobrevalorizar o impacto dos projetos, pois aquelas beneficiadas já teriam, *a priori*, maior capacidade de melhorar sua condição de vida mesmo se não fossem beneficiadas. Para lidar com esse problema de viés de seleção, existem várias metodologias.

2.3 O método experimental: o desenho ideal de um estudo de avaliação

A melhor maneira de obter um contrafactual para uma análise de impacto é selecioná-lo entre o público-alvo do programa, escolhendo, *a priori* e aleatoriamente, os indivíduos que irão e os que não irão receber o programa. Esse método é conhecido como experimental. Como nas ciências biológicas, um grupo selecionado aleatoriamente é tratado, ou seja, recebe o benefício (grupo tratamento) enquanto outro não é tratado (grupo controle). No período imediatamente anterior à implementação do programa, coletam-se dados sobre a situação “pré-tratamento” dos dois grupos. As mesmas informações serão coletadas novamente após um tempo, cuja duração depende do período necessário para que os efeitos do programa aconteçam. Ao final se compara a evolução ao longo do tempo nos dois grupos.

Em um estudo experimental bem desenhado, em que os grupos tratamento e controle foram efetivamente selecionados aleatoriamente, a simples diferença entre a evolução dos grupos controle e tratamento, resulta em uma medida de impacto do programa.

Em geral, porém, estudos experimentais são difíceis de implementar, pois exigem um planejamento anterior ao início da implementação do programa que se quer avaliar e, além disso, e principalmente, muitas vezes é impossível para os gestores do programa selecionar aleatoriamente grupos que não o receberão, seja porque o próprio desenho do programa dificulta essa medida seja por questões políticas. No caso do PNCF e do PCT, o próprio desenho dos programas dificulta a implementação de um estudo experimental, pois eles são baseados na demanda comunitária. Quando grupos organizados em associações apresentam suas propostas, estas são analisadas primeiramente pelos critérios de seleção do programa e, se estão de acordo com os critérios, entram em uma lista por ordem de chegada. A única maneira de tornar aleatória a seleção dos beneficiados seria se não se considerasse a ordem de chegada como critério de seleção, mas, nos atuais moldes de funcionamento do programa, isso é politicamente inviável.

Quando a situação não permite o uso de métodos experimentais, pode-se aplicar um conjunto de outras medidas que diminuem substancialmente o efeito do viés de seleção. Abaixo se descreve como essas metodologias foram aplicadas no caso dos estudos de impacto do PNCF e do PCT.

2.4 Métodos que podem lidar com o viés de seleção dada a impossibilidade de um desenho experimental de avaliação: métodos *pipeline*, *propensity score matching* e dupla-diferença

Na prática há grande dificuldade em implementar um estudo experimental, seja pela frequência com que se necessita de estudos sobre projetos já iniciados, em que não houve um planejamento anterior para um estudo, seja pela impossibilidade de alocação aleatória do alvo dos projetos entre um grupo que deve se beneficiar e outro que não. Pode-se, porém, utilizar uma combinação de outras técnicas que ajudam a diminuir significativamente o problema de viés de seleção nos estudos de impacto. Essas técnicas envolvem o desenho amostral e os métodos de análise, como descrito abaixo.

2.5 Pipeline ou “lista de espera”

O método conhecido como *pipeline* (ou em lista de espera) pode ser descrito como um método quase-experimental de desenho amostral. Basicamente, este se refere à seleção do grupo de controle a partir de uma lista de candidatos ao programa que já foram previamente aceitos, mas ainda não o receberam ou receberam somente algum tempo depois dos beneficiários. Isto é, o tratamento e o controle não são selecionados aleatoriamente, como no caso do desenho experimental, mas ao selecionar o controle entre indivíduos em espera ou que demoraram mais para receber o programa, garante-se que as características básicas são similares entre beneficiários e controle, pois eles se candidataram e foram aceitos pelos critérios de seleção do programa.

No caso de o controle ser obtido de lista em espera que ainda não foi beneficiada, pode-se incluí-los no grupo controle na expectativa de que, passados um ou dois anos da fase inicial do estudo, eles ainda não tenham recebido o benefício ou o tenham recebido somente há poucos meses. Mesmo assim, pode ser necessário incluir novos domicílios controle em fases subseqüentes do estudo, pois o número final de observações controle pode diminuir muito depois de dois anos. No caso de o controle ser obtido de um grupo que tenha se candidatado ao mesmo tempo que os beneficiários, mas que tenham sido beneficiados somente algum tempo depois, pode-se usar a diferença de tempo para receber o programa como parâmetro na análise que avalia o impacto. Ou seja, o impacto do programa é medido pela diferença na situação entre o grupo controle e o de beneficiários que se dá devido ao fato de o controle ter recebido o programa um ou dois anos após os beneficiários.

Importante notar que é essencial que a razão pela qual os indivíduos do controle ainda não receberam o programa no momento do perfil de entrada, ou de terem recebido o programa somente algum tempo após os beneficiários, deve ser totalmente exógena, ou seja, não relacionada àquelas características dos solicitantes que afetam suas chances de obter o programa. Em geral, essas condições gerais existem quando o programa tem um limite de financiamento ou de operacionalização que está aquém da demanda, portanto vários candidatos não são beneficiados simplesmente por falta de recursos. Contudo que a decisão sobre quem beneficiar primeiro seja feita aleatoriamente, ou por ordem de chegada ou outro critério imparcial.

Especificamente no caso do estudo do PNCF e do PCT, o universo a ser considerado para a seleção amostral do grupo controle *pipeline* foi a lista de espera composta por grupos candidatos aos programas que já foram preliminarmente aceitos, mas cujos projetos ainda não foram financiados. Espera-se que, um e dois anos após a realização do perfil de entrada, muitos desses grupos estejam em uma das seguintes situações: (1) o projeto ainda não foi financiado ou acaba de ser financiado e está ainda em fase de implementação; ou (2) o projeto já foi implementado, mas há poucos meses. Isso permitiria medir o impacto do programa, pois é fácil obter dos entrevistados do grupo controle respostas a perguntas sobre a situação imediatamente anterior ao projeto, isto é, poder-se-ia saber a evolução de sua situação entre o momento inicial (de perfil de entrada) e aquele momento um ou dois anos após o perfil, mas ainda sem efeitos do programa. Isso seria comparado à evolução, no mesmo período, do grupo de beneficiários.

Como mencionado anteriormente, no caso do estudo do PNCF, em que se acaba de implementar o perfil de entrada e no qual foram incluídos domicílios controle em espera, espera-se que, em um e dois anos, quando se deve retornar a campo a fim de entrevistar novamente essas famílias para obter os dados para a análise de impacto, um número suficiente de domicílios não tenha ainda sido beneficiado. No entanto, pode ocorrer que um grande número desses domicílios controle em espera tenha se tornado beneficiário há mais tempo. Nesse caso, existe a possibilidade de incluir novos domicílios controle em um e dois anos depois do perfil, selecionando-os da lista de espera naquele momento. Técnicas apropriadas devem ser usadas para a incorporação destes “novos” domicílios na amostra controle.

No estudo do PCT, o perfil de entrada feito em 2000 não incluiu um controle em espera, portanto, somente em 2006, selecionou-se a amostra controle em espera da lista de espera daquele ano, e esta foi entrevistada em 2006. Neste caso o problema foi obter dados de perfil de entrada desse controle, isto é, dados relativos ao período anterior ao assentamento dos beneficiários do PCT, o que em geral aconteceu em 1997. Como se verá mais adiante, podem-se obter alguns dados sobre o passado “usando” a memória dos entrevistados; esse método é conhecido como *recall* e é discutido em maior detalhe mais abaixo.

O estudo PCT feito em 2000 incluía um grupo controle selecionado entre agricultores dos mesmos municípios onde estavam os beneficiários. Na pesquisa de 2006, a amostra original de agricultores foi truncada pelo tamanho da propriedade, mantendo-se na amostra somente os agricultores de menor porte, assim tornando essa amostra mais similar aos beneficiários. Na análise de impacto, a situação do controle de agricultores serve como um parâmetro de comparação diferente daquele oferecido pela amostra *pipeline*, pois mesmo os peque-

nos agricultores familiares têm geralmente condições bem diferentes das dos beneficiários, que em geral são trabalhadores sem-terra e têm patrimônio, educação e renda bem menores. Assim, a situação dos agricultores serve para averiguar se e como os beneficiários do PCT estão se aproximando das condições de produtores rurais familiares, mas não serve como comparação para medição do impacto do PCT.

Como a seleção do controle e beneficiários não é completamente aleatória, podem ainda existir diferenças entre os grupos que causem viés de seleção, por exemplo: se o público-alvo do programa muda um pouco ao longo do tempo. Para lidar com essas possíveis diferenças, outras duas técnicas foram utilizadas na análise de impacto: *propensity score matching* e dupla-diferença. As duas são descritas abaixo.

2.5.1 Propensity score matching ou “pareamento por índice de probabilidade”

Outra técnica muito utilizada e também aplicada nos estudos do PCT e do PNCF é a conhecida como *propensity score matching*, ou pareamento por índice de probabilidade. Essa técnica utiliza informações sobre as características observáveis das comunidades e domicílios referentes ao período anterior à implementação dos projetos, para selecionar os pares mais similares de tratamento e controle a partir do universo considerado para o estudo. As características observáveis ou mensuráveis são, por exemplo, nível educacional, idade, experiência de trabalho, número de dependentes na família e assim por diante. Assim, essa técnica lida com o problema de viés de seleção que é devido a variáveis observáveis comunitárias e domiciliares, pois viabiliza a comparação somente entre unidades de tratamento e controle mais similares em relação às características que afetam tanto as chances de admissão no programa quanto os níveis dos indicadores de impacto.

O primeiro passo nessa técnica é estimar a probabilidade que cada domicílio tem de obter o programa. Para isso, usam-se as informações observáveis – sejam as coletadas na própria pesquisa ou as obtidas de outras fontes – para estimar um índice que sintetiza o efeito de todas essas características sobre a chance de um domicílio obter o programa. Nessa análise, todos os domicílios (tratamento e controle) são utilizados; portanto, ao final, tem-se um índice de probabilidade para cada domicílio e pode-se proceder à comparação dos índices entre tratamento e controle para encontrar os pares com índices mais similares. Uma vez feito o pareamento, procede-se à comparação dos indicadores analisados entre os pares, e o efeito final do programa será a média dessas diferenças para toda a amostra pareada.

Como indicado acima, essa técnica é capaz de lidar com o problema de viés de seleção que poderia surgir de diferenças entre tratamento e controle nas características que se pode medir. Já as diferenças em características não observadas ou não medidas podem ainda causar problemas de viés nos resultados.

2.5.2 Dupla-diferença

O uso do *propensity score matching* descrito acima lida com o problema de viés de seleção devido a características observáveis, mas não é capaz de diminuir as diferenças entre tratamento e controle que são devidas a características não-observáveis, ou que não são facilmente mensuráveis como, por exemplo, a capacidade de organização e o empreendedorismo dos indivíduos. A análise de dupla-diferença aborda justamente esses aspectos não-observáveis e permite diminuir os efeitos das diferenças fixas³ não-observáveis entre os grupos tratamento e controle.

³ Diferenças fixas são aquelas relacionadas a características que têm um efeito fixo sobre os indicadores que se quer estudar. Por exemplo, se a maioria dos indivíduos do grupo de beneficiários é mais empreendedora que a maioria do grupo controle e o efeito disso sobre sua renda e outros indicadores de qualidade de vida é sempre o mesmo, isso daria ao grupo tratamento uma vantagem inicial. Ao realizar a dupla-diferença essa vantagem inicial é eliminada da análise de impacto.

Sucintamente, a análise de dupla-diferença é a comparação da evolução de indicadores entre dois momentos no tempo – nesse caso, entre antes da obtenção do projeto e algum período posterior à implementação do projeto – e entre os dois grupos: tratamento e controle. Dessa maneira, a comparação elimina da estimação as possíveis vantagens iniciais que são estáveis no tempo e não-observáveis e, por isso, não foram incluídas no *propensity score matching*. No caso do estudo do PCT, a análise de dupla-diferença mediu a evolução entre o período anterior ao benefício e seis anos após o projeto e, para isso, utilizou dados de perfil de entrada que foram coletados em 2000 e dados de impacto coletados em 2007.⁴ Como mencionado acima, foi também necessário utilizar dados coletados por recall para o período anterior. Essa técnica de recall é descrita mais abaixo, onde também se descreve especificamente como ela foi aplicada nos estudos do PCT e PNCF.

2.5.3 O Efeito “corretivo” do uso das técnicas de controle do viés de seleção é significativo

A utilização dessas várias metodologias de seleção amostral e de análise de impacto, ou seja, método pipeline na seleção amostral, *propensity score matching* no pareamento de domicílios e comunidades para análise e de dupla-diferença na medição do impacto, minimiza ao máximo o viés de seleção (RAVALLION, 2005). Vários estudos analisaram a diferença nos resultados obtidos quando se utilizam ou não técnicas apropriadas para lidar com o viés de seleção.

Em estudo recente realizado em 2005 sobre o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) (BINSWANGER et al., 2006), realizou-se a comparação de medidas de impacto obtidas após utilização das três metodologias descritas acima, separadamente e em conjunto. A estimativa de impacto do programa sobre o acesso à eletricidade, um dos indicadores de interesse naquele estudo, variou entre um impacto de 20%, quando nenhuma técnica de controle de viés é utilizada, a 9%, depois de empregadas exatamente as três técnicas descritas acima, ou seja, o desenho amostral usando *pipeline* para seleção do controle, *propensity score matching* para selecionar os pares tratamento-controle a serem comparados, e dupla-diferença. Isto é, claramente o grupo de beneficiários do PCPR já tinha uma vantagem inicial em relação ao grupo controle no que concerne ao acesso à eletricidade, portanto a estimativa de impacto sem uso de técnicas de controle de viés de seleção resultaria em sobrevalorização da ordem de 100% em relação ao impacto do programa sobre o acesso à eletricidade medido com seu uso. Esses resultados confirmam a importância do uso dessas várias técnicas quando a seleção dos grupos tratamento e controle não é aleatória.

2.6 Um método para compensar a falta de um perfil de entrada: “recall”

Um problema comum nas análises de impacto é a falta de dados de perfil de entrada, pois muitos programas começam a ser implementados sem o planejamento para uma avaliação rigorosa. No entanto, em algum momento, esses programas necessitam ser avaliados. Neste caso, há pouco a se fazer com exceção do uso de perguntas *recall*, ou seja, recorre-se à memória das pessoas entrevistadas para perguntar, hoje, como era a situação em algum período anterior. Essas perguntas podem ser razoavelmente confiáveis em relação a certos tipos de informações como, por exemplo, posse de bens duráveis, condição de trabalho, certos indicadores de saúde e educação, assim como características relacionadas a variáveis de aspecto social, como capital social (discutido em outro capítulo). No entanto, é muito importante ressaltar que o método de *recall* não é válido em relação a informações sobre renda e outras características em que a memória de médio e longo prazo é falha e, portanto, as respostas não são confiáveis.

⁴ O estudo do PNCF coletou em 2006 dados de perfil de entrada para tratamento e controle; posteriormente serão coletados os dados que corresponderão à avaliação intermediária e à de impacto, sendo a análise também realizada com uso da metodologia de dupla-diferença.

Uma maneira de obter melhores respostas para *recall* é tentar encontrar algum evento marcante que tenha ocorrido na mesma época a que se referem as perguntas. Ao aplicar o questionário, os entrevistadores referem-se a esse evento toda vez que aplicarem uma pergunta referente ao período anterior. Por exemplo, na pesquisa citada acima sobre o Projeto de Combate à Pobreza Rural (BINSWANGER et al., 2006), queria-se obter dados sobre a situação dos entrevistados em junho de 2002. Esse foi exatamente o ano e aproximadamente o mês em que ocorreu a final da Copa do Mundo de Futebol em que o Brasil foi pentacampeão, portanto todas as perguntas de *recall* usaram essa referência para auxiliar nas respostas.

No caso do estudo do PCT, foram utilizadas algumas perguntas *recall* sobre patrimônio tanto para o grupo de beneficiários como para o grupo controle “agricultores”, pois as informações obtidas na pesquisa de campo de 2000 sobre beneficiários e controle de agricultores não incluíam dados sobre valores monetários dos bens duráveis. Mas pôde-se comparar isso às informações sobre a quantidade dos bens obtida na pesquisa de 2000. Já para o grupo controle em espera, que não havia sido entrevistado em 2000, todas as perguntas referentes ao período anterior (o mesmo ano do início do projeto do grupo de beneficiários) foram feitas por *recall*, mas não foram feitas perguntas sobre renda anterior, pela razão citada acima. Tanto no estudo do PCT como no estudo do PNCF, aplicou-se também o método *recall* para obter dados sobre o nível de capital social dos entrevistados no período anterior à formação das associações.

No estudo do PCT, utilizou-se uma outra estratégia, mais personalizada, para encontrar algum evento marcante como referência para as perguntas *recall*. Principalmente no caso do grupo controle em espera, pois o período de referência anterior (o ano de assentamento dos beneficiários: 1997) não tinha relação direta com o grupo controle e não tinha relação objetiva com qualquer evento único compartilhado por todos os entrevistados do grupo (sequer uma Copa do Mundo). Esse problema era menor no caso do grupo de beneficiários, pois, para estes, o momento da entrada no projeto era em si suficientemente marcante para auxiliar a memória sobre a situação imediatamente anterior. A única alternativa viável neste caso foi utilizar o seguinte procedimento, caso a caso: no começo da entrevista, pergunta-se se, naquele ano de 1997, havia ocorrido algum evento marcante na família como, por exemplo, o nascimento de um filho, casamento ou mudança de casa. A partir dessa informação, o entrevistador utilizava essa referência sempre que aplicasse uma pergunta *recall*, assim auxiliando o entrevistado a lembrar sua situação naquele ano.

2.7 O objetivo final das análises: a razão custo-benefício

O objetivo das análises de impacto não deve ser simplesmente medir o impacto sobre certos indicadores relacionados aos benefícios do programa. A meta final deve ser avaliar a eficiência do programa em produzir tais efeitos. Dado que os recursos são escassos, é essencial identificar quais programas ou quais metodologias de implementação e operacionalização são capazes de produzir melhores resultados a custos mais baixos. O desenho de políticas públicas deveria, sempre que possível, basear-se nesse tipo de informação.

Além disso, o gestor de qualquer programa pode utilizar essas informações para aprimorar a sua implementação, dado que as pesquisas sempre levantam dados sobre quais são os problemas e principais limitações do desenho ou da operacionalização que resultam em ineficiência.

Após estabelecidos quais são os reais impactos de certo programa, deve-se proceder à expansão deles para todo o universo de beneficiários⁵ e, assim, obter o benefício total do programa. No caso de benefícios monetários, é possível estabelecer uma comparação direta destes com os custos. No caso de outros tipos de benefícios, pode-se proceder a uma análise comparativa entre a eficiência (custo vs. resultados) do programa e de outros programas similares.

⁵ Em geral estudos de impacto usam amostras selecionadas do universo de beneficiários, portanto há necessidade de expandir os resultados para todo o universo.

O período de tempo a ser considerado neste cálculo de benefícios depende do programa. No caso do estudo de impacto do PCT, utilizou-se um período de 20 anos a partir do ano de início do projeto, pois é esse o prazo de pagamento do empréstimo feito pelas associações para a compra da terra. E utilizaram-se somente os dados obtidos sobre o impacto na renda dos beneficiários. Outros impactos, sobre a qualidade de moradia, acesso a serviços ou saúde, não foram contabilizados. Também foram realizados cálculos com diferentes pressupostos em relação à trajetória futura dos benefícios. Por exemplo, o de que a renda continuaria crescendo durante os 20 anos analisados, ou o de que ela seria a mesma a partir de certo ano após o projeto.

2.8 O desenho amostral

Tanto no estudo do PNCF como no do PCT, as amostras de controle *pipeline* foram selecionadas a partir da lista de espera do PNCF, tomando como base a distribuição geográfica da amostra de beneficiários.

No caso do estudo do PNCF, a fase do estudo que já foi implementada é o perfil de entrada, e a seleção dos beneficiários cobriu todos os estados representados no programa em 2006. No caso do estudo do PCT, o perfil de entrada foi realizado em 2000, baseado na distribuição do programa naquela época, portanto a seleção do controle em espera seguiu a distribuição da amostra tratamento de 2000.

Como indicado mais acima, no estudo do PCT, além do grupo de controle pipeline também foi analisado um outro grupo controle, de pequenos agricultores. Estes haviam sido entrevistados em 2000, mas a amostra daquele estudo incluía um número maior de domicílios. Para o atual estudo, a amostra original de agricultores foi truncada pelo tamanho da propriedade, mantendo na amostra somente os agricultores de menor porte, na tentativa de tornar essa amostra mais similar aos beneficiários. Na análise de capital social, o grupo controle de agricultores foi também incorporado, mas somente uma subamostra de domicílios que tinham acesso a associações.

O tamanho final das amostras foi calculado com base em informações obtidas *a priori* sobre os possíveis impactos do programa sobre alguns indicadores. O PCT e o PNCF já tinham sido objeto de estudos que estimaram a evolução da renda dos beneficiários. Especificamente, utilizaram-se essas avaliações preliminares sobre a renda para estimar o tamanho amostral, tomando-se um certo mínimo impacto proporcional à renda inicial como um dos parâmetros. A descrição específica para cada estudo sobre os cálculos realizados para a definição dos tamanhos das amostras está nos capítulos que descrevem a metodologia detalhada daqueles.

É importante frisar que, no caso do estudo do PNCF, existia ainda uma preocupação adicional na definição da amostra *pipeline*, a saber: que, ao longo da avaliação intermediária e da avaliação de impacto, um certo número de domicílios desta amostra poderá ser beneficiado pelo programa. Ao final de dois anos, deve-se retornar a campo para coleta dos dados de impacto, e o tamanho da amostra controle deve ainda ser razoável para proporcionar medidas válidas estatisticamente para comparação com o grupo tratamento. Por essa razão, o tamanho amostral do grupo controle foi um pouco maior do que o de beneficiários.

2.9 Pesquisa de campo: questionários , pré-teste, treinamento de entrevistadores

A identificação dos indicadores básicos que se quer medir no estudo constou dos termos de referência. Na proposta final do estudo, outros indicadores podem ser acrescentados, dependendo de sua ligação com os indicadores básicos. O desenvolvimento dos questionários parte exatamente da definição dos indicadores. Assim, nos estudos do PCT e do PNCF, os principais indicadores incluídos foram renda, patrimônio, saúde, educação, moradia, acesso a serviços, produção agrícola, assim como capital social.

É essencial que os questionários sejam testados em campo com beneficiários e potenciais domicílios controle, antes da definição do formato final e da pesquisa de campo em si. Vários aspectos dos questionários preliminares foram modificados após o teste de campo dos dois estudos. A fase de pré-teste de campo também serve para treinamento dos entrevistadores, que, em sua maioria, nunca visitaram um projeto

similar antes e precisam de orientação específica. Um exemplo do tipo de mudanças decorridas do pré-teste é o caso do estudo do PCT, em que o pré-teste de campo serviu, entre outras coisas, para indicar a necessidade de que os entrevistadores obtivessem, logo no início da entrevista, uma referência temporal para o período anterior ao projeto específica para cada família, para uso nas perguntas *recall*.

Todo esse processo foi acompanhado de perto por técnicos da Secretaria de Reordenamento Agrário e do Banco Mundial e sua participação direta garantiu não só uma melhor interação entre os pesquisadores e o pessoal local responsável pela implementação dos projetos, mas também melhor ajuste na linguagem dos questionários e na definição das amostras, assim como um melhor controle de qualidade em relação aos objetivos iniciais do estudo.

2.10 Conclusão

Avaliações de impacto fornecem informações muito úteis para gestores de programas e para o desenho de políticas públicas, mas somente quando são elaboradas de maneira a lidar com os vários problemas que podem inutilizar seus resultados. Viés de seleção, o grande vilão de estudos de impacto, deve ser rigorosamente tratado para que os resultados das análises sejam válidos.

Várias metodologias podem ser utilizadas para diminuir o problema com viés de seleção, e qualquer desenho de avaliação de impacto deve claramente indicá-las, sempre adaptadas à situação específica de cada programa. Os termos de referência devem incluir menção a esse problema de viés e a técnicas que podem ser utilizadas para mitigá-lo.

Ainda, e muito importante, todo estudo de impacto deve indicar o objetivo final do estudo, ou seja, a análise da razão custo-benefício que indica a eficiência do programa em alcançar suas metas. É essa comparação entre custo e benefício que pode dar ao gestor de programas e aos responsáveis por planejar e implementar políticas públicas o instrumento necessário para uma avaliação comparativa que auxilie na definição do uso dos recursos e das ações que permitam melhorar a eficiência de programa.

2.11 Bibliografia

RAVALLION, M. Evaluating Anti-Poverty Programs. Prepared for: EVENSON, R.E. and SCHULTZ, T. Paul (eds.) *Handbook of Agricultural Economics Volume 4*, North-Holland, 2005.

BINSWANGER, H.; AMAZONAS, F.; BARBOSA, T.; COSTA, A.; MENEZES, N.; PAZELLO, E.; ROMANO, C. *Evaluation of the Northeast Rural Poverty Reduction Program: 1993–2005*. Unpublished report commissioned by PADECO, Co. Ltd. for the World Bank–Japan Trust Fund Project “Reducing Poverty: What Works, What Doesn’t.” 2006.

3

Roteiro Metodológico da Avaliação de Impacto do PNCF



3.1 Introdução

Nas avaliações de impacto, o interesse principal recai sobre a identificação das conseqüências de um tratamento sobre uma ou mais variáveis que sofreram seu efeito (PRENNUSHI *et al*, 2000; RAVALLION, 2003; RAVALLION, 2006). No caso do PNCF, por exemplo, o tratamento consiste no crédito e as famílias beneficiárias são os tratados. A variável de resultado principal é, usualmente, a renda. Busca-se, então, identificar se a participação no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) levou a um incremento da renda das famílias beneficiárias. Nessas avaliações, também podem ser avaliados outros aspectos sócio-ambientais ligados à renda ou não das famílias, como o acesso a benefícios do governo, acesso à escola e saúde, externalidades ambientais, formação de capital social, entre outros. Para estimar o impacto, é necessário comparar os tratados com um grupo de não-tratados (controle) de maneira que seja possível associar a mudança na variável de resultado ao tratamento e excluir explicações alternativas ou conjunturais não ligadas ao tratamento. No contexto do PNCF, a amostra de controle consistiria em um conjunto de agricultores familiares não-beneficiados pelo programa.

Nesse trabalho, a equipe responsável pela avaliação de impacto do PNCF, que está em curso, procurou organizar um roteiro de uma avaliação de impacto destacando pontos ilustrativos baseados na pesquisa.

3.2 Determinação do plano amostral

Sempre que se analisam dados de uma amostra e se pretende fazer inferências estatísticas para uma população, é necessário considerar cuidadosamente o plano amostral. A base para a sua inferência é a distribuição amostral do estimador utilizado e seu erro padrão. Esse erro, por sua vez, depende do plano amostral. Discutem-se aqui apenas algumas questões gerais sobre o tema, sem o interesse de exauri-lo. Para maiores detalhes, ver Kish (1995), Bussab e Bolfarine (2005) e Levy e Lemeshow (1980).

O plano amostral do PNCF foi concebido em função dos objetivos da avaliação de impacto do programa e descreve os métodos e medidas para execução da amostragem, consistindo num conjunto de etapas que permite a definição clara dos elementos referentes à amostra. Nesse sentido, o planejamento amostral deve reconhecer o universo a que se refere o estudo (beneficiários do PNCF), a população que será estudada (beneficiários e não-beneficiários do PNCF) e as unidades amostrais, os objetos sobre os quais se farão medidas do evento de interesse no estudo, neste caso as famílias e os projetos.

Também é importante decidir se a amostra deve ser aleatória ou intencional. Será intencional quando o investigador puder arbitrar quais unidades da população estudada devem ser tomadas para observação. Quando se busca fazer inferência estatística sobre parâmetros populacionais a partir de estatísticas amostrais, no entanto, amostras probabilísticas (em que a probabilidade de participação de cada elemento da população é conhecida *a priori*) devem ser utilizadas. No contexto das avaliações de impacto – cujo objetivo é a análise de relações causais, como será discutido mais adiante –, a amostra não precisa ser, necessariamente, probabilística. No entanto, dado que se busca, em geral, também fazer inferências sobre características da população beneficiária do PNCF, em termos descritivos e de focalização, uma amostra probabilística é mais adequada.

Para atingir os objetivos da avaliação de impacto do PNCF, devem ser definidas duas amostras, de projetos e famílias beneficiárias do programa, e uma amostra de não-beneficiários que serão utilizados para o controle (estimativa da influência do tratamento).

O plano amostral usualmente inclui dois estágios. Na avaliação do PNCF, foram considerados os seguintes:

- » Primeiro estágio: sorteio dos projetos ou associações (unidades amostrais primárias);
- » Segundo estágio: sorteio de famílias (unidades amostrais secundárias) nas associações sorteadas.

O procedimento em dois estágios apresenta vantagens em termos de custos de obtenção dos dados, já que o custo marginal de cada família adicional em um mesmo projeto é menor que o de uma família em outro projeto, devido ao menor deslocamento dos entrevistadores. Este tipo de amostragem, no entanto, tende a inflacionar o erro amostral e, conseqüentemente, o tamanho da amostra para obter um dado erro máximo, como discutido a seguir.

3.3 Dimensionamento da amostra

A determinação do tamanho de uma amostra depende de três parâmetros fundamentais, a saber: 1) nível de significância; 2) margem de erro e 3) distribuição de probabilidade do estimador do parâmetro de interesse (em especial seu erro padrão).

O nível de significância é normalmente considerado em 5% ou 1%.

Para cada margem de erro de cada variável analisada, pode-se determinar um tamanho de amostra. Dessa maneira, usualmente, escolhe-se uma única variável (a mais relevante) para a qual a margem de erro é fixada, o que condiciona a margem de erro das demais variáveis. Na avaliação de impacto do PNCF, o parâmetro de interesse escolhido para o cálculo do tamanho da amostra consistiu na diferença média da renda agrícola após um período de dois anos de tratamento (PNCF). A renda foi escolhida por ser a principal variável de resultado.

Falta ainda o terceiro elemento – o erro padrão do estimador, que pode ser estimado a partir da variância da variável de interesse. Há aqui um círculo vicioso: para estimar o tamanho da amostra, precisa-se conhecer a variância e, para estimá-la, é preciso ter os dados. A solução desse paradoxo em geral passa pela utilização de dados de outra pesquisa semelhante já realizada que oferece uma estimativa da variância. No caso da avaliação de impacto do PNCF, utilizou-se a base dos “Diagnósticos qualitativos dos assentamentos implantados no projeto de Crédito Fundiário no Programa de Crédito Fundiário”, realizados em 2003 e 2005, para estados do Nordeste pelo convênio FEALQ/MDA (BRASIL/MDA/SRA, 2006).

Uma vez determinados o nível de significância, a margem de erro da variável de interesse e a variância desta variável (base para determinar o erro padrão do seu estimador), pode-se calcular o tamanho da amostra, que depende do plano amostral. Para amostras aleatórias simples com reposição, o tamanho da amostra pode ser estimado como:

$$n = \frac{t_{\alpha/2}^2 s^2}{E^2}$$

em que, $t_{\alpha/2}$ é o valor crítico da distribuição t de *Student* para o nível de confiança desejado (bicaudal); s^2 é a estimativa da variância populacional (2) da variável de interesse – diferença da renda agrícola; E é a margem de erro assumida para calcular o tamanho da amostra.

Esse cálculo, porém, é válido apenas para amostras aleatórias simples com reposição e parte da premissa de independência entre as unidades amostrais. Em muitas situações, no entanto, os dados não são independentes, mas se encontram agregados de alguma maneira, como ocorre na amostragem em múltiplos estágios. No caso da avaliação do PNCF, há projetos (unidade amostral primária) e famílias beneficiadas (unidade amostral secundária).

A diferença na renda tende a ser mais semelhante entre famílias do mesmo projeto do que entre aquelas de distintos projetos. Tal fenômeno é conhecido como correlação intraclasse (BOLFARINE; BUSSAB, 2005). Assim, duas famílias no mesmo projeto (dependentes entre si) oferecem menos informação que duas em projetos diferentes (independentes entre si). Por essa razão, a amostragem em múltiplos estágios é menos eficiente que a amostra aleatória simples. Essa perda de eficiência é representada por um aumento no erro padrão do estimador do parâmetro de interesse (a diferença média da renda agrícola).

3.3.1 Cálculo do tamanho da amostra considerando a correlação intraclasse

Há várias formas de estimar a correlação intraclasse quando existem dados de estudos semelhantes que podem ser tomados como referência: a análise de variância de efeitos fixos (ANOVA), a análise de componentes de variância de efeitos aleatórios (SEARLE et al., 1992) e os modelos multinível (RAUDENBUSH; BRYK, 2002; GOLDSTEIN, 2002). Em termos gerais, nesses modelos, analisa-se, com diferentes premissas, a relação da variância entre os projetos e a variância dentro dos projetos. Quanto maior for a primeira e menor a segunda, maior é a semelhança entre as famílias em cada projeto e, conseqüentemente, maior a correlação intraclasse.

Quanto maior for a correlação intraclasse e maior o número de famílias beneficiárias sorteadas em cada projeto, maior será o erro padrão do estimador e maior terá que ser a amostra para obter uma mesma margem de erro máximo, tal como indicado a seguir (considerando-se projetos de igual tamanho):

$$Var[\bar{y}] \cong \{1 + \rho_{int}(b-1)\} \frac{\sigma^2}{ab}$$

em que, a é o número de projetos sorteados (unidade primária); b é o número de famílias sorteadas em cada projeto (unidade secundária); σ^2 é a variância populacional da variável de interesse; ρ_{int} é a correlação intraclasse.

Em termos estatísticos, é melhor reduzir o número de unidades secundárias (b) e aumentar o número de unidades primárias (a). Isso, no entanto, é contraproducente em decorrência dos custos de coleta de dados. Dessa forma, é necessário identificar a combinação de a e b que permita conciliar questões relativas à margem de erro e custos. Na avaliação do PNCF, foram consideradas cinco famílias por projeto. No entanto, dada a possibilidade de dificuldades na localização ou desistências de famílias, optou-se por elevar esse número para seis. Não é recomendável incrementar exageradamente o número de famílias por projeto, já que a margem de erro não seria diminuída significativamente. Para reduzi-la, é necessário aumentar o número de projetos, o que gera um *trade-off* entre custo e precisão.

3.4 Seleção da amostra

Uma vez determinado o tamanho da amostra, a seleção dos membros dos grupos de tratamento e controle deve ser realizada a partir de um sistema de referência que reflita toda a população, ou seja, a lista dos elementos da população (projetos e famílias). No PNCF, trata-se da lista de beneficiários e projetos (SAC – Sistema de Análise e Contratação). No que se refere ao grupo de controle, no entanto, há outras considerações a levar em conta.

O público de controle deve ser constituído de uma amostra com perfil semelhante àquela tratada na época de seu ingresso no programa, mas externa a este. Os critérios de seleção do público de controle devem evitar ao máximo que este tenha um perfil distinto daquele dos beneficiários e, ao mesmo tempo, permitir seu acompanhamento e continuidade ao longo do tempo.

Diversas alternativas mostram-se possíveis para a determinação da amostra do grupo de controle com perfil semelhante ao de tratamento. Aqui se descrevem apenas duas que foram consideradas plausíveis para aplicação ao PNCF.

Escolher os elementos da amostra de controle entre os inscritos para obter financiamento pelo projeto, uma vez que estes permanecem na fila por algum tempo (*pipeline*). Nessa alternativa, há um sistema de referência bem definido e o mesmo critério de amostragem utilizado para beneficiários poderia ser aplicado. As famílias inscritas no PNCF mas ainda não-beneficiárias tendem a apresentar um perfil muito próximo àquela das famílias beneficiárias. Devido ao fato de a demanda pelo PNCF ser espontânea (não-induzida), a sua forma de organização comunitária ou associativa, seu capital social, perfil de produção e renda provavelmente convergem com aqueles dos já beneficiários na região. No entanto, essas famílias tendem, ao longo do tempo, a ingressar ao programa e, com isso, sair do grupo de controle. Nesses casos, nos levantamentos subseqüentes ao perfil de entrada, haverá substituição por nova família inscrita e não-beneficiária, em detrimento da continuidade da amostra controle.

A amostra de controle também poderia ser obtida a partir de indicações dos beneficiários dos programas que forem pesquisados. Assim, seria solicitado às famílias beneficiárias do PNCF que indicassem, na sua região, outras famílias cujo perfil assemelhe-se àquele do público-alvo do PNCF que não foram por ele beneficiados e tampouco se encontram em lista de espera. Famílias não-inscritas mas pertencentes à mesma comunidade dos beneficiários terão maior continuidade na subpopulação de público de controle, mas podem ter perfil inicial e trajetórias de vida distintas daquela dos beneficiários. Nesse caso, após as entrevistas, devem ser realizados testes estatísticos a fim de verificar a similaridade de perfil entre os beneficiários e a população controle.

Na avaliação de impacto do PNCF, a amostra de controle foi escolhida entre os inscritos para obter financiamento pelo projeto que permanecem na fila por alguns meses (*pipeline*). Foi sorteada partir da lista do Sistema de Qualificação da Demanda – SQD do PNCF. Nesse sistema, os agricultores ou associações precisam se inscrever antes de acessar o crédito. Como critério de seleção dos entrevistados do grupo de controle, procurou-se primeiramente eleger os que estavam mais próximos, no mesmo município dos beneficiários sorteados ou em municípios vizinhos, para que tivessem maior chance de ser comparáveis aos beneficiários.

Assim, foi selecionado, por meio de sorteio, um número proporcional de não-beneficiários ao de beneficiários em cada localidade (município ou municípios vizinhos). Da mesma forma que no caso dos beneficiários, foi feita uma lista de não-beneficiários para a seqüência de entrevistas. Caso um sorteado não fosse encontrado, o próximo da lista era usado para substituí-lo.

O uso de uma amostra de controle da lista de espera tende a reduzir significativamente as diferenças entre os grupos de beneficiários e não-beneficiários. Por outro lado, eleva o risco de passagem de famílias do grupo de não-beneficiários para o grupo de beneficiários durante a execução da pesquisa. Apesar dessa restrição, essa escolha se apresentou como a melhor alternativa para a definição do grupo de controle, dado que as demais poderiam implicar vieses importantes e a impossibilidade de comparação entre controle e tratamento.

3.5 Coleta de dados

Um aspecto fundamental relacionado à qualidade de qualquer avaliação de políticas públicas é a coleta de dados em campo. O planejamento adequado dessa atividade é essencial para que os dados necessários sejam coletados dentro dos custos e prazos apropriados e tenham a máxima qualidade e confiabilidade possíveis. Para que esses atributos estejam assegurados, diversos fatores devem ser analisados e integrados.

A estrutura complexa dos projetos do PNCF, com arranjos individuais e coletivos, de ocorrência disseminada nas diferentes regiões de sua atuação (Nordeste, Sul, Sudeste e estado do Tocantins), bem como a diversidade das unidades gestoras estaduais (órgãos responsáveis pela execução do PNCF nas unidades da Federação) geram especificidades cujo conhecimento é de fundamental importância para a definição da estratégia e do material que serão utilizados na coleta em campo.

Entre os diversos fatores que devem ser levados em conta na definição da estratégia de coleta, destacam-se a construção dos instrumentos de coleta, a organização de rotas de deslocamento para a coleta, a seleção e treinamento dos pesquisadores de campo, os procedimentos de localização do público-alvo na pesquisa e a logística de remessa do material coletado para digitação.

3.5.1 Instrumentos de coleta

3.5.1.1 Tipo e conteúdo

A avaliação de impacto exige a comparação de informações de um indivíduo tratado (beneficiário) com um indivíduo semelhante não tratado (não-beneficiário ou controle). Complementarmente outras informações devem ser coletadas para contextualizar a avaliação e abranger outros aspectos importantes como organização do projeto, meio ambiente, infra-estrutura produtiva, entre outros. Portanto, os questionários de entrevista

e outros materiais de coleta devem cobrir os diferentes temas ligados aos beneficiários e não-beneficiários, além de outros aspectos relevantes do projeto como um todo.

As diferentes formas de organização dos projetos do PNCF (individual e coletivo ou um misto dos dois, denominado de semicoletivo) exigem que o material de coleta esteja ajustado para captar as especificidades de cada caso com qualidade e consistência. Nos projetos coletivos ou semicoletivos, são aplicados essencialmente três tipos de questionário: i) projeto – direcionado à coleta de informações gerais do projeto, tais como a formação da associação e sua composição, a infra-estrutura produtiva existente, o número de famílias residentes no projeto, entre outras. Esse questionário deve ser aplicado a uma pessoa ligada à direção da associação do projeto (presidente ou membro da diretoria da associação); ii) beneficiário – aplicado a famílias beneficiárias do projeto a fim de coletar informações individuais sobre composição familiar, renda, escolaridade, bem-estar e produção agrícola e iii) não-beneficiário – aplicado ao público controle e deve apresentar conteúdo semelhante ao do beneficiário, permitindo uma comparação direta das informações. No caso dos financiamentos (projetos) individuais, as informações são semelhantes quanto ao conteúdo, no entanto há necessidade de adequação para agregar as informações gerais sobre o projeto no questionário do beneficiário. Neste caso são aplicados apenas os questionários de coleta denominados: i) beneficiário (ajustado, captando os aspectos gerais ligados ao imóvel financiado) e ii) não-beneficiário.

Na definição do conteúdo de cada tipo de material de coleta (quantidade e tipo das informações a serem coletadas), devem ser observados dois fatores essenciais: o objetivo da pesquisa e o tempo de entrevista. O objetivo da pesquisa está relacionado ao tipo de informação que ela pretende gerar em cada uma de suas fases. A forma de realização da entrevista deve garantir que os dados registrados em cada resposta reflitam as informações que se deseja obter. Já o tempo da entrevista é fundamental para garantir que o entrevistado se mantenha comprometido com o fornecimento das informações. Tempos de entrevista muito longos exaurem o entrevistado e comprometem a precisão das informações transmitidas.

Por esses fatores, o tempo de duração da entrevista é o fator balizador do tamanho e formato do conteúdo do material de coleta. Sua avaliação (cronometragem) deve ser realizada a partir de testes de campo nos quais são aferidos o grau de complexidade das informações e o esforço de raciocínio requerido dos entrevistados. Através de um processo de sucessivas revisões de uma concepção inicial do material de coleta (feita sem os testes de campo), o tempo de aplicação e a forma de elaboração das perguntas são adequados ao ritmo da entrevista e ao perfil médio do seu público-alvo. No caso específico da pesquisa de avaliação de impacto do PNCF, os testes de campo apontaram que o tempo máximo de entrevista deveria ser de uma hora e trinta minutos. Entrevistas muito mais longas levam a uma perda de qualidade das informações obtidas, comprometendo a sua confiabilidade de precisão. É de pouca utilidade, e elevado risco, analisar dados comprometidos, sendo sempre preferível reduzir a quantidade de dados (excluindo aqueles de menor relevância ou possível redundância) e garantir sua qualidade. O processo de revisão e ajuste dos questionários pode demandar diversas versões, e cada uma delas deve ser testada em condições de campo. Para a redução do tempo ou exclusão de questões de difícil compreensão, visando ao ajuste do material de coleta ao perfil do entrevistado e ao tempo pretendido de entrevista, é muito importante que já se tenha estabelecido a forma exata como os dados serão analisados. Esse conhecimento é essencial para os ajustes não comprometerem a viabilidade de análise e o alcance dos objetivos finais pretendidos. Esse conjunto de definições e testes demanda um tempo razoável no início da pesquisa, o que deve estar previsto em seu cronograma físico. Dados coletados sem confiabilidade ou omissões não podem ser corrigidos após a coleta, sem que se repita o esforço de amostragem; assim, todo o cuidado com a elaboração e com os testes do material de coleta é imprescindível na fase inicial (anterior à coleta) da pesquisa.

3.5.1.2 Estrutura e organização do material de coleta

Os instrumentos de coleta são extremamente complexos quanto à estrutura e organização (layout). A definição da estrutura dos questionários deve permitir que o entrevistador e entrevistado estabeleçam um diálogo

franco, fluente e produtivo durante a entrevista, facilitando o registro dos dados e garantindo sua confiabilidade. Os questionários devem estar organizados por tópicos capazes de reunir as informações relacionadas aos diferentes temas (p.e.: renda, composição familiar, escolaridade, habitação), o que vai conferir fluidez à entrevista. Porém o fundamental da estrutura é que a seqüência dos temas esteja bem definida e seja lógica para o entrevistado, simplificando o fornecimento dos dados ao permitir que ele se concentre em determinados assuntos de maneira direta, sem a repetição de temas ao longo da entrevista.

Na estrutura do questionário, os temas mais exigentes quanto ao raciocínio e memória devem ser tratados na parte inicial (mas não na primeira) da entrevista com o entrevistado mais descansado e atento. A primeira parte do questionário não deve ser utilizada para essa finalidade porque as barreiras próprias da relação entrevistador – entrevistado ainda não foram rompidas (estabelecimento de uma relação de confiança ou maior aproximação). A primeira parte da entrevista deve construir uma atmosfera de predisposição positiva a ser conquistada durante a etapa de apresentação e identificação. Temas de abordagem mais complexa como os ambientais e a renda, ou qualquer parte da entrevista que possa revelar a adoção de práticas irregulares devem ser colocados mais ao final do questionário, quando a relação de confiança entre entrevistado e entrevistador já estará mais bem consolidada. Os pesquisadores são treinados e conscientizados quanto à postura que devem adotar nas entrevistas, estando atentos para o fato de que uma colocação feita em momento inoportuno ou de forma inadequada pode comprometer a totalidade da entrevista.

A organização (layout) dos questionários deve permitir que o entrevistador tenha clareza do andamento do processo de coleta de dados. As perguntas e sua organização devem ser padronizadas e dispostas de forma fácil e prática, simplificando a sua visualização e leitura. É importante que o layout seja limpo e que as perguntas e passos seqüenciais do questionário estejam bem definidos para o entrevistador, com espaços suficientes e bem indicados para a marcação das respostas.

Preferencialmente, as questões devem ser do tipo fechado, no qual o entrevistado tem uma série de possíveis respostas que devem ser assinaladas, pois esse tipo de questão ajuda a diminuir o tempo da entrevista. Sempre que as respostas forem de múltipla escolha (mais de uma resposta) ou de resposta única, deve ser feita uma distinção no layout das respostas (p.e.: símbolos distintos para cada caso), para facilitar a coleta adequada da informação. Questões abertas, necessárias na parte qualitativa, levam maior tempo, dificultam o processo de análise, e o preenchimento do questionário; assim, devem ser adotadas apenas quando necessário. Neste caso, a formulação da questão e a abordagem devem ser criteriosamente verificadas, garantindo o foco naquilo que se pretende investigar.

3.5.1.3 Teste de campo

O material de coleta deve passar por testes de campo visando ajustar seu conteúdo aos objetivos, melhorar sua estrutura e layout além de adequar o tamanho do questionário ao tempo de entrevista. Os testes de campo devem ser realizados em condições idênticas às da realização da pesquisa. Nesta oportunidade, também pode ser efetuado todo o planejamento dos trabalhos de campo, incluindo o treinamento dos pesquisadores. A versão final do material de coleta deve ser produzida apenas ao final dos testes de campo. Estes devem ser realizados por mais de uma pessoa, possibilitando um processo de avaliação que supere aspectos particulares e individuais. As principais variáveis relacionadas ao material de coleta a serem avaliadas nos testes referem-se a: i) aferição do tempo médio de aplicação do questionário, mediante cronometragem; ii) pertinência dos temas abordados; iii) estrutura seqüencial lógica das questões; iv) layout do questionário e facilidade de sua utilização e manuseio; v) melhor abordagem a ser adotada em cada uma das questões; vi) as alternativas de respostas no caso de questões do tipo fechadas; vii) adequação dos espaços para assinalar ou redigir as respostas e viii) a clareza da indicação dos passos a serem seguidos pelo entrevistador durante a entrevista.

Questionários feitos em papel são mais práticos do que coletas diretas em meio digital. No caso de coletas em meio digital (utilizando computadores ou coletores de dados), as revisões demandam tempo de desenvolvi-

mento de códigos computacionais e testes muito longos que precisam ser feitos a cada revisão das questões. Esse tempo pode ser, dependendo da complexidade e dos recursos disponíveis, de meses, limitando a viabilidade prática desse tipo de coleta (que não agrega qualidade aos dados). Além disso, caso alguma falha no questionário seja detectada apenas após o início das coletas, o questionário em papel pode mais facilmente ser corrigido ou reimpresso, o que já não é o caso de meios eletrônicos. Assim, coleta em meio eletrônico em pesquisas complexas como esta, que aparentemente poderia ser interpretada como sendo de maior eficiência e qualidade, na realidade não assegura dados mais confiáveis e certamente aumenta muito o tempo necessário para a coleta.

3.5.2 Rotas e quantitativo de entrevistas

A definição das rotas de coleta de dados é fundamental para que a pesquisa de campo cumpra o tempo de duração estimado e, conseqüentemente, mantenha os custos de coleta dentro do planejado. Além disso, a racionalização de trajetos é um elemento a ser considerado no que diz respeito às boas condições de trabalho do pesquisador de campo.

Em coleta de dados na zona rural, como a avaliação de impacto do PNCF, diversos fatores devem ser considerados para o planejamento das rotas de coleta. Alguns desses fatores, como o tempo de aplicação, os procedimentos de localização do entrevistado e o tempo empregado nessa tarefa, devem ser determinados ou estimados durante os testes de campo. Na definição das rotas, também deve ser levada em conta a proporção entre entrevistadores e entrevistas, o período estipulado de coleta, a distância entre os locais de coleta e a quantidade de entrevistas por local (no caso da avaliação de impacto do PNCF nos assentamentos coletivos, vários beneficiários podem ser entrevistados em um mesmo projeto).

O número de entrevistas a ser realizada, por margem de segurança em relação a problemas usuais em entrevistas na zona rural, sempre deve ser superior em 10% a 20% ao tamanho desejado da amostra. Os problemas mais comuns são a não-localização do entrevistado sorteado, a recusa em conceder a entrevista ou o abandono do PNCF pelo sorteado para a entrevista. Também deve ser considerado que alguns questionários podem ser invalidados por erro de preenchimento ou constatação posterior do entrevistador de que a entrevista não foi válida, por não apresentar confiabilidade dos dados fornecidos, devido à incapacidade do entrevistado ou má fé no fornecimento dos dados.

3.5.3 Seleção e treinamento dos pesquisadores de campo

Um ponto importante para a coleta de dados confiáveis e com boa qualidade está na equipe de pesquisadores de campo. Eles (entrevistadores) devem ter algum tipo de relação com o meio rural e possuir uma base conceitual a partir da qual possam ser desenvolvidos conhecimentos específicos necessários à realização da pesquisa. Devem ter também aptidão para dialogar com produtores rurais que, muitas vezes, possuem especificidades e limitações na capacidade de compreensão da realidade urbana da qual o entrevistador provavelmente faz parte. Essa capacidade deve possibilitar o estabelecimento de um diálogo fluente e fácil entre as partes e uma relação de confiança que implique veracidade e qualidade na prestação de informações.

Também deve haver laços de confiança entre o entrevistador e a equipe coordenadora do projeto, trabalhando-se, sempre que possível, com equipe de entrevistadores composta por pessoas já conhecidas e em número reduzido. Quanto menor o número de entrevistadores, menor a possibilidade de interferências (viés) na coleta dos dados devido ao entrevistador. Tais premissas devem ser ajustadas da melhor forma possível aos limites determinados pelos prazos disponíveis de coleta de dados.

O treinamento dos pesquisadores de campo deve ser organizado em duas etapas, sendo uma primeira teórica, na qual são introduzidos os objetivos da pesquisa, o conteúdo do material de coleta e os procedimentos de campo e de entrevista. Nesta etapa são repassados os conceitos básicos inerentes ao trabalho através de dinâmica de entrevista entre os entrevistadores que permite maior familiaridade com o material. Este passo é fundamental para a fixação da seqüência e conteúdo do material de coleta.

A etapa seguinte deve ser prática, com o treinamento operacional, simulando a pesquisa no campo, quando os entrevistadores adotam todos os procedimentos de pesquisa para assimilar corretamente todas as etapas que vão desde a localização do entrevistado até a entrevista com o beneficiário. Nessa etapa os pesquisadores são supervisionados diretamente pela coordenação da pesquisa, através do acompanhamento de todas as atividades do entrevistador. Nessa etapa, caso seja identificada a incapacidade de algum pesquisador em aplicar corretamente a pesquisa, ele deverá ser excluído do grupo de entrevistadores. Essa etapa também pode ser utilizada para o aprimoramento do material de coleta antes de iniciar a pesquisa.

3.5.4 Estratégias de localização do público-alvo

A implementação do PNCF é realizada pelos estados, com a participação de parceiros importantes na sua divulgação e mobilização de beneficiários em âmbito local. Este é o caso dos sindicatos de trabalhadores rurais, organizações não-governamentais e instituições governamentais, atores fundamentais para estimular a participação das famílias no programa e na elaboração dos projetos, que, portanto, são decisivos para apoiar a localização e identificação do público-alvo. Esses atores devem ser informados da pesquisa através de reuniões com sua direção nas quais os objetivos e procedimentos daquela devem ser esclarecidos e levados aos atores locais nos municípios. Como procedimento principal de localização do público-alvo, é necessário primeiramente o contato com os parceiros do PNCF mais atuantes, sejam eles do sindicato rural, de uma ONG, da prefeitura ou governo do estado.

3.5.5 Segurança e qualidade do material coletado

Os questionários preenchidos devem ser remetidos semanalmente à equipe responsável pela digitação e controle dos dados. Assim, é possível monitorar adequadamente o trabalho realizado pelos pesquisadores, enquanto eles ainda estão em campo. Caso seja constatada alguma falha de preenchimento, é possível solicitar que o pesquisador corrija os problemas sem ter que realizar um deslocamento grande. Essa medida garante a consistência e qualidade do material coletado e reduz os custos de coleta em caso de necessidade de informações complementares ou revisão. Antes de enviar o material coletado, o pesquisador deve fazer cópias, que ficam em seu poder, para evitar a perda do material por extravio na sua remessa. Todo o material deve ser enviado por meio de correspondência registrada. O pesquisador de campo também deve prestar informações do andamento da pesquisa por contato telefônico constante e via correio eletrônico.

3.6 Banco de dados

3.6.1 Estruturação

O banco de dados deve ser estruturado para fornecê-los de maneira rápida e confiável para as análises estatísticas. Para isso, podem ser desenvolvidas ferramentas em Visual Basic, MySQL, Access, entre outras existentes.

A codificação do banco de dados deve seguir a mesma do questionário, ou seja, obedecer ao número da questão assim como seus itens e subitens. Esse procedimento se faz necessário para facilitar o manuseio da equipe responsável pela análise dos dados e de outras pessoas que necessitem consultar o banco de dados.

Numa pesquisa de campo como é o caso do PNCF, os entrevistadores podem deparar situações nas quais os entrevistados não têm uma resposta definida sobre um dos itens do questionário, ou o entrevistador pode não preencher determinada questão. Em ambos os casos, há uma perda de informação. Nessa situação, o banco de dados deve ser preparado para identificar os dados faltantes (*missing value*) com uma codificação que os identifique claramente, diferenciando-os, por exemplo, do valor nulo (*null value*). Adicionalmente, existem questões que obedecem a uma seqüência lógica na qual nem todos seus quesitos precisam ser preenchidos, necessitando, também, uma discriminação desses dados dentro do banco. Esses tipos de resposta devem ser descritas como “não se aplica”. Um exemplo de questão deste tipo: pergunta-se ao entrevistado sobre participação em alguma organização social. Caso a resposta seja negativa, passa-se à questão seguinte, marcando a próxima questão como “não se aplica”. Se a resposta for afirmativa, segue-se ao item seguinte que procura identificar se ele pertence à diretoria dessa organização.

Finalmente, é fundamental que o banco de dados possa gerar relatórios com informações estatísticas sobre as respostas obtidas para cada uma das variáveis da pesquisa.

3.6.2 Digitação

A qualidade da digitação dos dados é um fator importante para assegurar a confiabilidade da informação da pesquisa. A equipe de digitação deve ser composta por pessoas treinadas no conteúdo e estrutura dos questionários utilizados, possuindo capacidade para identificar erros de preenchimento. Isso faz com que a primeira crítica dos dados ocorra ainda nesta etapa, tanto por ação do próprio digitador, quanto pelo software utilizado. Para essa etapa, deve ser desenvolvido um software específico espelho do questionário para facilitar a digitação. Essa réplica deve priorizar a eficiência de modo que deve possuir mecanismos para evitar possíveis erros que prejudiquem a análise dos dados.

3.6.3 Depuração

Com o banco de dados formado, é possível realizar críticas em relação aos dados registrados, sob a forma de diferentes análises lógicas e estatísticas visando verificar dados inconsistentes e erros de digitação.

Entre as principais linhas de análise que são adotadas, pode ser citada a observação da frequência de ocorrência de valores extremos e a sua distribuição dos valores. Quando questionários inconsistentes forem encontrados (muitos dados faltantes ou erros de lógica no preenchimento), eles devem ser eliminados das análises estatísticas. É importante que um relatório dessa depuração seja produzido para manter o controle quanto à eliminação de dados ou à utilização de variáveis com dados faltantes.

3.6.4 Criação das variáveis

As variáveis para a análise devem ser criadas através do trabalho conjunto entre a equipe responsável pela análise estatística e a de desenvolvimento do banco de dados. Os procedimentos de geração das variáveis partem do embasamento teórico utilizado pela equipe estatística para analisar os dados. Para as análises estatísticas, elabora-se um dicionário de variáveis que descreve o código e nome da variável, o tipo de variável⁶ (*dummy* ou discreta) com o respectivo intervalo que esta pode assumir e como os dados foram combinados para gerar uma nova variável. O dicionário de variáveis deve ser baseado na organização das bases de dados oficiais do IBGE, a fim de padronizá-lo e torná-lo de fácil entendimento. Esse dicionário padronizado permite que a equipe de desenvolvimento rapidamente incorpore novas variáveis combinadas, atendendo as demandas de informação da equipe responsável pela análise estatística. Esse procedimento entre equipes permite que as análises sejam executadas rapidamente, agilizando essa etapa do trabalho.

⁶ Variáveis podem ser classificadas inicialmente de duas formas: i) **Variáveis quantitativas**: são as características que podem ser medidas em uma escala quantitativa. As variáveis quantitativas podem ser contínuas ou discretas. Variáveis discretas são características mensuráveis que podem assumir apenas um número finito ou infinito contável de valores e, assim, somente fazem sentido para valores inteiros. Geralmente é o resultado de contagens. Exemplos: número de filhos, número de cômodos no domicílio etc. Variáveis contínuas são características mensuráveis que assumem valores em uma escala contínua (na reta real), para as quais podem assumir valores fracionais. Exemplos: renda, valor dos bens etc. ii) **Variáveis qualitativas** (ou *dummy*): são as características que não possuem valores quantitativos, mas, ao contrário, são definidas por várias categorias, ou seja, representam uma classificação dos indivíduos. As variáveis qualitativas podem ser nominais ou ordinais. **Variáveis nominais** são aquelas nas quais não existe ordenação dentre as categorias. Exemplos: sexo, raça ou cor, etc. **Variáveis ordinais** são aquelas nas quais existe uma ordenação entre as categorias. Exemplos: escolaridade (1o, 2o, 3o graus) etc.

3.7 Geoprocessamento e avaliação ambiental

A caracterização ambiental dos projetos, no caso da avaliação de impacto do PNCF, visa identificar a conformidade ambiental dos projetos, permitir a comparação entre a situação dos diversos projetos, identificar as diferenças entre a situação atual e o ótimo esperado dessas áreas. Essas informações podem também servir como subsídio para a análise de licenciamentos ambientais.

A avaliação dos projetos parte de uma caracterização que deve ter por base dados obtidos em pesquisa de campo através de entrevistas (questionário), observações de campo (entre elas a coleta de coordenadas geográficas), reunião de dados regionais secundários e informações orbitais (imagens de satélite) das localidades. As informações são reunidas (secundárias e coletadas em campo) ou geradas mediante análises de sensoriamento remoto a partir de fenômenos naturais e antrópicos passíveis de identificação e classificação em imagens orbitais do satélite CBERS® (análise de imagens da área dos projetos), vinculadas (ligação de dados espaciais e literais), tratadas e processadas com diferentes ferramentas de geoprocessamento, gerando mapas diversos dos projetos que são interpretados na avaliação de impacto do PNCF. Aspectos territoriais, bioma predominante na região, inserção em áreas prioritárias para conservação ambiental, localização nos contextos da bacia hidrográfica (Figura 1) e do município, desenvolvimento humano da região (Figura 2), presença de corpos d'água e vegetação no interior da área do projeto (Figura 3) são exemplos das variáveis de análise. Com essas ferramentas, é possível acompanhar o desenvolvimento do projeto, avaliando o impacto da criação do projeto no contexto ambiental.

Os resultados desse trabalho também podem servir de apoio ao desenvolvimento de projetos de adequação ambiental das propriedades agrícolas, por meio do diagnóstico das regularidades e irregularidades das propriedades, tais como o uso e ocupação das áreas de preservação permanente (APPs) e a presença de remanescentes de vegetação natural dentro e fora de APPs, permitindo, assim, a condução do processo de licenciamento ambiental dos empreendimentos junto aos órgãos governamentais.

3.8 Análise descritiva e validação dos dados

O primeiro passo para a análise estatística é a descrição cuidadosa do conjunto de dados em termos gráficos e de medidas resumo de tendência central e dispersão. Essa análise é fundamental uma vez que permite ao pesquisador identificar a distribuição dos dados em estudo e ter indícios da relação entre eles com base em premissas teóricas previamente formuladas.

Mais além, nesta fase podem ser identificados valores extremos (*outliers*) cuja inclusão nas análises pode afetar significativamente os resultados. Há diversos critérios para a identificação dos *outliers*. Para variáveis com distribuição normal, por exemplo, é comum a padronização. Valores padronizados superiores a 3 ou inferiores a -3 ocorrem em menos de 1% dos casos e devem ser considerados individualmente. É importante analisar cada um dos casos e verificar se não se trata de erro de coleta ou digitação. A exclusão de *outliers* não deve ser um processo automático, mas sim uma decisão tomada após o estudo cuidadoso de cada caso.

Figura 1: Bacia hidrográfica com os projetos assinalados do CF

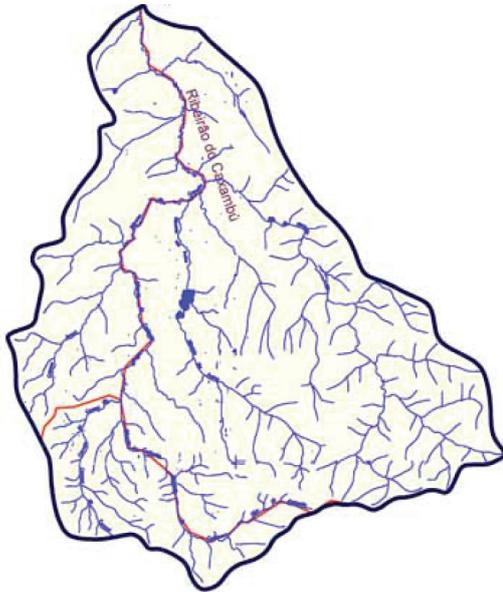


Figura 2: IDH -2000 dos municípios com projetos do CF

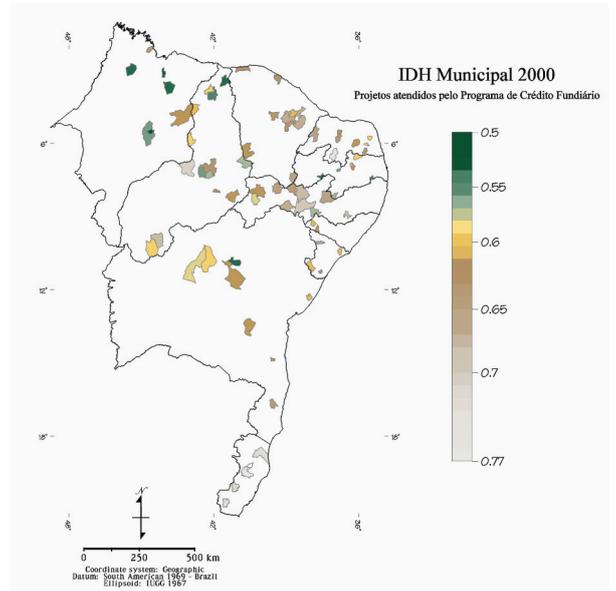


Figura 3: Projeto com área de mata avaliada



Os dados devem, também, ser validados quanto a possíveis fontes de viés na coleta, entre os quais o momento da entrevista e o entrevistador. Além desse aspecto, na avaliação de impacto do PNCF, os dados coletados foram relativos ao perfil de entrada, ou seja, o período de 12 meses anteriores à entrada no programa. A amostra, para alcançar uma abrangência territorial ampla, considerou os projetos contratados até 14 meses antes do início da coleta de dados no campo. Assim, ocorreram diferenças entre o tempo transcorrido desde a entrada no programa até a coleta de dados. Com isso, pode-se considerar que houve um *recall*, ou seja, perguntas se referindo ao passado mais distante, na coleta de dados do beneficiário, além do período de 12 meses antes do contrato a que se referia parte das perguntas do questionário. A extensão desse *recall* foi variável entre beneficiários, dependendo da data de contratação e da entrevista. Nesse sentido, uma primeira validação deu-se em relação ao efeito do período de *recall* sobre a renda observada. Se a renda do beneficiário aumentou após a entrada no programa, por exemplo, um período de *recall* mais longo poderia levá-lo a equívocos, atribuindo parte da renda atual ao período anterior. A validação foi realizada pela inclusão, em um modelo de regressão, da variável tempo transcorrido entre a entrada no programa e a entrevista, como variável explicativa da renda. Um coeficiente significativo poderia indicar um viés, enquanto a não-significância do coeficiente colocaria em evidência que o intervalo de *recall* não afetou a coleta dos dados de renda. Outra possível fonte de viés é o efeito entrevistador, ou seja, diferentes entrevistadores podem, apesar dos esforços de treinamento, interpretar de maneira diversa as questões e o procedimento para seu preenchimento. Por exemplo, no que se refere à renda, um entrevistador pode deixar de coletar os rendimentos de uma fonte específica, o que criaria um viés de subestimação da renda total. Uma possibilidade de validação consiste na estimação de um modelo de regressão múltipla com a renda como variável dependente e variáveis *dummy* representando os diferentes entrevistadores, juntamente com outras variáveis de controle (como a UF, por exemplo). Se as variáveis *dummy* que representam os entrevistadores não tiverem coeficientes significantes, não há razões para crer em um efeito do entrevistador sobre os resultados.

3.8.1 Análise descritiva multivariada

Além da análise descritiva univariada, considerando cada variável isoladamente, a análise de *cluster* (ou de agrupamentos) é uma técnica descritiva multivariada de grande utilidade. A análise de *cluster*, em termos gerais, busca segmentar um conjunto de casos (beneficiários do PNCF, por exemplo) em grupos que são internamente homogêneos e heterogêneos entre si em termos de um conjunto de variáveis (escolaridade, experiência na agricultura, capital social etc.). É importante manter um conjunto de variáveis não utilizadas na determinação dos agrupamentos para validação destes (no PNCF, por exemplo, foram utilizadas para esse fim variáveis que caracterizam a composição da renda dos beneficiários). Nesta análise, um importante desafio é denominar os agrupamentos e interpretar conceitualmente o perfil de beneficiários que eles representam.

Na avaliação de impacto do PNCF (FEALQ/FIPE, 2005; FEALQ/MDA, 2007), foram identificados dois grupos de beneficiários “Jovens” e “Experientes” com características particulares de idade, escolaridade, acesso a programas de transferência de renda, experiência como produtor rural e capital social.

Outra importante ferramenta de análise é a análise de árvore de classificação (*Answer Tree*), que permite segmentar grupos de casos homogêneos em termos de uma variável que os caracteriza. Ela se diferencia significativamente da análise de *cluster* em dois pontos: ao buscar homogeneidade em relação a uma única variável e ao considerar interações entre variáveis.

3.9 Focalização

A focalização é um instrumento de alocação de recursos que procura dirigir as políticas sociais para os setores da população mais necessitados com o objetivo de maximizar seu impacto social. Nos programas que visam ao desenvolvimento, o mais freqüente é que a focalização busque assegurar que os recursos cheguem aos pobres. A premissa fundamental da focalização consiste em que os recursos escassos de momentos de restrições

orçamentárias devem se dirigir aos mais pobres, selecionando-os como os beneficiários diretos dos programas. Nesse caso, é fundamental evitar que benefícios sejam capturados por pessoas que não se enquadram nos critérios de seleção dos programas que visam, ou focalizam, aos pobres (RAMOS, 2000). Um programa social é dito eficiente quando, no critério de focalização, define-se claramente seu público-alvo, inclui o maior número possível de indivíduos desse público como beneficiários e exclui o maior número possível daqueles que não pertencem a esse grupo.

Mesmo que amplamente defendida e claramente estabelecida e divulgada, a focalização das políticas sociais pode apresentar problemas tanto do ponto de vista econômico quanto político. No primeiro caso, a questão refere-se às distorções geradas pelos mecanismos de focalização, como, por exemplo, desestímulo ao trabalho, migração de famílias para áreas que estão sendo assistidas por um programa social e uso improdutivo dos recursos ou tempo. O segundo problema para focalização refere-se à falta de apoio político para sua efetiva implementação. É possível que, em uma democracia, o equilíbrio político ocorra quando uma parcela significativa da população, bem mais ampla que os realmente necessitados (os focalizados), seja incluída no programa.

Mesmo admitindo que haja um consenso social em relação à necessidade de focalização das políticas, é possível que os governos não saibam como fazê-la de forma muito precisa, ou que o custo para isso seja extremamente elevado. Como exemplo, no caso das políticas voltadas para aliviar a pobreza, esse problema pode surgir quando a renda dos beneficiários em potencial não é diretamente observada pelos executores dos programas, uma vez que essa observação é metodologicamente trabalhosa e sujeita a erros (CONPES, 2006).

A escolha do mecanismo para alcance da população-alvo em programas sociais tem como base três critérios: eficiência (número de pobres incluídos, ao tratar-se de um programa de combate à pobreza); vazamento (número de não-pobres incluídos) e custos administrativos. Um programa de combate à pobreza deve aumentar a eficiência e reduzir o vazamento. Há, porém, um *trade-off* entre ambos, já que, à medida que o programa se expande, a sua eficiência tende a aumentar, assim como o vazamento. É possível melhorar ambos os critérios com o desenvolvimento da capacidade de discriminar pobres e não-pobres. Tal capacidade, porém, implica incremento de custos, gerando a situação de *trade-off* (TAVARES; PAZELLO, 2006).

Entre os mecanismos de focalização, destacam-se (MURMIS; CRAVIOTTI, 2001):

- » *Método categórico*: identifica como beneficiários do programa todos os indivíduos dentro de uma certa área geográfica e/ou grupo. Requer que o gestor de política conheça precisamente a distribuição geográfica da pobreza. Esse mecanismo será útil se a pobreza estiver concentrada e, quanto menor a unidade geográfica, menor será o vazamento.
- » *Means-tested*: define como beneficiárias do programa as famílias com renda inferior a um determinado valor preestabelecido. A coleta e verificação das informações implicam, porém, um custo administrativo elevado e possibilidade de erros de avaliação.
- » *Proxy means-testing*: baseia-se na utilização de variáveis observáveis como *proxy* da renda. A eficiência desse método em termos de alcance, quando comparado ao *means-testing*, depende do ajuste do modelo escolhido para prever a renda das famílias. Quanto melhor o ajuste, maior a eficiência e menor o vazamento. A um maior número de variáveis *proxy* tende a associar-se um melhor ajuste, porém também maiores custos administrativos.

O PNCF funciona com as linhas de financiamento CPR, CPR-NPT, CAF e CAF-NPT, que vão beneficiar os seguintes públicos alvos: i) os trabalhadores rurais mais pobres, ii) os jovens agricultores entre 18 e 28 anos e iii) os agricultores familiares sem terra ou com pouca terra. Esses públicos alvos devem cumprir critérios de elegibilidade (renda, patrimônio, idade, ocupação e experiência como agricultor) sintetizados no Quadro 1.

O PNCF adota dois critérios de focalização. Um deles, baseado no Quadro 1, no qual são definidas questões a *priori* de renda, ocupação e patrimônio, pode ser classificado como *means-tested*. O outro, geográfico, mas em sentido muito amplo por definir UFs em que as linhas CPR e CPR-NPT podem atuar, pode ser classificado como categórico. Devido à ampla abrangência intrínseca do método categórico, ele não pode ser con-

siderado um mecanismo eficiente, isoladamente, para garantir a focalização, dependendo para isso da verificação caso a caso dos critérios descritos no Quadro 1.

Com a finalidade de avaliar a focalização das linhas PNCf em relação ao universo elegível, ou seja, verificar se, entre os elegíveis, os mais pobres estão sendo priorizados, pode-se lançar mão da Pesquisa Nacional de Amostras Domiciliares (PNAD). Esta pesquisa é desenvolvida pelo IBGE e pode ser utilizada como referência para comparação do perfil de entrada dos beneficiários do PNCf, levando-se em conta os critérios de elegibilidade ao programa.

3.10 Análise dos determinantes da renda e sua mudança ao longo do tempo

Um modelo de regressão linear múltipla pode ser utilizado para explicar a variabilidade da renda entre diferentes famílias a partir de variáveis que as caracterizam, tais como escolaridade, experiência na agricultura, capital social, entre outras. Análise semelhante pode ser aplicada à mudança na renda das famílias beneficiárias ao longo do tempo como variável dependente.

No entanto, os dados de renda de beneficiários de um programa social – observações anuais de diferentes famílias em distintos projetos – têm uma natureza hierárquica, ou seja, estão organizados em diferentes níveis de agregação. Há três alternativas básicas para a análise desse tipo de dados (HOFFMAN, 1997).

A primeira delas consiste em desagregar os dados e associar a cada caso do grupo o mesmo valor das variáveis explicativas, oriundo do nível superior. Um modelo não-hierárquico de análise seria, então, utilizado sobre os casos individuais. Isso equivale, por exemplo, a atribuir a todas as famílias (nível inferior) de um mesmo projeto (nível superior) o mesmo valor da variável explicativa nível de interação entre os membros da associação. Essa abordagem, porém, viola a premissa de independência das observações, o que implica que as estimativas dos erros padrão nos testes estatísticos convencionais são subestimadas e podem obter-se resultados equivocadamente significantes (HOX, 2002).

A agregação das unidades dos níveis inferiores é outra possibilidade para a análise de relações no nível mais alto, por exemplo, estudando a renda média das famílias (nível inferior) em um projeto (nível superior). Essa abordagem ignora, porém, a variância no nível inferior, cuja análise pode ser relevante, particularmente quando há razões teóricas para apoiar diferenças entre a variação na renda de diferentes famílias em um mesmo projeto.

Os modelos multinível consistem na terceira alternativa para análise de dados hierarquicamente organizados e são utilizados freqüentemente em campos de pesquisa como Educação, enquanto sua aplicação em Economia e Administração tem sido pouco comum (HOFFMAN, 1997), assim como em avaliação de políticas públicas. A principal vantagem destes modelos consiste no reconhecimento da natureza hierárquica dos dados e no fato de que casos em um determinado grupo podem ser mais similares entre si que casos de outros grupos, ou seja, que as observações não são independentes e que há correlação intraclasse (RAUDENBUSH; BRYK, 2002; GOLDSSTEIN, 2002). Nos modelos multinível, é possível inserir variáveis independentes que caracterizam projetos e famílias que expliquem diferenças entre a renda de famílias em um mesmo projeto e entre projetos.

Os dados de renda das famílias beneficiárias, em uma avaliação de impacto, além de hierárquicos, caracterizam-se como de medidas repetidas, ou seja, o valor da variável de interesse é mensurado para um mesmo caso (família), em diferentes momentos (anos). Para medidas repetidas, uma importante aplicação dos modelos multinível é a modelagem de curvas de crescimento (SINGER; WILLET, 2003). Estas consistem em séries de tempo de uma variável de interesse (a renda, por exemplo) para cada caso (família beneficiária). A tendência de incremento da renda ao longo do tempo pode ser diferente entre projetos e entre famílias em cada projeto. Essa tendência pode ser explicada em função de características do projeto e das famílias, o que permite analisar diferenças no impacto do programa entre elas.

3.11 Avaliação de impacto

Há dois tipos básicos de projeto para pesquisas de avaliação de impacto: experimental e quase-experimental. Na pesquisa experimental, há um “sorteio” para a seleção dos membros dos grupos de tratamento e controle. Como a definição dos grupos é aleatória, não há razões para crer que haja diferenças entre o grupo de controle (não-beneficiários) e o de tratamento (beneficiários), além do fato de que um deles recebeu o tratamento. Nesse desenho de pesquisa, uma comparação de médias entre beneficiários e não-beneficiários basta para avaliar o impacto do programa.

No campo das ciências sociais, no entanto, o desenho de pesquisa experimental é pouco utilizado, principalmente por fortes restrições éticas. Isso pode ser claramente percebido na sua aplicação na avaliação de políticas públicas, a qual implicaria que houvesse a seleção aleatória dos beneficiários e que aqueles sorteados como grupo de controle, mesmo que elegíveis segundo os critérios de focalização, não receberiam os benefícios do programa.

Quando os grupos de tratamento e controle são definidos de outra forma, não-aleatória, tem-se um quase-experimento (COOK; CAMPBELL, 1979). Ao contrário do que ocorre nos experimentos, pode haver outras diferenças entre tratados e não-tratados (controle) além do tratamento. No que se refere ao PNCF, há um processo de auto-seleção (interesse e conhecimento sobre o programa) e seleção (pelas instituições que coordenam o programa) dos participantes. Os que receberam o crédito podem possuir um nível superior ao dos que não o receberam em termos educacionais ou de capital social que teria facilitado seu acesso ao programa, o que se denomina viés de seleção.

Nos quase-experimentos, as diferenças observadas na variável de resultado entre os grupos (beneficiários e não-beneficiários) poderiam ser causadas por essas outras diferenças e não pelo tratamento, levando a conclusões equivocadas sobre seu impacto. A questão que se busca responder é esta: o beneficiário teria alcançado a mesma mudança na variável de resultado (renda) se não tivesse participado do tratamento? Um beneficiário com maior escolaridade, por exemplo, poderia eventualmente ter incrementado sua renda da mesma forma, mesmo que não participasse do PNCF.

Já que não é possível excluir diferenças entre os grupos de tratamento e controle pela “aleatorização” – como nos experimentos –, nos quase-experimentos o principal desafio consiste em escolher um grupo de controle o mais semelhante possível ao de tratamento e controlar, na análise dos resultados, as eventuais diferenças de perfil entre os grupos. Há várias técnicas para analisar a semelhança entre eles. Uma delas, talvez a mais difundida, denomina-se *propensity score matching* (RUBIN, 2006) e busca identificar pares de beneficiários e não-beneficiários com probabilidades semelhantes de participar do tratamento em termos de variáveis observáveis (escolaridade, renda, anos de experiência na agricultura etc.). Ou seja, identificam-se, na amostra, pares de tratados e não-tratados semelhantes em termos do conjunto de suas características, exceto pela participação no tratamento (PNCF).

Em termos operacionais, para tanto, um modelo de regressão logística é estimado com uma variável binária (0 e 1) que indica a participação no programa como a variável dependente e as características das famílias como variáveis explicativas. Esse modelo prevê, para cada família, a probabilidade de participação no programa. São incluídos na análise apenas os beneficiários e não-beneficiários cujas probabilidades de participação no programa estejam no mesmo intervalo (*common support*) e os demais são excluídos (RUBIN, 2006).

Há ainda, no entanto, a possibilidade de diferenças em variáveis não-observáveis – tais como a motivação e habilidades para comercializar a produção – que poderiam influir na variável de resultado. Tais variáveis são de difícil mensuração e, mesmo que seja desenvolvido um instrumento de coleta de dados para medir algumas, muitas delas serão negligenciadas. As implicações dessa questão são tratadas pelo caráter longitudinal da pesquisa – na avaliação do PNCF um painel com três momentos de coleta de dados (perfil de entrada, ano um e ano dois, por exemplo).

Dessa maneira, é possível analisar a dupla diferença – diferença entre a evolução de beneficiários e não-beneficiários ao longo do tempo (BAKER, 2000). Considerando-se que as variáveis não-observáveis não se alterem ao

longo do tempo (as habilidades dos indivíduos se mantêm de um ano para outro, por exemplo) e dada a semelhança nas variáveis observáveis constatada na análise de *propensity score matching*, esse desenho permite identificar o impacto do programa sobre a variável de resultado, controlando-se as diferenças de variáveis observáveis e não-observáveis.

3.12 Bibliografia

BAKER, J. L. *Evaluación del impacto de los proyectos de desarrollo en la pobreza: Manual para profesionales*. Banco Mundial, Washington, D.C., 2000.

BITRÁN, R.; MUÑOZ, C. *Focalización en la Salud: Conceptos y Análisis de Experiencias*. LACRSS. Setiembre del 2000.

BRASIL/MDA/SRA. *Trajectoria do Crédito Fundiário: da implantação à consolidação*. 2006. 128 pgs.

BUSSAB, W. O. ; BOLFARINE, H. *Elementos de amostragem*. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.

CONPES. *Lineamientos para la focalización del gasto público social*, DNP: DDS. Em [http://www.dnp.gov.co/paginas_detalle.aspx](http://www.dnp.gov.co/paginas_detalle.aspx?Bogotá, D.C., 29 de junio de 2006) Bogotá, D.C., 29 de junio de 2006.

COOK; T. D.; CAMPBELL, D.T. *Quasi-experimentation: design and analysis issues for field settings*. Houghton Mifflin, 1979.

FEALQ/FIPE. *Proposta Técnica de Avaliação de impacto do PNCF. Solicitação de Propostas SDP - 009/2004 (IICA-MDA/SRA)*, 2005.

FEALQ/MDA. *Perfil de entrada do beneficiário: Avaliação de impacto do PNCF-CPR/NPT*. Piracicaba, 2007.

GOLDSTEIN, Harvey. *Multilevel Statistical Models*. Hodder Arnold Publication, 2002.

GUZMÁN, M. S. *Metodología evaluación de impacto*. División de Control de Gestión, Santiago, Diciembre 2005.

KISH, Leslie. *Survey Sampling*. Wiley-Interscience, 1995.

LEVY, P. ; LEMESHOW, S. *Sampling for health professionals*. Belmont, LLP, 1980.

MURMIS, M.; CRAVIOTTI, C. *La focalización en el PROINDER. Pobreza Rural: Diversidad de situaciones ocupacionales*. Serie documentos de formulación 4, Buenos Aires, 2001.

PEREIRA, J. M. M. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultado*. Rio de Janeiro, MSc Thesis at CPDA-UFRRJ, 2004.

PNCF. *Programa Nacional de Crédito Fundiário. - Manual de Operações*. MDA/Brazil, 2005.

PRENNUSHI, G., RUBIO, G. and SUBBARAO, K. *Monitoring and Evaluation*. In: *Sourcebook for Poverty Reduction Strategies*. Washington, D.C.: World Bank, 2000.

RAMOS, H. M. *Instituciones, focalización y combate a la pobreza*. V Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. *Hierarchical linear models: applications and data analysis methods*. 2 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2002.

RAVALLION, Martin. *Assessing the Poverty Impact of an Assigned Program*. In Francois Bourguignon and Luiz A. Pereira da Silva (eds.) *The Impact of Economic Policies on Poverty and Income Distribution: Evaluation Techniques and Tools, Volume 1*. New York: Oxford University Press, 2003.

- RAVALLION, Martin. *Evaluating Anti-Poverty Programs*. Policy Research Working Paper 3625 World Bank, Development Economics Research Group, Washington, D.C., 2006.
- RUBIN, Donald B. *Matched Sampling for Causal Effects*. Cambridge University Press, 2006.
- SAUER, S. 2004. A terra por uma cédula: estudo sobre a reforma agrária de mercado. In Mônica Dias Martins (org.) *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, Ásia e África*. São Paulo, Ed. Viamundo.
- SEARLE, S. R.; CASELLA, G.; MCCULLOCH, C. E. *Variance Components*. New York: John Wiley & Sons Inc., 1992.
- SINGER, Judith D.; WILLET, John B. *Applied Longitudinal Data Analysis: Modelling Change and Event Occurrence*. Oxford University Press, 2003.
- SPAROVEK, G. et al. 2003. *Diagnóstico dos projetos do Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CPR-CF)*. NEAD/MDA
- TAVARES, Priscila de Albuquerque; PAZELLO, Elaine Toldo; FERNANDES, Reynaldo. Uma avaliação do programa Bolsa Escola federal: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. In: XII Seminário de Economia Mineira, 2006, Diamantina. *Anais do XII Seminário de Economia Mineira*, 2006.
- WORLD BANK. 2000 "Project appraisal document to Brazil for Land-Based Poverty Alleviation Project. Report n° 19585-BR."
- WORLD BANK. 2003. "Implementation completion report (CPL – 41470). Report n° 25973, Brazil Country Management Unit."

4

Metodologia do Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra



4.1 Introdução

O presente “Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra” busca enfrentar o desafio metodológico de ir além da caracterização de assentamentos de reforma agrária e da análise da situação econômico-social de seus beneficiários. Enfim, tem como objetivo avaliar o impacto atribuído ao Projeto Cédula daTerra – uma das alternativas de reordenamento fundiário ao modelo tradicional de Reforma Agrária surgida no final dos anos 90 – sobre seus beneficiários e, com isso, tirar lições relevantes para políticas de combate à pobreza e redução da desigualdade social. Além disso, analisa algumas questões críticas do processo, especificamente a situação dos projetos no que tange à permanência e substituição das famílias que a eles pertencem. O estudo foi feito conjuntamente com a análise da evolução do capital social dos membros dos projetos, metodologia inovadora na medida em que busca quantificar resultados como forma de contribuir para a discussão sobre o tema. Vale também apontar a importância do exercício de avaliação do custo-benefício do Projeto Cédula daTerra como um todo, com base na investigação realizada em dois períodos distintos da vida dos projetos.

O presente texto visa apenas à apresentação de questões e procedimentos metodológicos aplicados à avaliação de impacto de políticas públicas, especificamente, da Reforma Agrária realizada por meio do Projeto Cédula daTerra, um projeto piloto cujos assentamentos começaram a ser formados em 1997. Vale ressaltar que tal metodologia dá continuidade aos estudos de avaliação iniciados pela Fecamp desde o início do projeto e se baseia em parte nos procedimentos metodológicos adotados pela equipe no estudo realizado em 2000.⁷

4.2 Objetivo da pesquisa

Trata-se, como foi dito, de um estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra sobre o domicílio de seus beneficiários. Todavia, aproveitou-se a oportunidade da pesquisa de campo para tratar de outras questões de importância para a análise de políticas públicas que visam combater a pobreza e a desigualdade.

Em linhas gerais, os objetivos da pesquisa são:

- » Mensurar os impactos do projeto sobre a renda, patrimônio, produção agrícola, saúde, educação e desenvolvimento do capital social;
- » Avaliar a melhoria das condições de vida dos beneficiários do PCT, verificando se ocorreu processo de *catching up* em relação ao grupo de controle e a superação das condições em que vivia antes da entrada no projeto pelo esforço da atividade familiar, a potencialização do trabalho coletivo e do capital humano.
- » Comparar a evolução, no período considerado, das condições socioeconômicas de trabalhadores sem terra que, em 2000, encontravam-se em situação semelhante à dos beneficiários do PCT;
- » Analisar as razões e o impacto da mudança de beneficiários dos assentamentos do PCT ocorridos no período 2000/2006. Também realizar uma breve caracterização do estado atual dos projetos visitados no que tange ao seu desempenho geral;
- » Realizar uma estimativa Custo-Benefício do projeto.

⁷ Antonio Márcio Buainain – professor do IE-Unicamp e coordenador dos estudos realizados pela Fecamp de 1997 a 2003 - juntamente com Rinaldo Artes e Pedro Valls Pereira, professores do IBMECC-SP, contribuíram de forma significativa para a configuração metodológica do estudo inicial, realizado em 2000. Hildo Meirelles Souza-Filho, Marcelo Marques de Magalhães e José Maria F.J. da Silveira participaram da definição metodológica dos dois estudos. O desenho metodológico recente recebeu a contribuição de técnicos do Banco Mundial e do MDA. Todavia, a participação de Henrique Dantas Neder e de Alexandre Gori Maia foram fundamentais na definição e implantação da metodologia do estudo realizado em 2006/07 em todas suas etapas. Cabe também agradecer à Eliane Pazzello, da FEA-USP de Ribeirão Preto, à disposição em auxiliar nos estudos econométricos.

4.3 Processo amostral da pesquisa

4.3.1 Apresentação

Conforme os objetivos do estudo, o delineamento amostral deve: a) permitir a comparação entre a situação dos beneficiários do PCT em 2006 e 2000, obtendo uma amostra com os mesmos indivíduos entre os dois períodos; b) proporcionar, como instrumento básico, a aplicação de questionários sobre a situação atual dos projetos visitados, com foco na questão da composição dos beneficiários e capacidade de pagamento das unidades estudadas; c) para os mesmos períodos citados, obter uma amostra de agricultores (denominada amostra de controle já no estudo de 2000) com imóveis rurais que permitam comparar a situação dos agricultores (agricultores familiares, minifundiários e pequenos agricultores) e beneficiários do PCT; d) gerar uma amostra controle de futuros beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, denominada “grupo de espera” ou *pipeline*, cujas condições de vida e de inserção sócio-econômica se assemelhem às dos sem-terra, embora com a especificidade de constituir um grupo selecionado para compor novos projetos rurais;

A distribuição da amostra nos cinco estados está condicionada à distribuição dos projetos do PCT entrevistados em 2000, o que interfere em todos os procedimentos utilizados na pesquisa atual. Origina-se de um exercício fundamentado tanto no conhecimento da estatística quanto na experiência da equipe da Fecamp sobre o PCT, consolidada em vários estudos anteriores (Souza Filho *et al.* 2001; BUAINAIN *et al.* 1999; BUAINAIN *et al.*, 2002; BUAINAIN *et al.*, 2003).

Há duas dimensões importantes envolvidas no estudo que condicionam o procedimento amostral adotado, a espacial e temporal:

- » A análise de um grupo de controle tradicional formado por agricultores com propriedade rural (grupo de agricultores) e de um grupo de controle constituído por beneficiários em situação “de espera” de crédito para aquisição de propriedade rural (grupo de espera) demandou cuidados específicos na elaboração da amostra, com especial atenção para que os “pares” formados permitissem a redução do efeito de fatores exógenos – efeitos fixos – que pudessem comprometer as comparações propostas;
- » Por buscar uma comparação entre dois períodos, o esforço da pesquisa de campo é muito maior do que o exigido na pesquisa de 2000: no caso da amostra PCT e de controle (agricultores), devem-se encontrar os mesmos indivíduos que foram entrevistados anteriormente. A eventual impossibilidade de fazê-lo a custos razoáveis demanda cuidados quanto aos procedimentos de substituição.⁸

Seguindo os objetivos do trabalho, o processo amostral não tem como finalidade permitir a comparação dos resultados (estatísticas) dos domicílios de cada um dos cinco estados visitados. Trata-se de um estudo de avaliação do PCT com base na situação dos beneficiários e na possibilidade de comparação com os grupos de controle. Além disso, para obter uma análise do ocorrido com os projetos no período entre 2000 e 2006 – principalmente quanto à questão da rotatividade de beneficiários –, procura-se realizar entrevistas em um número de projetos do PCT bem próximo daquele realizado em 2000. Vale ressaltar que a característica mais importante do processo de obtenção das amostras da pesquisa está posta em seu vínculo com o delineamento realizado no ano de 1999/2000 para o Estudo de Avaliação do Projeto Cédula da Terra (ver BUAINAIN *et al.* 2002).

⁸ O primeiro procedimento de substituição é buscar o chefe da família que ocupa o lote correspondente ao do desistente e que portanto, assumiu sua parcela da dívida no projeto. Esse é o procedimento mais utilizado. Todavia, por questões de segurança, foi sorteada uma lista com cinco domicílios com o nome do chefe da família que somente é utilizada quando não exista formalmente um substituto no lote. Não se espera, entretanto, que essa situação seja comum, uma vez que a situação poderia estar associada a um viés de seleção, quando a desistência estivesse, porventura, determinada por um fracasso ou desalento dos membros do domicílio. A pesquisa também definiu um estudo sobre a questão da rotação nos projetos. Infelizmente não existiam dados atualizados prévios que permitissem ter em conta a ocorrência de desistências e da entrada de novas famílias nos projetos do PCT.

4.3.2 Descrição dos grupos amostrais da pesquisa

A pesquisa amostral para a Avaliação do Projeto Cédula da Terra em 2006 constitui-se de três amostras distintas, tendo como referência a pesquisa realizada em 2000, nos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão: a) amostra de beneficiários do Projeto Cédula da Terra; b) amostra de agricultores, ou amostra de controle; c) amostra grupo de espera ou *pipeline*, composta por trabalhadores rurais sem-terra que postulam a aquisição de propriedade de forma coletiva, segundo as regras do crédito fundiário.

A distribuição geográfica da amostra de beneficiários do PCT está baseada na distribuição dos projetos nas mesorregiões de cada estado em que a pesquisa de campo foi realizada em 2000, ou seja, pelo estudo realizado pela Fecamp (BUAINAIN *et al*, 2002). Dessa forma, a amostra é representativa do Projeto Cédula da Terra, o que significa que os resultados dizem respeito à situação dos beneficiários do projeto no ano de 2000 e também da evolução deste grupo. A amostra – e conseqüentemente a pesquisa – não incorpora, portanto, os beneficiários que aderiram ao projeto depois de 2000. De fato, os projetos foram formados em 1997 e 1998 predominantemente, o que será considerado em vários cálculos da avaliação dos impactos do PCT até o estudo de capital social.⁹ Cabe também ressaltar que as amostras de controle ampliam o alcance da pesquisa, uma vez que, para atender o objetivo de comparar os grupos de beneficiários com as amostras de controle por meio de um possível tipo de pareamento, foram introduzidos municípios adicionais localizados nas mesmas mesorregiões em que se encontram os projetos escolhidos do PCT.

A Tabela 1 apresenta um Quadro geral da distribuição da amostral. Este é o Quadro que fornece o maior tamanho amostral possível, em função das limitações da amostra de 2000 e de algumas características dos grupos utilizados para fazer comparações.¹⁰ Anexo está incluído o estudo estatístico que orientou a formação da amostra. Vale destacar que o resultado do levantamento de campo manteve o delineamento amostral em suas linhas gerais, de forma a preservar a distribuição espacial e principalmente a representatividade dos procedimentos de expansão amostral utilizados para análise do PCT.

Tabela 1 – Número de Questionários segundo Grupos Amostrais

Grupo Amostral	Número Previsto
Beneficiários do PCT	357
Associações	119
Agricultores	244
Grupo de Espera	480

Fonte: Silveira et al, 2006.

⁹ A distribuição da amostra de beneficiários por municípios de acordo com o realizado em 2000 envolve 12 municípios do Maranhão, 17 em Pernambuco, 28 no Ceará, 15 na Bahia e 16 em Minas Gerais (regiões norte e nordeste do estado, predominantemente).

¹⁰ O fato do grupo de agricultores apresentar um número menor de questionários se deve ao fato de o procedimento amostral, apresentado a seguir, prever um corte na amostra realizada em 2000, para incluir apenas agricultores cujas características os aproximem dos beneficiários do PCT. Por outro lado, ampliou-se o número estimado de questionários do grupo de espera para atender as necessidades de pareamento com o grupo amostral de beneficiários do PCT, principalmente no que se refere à distribuição espacial.

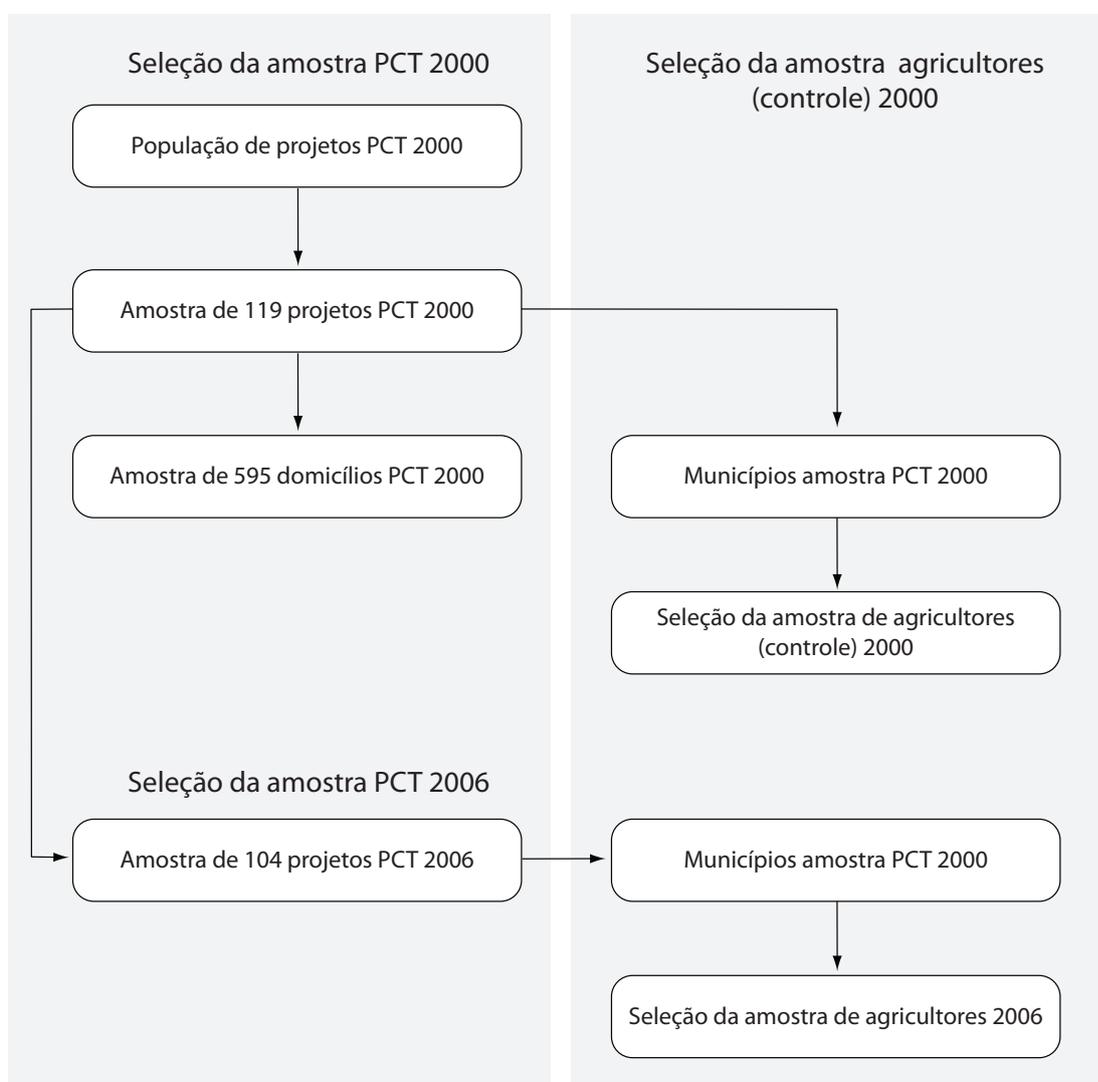
4.3.2.1 Procedimento para determinação das amostras

O fato de ser fundamental para a pesquisa a utilização do banco de dados do levantamento feito para a Avaliação do PCT em 2000 faz com que a articulação das três amostras ocorra de forma seqüencial. Primeiro, é definida a amostra de beneficiários do PCT e depois são definidos os outros dois grupos amostrais, sendo, pois, um procedimento seqüencial decorrente dos desafios para avaliar o impacto do projeto.

Amostra de beneficiários

A amostra de beneficiários foi construída como subamostra da pesquisa de 2000. A Figura 4 apresenta o esquema para obtenção das amostras de beneficiários para 2006 e 2000, de acordo com o número de famílias dos projetos. Para a amostra de beneficiários, foram selecionados, a partir da amostra de 2000, 119 projetos com igual probabilidade, considerando-se valores fixos e determinados previamente para cada unidade da Federação. A Figura 4 torna evidente que, do ponto de vista da cobertura dos projetos do PCT, o estudo praticamente repete aquele realizado em 2000.¹¹

Figura 4: Esquema para obtenção das amostras de beneficiários (2000 e 2006).



¹¹ Em pesquisas desse tipo o tempo de deslocamento de um projeto a outro é por vezes muito superior que o tempo de realização da entrevista. Por isso, deve-se considerar que a cobertura realizada teria, no mínimo, custos semelhantes aos da pesquisa de 2000. Todavia, deve-se sempre citar o já mencionado custo adicional para localizar o entrevistado ou para substituí-lo.

Após o primeiro estágio da amostra – os projetos foram considerados como unidades primárias de amostragem –, foram selecionados os mesmos cinco domicílios entrevistados na amostra de 2000, sendo, no entanto, estabelecido que apenas três deles deveriam ser entrevistados. Os outros dois domicílios foram listados apenas como de reposição, entrevistados somente em caso de não ser localizado o beneficiário ou o representante da família de quem o substituiu no lote. Em outras palavras, o uso dos dois nomes de reposição só deve ser feito em duas situações: a) não houve reposição no lote do desistente sorteado; b) não é possível associar o domicílio do desistente do PCT com os novos beneficiários (por exemplo, quando de uma substituição recente).

Parte-se do fato de que o procedimento feito para o grupo de beneficiários do PCT em 2000 foi realizado em dois estágios, com seleção aleatória dos domicílios. O primeiro concentrou-se na seleção dos projetos. No segundo estágio, foram sorteados os beneficiários dos projetos escolhidos, definindo-se, portanto, a estrutura da amostra. O procedimento elaborado pela equipe da Fecamp na época procurou respeitar não só as variáveis básicas de tamanho e número de famílias por projeto, mas também sua distribuição geográfica, de forma a evitar uma excessiva concentração da amostra em uma determinada mesorregião e ausência em outra. Em alguns estados, a amostra do ano de 2000 incluiu praticamente todos os projetos do estado, como em Pernambuco. Outro fato a ser ressaltado que justifica o procedimento de obter uma subamostra da amostra de 2000 é que o desenho amostral procurou também permitir comparação entre os estados, o que não é o objetivo do estudo atual.

As amostras de beneficiários de 2000 e dos de 2006 não são independentes, já que não foram selecionadas aleatoriamente de uma mesma população, mas elaboradas com o objetivo fundamental de definir dois sistemas de amostras em “painel” para a obtenção de medidas de comparação de indicadores no decorrer do período. Portanto, também a amostra de agricultores de 2000 está condicionada à seleção da amostra de beneficiários de 2000.

Amostra de controle

A amostra de controle também foi construída como subamostra da pesquisa de 2000. Em 2000, para cada município definido pela amostra de beneficiários, foi selecionado um número de agricultores idêntico ao número de beneficiários selecionados para o mesmo município. O procedimento para a elaboração da amostra de controle em 2006 adotou critérios semelhantes, embora não idênticos, aos utilizados para a amostra de beneficiários do PCT. Foram selecionados os mesmos domicílios amostrados em 2000, o que permite, portanto, uma comparação da atuação do grupo de controle entre os dois períodos analisados. É fundamental repetir que a amostra deste grupo está condicionada pelo procedimento amostral realizado em 2000, com uma restrição adicional que resulta da decisão de não considerar propriedades além de um determinado tamanho.

Redobrou-se a atenção em não selecionar domicílios muito distantes – não-pareados, portanto, pelo critério de distância – dos domicílios da amostra de beneficiários do PCT. Evitou-se, da mesma forma, selecionar agricultores que em 2000 eram proprietários de terras com área superior ao limite que caracteriza o pareamento com os “lotes” do PCT e com os padrões regionais que definem o pequeno agricultor e a agricultura familiar.¹² Algumas questões justificam os procedimentos adotados:

- a) O cadastro que deu origem à amostra do ano de 2000 data de 1992 – por razões já explicitadas no Relatório de Avaliação do Projeto Cédula da Terra, elaborado pela Fecamp (BUAINAIN *et al.*, 2002). Essa defasagem temporal resulta muitas vezes em mudança de atividade, região ou mesmo falecimento de parte dos agricultores que integraram a amostra precedente.
- b) Na amostra de 2000, alguns dos agricultores entrevistados possuíam imóveis com área muito superior à dos lotes dos beneficiários do PCT, dificultando a comparação;
- c) Há também uma razão prática: quanto mais distante do município dos beneficiários, maiores os custos e os entraves para a realização eficaz da pesquisa.

Com base nessas considerações, manteve-se, para a amostra de controle, uma listagem com cinco domicílios cujos proprietários haviam sido entrevistados em 2000, determinando-se a entrevista dos três primeiros domicílios da lista e sua substituição, quando necessária, pelos dois subseqüentes da listagem. Como exceção, em situações de impossibilidade de localização de pelo menos três agricultores, convencionou-se selecionar, no mesmo município, pequenos agricultores proprietários de áreas equivalentes à faixa indicada pelo procedimento amostral, discriminada em listagem anexa ao material de coleta de informações.

O procedimento adotado, apesar de retirar o caráter de independência entre as duas amostras, resguarda suas especificidades (beneficiários e agricultores) em painel duplo, permitindo o cálculo comparativo de variação de indicadores sobre uma mesma base de amostragem.

A amostra do grupo “em espera”

O procedimento para a elaboração da amostra do grupo em espera baseou-se em informações básicas sobre os proponentes, constituindo-se essencialmente em dados como nome dos beneficiários, situação do processo de aquisição, localização, área do terreno a ser adquirido, que serviram de base para a comparação entre os dois grupos. Para a composição da amostra, foram utilizadas as informações fornecidas pelo Cadastro do Sistema de Qualificação de Demanda, fornecido pela Secretaria de Reordenamento Agrário/Ministério do Desenvolvimento Agrário, levando-se em consideração propostas fechadas e abertas de aquisição de propriedades por associações cadastradas.¹³

Como nas amostras anteriores, primeiro se selecionam os grupos em espera – localizados em municípios de preferência próximos aos da amostra de beneficiários do PCT para, em seguida, proceder-se ao sorteio de seis proponentes por grupo. Além desses seis domicílios mencionados, incluíram-se na lista dois domicílios de reposição, considerando-se que os futuros projetos contam com um número muito maior de membros candidatos ao crédito fundiário. Visando garantir o pareamento, estimou-se entrevistar um número maior de beneficiários por associação do grupo de espera. O procedimento, nesse caso, admite a possibilidade de substituição pelo novo proponente que se juntou ao grupo, substituindo o desistente. Como nesse caso não existe lote – como no caso dos projetos do PCT – este foi considerado o procedimento de última instância.

¹² O tamanho da propriedade utilizado para determinação da amostra refere-se obviamente à situação do entrevistado em 2000. Em muitos casos, pequenos produtores podem ter adquirido mais terra, o que é um dado de interesse para a presente pesquisa.

¹³ Trata-se de jargão do Programa que indica aquelas associações que já lograram firmar um contrato para aquisição da terra e aquelas que ainda estão realizando procedimentos iniciais, situação que não implica que o processo será finalizado com a aquisição da propriedade

No que se refere ao pareamento com a amostra de beneficiários do PCT, o principal critério adotado para a seleção dos grupos foi o de proximidade geográfica, considerando-se as características e semelhanças, na região Nordeste, entre os grupos de espera e os grupos e associações de beneficiários do Projeto Cédula da Terra. Entretanto, nem sempre foi possível garantir o pareamento municipal entre os grupos amostrais. Aproximadamente 56% dos municípios da amostra PCT tiveram levantamentos feitos também para o grupo em espera. Ainda assim, evitou-se selecionar municípios em mesorregiões que não estavam incluídas na amostra de 2000.

4.3.3 Exercícios sobre erros efetivos de amostragem

A avaliação dos erros de amostragem foi feita com base nos dados da Tabela 1, acima. Foram conduzidos exercícios para três amostras de domicílios, bem como os erros para o cálculo das diferenças temporais de indicadores. São exercícios cuja importância é garantir a confiabilidade futura dos dados. Eventuais alterações na composição da amostra devem respeitar os critérios de formação dos níveis amostrais, ou seja, respeitar a representatividade das mesorregiões em que o PCT estava distribuído em 2000 e também a representatividade estatística dos beneficiários do programa.¹⁴

4.3.3.1 Erros de amostragem para amostra de beneficiários

Os cálculos dos erros de amostragem para a amostra de beneficiários foram realizados considerando-se duas abordagens. Nesta abordagem, leva-se em conta que o objetivo da pesquisa é estimar uma determinada proporção populacional. Para isso, obteve-se, inicialmente, o cálculo da variância da proporção amostral a partir de uma amostra aleatória simples (AAS). Posteriormente, esses valores foram multiplicados por um fator de ampliação da variância, considerando-se amostragem por conglomerados e, finalmente, a partir do último valor resultante, foram obtidos erros de amostragem para diversas hipóteses de coeficientes de correlação intraclasse (ρ).

Em uma abordagem alternativa, os erros de amostragem são calculados a partir dos próprios dados obtidos na amostra PCT-2000, recortando-se a subamostra correspondentes à pesquisa PCT-2006. Com isso, é possível obter erros de amostragem efetivos para os valores médios das variáveis observadas em 2000 e correspondentes à amostra PCT de 2006. Estes valores são considerados como referência para os cálculos dos erros de amostragem. Este segundo procedimento exige um trabalho de articulação de três arquivos disponíveis no banco de dados do PCT:

- a) O próprio arquivo com os endereços e dados de localização dos domicílios pesquisados do PCT em 2006, incluindo a informação do projeto e a mesorregião homogênea a que pertence o domicílio;
- b) O arquivo que contém os dados de delineamento da amostra, entre eles o peso do domicílio (ver metodologia da amostra), o projeto (que será considerado como a unidade primária de amostragem), a mesorregião homogênea (que será considerada como o estrato de amostragem), o número de projetos no universo da mesorregião homogênea, o número de domicílios no universo do projeto, o número de projetos na amostra da mesorregião homogênea, o número de domicílios na amostra do projeto;
- c) O arquivo que contém diversas variáveis observadas na pesquisa PCT-2000, entre elas o número de pessoas no domicílio, o número médio de anos de estudo na família, a proporção de analfabetos na família – estas variáveis foram consideradas como referência para o cálculo dos erros de amostragem.

¹⁴ Por exemplo, a seleção de domicílios do grupo de espera em João Pinheiro e Brasilândia, localizados próximos aos domicílios de Arinos e Buritis, no noroeste de Minas Gerais. Os domicílios sorteados para compor a amostra do grupo de espera em Andaraí estão também muito próximos aos sorteados no município de Bonito, ambos na Chapa Diamantina, e assim por diante.

Como foi visto, a pesquisa PCT-2006 tem como base a pesquisa em 119 projetos, com três domicílios e uma associação entrevistados em cada projeto. O total efetivo de domicílios da amostra correspondeu a 357. A Tabela 2 apresenta os erros de amostragem de acordo com a primeira abordagem de cálculos de erros. Nela são mostrados os valores dos coeficientes de correlação intraclasse (ρ), o número de domicílios (n) na amostra, o valor da variância de um estimador para uma proporção correspondente a 0,50 e para uma amostra aleatória simples de tamanho n (VAR AAS), o valor do erro de amostragem para um nível de confiança de 90 % e para amostra aleatória simples (ERRO AAS), o valor da variância de um estimador para uma proporção correspondente a 0,50 e para uma amostra por conglomerados em dois estágios e com parâmetro $b = 3$ (VAR CLUS) e o valor do erro de amostragem para um nível de confiança de 90 % e para amostra por conglomerados em dois estágios (ERRO CLUS).

Para o cálculo das variáveis apresentadas na Tabela 2, adotaram-se os seguintes procedimentos:

- O cálculo da variância da amostra AAS foi feito de acordo com a expressão $\frac{p(1-p)}{n}$ onde p foi considerado como 0,5 e n é o tamanho da amostra;
- O cálculo do erro AAS foi feito de acordo com a expressão ; $erroAAS = 1,64 \times \sqrt{variância AAS}$
- O cálculo da variância cluster foi feito de acordo com a expressão $\sigma^2_{cluster} = [1 + \rho(v-1)] \sigma^2_{AAS}$ onde ρ é o coeficiente de correlação intraclasse e v é o número de unidades amostrais por PSU (no caso fixado como três domicílios por projeto).

Verifica-se que os erros de amostragem variam de 4,34 % a 7,39 % dependendo do valor do coeficiente ρ , para o tamanho de amostra efetivo de $n = 357$ domicílios e para o delineamento em dois estágios.

Parâmetro (ρ)	tamanho (n)	B = 3			
		VAR AAS	ERRO AAS	VAR CLUS	ERRO CLUS
0	357	0,0007	0,0434	0,0007	0,0434
0,50	357	0,0007	0,0434	0,0014	0,0614
0,60	357	0,0007	0,0434	0,0015	0,0644
0,70	357	0,0007	0,0434	0,0017	0,0672
0,80	357	0,0007	0,0434	0,0018	0,0700
0,90	357	0,0007	0,0434	0,0020	0,0726
0,95	357	0,0007	0,0434	0,0020	0,0739

Fonte: cálculo dos autores.

No segundo procedimento, as seguintes variáveis definidoras do cálculo do erro amostral foram utilizadas: a área do projeto; a área do lote; o número de pessoas por domicílio; a relação de dependência; o número médio de anos de estudo na família e a proporção de analfabetos na família. Outra distinção desta abordagem de cálculo de erros de amostragem em relação à primeira é que agora se calculam erros em relação a variáveis métricas ao passo que, na primeira abordagem, os erros eram referenciados às estimativas de proporções.

Na Tabela 3 são apresentados os erros de amostragem para a amostra da pesquisa PCT-2006, com 357 questionários, sendo três questionários por projeto (o que fez um total de 119 projetos PCT investigados).¹⁵

Tabela 3 – Cálculos de erros de amostragem efetivos para uma amostra por conglomerados em dois estágios e para estimativas de diversos parâmetros - n = 357 questionários e b = 3 questionários por psu (projeto) - em um delineamento de conglomerado com dois estágios.

Parâmetro	média	Erro padrão	Limite inferior 95 %	Limite superior 95 %	Erro relativo de amostragem
Areafam	25,6471	0,4571	24,8881	26,4061	2,96
Rdepen	0,3305	0,0122	0,3103	0,3508	6,12
Anestfam	2,8687	0,0986	2,7050	3,0323	5,71
Panalf	0,2700	0,0159	0,2436	0,2965	9,79

Fonte: Banco de Dados da Pesquisa. Nível de confiança = 90% Valores estimados através do comando `svy:mean` do STATA 9.2

Na segunda coluna desta tabela, são mostrados os valores das estimativas de ponto para as médias populacionais correspondentes às variáveis da primeira coluna. Na última coluna da tabela, são apresentados os erros relativos de amostragem para cada uma das estimativas. Observa-se, por exemplo, que, para a estimativa da área média do lote (areafam), existe um erro relativo de 2,96 %, ao passo que, para a estimativa da média do número de anos de estudo médio das famílias (anestfam), esta apresenta um erro relativo de 5,71 %. Esses erros relativos de amostragem são comparáveis em ordem de grandeza aos obtidos através da primeira abordagem de cálculo.¹⁶

Na Tabela 4 são apresentados os fatores de delineamento da amostra PCT-2006 e para as estimativas mostradas na Tabela 3. O fator de delineamento da amostra (*Deff*) e fator com correção (*Deft*) representam a ampliação da variância da estimativa para a amostra por conglomerado em relação à amostra aleatória simples (AAS) de mesmo tamanho. Observa-se que, para a estimativa da área do lote (areafam), para o fator corrigido, ocorre uma redução da variância correspondente a 47% aproximadamente, ao passo que, para a proporção média de analfabetos nos domicílios, esta ampliação corresponde a apenas 5,3%.

O fator *Deff* é utilizado quando os pesos considerados nos cálculos totalizam a população completa de domicílios. Já o fator *Deft* é invariante à escala dos pesos. No presente caso, o fator *Deff* é mais apropriado para interpretar a ampliação da variância, já que a soma dos pesos equivale ao total de domicílios PCT no universo.

¹⁵ Na primeira pesquisa (2001) foram investigados 129 projetos. Desta forma, poderemos construir um sistema de dados em painel para quase todo o conjunto das duas amostras, levando-se em conta que a amostra PCT-2006 é um subconjunto da amostra PCT-2001. A única distinção é que na primeira foram entrevistados cinco domicílios por projeto e na segunda foram entrevistados três deles por projeto, juntamente com um questionário orientado para a associação. Assim, o sistema de dados em painel ficará perfeitamente balanceado, sendo muito apropriado para a avaliação de impactos do programa em indicadores sociais, além das avaliações de impacto feitas pelos métodos conjugados de dupla diferença e *propensity score matching*.

¹⁶ Na segunda abordagem de cálculo, tem-se a vantagem de não ser preciso fazer referência ao valor do coeficiente de correlação intraclasse (ρ), o que é uma indeterminação na primeira abordagem, pois este parâmetro é desconhecido.

Esses resultados revelam que a amostra PCT-2006 tem erros aproximadamente equivalentes a erros para uma AAS de mesmo tamanho. Tal fato indica que, apesar da conglomeração, a estratificação prévia por mesorregião homogênea deve ter contribuído bastante para a redução desses erros, assim como o fato de se trabalhar com um elevado percentual de projetos na amostra em relação ao número total de projetos no universo. Isso também vem indicar que este fator, que pode ser expresso por $Deff = [1 + \rho(v-1)]$, é aproximadamente igual a 1. Dessa forma, como se utilizou $v=3$, o valor do coeficiente de correlação intraclasse é praticamente nulo. Isso indica que tudo se passa como se os *clusters* (que são as unidades primárias de amostragem, ou seja, os projetos PCT) ao serem selecionados na amostra em dois estágios, praticamente equivaleriam a uma seleção aleatória das unidades amostrais finais (domicílios).

Parâmetro	Média	Erro padrão	Deff	Deft
Areafam	25,6471	0,4571	0,5324	0,6891
Rdepend	0,3305	0,0122	1,1082	0,9941
Anestfam	2,8687	0,0986	1,0538	0,9694
Panalf	0,2700	0,0159	1,0528	0,9689

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Obs.:valores obtidos através do comando estat effects, deff, deft do STATA 9.2

4.3.3.2 Erros de amostragem para amostra em espera (pipeline)

Para a amostra *Pipeline* (em espera), o cálculo de erros de amostragem é realizado considerando-se simplesmente que a sua seleção foi realizada pelo método de amostragem aleatória simples (AAS).¹⁷ Na Tabela 5 são apresentados os erros de amostragem para o tamanho de amostra *pipeline*, $n=480$. Este tamanho de amostra em espera foi determinado a partir da listagem fornecida para os pesquisadores de campo com oito domicílios por associação. Dessa listagem são selecionados aleatoriamente seis domicílios por associação, chegando-se ao valor 480, que é o número aproximado de domicílios da amostra em espera que deverão ser efetivamente entrevistados em campo.

P	n	VAR AAS	ERRO AAS (%)
0,1	480	0,0001875	2,25
0,2	480	0,0003333	2,99
0,3	480	0,0004375	3,43
0,4	480	0,0005000	3,67
0,5	480	0,0005208	3,74
0,6	480	0,0005000	3,67
0,7	480	0,0004375	3,43
0,8	480	0,0003333	2,99
0,9	480	0,0001875	2,25

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Obs. nível de confiança = 90 %;Legenda: p = proporção de referência para estimativa; n = tamanho da amostra; VAR AAS = variância da estimativa para uma amostra aleatória simples; ERRO AAS = erro da estimativa para uma amostra aleatória simples.

¹⁷ Este procedimento foi adotado apesar de ser conhecido que a seleção da amostra de espera (*pipeline*) foi feita de forma condicionada e dependente da amostra de beneficiários PCT. No entanto, como na análise dos erros de amostragem desta última, verifica-se que eles não diferem substancialmente dos erros correspondentes a uma AAS, é possível considerar que os cálculos dos erros de acordo com este delineamento constituem uma aproximação razoável.

Verifica-se, pela Tabela 6, que o erro de amostragem varia de um valor mínimo de 2,25 % (para uma estimativa de uma proporção populacional de 10 % ou 90 %) a um valor máximo de 3,74 % (para uma estimativa de uma proporção populacional de 50 %).

4.3.3.3 Erros de amostragem para amostra de controle

A amostra de controle de 2006 é selecionada a partir da amostra de controle de 2000, estabelecendo-se um pareamento por área dos lotes. Os domicílios selecionados ficaram situados em um intervalo delimitado de área, para evitar a presença de domicílios com área não semelhante aos domicílios do PCT.¹⁸ A utilização desse critério reduz o tamanho da amostra de controle de 2006 para 244 domicílios.

Tabela 6 – Erros de amostragem para uma amostra por conglomerados em dois estágios com $b = 3$ (numero de domicílios por projeto) e n =número de domicílios e para diversos valores do coeficiente intraclasse (nível de confiança = 90 %).

p	n	VAR AAS	ERRO AAS (%)
0,1	244	0,0003689	3,15
0,2	244	0,0006557	4,20
0,3	244	0,0008607	4,81
0,4	244	0,0009836	5,14
0,5	244	0,0010246	5,25
0,6	244	0,0009836	5,14
0,7	244	0,0008607	4,81
0,8	244	0,0006557	4,20
0,9	244	0,0003689	3,15

Fonte: Banco de dados da pesquisa. Obs: nível de confiança = 90 %. Legenda: p = proporção de referencia para estimativa; n = tamanho da amostra; VAR AAS = variância da estimativa para uma amostra aleatória simples; ERRO AAS = erro da estimativa para uma amostra aleatória simples.

Um outro problema que surge para o cálculo efetivo dos erros de amostragem para a amostra de controle é o fato de não ter sido possível obter pesos (fatores de expansão) confiáveis para essa amostra. Dessa forma, não foi possível obter um cálculo de erros de amostragem baseado na segunda abordagem, na medida em que esses pesos são utilizados neste cálculo, através do comando *Stata svy:mean*.

Os resultados para a amostra PCT indicaram um reduzido valor para o coeficiente de correlação intraclasse (ρ). Isso resulta em um valor para o efeito de desenho de amostragem próximo de 1, o que leva a concluir que os erros de amostragem para a amostra de controle sejam valores condizentes com os erros de amostragem de uma amostra aleatória simples (AAS), apesar de seu delineamento também ter sido feito em conglomerados de dois estágios. Dessa forma, de acordo com a Tabela 6, o valor do erro de amostragem correspondente a uma estimativa de proporção próxima de 0,50 e com nível de confiança de 90 % (para um coeficiente ρ igual 0) é igual a 5,25%.

¹⁸ Este procedimento foi necessário para resguardar a comparabilidade das duas amostras (PCT e controle) e para que fosse possível utilizar a amostra de controle nos cálculos de impactos do programa sobre os indicadores de bem-estar.

4.3.3.4 Erros de amostragem para cálculo de diferenças de indicadores

Os valores de erros de amostragem apresentados e discutidos anteriormente referem-se à obtenção de estimativas de indicadores para cada momento no tempo (2000 e 2006). No entanto, os dados também serão utilizados para calcular diferenças temporais de indicadores, para a avaliação de impactos do projeto. Dessa forma, a variância de uma diferença de um indicador será dada por

$$Var(I_{2006} - I_{2001}) = Var(I_{2006}) + Var(I_{2001}) - 2Cov(I_{2006}, I_{2001})$$

Apesar de haver uma duplicação da variância – os dois primeiros termos do lado esquerdo da expressão acima –, ocorre uma redução da variância total com a subtração do termo de covariância que certamente deve ser considerado quando se utilizam técnicas para controlar efeitos fixos no tempo. Todavia, o cálculo desses erros não pode ser feito previamente. Estes somente poderão ser controlados após a obtenção dos dados da pesquisa em 2006. Dessa forma, para o cálculo dos impactos do projeto, utilizando-se os métodos da dupla diferença e *propensity score matching*, pretende-se considerar, nos testes de hipótese, os valores da variância da diferença dos indicadores.

4.4 Procedimentos de coleta de dados: instrumentos de coleta e procedimentos da pesquisa de campo

4.4.1 Instrumentos de coleta de informação

Para a coleta de informações primárias, foram desenhados quatro diferentes instrumentos que respeitam as diferenças entre os grupos de domicílios estudados e guardam estreita correspondência com os instrumentos utilizados em 2000:

- » Instrumento de coleta de informações de beneficiários;
- » Instrumento de coleta de informações de não-beneficiários (grupo de agricultores);
- » Instrumento de coleta de informações de domicílios em espera (*pipeline*);
- » Instrumento de coleta de informações de associações de beneficiários.

O desenvolvimento desses instrumentos teve como ponto de partida os questionários aplicados em pesquisas anteriores, em especial a pesquisa de 2000. Além disso, a equipe da FECAMP adotou diversas sugestões da Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (CGPMA) e do Banco Mundial, resultado da realização de testes em dois estados, o que permitiu proveitosa reunião conjunta para formatação final dos questionários. Procurou-se construir questões que tivessem correspondência com a pesquisa de campo realizada em 2000 pela equipe da Fecamp. Essa era uma condição fundamental para analisar a evolução e o impacto do projeto. Não obstante, foram incluídas novas questões, procurando atender ao conjunto de novas demandas da pesquisa. Por exemplo, o número questões relacionadas ao capital social foi expandido para acomodar a necessidade de aprofundar a análise desse componente da pesquisa, sendo também produzido um Quadro de questões sobre saúde.

A introdução de novas questões exigiu um conjunto de adaptações vinculadas à análise da evolução dos domicílios. Para essas questões, não havia informação relativa ao período inicial, ou seja, a pesquisa de 2000 não havia coletado a informação. A fim de proceder à avaliação de impacto, seria, portanto, necessário recorrer a outro mecanismo de obtenção da informação. A solução adotada foi recorrer à memória dos entrevistados. Para cada questão em que não havia correspondência com o questionário de 2000, foi solicitado ao entrevistado que informasse sua condição no período anterior. Para algumas questões com informação disponível em 2000, foi também solicitado ao entrevistado que informasse sua condição no período anterior. Esse procedimento permite realizar testes relacionados ao erro a que esse procedimento de coleta pode induzir. Deve-se também mencionar que, para sustentar a inclusão de um conjunto amplo de novas questões, especialmente relacionadas com a análise de capital social, e simultaneamente manter a aplicabilidade do questionário, foi necessário reduzir o número de questões vinculadas a outros aspectos.

O questionário para domicílios beneficiários compreendeu os seguintes temas gerais: identificação, caracterização dos membros da família e demais moradores, croqui da área do beneficiário, acesso à terra, rebanho e produção animal, produção vegetal e extrativismo, derivados da produção vegetal e animal, práticas na produção vegetal, despesas gerais de investimentos, patrimônio da família e demais rendimentos, resultados das atividades da associação, instrumentos de apoio ao desenvolvimento, capital social e condições de vida. Deve-se destacar que esse questionário teve caráter estruturado e objetivo.

O questionário elaborado para a associação, além de questões de caráter objetivo, contemplou algumas questões abertas que permitiram ao pesquisador coletar informações qualitativas. Os seguintes temas foram abordados no questionário para a associação: identificação, caracterização do ambiente associativo, croqui das áreas do projeto, atividades produtivas, caracterização da infra-estrutura, gestão do empréstimo para aquisição do imóvel, acesso a crédito, fonte de recursos monetários e avaliação do projeto/assentamento.

A partir do questionário destinado aos domicílios beneficiários, foram construídos os outros dois: questionário para domicílios não-beneficiários (controle) e questionário para domicílios em espera. O primeiro tem como objetivo obter informações da amostra de controle de tal forma que permita a avaliação dos impactos líquidos do projeto. Nesse sentido, a maioria das questões guarda semelhança com as questões do questionário de beneficiários, exceto aspectos relacionados ao capital social e atividades associativas. O segundo tem como objetivo obter informações sobre domicílios que estão aguardando os benefícios do projeto. Em vários temas, as questões são também semelhantes aos outros dois questionários. Entretanto, foi necessário construir novas questões que permitissem obter informações sobre o acesso à terra (considerando-se que são domicílios que ainda não compraram o imóvel rural) e sobre a condição do domicílio no período inicial (considerando-se que esse tipo de domicílio não foi objeto da pesquisa de 2000).

Com o objetivo de harmonizar a metodologia de aplicação dos questionários e as interpretações das questões, foi produzido um manual de orientação para o preenchimento dos questionários. Nesse manual, além de explicações relativas a cada questão, estão também incluídos conceitos e códigos de chaves para as entrevistas. Os instrumentos de coleta e o manual estão disponíveis em <http://dev.tupa.unesp.br/marcelo/PCT>.

4.4.2 Treinamento e realização da pesquisa de campo em 2006

O presente item tem como objetivo a apresentação das principais atividades desenvolvidas pela pesquisa de campo após o pré-teste e o treinamento das equipes. São fornecidas algumas informações solicitadas para a elaboração dos relatórios de campo pelos coordenadores estaduais e pelas equipes locais, cujo objetivo principal é documentar os problemas ocorridos na aplicação dos instrumentos de coleta, principalmente a necessidade de substituição de entrevistados ou problemas com associações e beneficiários que impossibilitaram a realização da entrevista. As atividades de montagem das equipes de campo e de treinamento ocorreram no período de dois meses anteriores ao início da pesquisa de campo, no começo de outubro. Foram estruturadas após os pré-testes realizados em projetos do PCT e da amostra de espera, nos municípios de Canindé (CE), Esplanada (BA) e Nova Souri (BA), na segunda semana de setembro de 2006, com acompanhamento dos coordenadores da Unicamp, Banco Mundial e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

O treinamento transcorreu em conformidade com a definição inicial do planejamento, que previu a descentralização das tarefas, realizando o treinamento em cada um dos cinco estados em que a pesquisa foi realizada. Teve a duração de dois a três dias em cada local de treinamento e constou basicamente da leitura combinada dos instrumentos de coleta à consulta do manual. Foi conduzido pelos técnicos da equipe central da Fecamp com estreita participação dos coordenadores de campo, professores universitários com doutoramento e larga experiência nesse tipo de trabalho, como Prof. Saeed Khan, da UFC, e prof. Carlos Guanzirolli, da UFF. Apenas em Minas Gerais, a pesquisa foi coordenada por pesquisadores da equipe central da Fecamp, que também já haviam participado de outros levantamentos semelhantes na região, como é o caso do Prof. Hildo Meirelles de Souza Filho, da UFSCAR, e Prof. Danilo Pereira, da Unesp – Tupã.

Deve-se ressaltar o número reduzido de problemas relacionados às equipes de campo, no que concerne ao trabalho delas. Os coordenadores estaduais e os de equipes foram bem sucedidos em supervisionar os trabalhos e exigir reparos em situações de identificação de falhas, o que contribuiu para a qualidade dos dados e para o aumento do tempo de realização da pesquisa de campo.

Os roteiros foram elaborados segundo a definição da amostra, procurando estabelecer itinerários condizentes com as distâncias a serem percorridas, no sentido de agilizar o maior número de entrevistas no período de tempo determinado para esta etapa da pesquisa. Os relatos dos pesquisadores confirmaram a importância da colaboração das unidades regionais e locais da Emater, que, nos estados de Minas Gerais e do Ceará, estão diretamente ligadas ao PCT e ao crédito fundiário, da Epaba, no estado da Bahia, e de secretários de agricultura dos municípios. Tal auxílio permitiu acelerar em muito a pesquisa de campo em função das dificuldades para localizar projetos, grupos de espera e principalmente os entrevistados do grupo de controle. A pesquisa, mesmo otimizada pelo uso de várias equipes por estado, consistiu em roteiros de 1.500 a 3.000 km por equipe, em levantamentos com duração de nove a 16 dias. Considerou-se que uma excessiva permanência de uma equipe no campo poderia levar à perda de qualidade do levantamento. Isso fez com que houvesse, quando necessário, interrupção temporária do levantamento e retorno da equipe ao campo.

A pesquisa foi realizada nos meses de outubro (75%), estendendo-se a dezembro e janeiro (25%). As principais razões para a realização da pesquisa em duas etapas são:

- a) A impossibilidade de visitar todos os locais na primeira rodada, em função da dificuldade de localização dos entrevistados dos grupos de futuros beneficiários e, inclusive, de projetos; a indisponibilidade para entrevistas por motivos de viagem, entre outros; o estado precário de conservação de algumas estradas de acesso.
- b) Apesar do cuidado para que o pareamento permitisse reduzir as distâncias, alguns grupos de futuros beneficiários, pertencentes à amostra de espera, localizam-se em cidades distantes, ou seja, fora dos roteiros originais, o que demandou retorno posterior.

O tempo de aplicação dos questionários foi, em geral, superior a 90 minutos, chegando, em alguns casos, a mais de três horas (principalmente para o grupo de controle). O componente aleatório que cerca esse tipo de trabalho contribuiu efetivamente, como já constatado em pesquisas anteriores, para aumentar a duração da pesquisa para além do tempo previsto inicialmente. Cabe ressaltar que a atual pesquisa diferiu da realizada em 2000 por demandar a “busca” do entrevistado sorteado anteriormente – há seis ou sete anos – e também por incluir uma extensa pesquisa sobre capital social e seguridade alimentar. Constatou-se, em geral, boa receptividade dos entrevistados, embora tenham sido encontradas dificuldades em relação ao grupo de controle – não envolvido com programas de reordenamento fundiário – como já era esperado no planejamento.

O sucesso da pesquisa de campo garantiu a comparação entre os dados de 2006 e 2000 e com o controle das condições exógenas, como as características edafo-climáticas. Foram aplicados 320 questionários para o grupo de beneficiários do PCT, 410 para o grupo de espera, 207 para o grupo de agricultores e 104 para as associações, mantendo-se a estrutura da amostra segundo as mesorregiões e o número de entrevistados por projeto (ou por município, no caso do grupo de espera). Finalmente, cabe apontar que o resultado da pesquisa de campo permitiu um controle adequado do erro amostral tanto para a realização do perfil quanto para as análises de impacto.

4.5 Elaboração do banco de dados: preparação e etapas de processamento

4.5.1 Apresentação

O processamento da informação da pesquisa em questão combina duas fontes de informação articuladas: a) aquela proveniente do processamento para adequação do banco de dados da pesquisa realizada em 2000 (BUAINAIN *et. al.*, 2002); b) o resultado do processamento dos questionários obtidos, isto é, da aplicação dos instrumentos de coleta na presente pesquisa, conforme foi descrita na seção 5, acima.

A montagem do banco amplia os blocos temáticos que estruturam tanto os instrumentos de coleta de 2000 quanto a análise que se propõe realizar. Foi introduzido um conjunto maior de questões, permitindo um melhor detalhamento de perguntas sobre o capital social, visando utilizar uma metodologia inovadora de quantificação, desenvolvida na pesquisa atual por Alberto Costa e Claudia Romano, consultores do Banco Mundial.

A ampliação dos blocos temáticos e a articulação dos bancos de dados nos dois períodos (2000 e 2006) viabilizam a realização de uma pesquisa inovadora em termos de discussão da Reforma Agrária no Brasil, fornecendo evidências da importância da articulação interdisciplinar e metodológica para obter resultados relevantes no campo das ciências sociais aplicadas e para a discussão com os movimentos organizados da sociedade.

4.5.2 Construção do banco de dados da pesquisa

O sistema de entrada de informações foi desenvolvido para a digitação e tabulação dos dados da pesquisa de campo de 2006. Além da entrada de dados, o sistema também foi desenvolvido com o objetivo de integrar os dados da pesquisa de campo de 2000. Na pesquisa de campo, foram utilizados quatro questionários – cujo conteúdo foi descrito na seção 5 deste trabalho – sendo um para coleta de dados das associações (ou projetos) e três para os domicílios. Os quatro questionários originais foram sintetizados em apenas dois formulários no sistema de entrada de dados: um para as associações e outro para os domicílios. O trabalho de desenvolvimento do sistema inicia-se, portanto, na compatibilização dos questionários em termos de posicionamento das perguntas (a numeração das perguntas é única para os três questionários) e na codificação para as respostas para perguntas similares.

O número total de campos preenchidos (que inclui informações gerais e as respostas às alternativas apresentadas aos entrevistados nos instrumentos de coleta de dados) no formulário para domicílios passa de 800, o que levou a uma segmentação deste em sete blocos (partes):

1. Capa de identificação do questionário e ficha de dados familiares;
2. Uso do solo e produção animal;
3. Produção vegetal e produção de derivados;
4. Práticas na produção, despesas gerais e investimentos;
5. Patrimônio da família;
6. Rendimentos da família, resultados das atividades da associação, instrumentos de apoio ao desenvolvimento e capital social do beneficiário do PCT;
7. Capital social para o grupo de controle e para o grupo da lista de espera do crédito fundiário;
8. Condições de vida e cadastro do entrevistado.

Os formulários são apenas uma interface para o armazenamento da informação coletada por meio dos questionários. Esse armazenamento é feito sob uma estrutura que começa com a separação entre associações e domicílios e continua conforme o detalhamento temático apresentado no tópico sobre a modelagem preliminar do banco de dados.¹⁹ A próxima etapa de desenvolvimento busca a realização do desenho do protótipo, com base nos modelos preliminares de formulários e de banco de dados, que inclui apenas o formulário para domicílios. Após os primeiros testes, foram feitos os ajustes necessários e o formulário de associações foi incluído. Perto da finalização da digitação, o módulo de exportação de dados entra em fase de testes e passa por uma série de ajustes para a geração de consultas pré-formatadas para a análise descritiva, utilizando o *software* STATA[™]. O próximo passo é o desenvolvimento das rotinas para o processamento dos dados utilizando o *software* SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*).

¹⁹ Vale apontar que a segmentação não foi necessária apenas no formulário aplicado às associações.

As principais características do sistema são apresentadas na seção a seguir.

4.5.2.1 *Desenvolvimento dos módulos de suporte*

O sistema é desenvolvido de maneira modular, permitindo adaptação e aprimoramento contínuo das partes sem que seja necessário remodelar todo o sistema. Os principais módulos do sistema são estes: autenticação de usuários, controle de formulários, controle de registro no banco de dados, exportação de dados, gerenciador de arquivos, gerenciador de objetos, gerenciador de tarefas e controle de fluxo e gerenciador de usuários.

A autenticação de usuários é o módulo principal do sistema. A primeira autenticação, para entrada no sistema, exige um nome de usuário e senha. Após esta, cada tarefa executada é autenticada automaticamente, permitindo o monitoramento e o controle de acesso sobre os usuários em tempo real. Por outro lado, quaisquer alterações no sistema são imediatamente disponíveis para o usuário – como a desativação de um módulo ou a inserção de um novo. O acesso aos módulos é definido para cada usuário, ou grupo de usuários, segundo as permissões de acesso específicas. As permissões de acesso são para administração, leitura, inclusão, alteração e exclusão de informações. O sistema define ainda um tipo especial de usuário, o supervisor. O supervisor pode ter acesso a todos os módulos e dados dos usuários em seu grupo de supervisão. Cabe destacar, que as informações e os dados só poderão ser disponibilizados mediante pedido formal e autorização do MDA.

O módulo de controle de formulários permite a montagem do formulário desenhado para cada sistema de entrada específico, por exemplo, formulário da entrada de dados sobre associações e formulário para domicílios. O controle de registro no banco de dados trabalha em conjunto com o controle de formulários, concentrando as tarefas de inclusão de novos registros, alteração de dados e exclusão de registros. Cada registro no banco de dados refere-se a uma unidade de informação, como, por exemplo, domicílios, pessoas, criações, culturas, itens de patrimônio etc.

A exportação de dados é feita por meio de um módulo em que os dados são tabulados de maneira automática, utilizando consultas pré-definidas. Os dados são exportados no formato de texto, com colunas separadas por uma tabulação (tecla TAB, ou →). Esse formato permite a leitura automática dos dados em uma ampla gama de *softwares*, incluindo STATA[™] e SPSS. Paralelamente, é exportado um arquivo com os dados no formato HTM para visualização dos dados originais, sem necessidade de um *software* específico. Os arquivos HTML podem ser visualizados em navegadores de Internet, como *Internet Explorer*, *Netscape*, *Mozilla*, *Firefox* etc. Também é gerada uma documentação específica no formato HTML para cada tabela de dados. O módulo de exportação também gera rotinas (ou *scripts*) para a aplicação do dicionário de dados e para a análise descritiva dos dados. Foram desenvolvidas rotinas específicas para utilização nos *software* STATA[™] e SPSS. Novas rotinas podem ser adicionadas, dada a modularidade do sistema. Todos os arquivos de exportação são compactados no formato ZIP para permitir *download* mais rápido, especialmente para os usuários que utilizam acesso discado à Internet. O gerenciamento de arquivos é um módulo acessório, introduzido para permitir o compartilhamento de documentos importantes sobre a pesquisa, como a metodologia, os relatórios das etapas anteriores, entre outros documentos técnicos.

O gerenciador de objetos do sistema, o gerenciador de tarefas e controle de fluxo e o gerenciador de usuários são módulos centrais do sistema. Estes são responsáveis pela integração dos demais módulos e funcionamento geral do sistema. O controle de fluxo é um módulo especial que permite o preenchimento assistido dos campos segundo o fluxo de perguntas do próprio questionário. O sistema foi elaborado no sistema operacional *Unix (FreeBSD)*, com servidor de acesso para páginas pré-processadas de Internet (*Apache* e *PHP*) em combinação com um servidor de banco de dados (*PostgreSQL*). Pelo momento, o sistema roda no sistema operacional *Linux*, distribuição *Debian*, na página <http://dev.tupa.unesp.br/marcelo/PCT>. O mesmo sistema pode rodar ainda em ambiente *Windows*, desde que tenha instalado o servidor de páginas *Apache* e o módulo de pré-processamento de páginas *PHP*. O sistema também pode utilizar outros servidores de bancos de dados com pequenas adaptações, como o *Oracle*, *MySQL* entre outros. O sistema pode rodar tanto em um servidor de Internet como numa estação de trabalho isolada, dependendo apenas das configurações dos servidores de páginas e de bancos de dados.

4.5.2.2 Modelagem do banco de dados

Como foi visto anteriormente, o banco de dados está estruturado em função dos dois formulários em que foram sintetizados os quatro questionários aplicados na pesquisa de campo – formulário para associações e para domicílios. A estrutura do banco de dados para as associações segue uma distribuição temática, definida segundo os blocos de perguntas do próprio questionário. Alguns blocos são subdivididos para um melhor registro da informação – cada atividade desenvolvida pela associação tem um registro específico, portanto é necessário que este seja armazenado em sua própria tabela, onde cada linha descreve uma atividade específica. Outros blocos foram agregados com o objetivo de otimizar as rotinas de análise dos dados.

As chaves primárias para as tabelas de dados são apresentadas no Quadro 2, a seguir. A chave primária tem o objetivo de definir a referência para identificação de cada registro de informação introduzido em cada tabela do banco de dados. Por exemplo: a chave primária para as associações é dada pelo número do questionário (ou campo “quest”) responsável pela ligação entre a tabela principal (“pro_identificacao”) e as demais tabelas temáticas (“pro_bloco_a”, “pro_bloco_c1” etc.). Observa-se que o campo “quest” deve estar presente em todas as tabelas que pertencem ao conjunto de tabelas das associações, para garantir que as tabelas possam ser ligadas entre si. Em algumas tabelas, há um campo adicional ao campo “quest”, como pode ser observado nas tabelas de caracterização das atividades produtivas e de caracterização da infra-estrutura dos projetos. Na primeira, o campo “p74” discrimina o registro de cada uma das atividades, por exemplo: a produção de bovinos leva o código 101. Na tabela de caracterização de infra-estrutura, o campo “p120” discrimina cada item de patrimônio coletivo.

Quadro 2 – Tabelas de Dados segundo Blocos Temáticos para Associações.

Bloco	Tabela	Chave primária	Perguntas
Identificação	pro_identificacao (tabela principal)	Quest	1-15
A - Caracterização do ambiente associativo	pro_bloco_a	Quest	16-62
C - Atividades produtivas	pro_bloco_c1	Quest	63-73
C - Atividades produtivas – produtos	pro_bloco_c2	quest,p74	74-83
C - Atividades produtivas	pro_bloco_c3	Quest	84-108
D - Caracterização da infra-estrutura	pro_bloco_d1	Quest	109-119
D - Caracterização da infra-estrutura	pro_bloco_d2	quest,p120	120-126
E - Gestão do empréstimo para aquisição do imóvel	pro_bloco_efgh	Quest	127-152
F - Acesso ao crédito			
G - Fontes dos recursos monetários			
H - Avaliação do projeto			

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

A seguir, apresenta-se o Quadro 3, com a estrutura dos blocos temáticos por domicílios. A estrutura do banco de dados para os domicílios segue orientação semelhante à estrutura definida para as associações, com distribuição temática, definida segundo os blocos de perguntas do questionário, no qual alguns blocos foram subdivididos e outros foram agregados. As chaves primárias para as tabelas de dados são apresentadas no Quadro a seguir. A tabela principal do formulário para domicílios é a tabela “dom_identificacao”, e a chave estrangeira que relaciona cada tabela do banco de dados à tabela principal é dada pelo número do questionário.

Quadro 3 – Tabelas de dados segundo Blocos Temáticos para Domicílios.						
Bloco	Tabela	Chave primária	Perguntas	1-PCT	3-Controle	4-Espera
ID - Identificação M - Cadastro do entrevistado	dom_identificacao (tabela principal)	Quest	1-17 271-277	1-17 271-277	1-17 271-277	1-17 271-277
A - Caracterização	dom_bloco_a1	quest, p18	18-31	18-31	18-31	18-31
C - Acesso à terra	dom_bloco_c	Quest	32-58	32-44 57-58	45-49 57-58	50-56 57-58
D - Produção animal individual	dom_bloco_d1	quest, p59	59-67	59-67	59-67	59-67
E - Produção animal em sociedade	dom_bloco_d2	quest, p68	68-76	68-76	Nada	Nada
E - Produção vegetal individual	dom_bloco_e1	quest, p77	77-86	77-86	77-86	77-86
E - Produção vegetal em sociedade	dom_bloco_e2	quest, p87	87-96	87-96	Nada	Nada
F - Derivados da produção individual	dom_bloco_f1	quest, p97	97-105	97-105	97-105	97-105
F - Derivados da produção em sociedade	dom_bloco_f2	quest, p106	106-113	106-113	Nada	Nada
G - Práticas na produção vegetal	dom_bloco_g	Quest	114-122	114-122	114-121	114-121
H - Despesas gerais e investimentos	dom_bloco_h	Quest	123-128	123-124 125-128	123-124	123-124
I - Patrimônio doméstico	dom_bloco_i1	quest, p129	129-135	129-135	129-135	129-135
I - Patrimônio máquinas	dom_bloco_i2	quest, p136	136-142	136-142	136-142	136-142
I - Patrimônio sociedade	dom_bloco_i3	quest, p143	143-149	143-149	Nada	Nada
I - Outros Rendimentos	dom_bloco_i4	Quest	150-162	150a 151a 152a 153a 154-162	150a 151a 152a 153a 154-162	150a 150b 151a 151b 152a 152b 153a 153b 154-162
J - Resultado associação	dom_bloco_j	quest, p163	163-170	163-170	Nada	Nada
K - Instrumentos de apoio	dom_bloco_k	Quest	171-174	171-174	171-174	171-174
L - Capital Social	dom_bloco_l1	Quest	175-207	175-207	Nada	Nada
L - Capital Social	dom_bloco_l2	Quest	208-223	Nada	208-223	Nada
L - Capital Social	dom_bloco_l3	Quest	224-251	Nada	Nada	224-251
M - Condições de vida	dom_bloco_m	Quest	252-270	252a 253[a-ean] 254a 255a[a-han] 256a 257a 258a 259-270	252a 254a 255a[a-han] 256a 257a 258a 259-270	252a 252b 254a 254b 255a[a-han] 255b[a-han] 256a 256b 257a 257b 258a 258b 259-270

Fonte: Dados da pesquisa, 2007.

4.5.3 Etapas de armazenamento de informação: digitação e revisão do banco de dados

A decisão de centralizar a etapa de digitação deu-se pelo envio dos questionários do PCT e dos grupos de controle para dois centros de digitação localizados no Instituto de Economia da Unicamp, em Campinas, e no

Instituto de Economia da Unidade de Gestão do Agronegócio da Unesp, em Tupã. Dois pesquisadores trabalharam com os questionários de associação na UFU, Niterói. Essa decisão visa facilitar tarefas de treinamento da equipe de digitadores e da aplicação das regras padronizadas de digitação. Foi feita imediatamente após a finalização da pesquisa de campo. Não foram registrados problemas com o envio dos questionários.

As equipes de digitadores compostas por estudantes universitários das duas instituições, devidamente capacitados, contaram com treinamento específico, orientação e acompanhamento do coordenador geral de digitação e dos coordenadores de equipe durante todo o desenvolvimento da etapa. A interação entre as equipes foi, por sua vez, fundamental para o bom andamento do processo de digitação. As equipes trabalharam paralelamente, o que possibilitou a troca de informações e solução de eventuais dúvidas e problemas.

As equipes de revisão e digitação foram treinadas nos centros de digitação, sendo estabelecidos os principais procedimentos necessários com base no “Manual do Digitador” e no “Guia para Revisão do Preenchimento”, criados especificamente para esse fim. O treinamento das equipes foi realizado pelos coordenadores de digitação, que tiveram assessoria do responsável pelo projeto para a solução de possíveis dúvidas. Destaca-se ainda um acompanhamento minucioso por parte dos coordenadores de equipe, tanto em relação ao treinamento quanto à digitação propriamente, o que garantiu a eficácia do processo de revisão e digitação.

As equipes foram constituídas por um coordenador e sete digitadores, no centro de digitação da Unicamp; um coordenador e cinco digitadores, no centro de digitação da Unesp-Tupã, e um coordenador e um digitador no Rio de Janeiro. A divisão do trabalho deu-se segundo o tipo de questionário (o questionário de associações foi tratado separadamente) e por estado, segundo os tamanhos das equipes e número de questionários para serem processados. Os questionários foram primeiramente revisados manualmente, com a ajuda de um roteiro de revisão elaborado pelo Prof. Marcelo Magalhães. Tal processo de revisão ocorreu entre novembro/2006 e fevereiro/2007. O processo de correção da base de dados foi realizado em março, estando previstas algumas revisões complementares em relação à análise econométrica (identificação e remoção de *outliers*). Todo processo durou cerca de três meses. Uma das limitações a ser considerada em trabalhos deste tipo está na capacidade do servidor de cada instituição em receber um número grande de informações de vários digitadores. Na presente pesquisa, a lentidão do processo de armazenamento foi o principal responsável por sua demora.

4.6 Análise dos dados

4.6.1 Esquema geral de análise de impactos

A metodologia de análise da pesquisa está fundamentalmente centrada na análise dos impactos econômicos. A análise do perfil dos beneficiários segue o trabalho de Buainain *et al*, 2002 e Buainain *et al*, 2003. O estudo sobre a rotação de beneficiários de associações procura explorar alguns dados importantes para a análise, mas não é fundado em métodos analíticos aprofundados. Portanto, a aplicação da metodologia econométrica está diretamente associada à avaliação de impactos do PCT (a metodologia de tratamento do capital social foi elaborada à parte, ainda que articulada às etapas da pesquisa).

Apresenta-se a seguir um resumo das principais metodologias adotadas para a análise de impacto. Algumas análises mais detalhadas não foram incluídas em função de sua complexidade e do escopo técnico do trabalho.

Com o intuito de introduzir o leitor às técnicas utilizadas na análise, são delineadas breves sínteses das metodologias utilizadas. Inicialmente, apresenta-se o esquema de análise e um resumo de variáveis utilizadas, como ilustração de como a metodologia é vinculada ao uso do banco de dados. Segue-se a descrição das etapas:

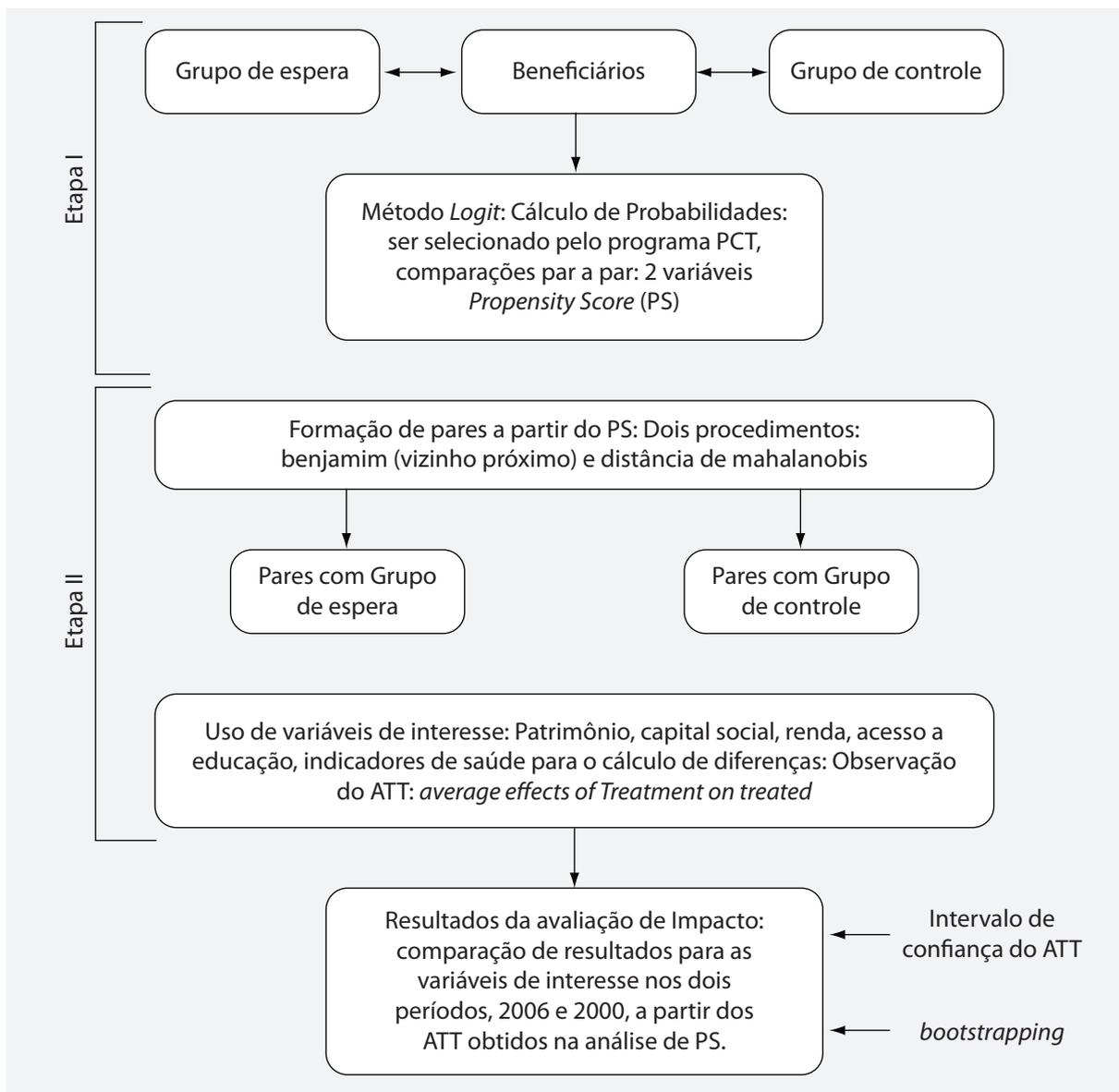
- » Inicialmente são estimados modelos *logit* para o cálculo de probabilidades de seleção. Estima-se um modelo *logit* para o pareamento PCT *versus* CONTROLE e outro modelo *logit* para o pareamento PCT *versus* ESPERA. Para cada um desses modelos, estima-se o valor da probabilidade de seleção para cada observação (domicílio). No modelo *logit* PCT *versus* CONTROLE, estima-se a probabilidade de seleção no grupo

PCT e também para o modelo *logit* PCT versus ESPERA. Nesta etapa, são estimadas duas variáveis do tipo *Propensity Score* (probabilidade de seleção), sendo uma para cada pareamento;

- » Na segunda etapa do método *Propensity Score Matching*-PSM, são utilizados como *input* os valores dos *propensities* obtidos na etapa anterior. São obtidos inicialmente os pares e para cada observação do grupo de tratamento (PCT), foi obtido um par correspondente do grupo de controle (CONTROLE no primeiro pareamento e ESPERA no segundo pareamento). Esses pares podem ser obtidos por dois critérios: *Nearest Neighbour* (*benjamim*) e distância de *Mahalanobis*. Construídos os pares, para cada indicador de resultado (capital social, patrimônio, renda, acesso à educação, indicadores de saúde), são calculadas as diferenças entre o valor do par no grupo de tratamento e o valor do par no grupo de controle;
- » A partir desses valores de diferenças pareadas, calcula-se um valor médio (diferença média), que é o valor do ATT (*Average Effect of Treatment on Treated*). O valor médio das diferenças dos pares calculado é a estimativa pontual do impacto do projeto, feita pelo método do PSM (*Propensity Score Matching*). Juntamente com cada valor de ATT (impacto) para cada variável (indicador), estimam-se os intervalos de confiança. Estima-se cada intervalo de confiança por um método convencional (analítico) e também por *bootstrapping*.

As etapas efetivamente realizadas para a aplicação do método de PSM estão esquematizadas na Figura 5, abaixo.

Figura 5: Esquema de Análise da Avaliação Econométrica de Impactos do PCT



Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

É importante ressaltar que, para alguns indicadores de impacto, tem-se à disposição o valor da variável em dois momentos do tempo. Nesse caso, a estimativa de impacto é uma conjugação dos métodos do *Propensity Score Matching* e dupla diferença. Em outros casos (como para alguns indicadores de capital social e de renda no pareamento PCT *versus* ESPERA), só está disponível o valor do indicador no *follow-up* e, dessa forma, o pareamento refere-se ao valor do impacto sem considerar a evolução do indicador para os dois grupos pareados. Como será explicado a seguir, no último caso não é eliminado o viés de seleção devido às variáveis não-observáveis fixas no tempo.

Apresenta-se a seguir a definição das variáveis utilizadas nas estimações dos modelos *logit* e uma breve discussão sobre a construção de indicadores de impactos. As variáveis utilizadas no modelo foram obtidas direta ou indiretamente do banco de dados do Projeto Cédula da Terra e foram calculadas considerando-se as definições provenientes dos instrumentos de coleta, a saber, os questionários dos beneficiários do PCT, do grupo de controle (ou agricultores) e grupo de espera (ou *pipeline*). Com isso, obtêm-se as estimativas dos parâmetros dos modelos *logit* tanto para a comparação PCT *versus* CONTROLE como para a comparação PCT *versus* ESPERA. Seguindo a metodologia proposta, definem-se os indicadores de resultados para os quais será realizada a avaliação de impactos, ou seja, os indicadores que definem as variáveis de impacto que permitem avaliar os efeitos do projeto sobre os beneficiários. Assim, a avaliação é realizada utilizando-se um amplo grupo de variáveis/indicadores de interesse, coletados no processo de pesquisa: capital social, patrimônio, renda, indicadores de segurança alimentar, indicadores de acesso à educação e saúde. Finalmente, passa-se à apresentação dos resultados das estimativas de impacto. Apresenta-se a seguir a definição das variáveis utilizadas nas estimações dos modelos *logit* e uma breve discussão sobre a construção de indicadores de impactos. As variáveis utilizadas no modelo foram obtidas direta ou indiretamente do banco de dados do Projeto Cédula da Terra e foram calculadas considerando-se as definições provenientes dos instrumentos de coleta, a saber, os questionários dos beneficiários do PCT, do grupo de controle (ou agricultores) e grupo de espera (ou *pipeline*). Com isso, obtêm-se as estimativas dos parâmetros dos modelos *logit* tanto para a comparação PCT *versus* CONTROLE como para a comparação PCT *versus* ESPERA. Seguindo a metodologia proposta, definem-se os indicadores de resultados para os quais será realizada a avaliação de impactos, ou seja, os indicadores que definem as variáveis de impacto que permitem avaliar os efeitos do projeto sobre os beneficiários. Assim, a avaliação é realizada utilizando-se um amplo grupo de variáveis/indicadores de interesse, coletados no processo de pesquisa: capital social, patrimônio, renda, indicadores de segurança alimentar, indicadores de acesso à educação e saúde. Finalmente, passa-se à apresentação dos resultados das estimativas de impacto.

Há uma questão de sensibilidade envolvida: a escolha das variáveis que compõem o modelo *logit* é fundamental para a obtenção de um processo adequado de pareamento. Pode-se testar a robustez do modelo substituindo variáveis e avaliando seu impacto no processo de formação dos escores. O Quadro 4 mostra existir uma ampla gama de variáveis que permitem encontrar os pares, evitando comparações baseadas em alguns vieses de seleção típicos dos programas envolvidos. Por exemplo, a idade do entrevistado é em média inferior para o grupo de controle quando comparada com os beneficiários do PCT e, certamente, o peso que essa variável tem nos escores permite formar pares próximos que reduzem a importância deste viés para a análise de impacto. Em linhas gerais, as variáveis listadas abaixo se referem a atributos observáveis dos entrevistados e de seu domicílio, assim como às condições de vida. Envolve também algumas variáveis que refletem estratégias passadas para a obtenção de renda e ocupação, como as variáveis relacionadas à migração ou à localidade da família selecionada para o projeto. Vale observar que essa seleção também está baseada em resultados de estudos anteriores sobre o processo de seleção do Projeto Cédula da Terra, como Souza Filho *et al* (2001).

Quadro 4 – Apresentação das Variáveis Utilizadas no Modelo Logit		
Variável	Designação	Valores
UF	Unidade da Federação	n.s.a.
GRUPO	Grupo amostral	1 = PCT; 0 = Controle ou Espera
IDADE	Idade do entrevistado	variável intervalar
SEXO	sexo do entrevistado	1 = masculino; 0 = feminino
VILLAGE1	conglomerado urbano (dummy para representar 3 “níveis” de urbanização juntamente com VILLAGE2)	0 = se o responsável morava antes da entrada no projeto) em área estritamente rural; 1 = se morava em povoado localizado em áreas rurais; 0 = se morava em área urbana
VILLAGE2	conglomerado urbano (dummy para representar 3 “níveis” de urbanização juntamente com VILLAGE1)	0 = se o responsável morava antes da entrada no projeto) em área estritamente rural; 0 = se morava em povoado localizado em áreas rurais; 1 = se morava em área urbana
ELETRICA	energia elétrica	1 = forma de iluminação elétrica no domicílio 0 = caso contrário
RDEPEN	razão de dependência	variável intervalar designando a relação menores de 14 anos / número total de moradores por domicílio
MIGRAUF	tempo ininterrupto de moradia na UF	1 = sempre morou no município; 0 = caso contrário
MIGRAMUN	tempo ininterrupto de moradia no município	1 = sempre morou na UF; 0 = caso contrário
ANALFA	Se o entrevistado é ou não analfabeto	1 = analfabeto; 0 = não-analfabeto
ANALFAPR	Proporção de analfabetos no domicílio	variável intervalar
ANOSSEFA	anos de estudo médio no domicílio	variável quantitativa discreta
ANOSEST	anos de estudo do entrevistado	variável quantitativa discreta
EDUXDOM	número médio de anos de estudo no domicílio	variável intervalar
NPESCOM	número de pessoas por cômodo no domicílio	variável intervalar
BENS DUR	indicador de posse de bens de consumo duráveis	valor ponderado dos valores binários que representam a ocorrência dos bens (pesos: fogão=2; geladeira=2; freezer=3; rádio=1; telefone=3; tv a cores=2; tv preto e branco=1)

Fonte: Dados da pesquisa, 2006.

4.6.2 Resumo das metodologias de avaliação de impacto

A seguir são apresentados, em suas linhas gerais, os principais métodos quantitativos de avaliação de impactos. Inicia-se por um panorama dos métodos de avaliação de impacto. Aborda-se, em seguida, de forma sucinta e introdutória, o tema da inferência causal, assunto que se refere ao desafio econométrico voltado para a mensuração de impactos baseados em dados de pesquisas em nível de registros unitários, ou seja, de microdados. Segue-se uma breve apresentação do modelo de regressão logística, que, no presente estudo, é utilizado para a obtenção das estimativas dos *propensities scores* (probabilidades de seleção). Em seguida, trata-se do método da dupla diferença. O método considera a diferença da variação do valor do indicador de bem-estar entre o grupo de beneficiários e o grupo de controle.

Finalmente, alguns métodos de *Propensity Score Matching (PSM)* são descritos na seqüência. Fundamentalmente, baseiam-se em um cálculo da probabilidade de um indivíduo ser selecionado pelo(s) programa(s), como base para encontrar pares próximos, ou seja, estabelecer pareamentos. O *PSM*, em termos sucintos, utiliza a informação proveniente dos modelos de regressão, que, como foi visto, fornece a probabilidade de seleção pelo(s) programa(s). O esforço de conhecer as probabilidades associadas a cada indivíduo é fundamental para a aplicação adequada do método de avaliação de impactos baseado em quase-experimentos que visam contornar problemas decorrentes da impossibilidade de utilização de métodos experimentais para a avaliação de políticas sociais amplas e complexas como as que caracterizam o Projeto Cédula da Terra.

4.6.2.1 Métodos quantitativos de avaliação de programas

A avaliação de programas pode ser entendida como um exame sistemático da importância, operação e resultados de programas e políticas públicas, no sentido de torná-los mais efetivos. O objetivo específico é detectar, tão claramente quanto possível, se e como um dado programa está tendo efeitos sobre os indivíduos, famílias ou instituições e em que extensão tais efeitos são atribuíveis à intervenção do respectivo programa. O propósito da avaliação do PCT é determinar como o projeto afeta seus beneficiários e fornecer informações sobre como pode ser alterado. Os métodos nos quais a presente avaliação é baseada são uma tentativa de resolver certas restrições a fim de poder utilizar métodos mais robustos, tais como o método do desenho experimental ou outros quase-experimentais.

Algumas das questões levantadas em uma avaliação de impactos podem ser: como o projeto afeta os beneficiários? Pode o desenho do programa ser modificado para melhorar os impactos? Tais questões não podem, no entanto, ser avaliadas pela simples observação dos resultados *ex post*, diretamente atribuíveis ao projeto, pois existem outros fatores ou eventos correlacionados aos resultados, mas não causados pelo projeto. Para garantir rigor metodológico, uma avaliação precisa estimar o *counterfactual*, ou seja, o que teria ocorrido com os beneficiários se o projeto não tivesse sido implementado. Em uma linguagem técnica, qual deveria ser a esperança matemática da variável monitorada (por exemplo, um indicador de bem-estar) no grupo submetido ao tratamento e condicionada à não-ocorrência do tratamento. Para determinar o *counterfactual*, é necessário descontar, do efeito das intervenções, o efeito de outros fatores – o que é, sem dúvida, uma tarefa complexa.

A determinação do *counterfactual* é o ponto chave de um desenho de avaliação e pode ser obtida através de metodologias classificadas em duas grandes categorias: desenhos experimentais (aleatórios) e desenhos quase-experimentais (não-aleatórios). Também podem ser consideradas metodologias qualitativas e participativas que fornecem, freqüentemente, *insights* críticos na perspectiva dos beneficiários, ou seja, como eles avaliam subjetivamente os impactos do programa que podem contribuir para uma interpretação mais aprofundada dos resultados obtidos na análise quantitativa. É o caso do estudo da capacidade de pagamento das associações, que também faz parte desta avaliação.

O desenho experimental costuma ser considerado como a mais robusta entre as metodologias de avaliação de impacto. Os beneficiários devem ser eleitos a partir de um processo aleatório, permitindo que se crie, por meio do próprio mecanismo de focalização, grupos perfeitamente comparáveis de beneficiários e não-beneficiários, ou seja, dois grupos estatisticamente equivalentes, dado o tamanho das amostras. Nesse caso, o grupo de controle opera como um perfeito *counterfactual*, livre de problemas relacionados ao viés de seleção. A seleção aleatória não remove inteiramente o viés de seleção, mas equilibra o viés entre as amostras de participantes e não-participantes. O principal benefício dessa técnica é a simplicidade com que os resultados podem ser interpretados.

Os métodos quase-experimentais podem ser usados para empreender uma avaliação quando não é possível construir grupos de tratamento e de comparação através de procedimentos aleatórios. Essas técnicas quase-experimentais geram grupos de comparação que se assemelham ao grupo de tratamento, pelo menos nas suas características observadas, fazendo uso de métodos econométricos. São utilizados controles estatísticos para identificar diferenças entre os grupos de tratamento e de comparação, e técnicas de *matching* são usadas para construir um grupo de comparação tão similar quanto possível ao grupo de tratamento. Um grupo de controle (ou de comparação) deve ser necessariamente selecionado de modo aleatório da mesma população em que se encontra o grupo de beneficiários e deve ser o mais semelhante possível ao grupo de beneficiários em todos os aspectos, exceto pelo fato de participar ou não do programa.

Um problema para a avaliação de impactos é a presença do viés de seleção. Este pode ser decorrência de dois conjuntos de variáveis: aquelas que estabelecem diferenças observáveis (*observables*) no conjunto de dados disponíveis e aquelas relativas a diferenças não-observáveis ou latentes. Um viés observável poderia ser decor-

rência de um critério de seleção por meio do qual uma comunidade se torna eleita em função de uma característica relacionada explicitamente a um critério de elegibilidade (por exemplo, consideram-se como municípios prioritários aqueles cujo índice de desenvolvimento humano (IDH) é menor do que um dado valor).

Em modelos de auto-seleção, as condições sociais e econômicas iniciais (grau de organização, capital físico e social inicial) também estabeleceriam um viés de seleção observável por meio de dados (indicadores ou *proxies*) que podem ser facilmente coletados. Entre as variáveis não-observáveis que podem criar um viés, estão aquelas não reveladas diretamente pelos dados, como capacidade individual, conexões familiares e processos subjetivos de seleção (politicamente dirigidos pelas elites). Ambos os tipos de vieses podem levar a conclusões imprecisas, incluindo a sub ou superestimação dos impactos, impactos negativos, quando de fato são positivos (e vice-versa), e impactos estatisticamente significantes, quando verdadeiramente seriam insignificantes (e vice-versa). É possível controlar esses vieses por meio de técnicas estatísticas, como pareamento, *fixed-effects* e variáveis instrumentais. Entretanto, é extremamente difícil removê-los, sendo esse o maior desafio dos pesquisadores que trabalham com análise de impacto.

Em desenhos quase-experimentais, com o uso de modelos estatísticos e econométricos, busca-se tratar o problema modelando o processo de seleção com o objetivo de obter estimativas não viesadas a partir de dados não-experimentais. A idéia é comparar os participantes do programa com os não-participantes, mantendo o processo de seleção constante. Entre as técnicas de desenho quase-experimental, as técnicas de comparação pareada são geralmente consideradas boas alternativas aos desenhos experimentais.

A literatura sobre metodologias de avaliação tem dado muita atenção a essas técnicas, refletindo não apenas a freqüência com que têm sido utilizadas como também os desafios enfrentados para obter grupos adequados de comparação. Algumas técnicas têm sido apontadas com grande interesse, como a do *Propensity Score Matching*, utilizada no presente estudo. Contudo, essas metodologias podem ser exigentes quanto à qualidade, quantidade e disponibilidade de dados. Em especial, dependem de um processo de dupla amostragem em que, a partir de uma primeira grande amostragem, será obtida uma segunda amostra de grupos pareados. Por exemplo, a partir de dados coletados por meio de uma pesquisa de dimensão nacional ou regional, seriam construídas subamostras de beneficiários e de controle, pareadas segundos variáveis observadas. Essas duas subamostras seriam, então, objeto de nova coleta de dados necessários para a avaliação, mas não coletados na pesquisa mais ampla.

4.6.2.2 Introdução à inferência causal

Para iniciar a discussão sobre inferência causal, suponha-se o seguinte exemplo: um grupo de indivíduos é treinado para inserção no mercado de trabalho. Seis meses depois de completado o programa de treinamento, é verificada sua situação de emprego, sendo constatado que 40% do grupo estão trabalhando. Pode-se concluir que esses 40% que estavam desempregados antes do treinamento encontraram emprego devido ao programa. Como saber se esses indivíduos encontrariam emprego mesmo que não tivessem feito o treinamento? Ou seja, como se pode isolar do efeito (estarem empregados 40% dos indivíduos investigados) a parcela que pode ser atribuída somente ao tratamento (treinamento)?

Trata-se de encontrar um conjunto de variáveis de controle que condicionem o resultado da variável de interesse, a chamada variável de impacto, por exemplo, o número de pessoas empregadas em uma população de trabalhadores. A função desse vetor de variáveis é justamente evitar que se atribua ao tratamento, por exemplo, a uma política de treinamento de mão-de-obra – cujo impacto se está avaliando –, efeitos que poderiam ser atribuídos às flutuações econômicas, ou mesmo ao fato de só se candidatarem ao treinamento indivíduos com melhores condições educacionais (VENETOKLIS, 2002).

A decisão a respeito do conjunto de variáveis de controle que devem ser consideradas no modelo não é trivial. É justamente neste ponto que a análise de causalidade depende da habilidade do avaliador em decidir quais fatores devem ser levados em conta. Além disso, em análises de efeitos de políticas, muitas variáveis de

controle importantes nem sempre são observáveis, assim como muitas nunca são observáveis. No entanto, a teoria – no caso, sobre comportamento e decisão de populações rurais pobres – tem uma importante função na seleção das variáveis de controle. Por exemplo, na aplicação tratada neste estudo, o capital social deverá ser considerado como uma importante variável de controle, dado que, em verificações anteriores, surgem algumas evidências de sua função na redução do nível de pobreza das comunidades rurais.

Modelos econométricos são utilizados para controlar o efeito de variáveis exógenas que impedem um perfeito pareamento. Essas variáveis são introduzidas para isolar o efeito do programa, controlando o conjunto de características que diferenciam as comunidades e os domicílios. Certas variáveis são também introduzidas para controlar os problemas de viés de seleção. Por exemplo, um modelo simples de avaliação de impactos pode ser dado por:

$$Y_{iv} = a + bX_i + cC_v + dP_v + \varepsilon_{iv} \quad (1)$$

Onde Y_{iv} pode ser qualquer um dos indicadores de bem-estar para o domicílio i localizado na comunidade v ; X_i é o conjunto de características dos domicílios consideradas importantes na determinação dos indicadores; C_v é o conjunto de características das comunidades consideradas importantes na determinação dos indicadores; P_v é um indicador binário igual a 1, quando existe o programa na comunidade v , e 0, quando não; ε_{iv} é o erro aleatório; a , b , c e d são os parâmetros. O impacto do programa, desconsiderando-se o viés de seleção, é dado por:

$$E[Y_{iv} / X_i, C_v, P_v = 1] - E[Y_{iv} / X_i, C_v, P_v = 0] = a + bX_i + cC_v + d - (a + bX_i + cC_v) = d \quad (2)$$

As variáveis do lado direito da equação devem ser determinadas independentemente do indicador de bem-estar, não podendo estar correlacionadas com o termo de erro da regressão. Como existe o problema da auto-seleção, a participação no programa não é exógena, e isso pode afetar o cálculo do impacto do programa. Essa situação pode ser explicitada com uma equação explícita para P ,

$$P_v = d + eZ_v + \varphi_v \quad (3)$$

onde Z é o vetor de variáveis que incluem todas as proxies observadas e determinam o foco ou a participação no programa. Algumas influências aleatórias e erros serão ainda capturados no termo de erro φ . Como P é binário, um modelo logit (ou probit) é mais indicado para estimar os parâmetros. Além do método das variáveis instrumentais, outro amplamente utilizado para eliminação do viés devido às variáveis não-observáveis é a correção de Heckman (conhecido na literatura como procedimento “Heckit”).

4.6.2.3 O modelo de regressão logística

A influência das características dos agricultores sobre o processo de seleção nos programas é avaliada no esquema metodológico desse trabalho através de modelos de regressão com variáveis dependentes binárias (modelos *logit* binário). A utilização desse tipo de modelos é bastante conhecida na literatura de análise de bem-estar e de avaliação de programas sociais. A regressão logística é um modelo de regressão não-linear no qual a variável resposta (variável dependente) é a probabilidade de obter um resultado ou outro baseado em uma função não-linear da melhor combinação linear das variáveis independentes.

Como visto acima, o fundamental é escolher as variáveis independentes do modelo de regressão de forma a selecionar e calcular adequadamente o *ranking* de beneficiários e do grupo utilizado para comparação (espera ou de agricultores), evitando que isso interfira na análise de impacto, que é feita posteriormente. Outro ponto relevante é saber interpretar os parâmetros obtidos, levando em conta o fato de a regressão ser não-linear. Uma apresentação sucinta, fornecendo a especificação geral do modelo *logit* e suas características (como interpretar resultados, observando seus alcances e limitações; como avaliar a qualidade do ajuste do modelo) é encontrada em Souza-Filho *et al.*, 2001.

4.6.2.4 Considerações sobre a estimação pela dupla diferença

O desenho da avaliação do Projeto Cédula daTerra permitiu a obtenção de um conjunto de dados em painel, ainda que contando apenas com uma observação para o ano 2000 e outra para o ano 2006. Essa característica do banco de dados fornece uma vantagem do ponto de vista da estimação dos impactos do projeto, cujas razões serão expostas a seguir.

Sabe-se que é impossível conhecer todos os fatores exógenos, do lado direito da equação 4, abaixo, que influenciam o impacto do projeto. Dessa forma, as estimativas serão viesadas devido à existência de variáveis omitidas. Podem-se classificar esses fatores não-observáveis em dois tipos: aqueles que permanecem fixos no decorrer da atuação do projeto e aqueles que variam neste período. De um ponto de vista econométrico, pouco pode ser feito para evitar que a omissão destes fatores não-observáveis e variáveis no tempo possa causar vieses nas estimativas de impacto, mas podem-se eliminar as variáveis não-observáveis constantes no tempo. De uma forma temporal, pode-se reescrever a equação (1) como:

$$Y_{it} = \beta_{0t} + \beta_{1t} * TREAT_{it} + \beta_{2t} X_{2t} + \beta_{3t} X_{3t} + \dots + \varepsilon_{it} \text{ com } t = 1,2 \quad (4)$$

O termo erro pode ser decomposto em duas parcelas: as variáveis não-observáveis fixas (φ) e as variáveis não-observáveis que variam no tempo (u), de forma que . A expressão dois pode ser expressa em duas equações:

$$Y_{i1} = \beta_{01} + \beta_1 * TREAT_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + \varphi_{i1} + u_{i1} \quad (5)$$

$$Y_{i2} = \beta_{02} + \beta_1 * TREAT_{i2} + \beta_2 X_{i2} + \beta_3 X_{i3} + \varphi_{i2} + u_{i2} \quad (6)$$

Mas, como φ é constante no tempo, quando se subtrai a primeira equação da segunda, obtém-se:

$$Y_{i2} - Y_{i1} = (\beta_{02} - \beta_{01}) + \beta_1 * (TREAT_{i2} - TREAT_{i1}) + (u_{i2} - u_{i1}) \quad (7)$$

$$\text{Ou } \Delta Y_i = \delta_0 + \beta_1 * \Delta TREAT_i + \Delta u_i \quad (8)$$

A aplicação do método das duplas diferenças será realizada após a obtenção de pares, pela aplicação do método do *Propensity Score Matching* (PSM), descrito a seguir. Tal metodologia permite uma melhor comparação entre o grupo de beneficiários do PCT e os grupos de controle (agricultores e espera), o que complementa o esforço realizado pelo estudo de controlar, pelo desenho amostral, o efeito de variáveis não-observáveis sobre o impacto do projeto. Reduz também o erro que pode ser causado pela comparação de domicílios com diferenças em variáveis que estejam endogenamente associadas ao processo de seleção do Projeto Cédula daTerra, descrito na introdução deste relatório.

4.6.2.5 Descrição do método do propensity score matching

O método do pareamento (*matching*) por *propensity score* vem sendo utilizado, de forma ampla, em muitos estudos de avaliação de impactos. Este método fundamenta-se na construção de subamostras contrafactuais para o grupo de controle, para em seguida comparar os resultados entre os tratados e contrafactuais. No presente trabalho, o método será utilizado para avaliar os efeitos do Projeto Cédula daTerra (PCT) sobre diversas variáveis (indicadores) que caracterizam a evolução do bem-estar (renda domiciliar, segurança alimentar, acesso à saúde), características econômicas e de desenvolvimento (patrimônio e capital social).

Cumprir iniciar com uma apresentação da teoria que envolve a aplicação do método em questão.

O *propensity score* é definido por Rosembaum e Rubin (1983) como a probabilidade condicional de receber o tratamento dadas as diversas características pré-tratamento. A saber:

$$p(X) = P(D = 1 | X) = E(D | X) \quad (9)$$

onde $D = \{0,1\}$ é um indicador de exposição ao tratamento e X é um vetor multidimensional de características pré-tratamento. É possível demonstrar que, se a exposição ao tratamento é aleatória dentro das células definidas por X , ela também é aleatória dentro das células definidas pelos valores de uma variável unidimensional $p(X)$.

$Y_i(D_i)$ são os resultados potenciais nas duas situações de tratamento ($Y_i(0)$ é o valor da variável resultado para o indivíduo i sujeito ao tratamento e $Y_i(1)$ é o valor da variável resultado para o indivíduo i não sujeito ao tratamento). Uma expressão geral para a variável resultado pode ser expressa como:

$$Y_i = D_i Y_i(1) + (1 - D_i) Y_i(0) \quad (10)$$

O efeito causal do tratamento para o indivíduo i pode ser escrito como:

$$Y_i = D_i Y_i(1) + (1 - D_i) Y_i(0) \quad (11)$$

O segundo valor do lado direito da expressão (11) não pode ser calculado porque não é observado (é o valor da variável resultado para o indivíduo i caso não tivesse sido submetido ao tratamento). Se o *propensity score* $p(X)$ é conhecido, então o efeito médio do tratamento sobre os tratados (ATT) pode ser estimado de acordo com a seguinte expressão:

$$\tau = E[\Delta_i | D_i = 1] = E[Y_i(1) - Y_i(0) | D_i = 1] \quad (12)$$

A expressão 12, acima, representa o valor esperado (média) da diferença da variável resultado referente à situação de cada indivíduo receber o tratamento e não receber o tratamento para o grupo de indivíduos tratados.

De acordo com Ichino (2006), o não-conhecimento do valor da variável resultado para a situação de tratamento contrafactual pode ser interpretado como um problema de *missing data* e os métodos de pareamento são uma forma de imputar valores aos resultados contrafactuais ($Y_i(0) | D_i = 1$). Dessa forma, a validade dos métodos baseia-se na hipótese de que as observações contrafactuais são *missing aleatoriamente (missing at random)*. A equação 12 pode ser transformada, considerando-se os valores de $p(X_i)$, como:

$$\begin{aligned} \tau = E[Y_i(1) - Y_i(0) | D_i = 1] &= E[E\{Y_i(1) - Y_i(0) | D_i = 1, p(X_i)\}] = \\ &= E[E\{Y_i(1) | D_i = 1, p(X_i)\} - E\{Y_i(0) | D_i = 0, p(X_i)\} | D_i = 1] \end{aligned} \quad (13)$$

Conhecidos os valores dos *propensity scores* (de acordo com a expressão de todas as observações), duas hipóteses devem ser satisfeitas para derivar a expressão do ATT (equação 12) a partir dos valores de $p(X_i)$, dados pela expressão 9. A primeira hipótese é a do balanceamento das variáveis pré-tratamento, dados os valores do *propensity score*. Se $p(X_i)$ é o *propensity score*, então:

$$D \perp X | p(X) \quad (14)$$

De acordo com essa hipótese, dados os valores dos *propensity scores*, os valores das características observáveis pré-tratamento (X) independem do tratamento. A segunda hipótese (*unconfoundedness* dado o *propensity score*) supõe que:

$$Y(1), Y(0) \perp D \mid X \Rightarrow Y(1), Y(0) \perp D \mid p(X) \quad (15)$$

De acordo com primeira hipótese (expressão 14), ou hipótese de balanceamento, observações com o mesmo *propensity score* precisam ter a mesma distribuição das características observáveis (e não-observáveis) independentemente de serem tratadas ou não. Para um dado *propensity score*, a exposição ao tratamento é aleatória e, dessa forma, as unidades tratadas e de controle devem ter médias iguais para todas as características. Como será visto adiante, esta hipótese deverá ser testada através do comando *Stata pstest*. A segunda hipótese (expressão 15) exige somente que, se o valor da variável de resposta for independente do *status* de tratamento, dadas as características X , então esses valores também serão independentes, dados os valores dos *propensity scores*. Essa hipótese é conhecida na literatura sobre *propensity score matching* como hipótese da independência condicional.

Em tese, para a implementação computacional do método do *propensity score*, são necessárias as seguintes etapas:

Estimação do *propensity score*: através de um modelo de regressão logística ou modelo *probit*, estima-se a probabilidade de cada observação (indivíduo) pertencer ao grupo de beneficiários do projeto (grupo de tratados).

Estimação do efeito médio do tratamento, dado o *propensity score*. Nesta etapa, idealmente, busca-se: a) emparelhar observações tratadas e controle com exatamente o mesmo valor estimado para o *propensity score*; b) calcular o efeito do tratamento para cada valor do *propensity score* estimado; c) obter a média desses efeitos condicionais.

Todavia, é impraticável realizar o método da forma indicada acima, uma vez que é muito difícil encontrar duas unidades com exatamente o mesmo valor do *propensity score*. Existem, no entanto, diversos métodos alternativos e viáveis computacionalmente: a) estratificação no *escore*; b) método do vizinho mais próximo (*benjamim*); c) pareamento radial no *escore*; d) pareamento de *Kernel* no *escore*; e) pareamento pela distância de *Mahalanobis*. Na presente avaliação, são utilizados os métodos b e e, listados acima, seguindo a sugestão encontrada na literatura para que se façam estimativas por mais de um método a fim de verificar a robustez dos resultados.

4.7 Observações finais

O presente texto apresenta um resumo do arcabouço metodológico e da prática de investigação conduzida no Estudo de Avaliação de Impacto do Projeto Cédula daTerra. Percebe-se não só o cuidado requerido em cada etapa, mas principalmente a vinculação entre as etapas de pesquisa. Algumas delas são críticas, como a definição da amostra e sua vinculação com a estratégia de análise, a formatação dos instrumentos de coleta, a pesquisa de campo e a estruturação de um banco de dados que permita relacionar rapidamente os grupos e blocos amostrais. Também se percebe que há um forte componente de risco na realização da pesquisa principalmente no levantamento de campo que pode ser atenuado previamente pelo conhecimento do objetivo, pela clareza da formulação das questões e pelo auxílio de grupos envolvidos com o desenvolvimento rural territorial e local. Finalmente, é preciso adotar metodologias que permitam não somente o uso de técnicas que confirmam a solidez dos resultados encontrados, como o diálogo com os interessados no processo.

4.8 Bibliografia

BUAINAIN, A.M.; SILVEIRA, J.M.F.J. da; ARTES, R.; MAGALHÃES, M.M.; BRUNO, R. (1999a). *Avaliação Preliminar do Programa Cédula da Terra*. Convênio IE/Unicamp, NEAD-MDA e Banco Mundial. Mimeo, 321p.

BUAINAIN, A.M.; SILVEIRA, J.M.F.J. da; SOUZA FILHO, H.M.; MAGALHÃES, M.M. (1999b) *Community-based land reform implementation in Brazil: a new way of reaching out the marginalized?* Paper presented in Bonn Seminar/Global Development Network, Bonn, November, mimeo, 106p. <http://www.gdnet.org>.

BUAINAIN, Antonio Márcio; SILVEIRA, José Maria Ferreira Jardim Da; MAGALHÃES, Marcelo M; ARTES, Rinaldo; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; NEDER, Henrique Dantas; LEON, Fernanda; PLATA, Ludwig A. (2002) *Estudo de Avaliação de Impactos do Programa Cédula da Terra – Perfil dos Beneficiários*. Convênio FECAMP/UNICAMP e NEAD/MDA (Relatório de pesquisa). 386P

BUAINAIN, A..M. et al. (2003) *Estudo de Avaliação do Programa Cédula da Terra*, CONVÊNIO FECAMP e NEAD/MDA, mimeo, 103p.

ICHINO, A. *Methods for the evaluation of labor market policies*. University of Bologna and Cepr.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Portal do Ministério de Desenvolvimento Agrário. <http://www.mda.gov.br>; <http://www.creditofundiario.org.br>

ROSENBAUM, P. R. And D. B. RUBIN. (1983) *The central role of the propensity score in observational studies for causal effects*. *Biometrika* 70(1): 41–55.

SOUZA FILHO, H.M.; BUAINAIN, A.M.; MELLO, C.J.H. De; SILVEIRA, J.M.F.J. Da; MAGALHÃES, M.M.(2001). *Does Community-based self selection of Land Reform Beneficiaries work?* *Economia*, Revista da Anpec, Brasília, v.2, n1, p. 3-47.

STACORP. (2005). *Stata Statistical Software: Release 9*. College Station, TX: StataCorp LP.

VANETOKLIS, T. (2002). *Public Policy Evaluation: Introduction to Quantitative Methodologies*. VATT-Research Reports. Government Institute for Economic Research. Helsinki.

5

Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil

– Fundamentos Metodológicos e Universo Amostral ²⁰

5.1 Introdução

A avaliação realizada pela Fundação Universidade de Brasília (Fubra/UnB) acerca do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil teve como objetivo primordial analisar as condições iniciais de implementação do programa tanto no que diz respeito à situação atual dos agricultores familiares quanto à capacidade operacional das instituições responsáveis pela sua implementação.

A intenção foi investigar a estrutura e operacionalização do programa, a facilidade com que seus objetivos são entendidos pelos diferentes atores e agentes e o arranjo institucional existente para viabilizá-lo. A importância desta avaliação é ter os subsídios necessários para entender as dificuldades que o programa poderá enfrentar e assim poder minimizá-las, alcançando os melhores resultados possíveis.

O conhecimento dessas informações foi considerado essencial para o êxito de um programa tão complexo, uma vez que envolve a integração de ações entre os níveis de governo que devem, portanto, estar devidamente aparelhados tanto do ponto de vista tecnológico quanto organizacional. A partir da linha de base criada pela pesquisa, será possível ao MDA acompanhar a evolução dos agricultores familiares e das instituições públicas envolvidas na execução do programa, subsidiando a adoção de políticas públicas capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

5.2 Definição do universo amostral

Há certo consenso de que agricultura familiar pode ser definida pelas relações específicas que são estabelecidas entre trabalho, terra e ambiente unificados sob a gestão da unidade familiar. Assim, ela sempre será definida em associação a determinadas matrizes culturais, o que dificulta uma conceituação precisa e ampla que compreenda todo o país, com a grande diversidade de ambientes, recursos e culturas existentes.

Essa dificuldade costuma ser contornada por meio de dois mecanismos. Ou se enfatiza o aspecto fundiário, analisando as áreas de terras ocupadas e a estrutura agrária associada às unidades familiares, ou se analisa a composição das forças de trabalho, privilegiando o tamanho e a composição da família para dimensionar o horizonte produtivo de uma unidade doméstica. Esses dois procedimentos são os mais corriqueiros para identificar nichos, bolsões ou áreas de concentração de agricultores familiares.

Nesta pesquisa, no entanto, essas praxes corriqueiras esbarraram numa limitação estrutural: a ausência de dados recentes sobre terra e trabalho no meio rural brasileiro. O último censo agropecuário foi realizado em 1996; embora cubra com minúcia todos os municípios que serão analisados mais à frente, o censo torna-se um instrumento limitado dado o tempo decorrido, uma década, período bastante longo para definição de amostra por dois motivos fundamentais.

Primeiro motivo, fundiário: porque o tempo decorrido é o suficiente para muitos rearranjos no que toca à sucessão, à herança e à migração desses agricultores, questão que se torna ainda mais crítica por tratar-se de lavradores com formalização muito precária de acesso à terra e envolvidos em ciclos periódicos e generacionais de migração (WOORTMANN, 1990; RIBEIRO, 1993).

²⁰ Com a colaboração de Áureo Eduardo Magalhães Ribeiro

Segundo motivo, demográfico: porque ocorreu uma rápida transição demográfica nas últimas décadas no Brasil, com um impacto diferenciado e acelerado no campo, cujos efeitos foram redução do número de membros por família, aumento da proporção de idosos e crescimento desproporcional do número de aposentados. Acrescentando a essas mudanças as migrações de retorno que se acentuaram em vários estados brasileiros, tudo leva a crer que o cenário demográfico dos anos 2000 é substantivamente diverso daquele dos anos 90. Isso levou ao abandono dos dados censitários como referência de construção de amostras de pesquisa.²¹

Frente à necessidade de recortar uma amostra de agricultores familiares nos municípios selecionados foi necessário adotar um procedimento mais heterodoxo, mas nem por isso menos rigoroso: uma apreensão dos conhecimentos locais sobre agroambientes, captado por meio de entrevistas com especialistas qualificados.

São dois os pontos de partida para a elaboração desta metodologia:

- » Um: a existência de um saber local sobre o rural que é dominado por agentes de mediação – sindical, técnica, política ou religiosa – que têm certo grau de formalização, irradiação e legitimação no âmbito dessas comunidades. Tal constatação foi feita por alguns autores clássicos de Ciências Sociais, como Brandão (1986) e Posey (1987). Estudando sociedades rurais, esses autores observaram que o conhecimento sobre aquela realidade tende a ser depositado em alguns sujeitos qualificados – os “especialistas” – que acumulam saberes a respeito de “disciplinas” diversas a partir da observação sistemática e da prática cotidiana de mediação entre aquela população e diversas agências ou populações diversas. Estes saberes são respeitados e constantemente realimentados pela população do entorno, de maneira que se constrói um cabedal especificado de conhecimento ajustado a determinada realidade. Por isso, dada uma determinada realidade rural, sindicalistas, extensionistas, vereadores de base rural e agentes religiosos desenvolvem, no correr da sua trajetória profissional, um conhecimento detalhado e qualificado daquele meio. Como esse conhecimento é constantemente atualizado na prática profissional, é possível ser debatido, adaptado, utilizado e apreendido por meio de investigação sistemática.
- » Dois: que a situação material da agricultura familiar tradicional do Brasil rural é, em grande parte, determinada pelos recursos disponíveis no meio. Isso se deve ao fato de estes lavradores em sua maioria terem ficado à margem dos processos integrativos acelerados pela denominada revolução verde. Assim, há um peso considerável da disponibilidade de terras, florestas, água e outros recursos naturais que acabam por condicionar fortemente a lógica de reprodução desses lavradores. Apreendendo os agroambientes e suas dessemelhanças, é possível tipificar regimes agrários, sistemas de produção, perfis técnicos e manejos de recursos. Enfim, é possível tipificar agricultores familiares a partir de características ambientais bem definidas (DAYRELL, 2000; GALIZONI, 2002; ALTIERI e WEID, 2003).

Os princípios expostos acima fundamentaram a localização dos segmentos amostrais da agricultura familiar nos municípios selecionados, cujos procedimentos estão anotados a seguir.

²¹ Consultar Melo (2006) sobre acesso à terra na região Paracatu/Noroeste; consultar Galizoni (2000) sobre acesso à terra no vale do Jequitinhonha. Sobre transição demográfica no Brasil, consultar Wong e Carvalho (2005); sobre transição demográfica no rural mineiro, consultar Augusto (2003); sobre migrações de retorno, consultar Ribeiro e Carvalho (2001).

5.2.1 Estados

Os estados pesquisados foram aqueles definidos no programa como os de maior concentração de terras devolutas e de agricultores familiares cujos órgãos estaduais de terra possuem maior capacidade operacional. Por essas razões, são os estados que devem executar o programa em um caráter piloto. Os estados estudados foram:

- » Bahia
- » Ceará
- » Minas Gerais
- » Maranhão
- » São Paulo

Neles foram realizados levantamentos nos órgãos estaduais de terra (OET), nos cartórios de registro de imóveis e nas superintendências regionais do Incra.²²

5.2.2 Municípios (beneficiários)

A partir de uma relação fornecida pelo Incra, construída com base nas informações contidas em seu cadastro rural, a SRA indicou os municípios que deveriam ser estudados, visto que eles, em tese, serão municípios de atuação dos OET para implantação do programa. Nesse ponto um aspecto chamou a atenção da coordenação dos estudos, uma vez que evidencia uma relativa fragilidade na geração e difusão das informações a partir das quais o programa irá se estruturar.

De posse da relação dos citados municípios, as equipes estaduais da Fubra se ocuparam em agendar uma série de reuniões com representantes das superintendências regionais do Incra (SR) e seus pares nos OET. Os objetivos principais dessas reuniões residiram na construção de uma aproximação entre a equipe do estudo e, em última análise, as instituições estudadas, assim como na indicação das áreas integrantes dos municípios previamente definidos.

5.2.3 Municípios (controle)

Uma vez definidos os municípios potencialmente beneficiados pelo programa, tratou-se de definir os municípios cuja população rural tivesse perfil socioeconômico semelhante àquele, embora sem perspectivas de vir a ser seu beneficiário, assim chamados os municípios do grupo controle.

Também desta vez, a SRA consultou os órgãos estaduais de terra que, de posse da lista de municípios beneficiários, indicaram os que atendiam aos critérios acima explicitados. As indicações feitas foram encaminhadas aos pesquisadores de campo que apontaram, entre os sugeridos, os municípios operacionalmente mais adequados para a condução dos estudos.

O Quadro 5, abaixo, representa o conjunto de municípios estudados.

²² Até o momento da conclusão deste estudo, os esforços despendidos pelas as equipes da Fubra de São Paulo e Minas Gerais para o agendamento de uma reunião de trabalho com as Superintendências Regionais do Incra nestes estados não tiveram êxito em função de problemas relacionados a agenda dos titulares daqueles escritórios regionais segundo alegação destes, diretamente ou por meio de sua assessoria direta

Quadro 5 – Municípios, beneficiários e controle estudados		
Estado	Municípios	
	Beneficiários	Controle
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Riacho de Santana
Ceará	Beberibe	Cascavel
	Independência	Nova Russas
Maranhão	Zé Doca	Penalva
	Pedro do Rosário	Pinheiro
	Cândido Mendes	Gov. Nunes Freire
Minas Gerais	Minas Novas	Novo Cruzeiro
	João Pinheiro	Buritizeiro
São Paulo	São Miguel Arcanjo	Barra do Turvo
	Iporanga	
	Eldorado	Capão Bonito
	Sete Barras	

Fonte : Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

5.2.4 Cartórios de registro de imóveis

Uma vez definidos os municípios a serem trabalhados, o trabalho concentrou-se na identificação dos cartórios de registro de imóveis responsáveis pelos registros das negociações envolvendo imóveis rurais, já que estes são peça chave do Programa Cadastro de Terras. Nesse caso, a escolha recaiu sobre os cartórios localizados nos municípios beneficiários do programa ou naqueles cuja área de abrangência os envolvia.

Os cartórios pesquisados estão registrados no Quadro 6, abaixo.

Quadro 6 – Relação de cartórios estudados		
Estado	Municípios	Nome dos cartórios
Bahia	Bom Jesus da Lapa	Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas
Ceará	Beberibe	Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
	Independência	Cartório do 3º. Ofício de Registro de Imóveis Cartório do 2º. Ofício de Registro de Imóveis
Maranhão	Zé Doca	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial
	Pedro do Rosário	Cartório do 1º. Ofício Extrajudicial de Pinheiro
	Cândido Mendes	Serventia Extrajudicial do 1º. Ofício
Minas Gerais	Minas Novas	Cartório do 1º. Ofício de Registro de Imóveis
	João Pinheiro	Cartório de Registro de Imóveis Jarbas Alves de Mendonça
São Paulo	São Miguel Arcanjo	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos.
	Iporanga	Registro de Imóveis, Títulos e Documentos, Civil de Pessoas Jurídicas e Protestos.
	Eldorado	Cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de Registro.
	Sete Barras	

Fonte : Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

5.2.5 Distribuição geográfica das amostras

O aspecto nevrálgico do estudo foi a definição das unidades de produção a serem estudadas.

As reuniões de aproximação realizadas entre as equipes estaduais da Fubra e os representantes dos OET e Incra constataram uma fragilidade de informações acerca do público beneficiário do programa observada em todos os cinco estados, notadamente pelo pequeno acúmulo de discussão acerca da efetiva implementação dele nesses estados.

Por um lado, representantes do Incra afirmam não dispor de informações acerca de áreas a serem regularizadas por ser esta uma atribuição dos estados; por outro, os representantes dos órgãos estaduais de terra baseiam suas informações em cadastros elaborados pelo Incra, totalmente defasados, como é o caso do Ceará, cujo último cadastro realizado pelo Incra data de 14 anos atrás. Neste estado não há nada além de uma previsão para a implantação dos núcleos operacionais móveis (NOM), o que resulta em um quase total desconhecimento da espacialização dos imóveis potencialmente beneficiários do programa. Outro exemplo dessa carência de informações foi o estado da Bahia, onde sucessivas reuniões com os representantes das duas instituições resultaram em uma ida a campo de um técnico da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Bahia (CDA) para um reconhecimento expedito de campo das áreas potencialmente beneficiárias.

A preocupação resultante desta carência de informações foi apresentada pela equipe responsável pela pesquisa em reunião de capacitação realizada em Brasília nos dias 15 e 16 de março, cujo objetivo principal foi apresentar e discutir todos os aspectos técnicos e administrativos do estudo.

Como resposta, foi constituído grupo de trabalho composto de profissionais da Fubra, da SRA e dos coordenadores estaduais do estudo que deliberou pelo estabelecimento dos seguintes passos para elaboração do desenho da amostra:

- a) Levantamento preliminar de informações quantitativas e qualitativas sobre os municípios, identificando o perfil da distribuição fundiária e das agências relacionadas ao rural no município;
- b) Identificação dos especialistas qualificados, agentes dotados de profundo conhecimento do meio rural e da realidade da agricultura familiar dos municípios;
- c) Contato com esses especialistas, como dirigentes sindicais e extensionistas rurais, obrigatoriamente, e, adicionalmente, outros agentes de mediação como religiosos, técnicos de ONG, vereadores;
- d) Reunião dos especialistas do município para debater quatro questões básicas:
 - » A determinação de um zoneamento ambiental do município em termos de fertilidade do solo e disponibilidade de recursos naturais;
 - » A distribuição da agricultura familiar pelo espaço do município, considerando seus perfis diferenciados de consolidação;
 - » A delimitação dos pólos de concentração relativa de agricultores familiares pelas zonas do município;
 - » A ocorrência de minifúndios, áreas abaixo do módulo rural nas diversas zonas do município.

Essas reuniões tiveram como propósito determinar as áreas prioritárias para pesquisa entre as comunidades rurais do município. Tomando como base as informações preliminares levantadas e as informações sistematizadas resultantes dos debates com especialistas, foi possível dispor de um panorama consistente da distribuição espacial dos agricultores familiares, da localização dos seus segmentos mais frágeis em termos de tamanho de área e acesso à terra. Levando em consideração tais informações, foi feito um zoneamento de cada município e, após diagnosticar as diversas características em cada zona homogênea, foi selecionada a amostra de forma aleatória e proporcional à concentração.

Essa metodologia funcionou a contento em todos os municípios, uma vez que foi possível identificar os nichos espaciais, áreas de maior concentração, e a distribuição de agricultores.

Assim, a orientação dada pela coordenação do estudo no sentido de buscar a aproximação com outras organizações, além das oficiais, ganhou uma nova dimensão, passando a ser um imperativo para um correto desenho amostral representativo do público beneficiário do programa. O Quadro abaixo apresenta as organizações governamentais e não-governamentais que foram procuradas nos cinco estados:

Quadro 7 – Organizações consultadas para composição do desenho amostral	
Estado	Nome das entidades
Bahia	Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR); IBGE; Unidade Municipal de Cadastramento (UMC); Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário (EBDA).
Ceará	Secretaria de Agricultura e Pesca de Beberibe, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeituras Municipais.
Maranhão	Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Maranhão (FETAEMA); Fundo Nacional da Saúde (FNS); Prefeitura Municipal; UMC; STR; Universidade Estadual do Maranhão; Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).
Minas Gerais	Escritórios locais da Emater; STR, Cáritas Diocesana, Organização Não Governamental Campo-Vale, Fundação Cristã para Crianças, Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, Secretarias Municipais de Agricultura.
São Paulo	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (Idesc) ; Instituto Socioambiental (Isa); Sindicato Regional dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira (Sintravale); Comitê de Gestão de Recursos Hídricos; Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Social (Consad).

Fonte : Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

5.2.6 Número de amostras

O montante de questionários aplicados foi calculado a partir dos dados apresentados pelo MDA por meio da SRA. A partir desses valores, arbitrou-se um número total de amostras de 10% da população titúlvel, tendo como variável de controle o número de entrevistas correspondente a 1/3 do número de beneficiários amostrados em cada município.

Assim como as demais informações, o número de famílias titúlveis foi fornecido pelo Inbra. A partir de tais critérios, o universo do estudo ficou assim definido:

Quadro 8 – Tamanho da amostra			
Estado	Municípios	Tamanho Amostra ²³	Grupo Controle
Bahia	Bom Jesus da Lapa	50	17
Ceará	Beberibe	246	83
	Independência	150	49
	Zé Doca	35	13
Maranhão	Pedro do Rosário	15	6
	Cândido Mendes	62	20
	Minas Gerais	Minas Novas	109
São Paulo	João Pinheiro	61	18
	São Miguel Arcanjo	63	21
	Iporanga	24	8
	Eldorado	59	20
	Sete Barras	111	37
Total de questionários por tipo		985	322
Total geral			1.307

Fonte : Pesquisa de campo 2006 – Convênio MDA/FUBRA

²³ Os números apresentados se referem aos questionários efetivamente aproveitados após os trabalhos de depuração dos dados que resultou em um descarte de três questionários no município de Novo Cruzeiro, estado de Minas Gerais, plenamente aceitável do ponto de vista da representatividade dos resultados.

5.3 Desenvolvimento dos questionários

5.3.1 Para avaliação da capacidade operacional das instituições

Os questionários para avaliação da capacidade das instituições ligadas ao programa foram discutidos com profissionais da Secretaria de Reordenamento Agrário a partir de proposta elaborada pela Fubra, que partiu do princípio de que a implantação do Programa Cadastro nos vários estados não está tão somente ligado à infraestrutura das instituições responsáveis por sua implantação, mas também às capacidades instaladas, técnicas, políticas e cognitivas, sem as quais nenhuma infra-estrutura será adequadamente utilizada.

Por essas razões, o esforço que foi feito e a orientação dada aos responsáveis pelo estudo, buscou-se a maior integração possível com os profissionais de cada uma das organizações estudadas, inclusive com a formação de grupos de trabalho, o que nem sempre foi possível por questões que transcenderam a capacidade de superação da coordenação do estudo.

Ênfase maior foi dada aos aspectos ligados ao processo de regularização fundiária, com o levantamento de processos, identificação de hardwares e softwares existentes.

Uma ressalva deve ser feita para a correta leitura dos resultados deste estudo em particular – as áreas de atuação da instituição que forneceram as bases para os cálculos de recursos humanos, quantidade de equipamentos de veículos ou de equipamentos de informática não guardam correspondência com o organograma da organização. A idéia embutida nesse procedimento foi captar a percepção dos profissionais envolvidos no estudo sobre as áreas que, de fato, operam dentro da organização e nem estão sempre presentes em seu organograma ou, ao contrário, sobre as áreas que, embora presentes no organograma, não são funcionais.

5.3.2 Para caracterização dos agricultores familiares

A elaboração dos questionários para caracterização dos agricultores familiares e da capacidade operacional dos cartórios e de outras instituições ligadas ao programa partiu de alguns pressupostos:

- a) O questionário para caracterização dos agricultores familiares deve cumprir, de um lado, o objetivo de permitir comparações entre o perfil socioeconômico dos agricultores visitados e o seu grupo controle, solicitação expressa do MDA;
- b) De outro lado, deve permitir comparar esse grupo com outros agricultores nas mesmas condições em outras regiões do país. Por essa razão, o questionário foi construído com base nas pesquisas para o censo agropecuário do IBGE;
- c) O mesmo questionário deve permitir, também, que o MDA analise o perfil socioeconômico dessa população, comparando-o, se assim desejar, com o perfil de segmentos sociais beneficiários de outras políticas públicas, desenvolvidas no âmbito da própria Secretaria de Reordenamento Agrário. Dessa forma, o questionário incorporou perguntas feitas em questionário utilizado para caracterização de trabalhadores rurais beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário;
- d) Além disso, ele deve ser elaborado tendo como perspectiva o início de uma série histórica que permita ao MDA ou a outros profissionais interessados, o acompanhamento da evolução do público beneficiado. Dessa forma, algumas perguntas sem uma aparente utilidade para a realidade atual podem oferecer importantes pistas nos questionários aplicados ao longo dos anos.

A partir deles, profissionais do MDA e da Fubra elaboraram os modelos dos questionários aqui referidos, que se encontram no Apêndice 7.3.

5.4 Realização dos testes de campo

Etapa fundamental que antecede a aplicação de questionários para coleta de informações, os teste de campo têm objetivo de aferir o instrumento utilizado para a coleta de informações.

Assim, os testes de campo se prestam, fundamentalmente, a observar dois componentes:

- a) Produtividade – o teste de campo deve responder qual a produtividade que as equipes de campo alcançam na aplicação do questionário. Esse dado é fundamental para o correto dimensionamento dos prazos apresentados ao contratante e para uma correta programação sobre as demais etapas do projeto;
- b) Aplicabilidade – presta-se a aferir o conteúdo do questionário, a formulação das questões e a ordem em que elas estão distribuídas, além de colher impressões sobre a recepção dos agricultores à pesquisa, buscando preparar os cadastradores para a estratégia de abordagem mais adequada.

Os testes de campo foram realizados nos estados do Ceará e Minas Gerais, nos municípios de Beberibe e Minas Novas, respectivamente, na semana de 6 a 12 de março de 2006 e contaram com o acompanhamento de profissionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Fundação Universitária de Brasília.

5.5 Capacitação

A capacitação foi realizada nos dias 15 e 16 de março, em Brasília.

Foram capacitados os profissionais responsáveis pela coordenação dos trabalhos de aplicação dos questionários para caracterização dos agricultores familiares, os quais atuaram como multiplicadores junto aos cadastradores responsáveis pela aplicação dos questionários em campo.

É merecedora de destaque a apresentação por parte de profissionais do MDA da concepção e dos objetivos do programa, buscando, dessa forma, melhor qualificar a participação dos profissionais em campo.

6

Análise do Capital Social



6.1 Introdução

Nos estudos de avaliação do Projeto Cédula da Terra (PCT) e do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), as análises sobre capital social têm dois objetivos gerais, que são complementares. De um lado, procura-se entender em que medida o ambiente político-social criado pelo programa é propício e contribui efetivamente para a formação e fortalecimento do capital social desses grupos sociais. De outro, procura-se entender em que medida o estoque de capital social dos grupos de beneficiários do programa afeta seu desempenho no programa e contribui efetivamente para a consecução de seus objetivos de ampliação e consolidação da agricultura familiar, aumento da renda e melhoria das condições de vida da população rural.

6.2 Marco teórico

O campo intelectual de estudo do capital social é marcado por cisâmias. Multiplicam-se as definições do que seja capital social e as teses a respeito dos fatores que contribuem para sua formação. Quando se discute a relação entre o processo de formação de capital social e o desempenho do PCT e do PNCF, tem maior relevância a controvérsia entre o grupo de teóricos que propõe sua definição em termos de sua apropriação individual e o outro que a propõe em termos de sua contribuição para a coesão social.

No primeiro campo, o capital social é concebido como acesso e uso dos recursos sociais vinculados à rede de relações sociais de um indivíduo (*Ego*). O capital social de *Ego* corresponde à soma dos recursos de seus *alters* a que ele teria acesso e que poderia utilizar para maximizar suas vantagens e benefícios individuais. Esses retornos seriam obtidos quer pela promoção de ações instrumentais – por meio das quais *Ego* obteria acesso a novos recursos – quer pela de ações expressivas – por meio das quais *Ego* preservaria os recursos por ele já possuídos. Por um lado, *Ego* investiria em suas relações sociais na expectativa dos retornos individuais que poderia daí extrair, e esses retornos seriam lucrativos na medida em que os recursos acessíveis através das redes de relações sociais facilitariam o fluxo de informações a respeito de *Ego*, influenciariam as decisões que os *alters* tomam em assuntos de interesse de *Ego*, fornecer-lhe-iam credenciais e reconhecimento social. Por outro, os *alters* disponibilizariam seus recursos a *Ego* na medida em que aufeririam vantagens recíprocas dos favores que lhe prestam (maior reconhecimento, maior reputação social, reconhecimento e confirmação de seu *status* superior).²⁴ Isso leva suas análises a privilegiar os aspectos do capital social relacionado à estrutura, amplitude e diversidade das redes de relações sociais.

No segundo campo, o capital social é concebido como um patrimônio coletivo composto pelas normas e valores culturais, estrutura de autoridade e sanções sociais que promovem a confiança e a solidariedade entre os membros de um grupo social, permitem sua cooperação e, assim, viabilizam a reprodução desse patrimônio coletivo e do próprio grupo como tal. Isso leva suas análises a privilegiar os aspectos do capital social relacionados à confiança, à solidariedade, à cooperação e à coesão social e a focar as questões de como e por que alguns grupos sociais desenvolvem mais capital social que outros.²⁵

Uma recente revisão da literatura sobre capital social que segue esta orientação teórica²⁶ sugere haver elevado grau de consenso em torno da noção de que o capital social constitui uma forma particular de capital que

²⁴ Este campo do pensamento é representado por Nan Lin (1999 e 2001), Mardsen (1987) e Ronald Burt (1992).

²⁵ Neste ponto, o segundo campo novamente se ramifica, diferenciando os teóricos que concebem o capital social como um bem de classe – que serve para reproduzir os privilégios da classe dominante e reproduzir as hierarquias sociais – e os que o concebem como um bem público a que todos têm acesso e do qual todos se beneficiam em virtude de seus retornos coletivos. A primeira posição é representada paradigmaticamente por Pierre Bourdieu (1983); a segunda por Robert Putnam (2000) e James Coleman (1988).

²⁶ Grootaert e van Bastelaer (2001).

se acumula como conseqüência de seu uso, não se produz sem custos, mas requer investimentos (de tempo e esforço no mínimo) para ser acumulado e gerar benefícios, gera uma série de benefícios e constitui um bem público que requer, no mínimo, dois indivíduos para se constituir, pois, mesmo que seja possuído individualmente, ele se estabelece a partir de interações sociais e através delas. Seus autores também sustentam haver consenso em torno da idéia de que o capital social está intimamente relacionado a ações coletivas; essas seriam seus insumos, mas também produtos decorrentes de seu investimento. Ademais, eles propõem que uma estrutura adequada para análise do capital social estaria se consolidando em torno da análise de duas questões gerais: Qual o escopo do capital social? Quais são os tipos de capital social ou, mais precisamente, que aspectos das interações sociais merecem o título de capital social? Eles enfatizam que, em qualquer nível de escopo (micro, meso ou macro) em que seja investigado, capital social sempre se refere à interação entre dois tipos de capitais: o capital social cognitivo e o capital social estrutural. Enquanto o primeiro abrange o conjunto de normas e valores localmente compartilhados que promovem a confiança mútua, a solidariedade e a cooperação, o segundo envolve o conjunto de instituições e redes de instituições localmente existentes que facilitam o fluxo de informações, os processos de tomada de decisão e a ação coletiva.

Teóricos dos dois lados do campo intelectual admitem (a) que é a interação dos atores individuais que torna possíveis as ações coletivas e a conservação e expansão do capital social e (b) que há diversos fatores racionais e emocionais que condicionam essa interação. Todavia, por um lado, os autores que analisam o capital social em termos individuais negligenciam (senão repudiam) a preocupação com aspectos relacionados a normas e valores culturais, confiança e motivações para interagirem com suas redes de parceiros; por outro, os autores que o analisam em termos de coesão social freqüentemente negligenciam quer o valor das redes de relações sociais mais lassas (*weak ties*) no acesso a importantes recursos sociais, quer as vantagens individualmente extraídas dos investimentos na formação dessas redes.²⁷

²⁷ Em conseqüência da posição adotada nessa controvérsia teórica de fundo emerge uma importante confrontação a respeito dos tipos de redes sociais que geram mais capital social: as que se caracterizam por laços sociais mais frouxos entre seus membros ou as caracterizadas por laços sociais mais intensos e fortes entre eles. Dessa confrontação, surgem dois modelos radicalmente diversos de atores sociais que são vistos como possuidores de maiores estoques de capital social ou como se encontrando em posição social mais vantajosa para acumulá-lo: (a) o ator que ocupa "vazios estruturais" e tem acesso a mais informações e a informações menos redundantes a partir de seus laços mais frouxos com um número maior e mais diversificado de atores ou (b) o ator que vivencia laços mais intensos com um número mais restrito de atores pertencentes a uma rede fechada e frui, pela intensidade de seus laços sociais com seus pares, de maior grau de confiança junto a, maior sentimento de solidariedade com e maior propensão a atos de auto-sacrifício por seu grupo. A primeira visão está associada à tese sobre a "força dos laços sociais frouxos" (*the strenght of weak ties*), aos trabalhos de Mark Granovetter (1973) e Ronald Burt (1992) e leva a uma visão do capital social como bem possuído individualmente e utilizado para maximização de vantagens individuais. A hipótese é que os ocupantes dos buracos estruturais entre grupos ou redes de relacionamento ("panelinhas") possuem maior capital social do que os ocupantes de posições mais sólidas em redes fechadas (no interior das "panelinhas"), porque aqueles conseguem acesso a e controle sobre um conjunto mais amplo e menos redundante de informações e, assim, podem tomar melhores decisões e ampliar suas vantagens competitivas. A segunda visão destaca os processos de coesão social como elementos essenciais na definição de capital social e leva a concebê-lo, predominantemente, como um bem coletivo. Está associada aos trabalhos de Robert Putnam (2000), James Coleman (1988) e Pierre Bourdieu (1983). Para uma discussão da questão, considere-se Ronald Burt (2006).

Enfim, um ponto mais consolidado em que os diferentes lados em que se cinde a literatura recente a respeito do capital social estão de acordo é que os estoques de bens que o constituem e seus impactos são mensuráveis. Dado o caráter situacional ou contextual do fenômeno, o maior desafio em sua mensuração consiste em encontrar indicadores que sejam adequados ao contexto da investigação.

O paradigma teórico que enfatiza a apropriação individual do capital social desenvolveu basicamente três instrumentos para mensuração do capital social possuído por *Ego* a partir das redes de relações com seus *alters*. Esses instrumentos são conhecidos por *name-generator*, *Position-Generator* e *resource-generator*. Os três partem do pressuposto de que capital social corresponde aos recursos sociais que existem na rede de relações pessoais de um indivíduo (*Ego*), que lhe são acessíveis através dos outros (*alters*) e que ele pode usar para auferir vantagens instrumentais ou expressivas. O mais antigo – *Name-generator/interpreter* – consiste em tentar descobrir o nome de todas as pessoas com quem *Ego* se relaciona, a intensidade de suas relações e algumas características desses outros. O capital social seria medido como um derivativo do tamanho dessa rede e de sua diversidade. O *Position-Generator* parte do pressuposto de que os recursos sociais disponíveis na rede de *Ego* são função da ocupação profissional dos *alters* e consistem na aplicação de uma lista de 40 a 60 ocupações que são classificadas como de maior ou menor prestígio, pressupondo-se que as de maior prestígio estão vinculadas a acesso a maiores recursos. Com essa lista, interroga-se o entrevistado se ele conhece alguém que tenha cada uma das ocupações e sobre a intensidade dessas relações.²⁸ Podem-se acrescentar outras informações sobre esses *alters* (p.ex., gênero, idade, etnia etc.). É método amplamente usado, pois permitiria medir capital social como derivativo do tamanho da rede, da diversidade dos contatos e da escala de prestígio das ocupações.²⁹ Enfim, o *Resource-generator* é método derivado do anterior; porém, em vez de perguntar sobre ocupações, faz as mesmas perguntas chave (conhece alguém? Qual o tipo de relação com esse alguém?) sobre certos recursos importantes para o bem-estar ou as pretensões de *Ego* (por exemplo, você conhece alguém que pode te ajudar a declarar seu imposto de renda?), preservando as mesmas pressuposições sobre a relação entre intensidade da relação e acessibilidade aos recursos dos *alters*.³⁰

Já na perspectiva que enfatiza a contribuição aos processos de coesão social e identificação comunitária, testou-se, recentemente e na análise do impacto do Programa de Combate à Pobreza Rural (BINSWANGER *et al.*; 2006), uma metodologia derivada da proposta teórica de Grootaert e van Bastelaer (2001) e da ferramenta de mensuração do capital social desenvolvida pelo Social Capital Initiative Team do Banco Mundial.³¹ Nessa metodologia, incorpora-se a ênfase nas medidas de tipo baseadas no capital social cognitivo e no capital social estrutural como insumos (*inputs*) necessários à formação de capital social, mas se lhe agregam outras dimensões da realidade social que são decorrentes da capacidade de agir coletiva e publicamente (*outputs* do capital social que, dentro de uma perspectiva processual, retroalimentam seus *inputs*, levando à acumulação de mais capital social), como, por exemplo: a *participação comunitária*, o *engajamento cívico* e a capacidade de evitar a emergência ou resolver *conflitos* intragrupais. Enfim, consolidam-se as medidas isoladas de cada uma dessas dimensões componentes num índice único e sintetizador de capital social.

²⁸ Pressupõe-se que maior intensidade da relação implicaria maior vontade dos *alters* em disponibilizar seus recursos para *Ego* e maior facilidade para *Ego* acessar os recursos dos *alters*.

²⁹ Sobre o instrumento *Position-Generator*, considerem-se: Erickson (2004), Lin (2006), Lin, Fu e Hsung (2006), Van der Gaag e Snidjers (2003a e 2004) e Van der Gaag, Snidjers e Flap (2006).

³⁰ Sobre o instrumento *Resource Generator*, considerem-se: Lin (2006), Van der Gaag e Snidjers (2003b e 2005).

³¹ Do desenvolvimento deste instrumento – “The Social Capital Assessment Tool (SOCAT)” – participaram Christiaan Grootaert, Robert Chase, Thierry van Bastelaer, Anirudh Krishna e Elizabeth Schrader.

6.3 Metodologia da mensuração do impacto

As análises de impacto do PCT e do PNCF no capital social guardam semelhanças metodológicas entre si e com a análise de seus impactos sobre o patrimônio e a renda. Têm, também, suas especificidades.

Em comum com a análise dos demais impactos, elas compartilham o uso de toda a amostra, beneficiários e grupos controle. O grupo de controle “espera” é composto pelos trabalhadores rurais que se inscreveram no PNCF, mas ainda não foram contemplados por ele. No estudo do PNCF, novas rodadas de pesquisa com os grupos de tratamento e de controle “espera” permitirão o uso da análise da dupla-diferença entre eles, mas, nesta análise de capital social, o “perfil de entrada” não se refere ao momento atual e, sim, ao momento anterior à sua mobilização e organização para participar do programa (T_1), uma vez que dados sobre capital social no momento atual – ainda anterior à obtenção e implementação do PNCF, mas posterior à mobilização social – já estão influenciados pelo programa.

Assim, em ambos os estudos há uma diferença essencial entre a análise do impacto sobre o capital social e as demais análises, pois todos os outros impactos analisados, por exemplo, sobre renda ou patrimônio, só acontecem após o início do projeto, portanto os dados sobre o momento atual do grupo controle “espera” servem como parâmetro controle para os beneficiários nessas análises. No entanto, todos os grupos candidatos ao PCT e ao PNCF já sofreram significativos efeitos sobre seu capital social no momento da coleta dos dados, isto é, mesmo antes de obterem aprovação de suas propostas. Dessa maneira, na análise do impacto total dos programas sobre capital social, não se poderia usar a análise de dupla-diferença ao comparar beneficiários e controle (espera).

Utiliza-se, por conseguinte, metodologia diversa. Ao comparar beneficiários e o grupo de controle (espera), usam-se dados sobre o estoque de capital social possuído previamente ao período em que os grupos se organizaram para candidatar-se ao programa, o que acontece em momentos diferentes para cada grupo, com o objetivo de gerar uma medida da tendência temporal da evolução de capital social que é devida a fatores externos aos programas. É essa tendência que serve como “controle” para ser comparado à evolução posterior do capital social dos beneficiários do programa. Nesta análise, utilizam-se dados coligidos entre famílias de beneficiários do PCT, de beneficiários do PNCF e famílias na lista de espera do PNCF. A agregação das duas bases de dados melhora significativamente a análise de tendência temporal, pois aumenta a variação nas datas de formação dos grupos ou associações formados para a aquisição da terra. A medida da tendência temporal emprega um total de 1.992 observações domiciliares e emprega o índice de capital social por tipo (ISKt) – ver abaixo, o único que pode ser computado com as informações disponíveis nas duas bases de dados.

Na avaliação de impacto do PCT, é possível, ademais, proceder a uma segunda comparação, usando um segundo grupo de controle composto por uma subamostra do grupo controle de pequenos produtores rurais que: (a) haviam sido entrevistados quando da realização do estudo de perfil de entrada desse programa, (b) possuem terra suficiente para torná-los inelegíveis diante dos critérios de seleção do programa, mas não tão grande a ponto de os diferenciar radicalmente dos beneficiários do programa e (c) têm, em suas comunidades, acesso a entidades de representação comunitária ou participam de associações comunitárias.³² Seu objetivo é distinto, mas complementar ao da análise anterior. Por ela, procura-se identificar as diferenças entre os grupos

³² Utiliza-se nessa comparação somente a fração da amostra de controle formada pelos pequenos produtores rurais com acesso a associações comunitárias em suas comunidades de referência por serem, de certa maneira, mais similares aos beneficiários, que estão associados em entidades representativas de suas comunidades. Três razões justificam que não se compare o grupo de beneficiários do PCT à amostra de controle (agricultores) como um todo, mas apenas aos que têm acesso a associações comunitárias em suas comunidades de referência (embora esses representem apenas 54% dos informantes no grupo de controle):

a) Como, no grupo de controle (agricultores) se compara o estoque atual de capital social ao que se possuía em momento anterior à organização de associações comunitárias em suas localidades, só se obtiveram informações sobre esse momento anterior junto aos informantes que atualmente tinham acesso a essas instituições em suas comunidades de referência.

e os fatores limitantes e incentivadores da criação de capital social e, assim, avaliar como se compara o efeito do PCT sobre os beneficiários, que eram sem-terra e criaram uma nova comunidade dentro do projeto, com a evolução de capital social em agricultores que continuam radicados em suas comunidades pelo menos desde 1999/2000, continuam produzindo individualmente e, em relação aos beneficiários do PCT, constituem uma espécie de paradigma, espelho ou fronteira do que poderia ter ocorrido a seu capital social.³³

Ao comparar os beneficiários do PCT a essa subamostra do grupo de controle (agricultores), pode-se empregar a metodologia da dupla-diferença, pois os agricultores não sofrem nenhum efeito do PCT ao longo do tempo avaliado, e a evolução de seu capital social pode ser comparada à dos beneficiários diretamente. Essa análise dispõe de dados referentes a dois momentos temporais e compara a evolução do capital social dos beneficiários do PCT no período entre o momento imediatamente anterior à formação do grupo (T_1) e o momento atual (T_2) com a evolução do capital social dos subgrupos de controle agricultores “com acesso e/ou participação em associações comunitárias” no período entre o momento imediatamente anterior à formação de associações comunitárias em suas áreas de residência (T_1') e o momento atual (T_2'). A análise é possível uma vez que se dispõe de dados sobre o mesmo período para esses dois grupos, incluindo dados sobre 2000 coletados via *recall* em 2006 e dados coletados sobre a situação de 2006. Nesta análise, é empregado apenas o índice de capital social medido por escopo (ISKe) – ver definição abaixo –, pois não existem informações sobre o *capital social estrutural* existente no grupo de controle (agricultores) em T_1 , as quais são necessárias ao cálculo do índice de capital social medido por tipo.

No estudo longitudinal de avaliação do PNCF, trabalha-se, ainda, com a hipótese de que, combinada à análise da tendência temporal, a avaliação de impacto poderá recorrer à metodologia da dupla-diferença nas mensurações temporais feitas entre beneficiários e controle (espera), de modo a discriminar o impacto total de longo prazo do programa (através da evolução do capital social do grupo de beneficiários), o impacto exclusivamente devido à formação do grupo (através da evolução do capital social do grupo de espera) e o impacto devido exclusivamente à convivência na nova comunidade do projeto (através da diferença entre a evolução do capital social dos dois grupos).

-
- b) A diretriz do PCT impõe a participação de seus beneficiários em associações comunitárias e, por conseguinte, sugere que comparações mais relevantes entre beneficiários e controle de agricultores se farão quando se distinguirem os pequenos produtores rurais de acordo com seu acesso a associações comunitárias ou sua participação nelas. Considerando acesso ou participação em associações comunitárias, é possível mensurar quanto da variação temporal nos estoques de capital social se deve exclusivamente à formação das associações comunitárias nos contextos rurais nordestinos. A opção pelo critério da acessibilidade em detrimento do da participação obedece, por sua vez, a duas razões: (a) a maior quantidade de informantes que têm acesso a associações comunitárias do que de informantes que nelas participam na amostra de controle (agricultores) e (b) a existência de situação similar entre os beneficiários do PCT, que em sua totalidade têm acesso a associações comunitárias nas áreas de seus projetos, mas nem sempre responderam que participavam delas: se 53,9% dos informantes no grupo de controle (correspondendo a 104 observações) confirmam a existência de associações locais em suas comunidades, apenas 35,4% deles participam delas (correspondendo a apenas 69 observações).
 - c) Enfim, o resultado de um exercício de comparação entre os dois grupos com a utilização do cálculo de distâncias multivariadas confirma a hipótese de uma maior similaridade entre os beneficiários do PCT e a fração de agricultores com acesso a associações comunitárias.

³³ Ademais, cada análise aborda um aspecto diferente do fenômeno. No caso da análise que usa a tendência temporal como controle, avalia-se o efeito do PCT entre grupos similares, pois beneficiários e controle (espera) são compostos por famílias de trabalhadores rurais sem terra ou minifundiários que se candidataram ao programa. No caso da análise de painel entre beneficiários e controle (agricultores), comparam-se grupos distintos, pois os últimos desenvolvem atividades agrícolas dentro de suas áreas individuais e, apesar de serem pequenos agricultores, não fazem parte do público-alvo do PCT, pois não são tão pequenos a ponto de poder se candidatar.

Nos dois estudos e junto a todos os grupos, as informações para mensurar o capital social anterior à intervenção dos programas foram coligidas mediante questões que recorriam à memória dos entrevistados (*recall*). As expressões “antes de vocês começarem a se organizar para a compra da terra” ou “antes de formarem a associação comunitária” serviam, de forma geral, para marcar o momento temporal a que as indagações se referiam. No grupo de beneficiários do PCT, os entrevistadores foram orientados a enfatizar que as questões relativas a este momento temporal diziam respeito à comunidade em que os entrevistados moravam antes de se mudar para as áreas dos projetos. Nos grupos de controle, eles foram orientados a utilizar um evento marcante na vida da família do entrevistado que fosse contemporâneo ao momento imediatamente anterior à formação do grupo para aquisição da terra ou da associação comunitária (por exemplo, um casamento, o nascimento de um filho etc.) como âncora temporal para suas lembranças.

6.4 Construção dos índices de capital social

Diante desse Quadro teórico e dessas possibilidades analíticas, a mensuração do capital social e o estudo do impacto do PCT e do PNCF no seu processo de formação e desenvolvimento ambicionam-se teoricamente abrangentes, mas contextuais em suas ênfases. Explora-se tanto a dimensão coesiva do capital social quanto sua apropriação individual.

No âmbito do PCT e do PNCF (Linha de Combate à Pobreza Rural) e em decorrência das diretrizes dos dois programas que estabelecem o princípio da organização de grupos para aquisição da terra, enfatiza-se a visão do capital social como fenômeno associado a processos de identificação comunitária e coesão social. No âmbito do PNCF (linha de Consolidação da Agricultura Familiar), em que a aquisição das terras pode ser feita por grupos ou trabalhadores rurais individuais, concilia-se a exploração das perspectivas do capital social quer como contribuição a processos de coesão social, quer como bem de apropriação individual.

6.4.1 Cálculo dos índices de capital social na vertente da contribuição aos processos de coesão social

Constroem-se e empregam-se dois índices de capital social coesivo para avaliar o impacto do PCT e do PNCF-CPR. O primeiro mensura o capital social de acordo com os tipos de componentes que ele agrega. O segundo, de acordo com as dimensões de seu escopo. A razão para a construção de índices diferentes de capital social por tipo e por escopo é tanto teórica quanto prática. Por um lado, ela adapta a análise à matriz teórica acima apresentada. Por outro, ela responde à quantidade distinta de informações disponíveis para cada uma das três populações da amostra e cada um dos dois momentos temporais considerados.

Para chegar ao índice de capital social por tipo (ISKt), referente aos dois momentos temporais considerados, amplia-se a estrutura conceitual proposta por Grootaert e van Bastelaer (2001) acima descrita, de forma a incorporar não apenas fatores que condicionam a emergência do capital social, mas também as formas em que sua existência se manifesta, reproduz-se e se amplia. O índice sintetiza seis fenômenos associados ao processo de formação de capital social, que são:

1. O tipo definido pelas motivações para a ação coletiva ou *capital social cognitivo*;
2. O tipo definido pelos arranjos necessários à realização da ação coletiva ou *capital social estrutural*;
3. O tipo definido pela capacidade do grupo de protagonizar ações locais ou *participação comunitária* – isto é, a colaboração em ações comunitárias ou o conjunto de ações coletivas concretizadas para solucionar problemas ou defender interesses grupais ou de uma maioria dos membros do grupo;
4. O tipo definido pela capacidade do grupo de mitigar ou resolver seus conflitos internos, garantindo o convívio entre seus membros e condicionando sua colaboração;
5. O tipo definido pela capacidade do grupo de engendrar e entretecer redes de relações com outros grupos sociais de modo a perseguir conjuntamente objetivos comuns; e

6. O tipo definido pela capacidade do grupo de exercer influência nas relações que entretetece com o Estado ou *participação civil* – ou seja, a intervenção nas relações entre sociedade e Estado, que pode se manifestar através de ações individuais ou coletivas referenciadas à representação do grupo nas esferas de governo e ao controle social sobre as atividades estatais voltadas ao grupo e a seus membros e que se pressupõe ter um impacto sobre as formas de governança, sua capacidade de responder às demandas de seus constituintes e sua eficiência.

Por suas características, esses fenômenos associados ao processo de formação de capital social podem ser classificados em duas dimensões. Os dois primeiros constituem insumos imprescindíveis (*inputs*) que determinam a existência de estoques de capital social (fatores que existem mais ou menos desenvolvidos em todos os grupos sociais); eles são um patrimônio social indispensável à formação de capital social, mas ainda não são capital social propriamente dito. Os outros constituem resultados ou concretizações do capital social (*outputs*). Dispondo dos insumos, os membros de qualquer grupo estão em condições de agir coletivamente de forma concatenada, mas isso é apenas um patrimônio social que, para se converter efetivamente em capital social, precisa que a ação pública se concretize. Daí o capital social ter como formas alternativas de concretização (uma pode ser alcançada sem que as outras necessariamente o sejam) as noções de (a) participação comunitária, (b) resolução de conflitos, (c) formação de redes de solidariedade, cooperação e ajuda mútua entre comunidades ao nível microssocial (processos de *bridging*) e (d) participação civil ou formação de redes verticalizadas ao nível macrossocial (processos de *linking*).³⁴

Em conseqüência, constroem-se dois indicadores intermediários – um para as condições, os insumos ou inputs necessários à formação de capital social; outro para as manifestações, os resultados ou outputs do capital social – e calcula-se o índice de capital social por tipo (ISKt) como a média aritmética desses dois indicadores intermediários. O indicador intermediário das condições (*inputs*) para a existência de capital social equivale à média aritmética dos indicadores das dimensões do *capital social cognitivo* e do *capital social estrutural*. Os indicadores de motivações ou do *capital social cognitivo* usam variáveis sobre a confiança, a solidariedade e a cooperação que *Ego* (o chefe de família entrevistado em cada domicílio) tem em relação a outros indivíduos de sua comunidade de origem. O indicador de arranjos ou de capital social estrutural utiliza informações sobre sua participação em organizações sociais. Já o indicador intermediário das manifestações (*outputs*) da existência de capital social equivale à média aritmética dos indicadores primários de quatro dimensões: (a) a capacidade de evitar a emergência ou de resolver conflitos internos que *Ego* observa nas lideranças de sua comunidade, (b) sua participação comunitária, (c) sua participação em redes de cooperação intercomunitárias e (d) sua participação civil.

Já para chegar aos indicadores de capital social de acordo com seu escopo em cada um dos dois momentos temporais, utilizam-se três indicadores parciais para os processos de *bonding*, *bridging* e *linking*. O primeiro deles refere-se aos processos de formação de redes horizontais de relação e de ação estabelecidos entre pessoas igualmente situadas nas hierarquias sociais no interior das comunidades de referência do agente individual ou *Ego*.

³⁴ Todavia, se esses fenômenos constituem os principais resultados da existência de capital social, eles não encerram o processo que o conceito descreve. Pelo contrário, eles o retroalimentam. As manifestações em que o patrimônio social previamente acumulado se concretiza revertem sobre *Ego* e seus *alters*, os indivíduos que as protagonizaram como grupo, de forma a amplificar sua confiança na capacidade do grupo de agir em seu próprio benefício e, também, em sua capacidade individual de contribuir para o êxito das ações grupais. Idealmente, nesse processo tudo se expande numa espécie de espiral em que os resultados potencializam os insumos e o capital social do grupo acumula-se. Praticamente, essa retroalimentação pode amplificar os insumos (quando as ações coletivas ocorrem com êxito e encontram sustentação no ambiente social e político) ou destruí-los (quando os esforços são baldados ou enfrentam obstáculos intransponíveis nesse ambiente).

Seu indicador agrega fatores que viabilizam a formação e desenvolvimento de redes de relação e de ações dentro da comunidade de referência de *Ego* (confiança, solidariedade, cooperação, participação comunitária, solução de conflitos internos e acesso a informações necessárias à tomada de decisões em questões de interesse comunitário em quantidade suficiente ou não). Os processos de *bridging* referem-se à formação de redes de relação e ação transversais ou entre a comunidade de referência de *Ego* e outras comunidades similares, permitindo que esses diferentes grupos cooperem na busca de objetivos comuns. Seu indicador equivale ao indicador primário de *outputs* de formação de redes de cooperação e ajuda mútua de *Ego* com moradores de diferentes comunidades rurais. Enfim, os processos de *linking* referem-se à formação de redes de relação e ação verticais ou entre a comunidade de referência de *Ego* e pessoas, instituições, segmentos da sociedade diferentemente situados nas hierarquias sociais e, até mesmo, o Estado na qualidade de agente social. Seu indicador corresponde ao indicador primário de *outputs* do engajamento cívico. O índice de capital social por escopo corresponde à média aritmética dos três indicadores parciais.³⁵

6.4.2 Cálculo dos indicadores de capital social concebido como bem social de apropriação individual

Para calcular índices de capital social como somatório dos recursos disponíveis a *Ego* através de sua rede de relações ou, em outras palavras, um bem social passível de apropriação individual, o estudo longitudinal de avaliação do PNCF-CAF faz uso de três instrumentos complementares.

O primeiro consiste numa matriz de mensuração do nível de posições de prestígio acessíveis a *Ego* através de sua rede de relações em que se reformula o instrumento do *Position-Generator*. Essa matriz não assume que as ocupações possam ser classificadas numa escala única de prestígio, mas pressupõe que, em diferentes domínios da vida social com que os atores sociais se envolvem ao longo de sua existência, diferentes ocupações têm diferentes níveis de prestígio.³⁶ Dessa matriz, derivar-se-ão cinco medidas do capital social possuído por *Ego*. A primeira corresponderá a sua amplitude (o número total de relações); a segunda corresponderá a sua diversidade (o número total de dimensões da vida social em que ele encontra *alters*); a terceira mensurará o grau de prestígio de sua rede de *alters* (uma média ponderada do número de *alters* conforme uma escala de prestígio); a quarta mensurará a intensidade de suas relações; e a última mensurará o uso efetivo que *Ego* fez de sua rede de relações em um período determinado de tempo.

O segundo consiste numa matriz de mensuração de recursos acessíveis através da rede de relações de *Ego* que são necessários a sua existência, sua capacidade de superar dificuldades cotidianas e de defender seus interesses. Este instrumento fornecerá três medidas: (a) a diversidade de recursos que são acessíveis a *Ego* através de sua rede de relacionamentos, medida através da quantidade de recursos a que ele tem acesso através de sua rede de relações; (b) a densidade dessas redes através da ponderação do número de recursos a que tem acesso

³⁵ Esta fórmula de cálculo foi empregada na análise dos dados coligidos pela pesquisa de avaliação de impacto do PCT. No perfil de entrada do PNCF-CPR, a identificação de um índice de capital social medido por escopo resultou de procedimento estatístico de análise por componentes principais. Ao realizá-la, verificou-se que uma solução apropriada (alpha de Cronbach equivalente a 0,751 quando se força a solução com apenas um componente e de 0,742 para o primeiro componente da solução com três componentes) envolvia três componentes e, pela distribuição da carga fatorial das diversas variáveis, identificou-se que esses fatores correspondiam às três dimensões de escopo do capital social teoricamente definidas dos processos de *bonding*, *bridging* e *linking*. A execução do mesmo procedimento estatístico com os dados coligidos pela pesquisa de avaliação de impacto do PCT não teve o mesmo resultado.

³⁶ Por exemplo, no domínio da execução da justiça e solução de conflitos entre partes, as ocupações de juiz, promotor e policial granjeiam diferentes níveis de prestígio e ter relações pessoais com um juiz deveria significar acesso a recursos mais escassos, socialmente mais valorizados e prestigiosos do que os disponíveis através de relações pessoais com um policial.

através da rede pelo nível de intensidade dos relacionamentos por meio dos quais se dá esse acesso; e (c) do uso efetivo desses relacionamentos – a frequência do uso da rede de relações para acessar um dos recursos considerados num determinado período de tempo.

Enfim, o terceiro instrumento visa suprir uma deficiência comum a todos os estudos que concebem capital social em termos dos recursos disponíveis a *Ego* através de sua rede de relações – a saber: o fato de que, se esses estudos concordam que capital social representa (a) acesso; (b) uso de recursos que trazem e (c) retornos para *Ego*, poucos se esforçam para medir b, pressupondo que, tendo acesso, far-se-á uso, e, principalmente, nenhum se esforça para mensurar os retornos dos investimentos feitos por *Ego* na construção dessas redes ou, em outras palavras, em capital social. Como acima descrito, a mensuração do uso se fará através das outras duas matrizes e servirá como um indicador aproximado da efetiva disponibilidade a *Ego* dos recursos de seus alters (em vez da possibilidade de o acesso servir como indicador do uso dos recursos, o uso efetivo servirá como indicador da disponibilidade dos recursos). A mensuração desses retornos se faz através de uma matriz de identificação da reputação de *Ego* em relação a aspectos da vida cotidiana que demonstrariam se ele tem ou não credibilidade entre seus pares. Pressupõe-se que investimentos em capital social geram como retorno não só o acesso aos recursos possuídos pelos *alters*, mas também uma reputação positiva de *Ego* como fonte de recursos para seus *alters*.

6.5 Métodos empregados na mensuração do capital social e do impacto do PCT e do PNCF em sua formação

A análise da tendência temporal à formação de capital social, independentemente da intervenção dos programas pesquisados, consiste numa análise de regressão logística linear tendo o índice de capital social como variável dependente. Para sua estimativa, foi utilizada uma junção das amostras das pesquisas sobre o PCT e o PNCF-CPR. Primeiramente estimou-se um modelo logit para a obtenção de valores para a *propensity score* (probabilidades de seleção no programa), com base em um conjunto de variáveis explicativas que definem o perfil socioeconômico dos domicílios em situação prévia à influência dos programas. Posteriormente, essas probabilidades foram utilizadas em modelos para a estimação da tendência de evolução temporal do capital social. As variáveis explicativas empregadas foram: dummies para as unidades da Federação em que residem beneficiários e candidatos ao programa; a idade, o gênero, a alfabetização e o número de anos de estudo do entrevistado; o número médio de anos de estudo das pessoas da família, o número de pessoas assalariadas na família, o número de assalariados em atividades agrícolas, o número de assalariados em atividades não-agrícolas, o número de empregadores ou trabalhadores por conta própria, o número de pessoas ocupadas e não remuneradas, e a razão de dependência; a existência de banheiro, canalização de esgoto, iluminação elétrica e abastecimento de água; a renda líquida familiar e o patrimônio bruto. Na estimativa da tendência da evolução temporal, foram utilizadas mais duas variáveis: uma *dummy* de identificação do grupo amostral e o ano de mobilização do grupo formado para a compra da terra.

Identificada a tendência temporal independente dos programas PCT, PNCF-CPR e PNCF-CAF, pode-se ter uma estimativa do efeito dos Programas sobre o capital social. Isto é, se a tendência temporal for estatisticamente não diferente de zero, a medida do impacto do programa é estimada pela diferença nos índices de capital social entre “antes” (período anterior à organização do grupo) e “atual” no grupo de beneficiários. Se a tendência for negativa, a medida da diferença deveria ser somada à estimativa de tendência e, se positiva, esse valor deveria ser subtraído da medida de diferença. A mensuração de seu impacto na formação de capital social recorre aos indicadores de evolução de capital social registrados no grupo de beneficiários e corresponde ao impacto total de longo prazo (formação do grupo, aquisição da terra e convívio no interior das áreas de projetos). O resultado do exercício revela uma tendência temporal negativa e significativa ao nível de 5%, sugerindo que a mensuração da taxa de evolução do capital social dos beneficiários dos dois programas entre o momento anterior à sua organização grupal para aquisição da terra e o momento da pesquisa subestima o impacto destes sobre a formação de capital social.

A comparação complementar entre beneficiários do PCT e grupo de controle (agricultores) recorre à análise da dupla diferença, enfatizando os indicadores de evolução temporal de capital social encontrados nos dois grupos e servindo para diagnosticar se o capital social dos beneficiários do programa poderia ter crescido mais e, em caso afirmativo, que fatores limitaram seu crescimento. Para verificar se o capital social dos beneficiários do PCT poderia ter crescido mais vigorosamente e que fatores teriam limitado seu crescimento, a análise desenvolvida nesta seção primeiro compara as diferenças médias na evolução de capital social para beneficiários e o subgrupo de agricultores e, depois, analisa a relação entre várias características das famílias estudadas e a evolução de capital social para os dois grupos. Na última análise, o objetivo é identificar a importância relativa do PCT para a evolução de capital social em comparação a outros fatores.

É bom notar que a comparação entre beneficiários do PCT e agricultores deve ser feita com grande cautela, pois, do ponto de vista da formação de capital social, os agricultores com acesso ou com participação em associações comunitárias fruem de algumas importantes vantagens comparativas em relação aos beneficiários do PCT –entre outras, destacar-se-iam: (a) a posse da terra, o que sugere um vínculo mais estável, prolongado e duradouro com a comunidade local; (b) maiores níveis de capital humano, inquestionavelmente expressos pelas diferenças nos níveis de escolaridade; (c) maiores níveis de renda e patrimônio; (d) um vínculo de caráter voluntário com as associações comunitárias existentes em seu meio, o que sugere sua condição de protagonista de atividades coletivas.

No contexto analisado, diante dos atores envolvidos e apesar de todas as suas limitações, os pequenos agricultores com acesso ou participação em associações comunitárias constituem uma espécie de *fronteira* ou *parâmetro* concreto em comparação ao qual os beneficiários do PCT podem ser balizados. Sua condição relativamente vantajosa em relação aos beneficiários do PCT serve, por conseguinte, como parâmetro do que poderia acontecer aos últimos ou, mais exatamente, é mais próxima das condições daqueles em relação a quem suas condições de vida se espelham. É por isso que a comparação permite responder se o grupo de beneficiários do PCT poderia ou não ter vivenciado, desde sua formação, um crescimento mais acentuado de seu capital social

Quatro técnicas estatísticas foram usadas nas fases atuais dos estudos para explorar os fatores relacionados a variações encontradas no capital social inicial e atual e na sua evolução temporal nos grupos de tratamento e de controle. São elas a análise de correlações, os exercícios com árvores de classificação,³⁷ os testes de significação de médias e a análise de regressão logística. Nesta, utilizaram-se dois modelos. No primeiro, 12 fatores são considerados nesses exercícios: (a) a idade do entrevistado (*Ego*), (b) seu gênero, (c) considerar-se ou não branco, (d) analfabetismo, (e) a escolaridade, (f) a condição de *Ego* estar ou não estudando, (g) o patrimônio doméstico anterior, (h) o patrimônio produtivo anterior, (i) *dummies* para identificar as unidades da Federação onde os informantes residem, (j) o ano de formação do grupo para a compra da terra ou da associação comunitária e (k) uma *dummy* para identificar a condição de beneficiário do programa de reforma agrária. No segundo, acrescentam-se outras duas variáveis a esse conjunto: (l) a existência de relações sociais prévias entre *Ego* e a maioria dos membros que vieram a formar esse grupo e (m) a intensidade dessas relações. O segundo modelo permite testar a importância de redes de relações mais densas e mais frouxas na formação de capital social.

³⁷ A técnica da árvore de classificação é uma ferramenta de validação que procura classificar casos em grupos homogêneos e prever os valores da variável dependente para esses grupos. Seu propósito é identificar conjuntos de condições lógicas “se... então...” para permitir a classificação dos casos de acordo com as variáveis independentes que têm relações mais significativas com a variável dependente. A cada nível de ramificação a partir de um nó de raiz, a técnica seleciona como fator discriminante ou divisor à variável independente cujos valores diferenciais são capazes de formar nós internamente mais homogêneos.

6.6 Bibliografia

BINSWANGER, Hans et al. *Rural Poverty Alleviation Project (RPAP) Evaluation: 1993-2005*. 2006. No prelo.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: John Richardson (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Westport, CT: Greenwood Press, 1983. p. 241-258.

BURT, Ronald. *Structural Holes: The Social Structure of Competition*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

Structural Holes versus Network Closures as Social Capital. LIN, N.; COOK, K.; BURT, R.S. (eds.) *Social capital: theory and research*. New York: Aldine, 2006. p. 31-56.

COLEMAN, James. Social Capital in the Creation of Human Capital. *American Journal of Sociology*. 1988. 94:S95-S121.

ERICKSON, Bonnie H. The distribution of gendered social capital in Canada. In: FLAP, H. & VOLKER B. (eds.) *Creation and returns of Social Capital*. London: Routledge, 2004. p.27-50.

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*. 1973. 78:1360-80.

GROOTAERT, Christiaan e VAN BASTELAER, Thierry. Understanding and Measuring Social Capital: A synthesis of findings and recommendation from the Social Capital Initiative. *Social Capital Initiative Working Paper No. 24*. Washington, DC: The World Bank, 2001.

LIN, Nan. *Social Capital: a theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

Building a network theory of social capital. LIN, N.; COOK, K.; BURT, R.S. (eds.) *Social capital: theory and research*." New York: Aldine, 2006. p.3-30.

LIN, Nan; FU, Yang-chih.; HSUNG, Ray-May. The Position Generator: measurement techniques for social capital. LIN, N.; COOK, K.; BURT, R.S. (eds.) *Social capital: theory and research*. New York: Aldine, 2006. p.57-84.

MARSDEN, Peter V. Core Discussion Networks of Americans. *American Sociological Review*. 1987. 52: 122-31.

PUTNAM, Robert. *Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

SNIJDERS, Thomas. Prologue to the measurement of social capital. *La Revue Tocqueville*. 1999. XX:27-44.

VAN DER GAAG, Martin e SNIJDERS, Thomas. *A comparison of measures for individual social capital*. 2003a. Acessível através da página http://www.xs4all.nl/~gaag/work/comparison_paper.pdf.

The Resource Generator: measurement of individual social capital with concrete items. 2003b. Acessível através da página <http://www.xs4all.nl/~gaag/work>.

Proposals for the measurement of individual social capital. In: FLAP, H. & VOLKER B. (Eds.), *Creation and returns of Social Capital*. London, Routledge, 2004. p.199-218.

The Resource Generator: Social capital quantification with concrete items. 2005. Acessível através da página http://www.xs4all.nl/~gaag/work/RG_paper.pdf

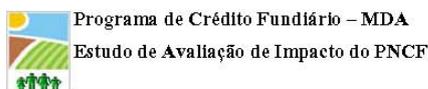
VAN DER GAAG, Martin; SNIJDERS, Thomas; FLAP, Hank. *Position Generator measures and their relationship to other Social Capital measures*. 2006. Acessível através da página http://www.xs4all.nl/~gaag/work/PG_comparison.pdf

7

Apêndices



7.1 Instrumentos de Coleta da Avaliação de Impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário



Perfil de entrada do beneficiário PCPR - NPT

Dados da Entrevista

1. Código do projeto										2. COD IBGE									
---										---									
3. CPF do entrevistador										4. Data de entrada no Programa									
---										dd/mm/aa									
5. Data da entrevista										6. Hora da entrevista									
dd/mm/aa										Hora início: ^a hh ^b mm (formato 24h)									

Beneficiário Entrevistado

7. CPF do beneficiário									

8. Nome do beneficiário									
9. Cargo do beneficiário na associação									
^a Qual é o cargo que você (beneficiário) ocupa na associação?									
(a) Nenhum			(c) Tesoureiro ou vice			(e) Secretário ou vice			
(b) Presidente			(d) Vice-presidente			(f) Conselheiro			
(g) Outro (marcar e completar)			^b _____						
10. Tempo de trabalho na agricultura									
¹ Quantos anos você já trabalhou como produtor rural? _____ ^a anos <input type="checkbox"/> ^b Nunca trabalhou									
² Quantos anos você já trabalhou como empregado ou diarista em trabalho rural? _____ ^a anos <input type="checkbox"/> ^b Nunca trabalhou									
11. Entrada na associação									
Quando você entrou na associação que foi criada para a compra da terra? _____ - _____ mm-aa <input type="checkbox"/> ^b no início									
12. Entrada no projeto									
Quando você começou a fazer alguma atividade* no projeto? _____ - _____ ^a mm-aa <input type="checkbox"/> ^b Ainda não começou									
^c Você já morou ou trabalhou na área do projeto? <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não									

Capital social - Antes da Associação

Grupo: refere-se aos membros da associação criada para obtenção do financiamento do Crédito Fundiário

Comunidade de origem: conjunto de moradores de sua comunidade de origem, pode ser igual ou não ao grupo; ou sobrepor-se a esse de diversas formas.

13. Antecedentes do grupo									
¹ Quando o grupo de pessoas que apresentou a proposta para a compra da terra começou a se mobilizar?									
_____ - _____ mm-aa (a) foi inserido posteriormente no grupo (substituição ou inclusão)									
14. Relacionamento com o grupo									
¹ Você tinha relacionamento anterior com a maioria do grupo por parentesco ou por amizade por mais de 3 anos?									
(a) sim (b) não									
² Como era seu relacionamento com o grupo antes dele começar a se mobilizar?									
(a) intenso (b) superficial (c) não tinha relacionamento									

15. Formação de Redes Familiares ou Sociabilidade	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência você fazia reuniões, trabalho conjunto ou visitas com a sua comunidade de origem?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
² Quanta confiança você tinha <u>nos moradores</u> de sua comunidade de origem?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nenhuma
³ Quanta confiança você tinha <u>nos líderes</u> de sua comunidade de origem?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

16. Resolução de Conflitos	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Na sua comunidade de origem havia MUITOS desentendimentos entre os moradores?	(a) sim (b) não
² Quando haviam desentendimentos as lideranças da comunidade ajudavam a resolvê-los?	(a) Ajudavam a resolver a maioria deles (b) Ajudavam a resolver alguns deles (c) Não ajudavam a resolvê-los

17. Solidariedade	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência os moradores de sua comunidade ajudavam as famílias que passavam por situação de necessidade (perda de safra ou doença grave na família)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

18. Cooperação e participação comunitária	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência você se juntava aos outros moradores para resolver problemas da comunidade (manter a estrada de acesso, consertar a bomba de água)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

19. Governança	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência os moradores da comunidade faziam solicitações aos órgãos públicos para resolver seus problemas (manter a estrada de acesso, consertar a bomba de água)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
² Quantas dessas solicitações foram atendidas?	(a) a maioria (b) algumas (c) nenhuma

20. Solidariedade entre comunidades	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência a sua comunidade ajudava pessoas de <u>outras comunidades</u> que passavam por situações de necessidade?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
¹ Com que frequência os moradores de sua comunidade recebiam ajuda de outras comunidades quando passavam por necessidades?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

Capital social - Após criação da Associação

21. Participação do beneficiário e cônjuge em reuniões da associação	
¹ Quantas reuniões a associação fez nos últimos 3 meses?	(a) não lembra/ não sabe
² De quantas reuniões da associação você participou nos últimos 3 meses?	(a) todas (b) maioria (c) metade (d) poucas (e) nenhuma
³ Existem outros membros de sua família que participam das reuniões?	(a) Sim (b) Não
22. Forma da associação tomar decisões	
No seu ponto de vista, como são tomadas as decisões na associação?	
(a) Com a participação da maioria	(c) Não sabe
(b) Sem a participação da maioria (decisão tomada por poucos)	(d) Outra

23. Desempenho da associação			
Em geral, como você avalia o trabalho da associação?			
	(a) Bom	(b) Médio	(c) Ruim
24. Participação em organizações			
¹ Você participava de alguma outra organização social, política ou religiosa antes de entrar nesta associação? (a) sim (b) não (vá para o item 25)			
² Qual? (Preencha com os 2 mais importantes)		³ Qual é o cargo de diretoria que você ocupou?	
MST, Sindicato rural patronal, sindicato de trabalhadores rurais (ligado Contag, Fetag, etc), Fetraf, Pastoral da terra, Associação comunitária, Associação ou Cooperativa de produtores, Partido político, outras			
nome		Cargo*	
		()P ()VP ()T ()S ()C ()OU () nenhum	
		()P ()VP ()T ()S ()C ()OU () nenhum	
* P – presidente, VP – vice-presidente, T – tesoureiro ou vice, S – secretário ou vice, C – conselheiro, OU –outro			
25. Nível de informação sobre o programa, por parte do beneficiário			
Responda as questões abaixo:			
		Forma de participação	
¹ Qual é o valor da primeira parcela por família?	() ^a Não sabe	^b R\$	0 0
² Qual é a data de pagamento da primeira parcela?	() ^a Não sabe	^b mm	aa
³ O projeto tem que ter uma área de produção coletiva?	() ^a Não sabe	^b (a) Sim	(b) Não
⁴ O Crédito Fundiário faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária?	() ^a Não sabe	^b (a) Sim	(b) Não
26. Participação em reuniões promovidas pelo programa de Crédito Fundiário para formação da associação			
¹ Você participou de reuniões promovidas pelo programa de Crédito Fundiário para a organização e implementação da associação? (a) Sim (b) Já houve reunião, mas não participei (vá para o item m 27) (c) Não houve reunião (vá para o item 27) (d) não sei			
² Quais foram os principais assuntos tratados nessas reuniões? () não lembra			
1			
2			
27. Participação no programa de Crédito Fundiário			
¹ Porque você optou pelo Crédito Fundiário para a aquisição das terras e recursos produtivos?			

Deverão ser registrados todos os membros da família do entrevistado da época da entrada no Programa. Fazem parte os filhos dependentes, mesmo que vivam em outro domicílio e os agregados que moram em caráter permanente no domicílio do beneficiário ou que sejam dependentes do beneficiário.

Caracterização do beneficiário e da família

28. Caracterização do beneficiário e cônjuge		29. Preencha com o código do chefe da família. N								
NB	*Família	^b Nome	^c Idade anos	^d Gênero M / F	^e Raça ou Cor	^f Sabe ler/ escrever?	^g Última série concluída	^h Série que frequenta atualmente	ⁱ Ocupação antes da entrada no programa	^j Continua exercendo ocupação
1	Beneficiário	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx								
2	Cônjuge*									

*No caso de não ter cônjuge: (a) Viúvo(a) (b) Separado(a)/divorciado(a) (c) Solteiro(a)

30. Quantos filhos DEPENDENTES você têm ao todo (da família atual e anteriores)?		(a) Nenhum (vá para o item 31)									
NF	^a Nome	^b Idade* anos	^c Gênero M / F	^d Raça ou cor	^e Estado civil	^f Sabe ler/ escrever?	^g Última série concluída	^h Série que frequenta atualmente	ⁱ Moradia	^j Ocupação antes da entrada no programa	^k Continua exercendo ocupação
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											
13											
14											

*filhos com idade inferior a um ano – coloque zero

31. Tem mais alguém que mora em caráter permanente com a sua família? - (a) Não (vá para item 32)		(a) Não (vá para item 32)										
NA	^a Nome	^b Parentesco	^c Idade anos	^d Gênero M / F	^e Raça ou cor	^f Estado civil	^g Sabe ler/ escrever?	^h Última série concluída	ⁱ Série que frequenta atualmente	^j Trabalha no projeto?	^k Ocupação antes da entrada no programa	^l Continua exercendo ocupação
15												
16												
17												
18												
19												
20												
21												

Neste quadro deverá ser registrado o trabalho da família e agregados do beneficiário nos 12 meses anteriores à entrada no programa. Na coluna N coloque o valor utilizado na caracterização da família. Caso um dos moradores tenha trocado o tipo de fonte de renda - preencha mais de uma linha da tabela, sendo 1 para cada fonte.

Cada dia trabalhado refere-se a uma jornada inteira, caso a pessoa só trabalhe meio período contabilize a metade dos

Trabalho da família do beneficiário e renda

32. **Caracterize o trabalho remunerado da família nos 12 meses anteriores à entrada no programa (serviços) (a) não tinha (vá para o item 33)**

N	Tipo de trabalho remunerado	Dias trabalhados Valor R\$	1º Mês	2º Mês	3º Mês	4º Mês	5º Mês	6º Mês	7º Mês	8º Mês	9º Mês	10º Mês	11º Mês	12º Mês	Todos os meses iguais
1	Dias trabalhados Valor R\$														()
2	Dias trabalhados Valor R\$														()
3	Dias trabalhados Valor R\$														()
4	Dias trabalhados Valor R\$														()
5	Dias trabalhados Valor R\$														()
6	Dias trabalhados Valor R\$														()
7	Dias trabalhados Valor R\$														()
8	Dias trabalhados Valor R\$														()
9	Dias trabalhados Valor R\$														()

33. **Valor da diária regional**

Qual é o valor atual da diária de um trabalhador braçal na região?*

Com fornecimento da comida	(a) não é usual na região		Serviço leve R\$		Serviço pesado R\$		(a) não sabe	
	Serviço leve R\$	Serviço pesado R\$	Serviço leve R\$	Serviço pesado R\$	Serviço leve R\$	Serviço pesado R\$	Serviço leve R\$	Serviço pesado R\$
Sem fornecimento da comida								

* diferença o valor, se for o caso, em serviço leve: carpir, colheita e serviço pesado: roçada manual – abertura de áreas para plantio.

34. **Além do trabalho, sua família teve outras fontes de renda monetária sem ser com produção agrícola nos 12 meses anteriores à entrada no CF? (a) não** (vá para o item 35)

Fonte	a N	b R\$/mês	c Nº de meses	Mês														
				1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12			
1 Aposentadoria *		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
O titular da aposentadoria contribuiu para o INSS durante sua vida? (a) sim (b) não (c) não sabe																		
2 Pensões **		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
3 Bolsa Família		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
4 Bolsa escola		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
5 Bolsa alimentação		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
6 Cartão alimentação		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
7 Vale ou auxílio-gás		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
8 Prog. de erradicação do trabalho infantil - PETI		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
9 Cesta Básica		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
10 Seguro desemprego		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
11 Garantia à safra		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
12 PROAGRO		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
3 Doações		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
14 Aluguel/exploração de bens imóveis (casa)		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
15 Aluguel/exploração de bens móveis (máquinas)		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
16 Arrendamento de terras		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
17 Venda de prod. não agrícolas		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
18 Outra 1		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
19 Outra 2		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
20 Outra 3		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00

*(valor alcançado por tempo de serviço ou idade limite) ** (doença, invalidez ou BPC e morte de cônjuge ou filho)

35. **Sua família é beneficiária do Programa do leite?**

(a) não (vá para o item 37) (b) sim Quantos litros recebia por dia? | | | | | litros

36. Sua moradia possui empregada doméstica mensalista? (a) sim (b) não

Receita proveniente de produção

37. Sua família teve produção agrícola nos 12 meses anteriores à entrada no programa? (a) sim (b) não (vá para o item 43)	
38. Qual era a sua condição de exploração? 40. Quanto era usado para cultivar ou criar animais?	
(a) proprietário	hectare , , hectare
(b) posseiro (uso fruto formal da área - contrato de uso)	hectare , , hectare
(c) arrendatário	hectare , , hectare
(d) meeiro ou parceiro	hectare , , hectare
(e) concessionário - cedido pelo proprietário	hectare , , hectare
(f) ocupante - sem formalização ou litigiosa	hectare , , hectare

41. Quais foram os produtos agrícolas (processados em in-natura) nos últimos 12 meses anteriores à entrada no programa (produção agrícola)?

1º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		c Unidade		9º Conversão da unidade		e Teve assistência técnica **?														
										(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) outr		
"Destino da produção		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada na entrada cf		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra						
(a) Quantidade (und.)																								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$				R\$																			
2º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		c Unidade		9º Conversão da unidade		e Teve assistência técnica **?														
										(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) outr		
"Destino da produção		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada na entrada cf		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra						
(a) Quantidade (und.)																								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$				R\$																			
3º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		c Unidade		9º Conversão da unidade		e Teve assistência técnica **?														
										(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) outr		
"Destino da produção		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada na entrada cf		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra						
(a) Quantidade (und.)																								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$				R\$																			

**assistência técnica (a) contratada particular (b) da cooperativa (c) estadual (d) municipal (e) vendedor de insumos (f) não teve (g) outra

4 Produto... (a) Coletivo (b) Individual	3 Área plantada (ha)	b Quantidade produzida	2 Unidade	1 Conversão da unidade	5 Teve assistência técnica**?						
					(a) CP	(b) CO	(c) E	(d) M	(e) VI	(f) NT	(f) out
"Destino da produção"	1 Venda para atravessador	2 Venda ao consumidor	3 Venda para empresa/indústria	4 Auto-consumo	5 Alimentação de animais	6 Armazenada na entrada cf	7 Trocada por serviço ou produto	8 Pagamento de arrendamento	9 Outra		
(a) Quantidade (und.)											
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$						

5 Produto... (a) Coletivo (b) Individual	3 Área plantada (ha)	b Quantidade produzida	2 Unidade	1 Conversão da unidade	5 Teve assistência técnica**?						
					(a) CP	(b) CO	(c) E	(d) M	(e) VI	(f) NT	(f) out
"Destino da produção"	1 Venda para atravessador	2 Venda ao consumidor	3 Venda para empresa/indústria	4 Auto-consumo	5 Alimentação de animais	6 Armazenada na entrada cf	7 Trocada por serviço ou produto	8 Pagamento de arrendamento	9 Outra		
(a) Quantidade (und.)											
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$						

6 Produto... (a) Coletivo (b) Individual	3 Área plantada (ha)	b Quantidade produzida	2 Unidade	1 Conversão da unidade	5 Teve assistência técnica**?						
					(a) CP	(b) CO	(c) E	(d) M	(e) VI	(f) NT	(f) out
"Destino da produção"	1 Venda para atravessador	2 Venda ao consumidor	3 Venda para empresa/indústria	4 Auto-consumo	5 Alimentação de animais	6 Armazenada na entrada cf	7 Trocada por serviço ou produto	8 Pagamento de arrendamento	9 Outra		
(a) Quantidade (und.)											
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$						

7 Produto... (a) Coletivo (b) Individual	3 Área plantada (ha)	b Quantidade produzida	2 Unidade	1 Conversão da unidade	5 Teve assistência técnica**?						
					(a) CP	(b) CO	(c) E	(d) M	(e) VI	(f) NT	(f) out
"Destino da produção"	1 Venda para atravessador	2 Venda ao consumidor	3 Venda para empresa/indústria	4 Auto-consumo	5 Alimentação de animais	6 Armazenada na entrada cf	7 Trocada por serviço ou produto	8 Pagamento de arrendamento	9 Outra		
(a) Quantidade (und.)											
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$						

**assistência técnica (a) contratada particular (b) da cooperativa (c) estadual (d) municipal (e) vendedor de insumos (f) não teve (g) outra

42. Participação no PAA

1 Você vendeu algum produto para o programa de aquisição de alimentos do governo federal?

(a) Sim (b) Não

43. Horta e pomar doméstico

1 Você possui horta ou pomar doméstico nos 12 meses anteriores a entrada no Programa?

(a) Sim (b) Não

Estoque de alimentos

44. **Sua família tinha estoque de produtos agrícolas que não produziu (COMPRADOS) quando entrou no programa?** (a) ^a Não Estimule: feijão, arroz, milho

Produto	^a unidade	^b Entrada no programa Quantidade	^d Valor de venda na época Valor R\$/und	^c Não sabe o valor de venda
1			, 00	() Não sabe o valor de venda
2			, 00	() Não sabe o valor de venda
3			, 00	() Não sabe o valor de venda
4			, 00	() Não sabe o valor de venda
5			, 00	() Não sabe o valor de venda
6			, 00	() Não sabe o valor de venda

Despesas gerais com produção ou criação de animais

45. **Quais foram as despesas que sua família teve com a produção agrícola ou criação de animais nos 12 meses anteriores a entrada no Programa <item>?** (a) nenhuma (vá para o item 46)

Despesas	Valor em R\$	Despesas	Valor em R\$
(a) Pagamento de empregados	, 00	(i) Aluguel de terra (pago em espécie)	, 00
(b) Fertilizantes	, 00	(j) Pagamento de juros de empréstimo	, 00
(c) Alimento para animais	, 00	(l) Taxas	, 00
(d) Combustível	, 00	(m) Transporte de serviços	, 00
(e) Agrotóxicos (pesticidas e herbicidas)	, 00	(n) Eletricidade gasta com máquinas ou irrigação	, 00
(f) Contratação de serviços	, 00	(o) Aluguel de máquinas	, 00
(g) Sementes	, 00	(p) Outros 1	, 00
(h) Medicamentos para animais	, 00	(q) Outros 2	, 00

46. **Sua família teve produção animal nos 12 meses anteriores à entrada no programa?** (a) sim (b) não (vá para o item 54)

4. Sua família tinha estoque de animais bovinos e/ou bubalinos quando entrou no Programa?

1. Bezerros... (a) Coletivo (b) Individual (a) Bovinos (b) Bubalinos (c) Não possui		2. Garrotes... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de bezerros que tinha quando entrou no programa?		Qual é o número de garrotes que tinha quando entrou no programa?	
(a)	Quantidade na entrada CF	(a)	Quantidade na entrada CF
(b)	Nascidos	(b)	Vitimados ou perdidos
(c)	Vitimados ou perdidos	(c)	Comprados
(d)	Comprados	(d)	Vendidos
(e)	Vendidos	(e)	Abatidos para consumo
(f)	Abatidos para consumo	(f)	Preço médio de venda de um garrote?
(g)	Preço médio de venda	(g)	Preço médio de venda

5. Sua família tinha produção de leite de bovino (vaca ou búfala)?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Leite... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de bovinos adultos que tinha quando entrou no programa?		Qual foi a quantidade de litros de leite produzida, vendida, consumida ou convertida em queijo nos últimos 12 meses anteriores a entrada no programa?	
(a)	Quantidade na entrada CF	(a)	Produzidos
(b)	Vitimados ou perdidos	(b)	Vendidos
(c)	Comprados	(c)	Consumidos
(d)	Vendidos	(d)	Convertidos em queijo
(e)	Abatidos para consumo	(e)	Preço médio de venda por litro de leite?
(f)	Preço médio de venda	(f)	Preço médio de venda de um queijo?
(g)	Preço médio de venda	(g)	Preço médio de venda de um queijo?

6. Sua família tinha estoque de animais muaras, asininos e eqüinos quando entrou no Programa?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de muaras, asininos e eqüinos jovens que tinha quando entrou no programa?		Qual é o número de muaras, asininos e eqüinos adultos que tinha quando entrou no programa?	
(a)	Quantidade antes da entrada	(a)	Quantidade antes da entrada
(b)	Nascidos	(b)	Nascidos
(c)	Vitimados ou perdidos	(c)	Vitimados ou perdidos
(d)	Comprados	(d)	Comprados
(e)	Vendidos	(e)	Vendidos
(f)	Abatidos para consumo	(f)	Abatidos para consumo
(g)	Preço médio de venda de um muar, asinino e eqüino jovem?	(g)	Preço médio de venda de um muar, asinino e eqüino adulto?

7. Sua família tinha estoque de animais caprinos ou ovinos quando entrou no Programa?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de caprinos e ovinos jovens que tinha quando entrou no programa?		Qual é o número de caprinos e ovinos adultos que tinha quando entrou no programa?	
(a)	Quantidade antes da entrada	(a)	Quantidade antes da entrada
(b)	Nascidos	(b)	Vitimados ou perdidos
(c)	Vitimados ou perdidos	(c)	Comprados
(d)	Comprados	(d)	Vendidos
(e)	Vendidos	(e)	Abatidos para consumo
(f)	Abatidos para consumo	(f)	Preço médio de venda de um caprino e ovino adulto?
(g)	Preço médio de venda	(g)	Preço médio de venda

8. Sua família tinha estoque de animais suínos quando entrou no Programa?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de caprinos e ovinos jovens que tinha quando entrou no programa?		Qual é o número de caprinos e ovinos adultos que tinha quando entrou no programa?	
(a)	Quantidade antes da entrada	(a)	Quantidade antes da entrada
(b)	Nascidos	(b)	Vitimados ou perdidos
(c)	Vitimados ou perdidos	(c)	Comprados
(d)	Comprados	(d)	Vendidos
(e)	Vendidos	(e)	Abatidos para consumo
(f)	Abatidos para consumo	(f)	Preço médio de venda de um caprino e ovino adulto?
(g)	Preço médio de venda	(g)	Preço médio de venda

9. Sua família tinha estoque de animais suínos quando entrou no Programa?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Leite de cabra... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual foi a quantidade de litros de leite produzida, vendida, consumida ou convertida em queijo nos últimos 12 meses anteriores a entrada no programa?		Qual foi a quantidade de litros de leite produzida, vendida, consumida ou convertida em queijo nos últimos 12 meses anteriores a entrada no programa?	
(a)	Produzidos	(a)	Produzidos
(b)	Vendidos	(b)	Vendidos
(c)	Consumidos	(c)	Consumidos
(d)	Convertidos em queijo	(d)	Convertidos em queijo
(e)	Preço médio de venda por litro de leite?	(e)	Preço médio de venda
(f)	Preço médio de venda de um queijo?	(f)	Preço médio de venda
(g)	Preço médio de venda	(g)	Preço médio de venda

10. Sua família tinha estoque de animais suínos quando entrou no Programa?

1. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual (a) Não possui		2. Adultos... (a) Coletivo (b) Individual	
Qual é o número de suínos jovens que tinha quando entrou no programa?		Qual é o número de suínos adultos que tinha quando entrou no programa?	
(a)	Quantidade antes da entrada	(a)	Quantidade antes da entrada
(b)	Nascidos	(b)	Vitimados ou perdidos
(c)	Vitimados ou perdidos	(c)	Comprados
(d)	Comprados	(d)	Vendidos
(e)	Vendidos	(e)	Abatidos para consumo
(f)	Abatidos para consumo	(f)	Preço médio de venda de um suíno adulto?
(g)	Preço médio de venda de um suíno jovem?	(g)	Preço médio de venda

Reservas e dívidas monetárias na entrada no Programa

59. Sua família tinha reservas monetárias quando entrou no programa? (a) Não		60. Sua família tinha dívidas quando entrou no programa? (a) Não	
Estimule: poupança ou aplicações		Estimule: prestações, financiamento de banco, Pronaf	
Fonte	^a Titular	Fonte	^a Titular
¹ Poupança/aplicações		Prestações ou dívidas de bens adquiridos*	
² Conta corrente		Dívida do PRONAF	
³ Dinheiro guardado		Financiamento em banco ou cheque especial	
⁴ Dívidas a receber		Empréstimo de pessoa física (agiota ou conhecido)	
³ Outros		Dívida de aluguel de terras	
		Outros	

• Dívidas no comércio local (armazém, lojas, açougue)

61. Pronaf anterior a entrada no Programa

¹Sua família recebeu recursos do Pronaf nos 12 meses anteriores a entrada no Programa? (a) sim (b) não (vá para o item 62)

²Qual foi a linha do Pronaf? (a)A (b)B (c)C (d)D

³Qual foi o valor que recebeu? R\$ _____,00

"Fiado"

62. Nos 12 meses anteriores a entrada no Programa, você comprou ou vendeu algo FIADO (bens, alimentos, insumos)? (a) não (vá para o item 63)

tipo	Produto/bem	² Qual foi o valor da compra?	³ Como foi a forma de contrato ⁶² ?	⁴ Foi dada alguma garantia de pagamento?	⁵ Quanto tempo foi dado para o pagamento?
(a) C	1 _____	R\$ _____,00	(a) não (b) sim	(a) não (b) sim	_____ dias _____ meses _____ pagamento na safra
(b) V			'O quê? _____	'O quê? _____	
(a) C	2 _____	R\$ _____,00	(a) não (b) sim	(a) não (b) sim	_____ dias _____ meses _____ pagamento na safra
(b) V			'O quê? _____	'O quê? _____	

• Forma de contrato -CA -cademeta sem sua assinatura, AB - apenas de boca, RI - registro escrito informal com sua assinatura, OU - outra

tipo	Produto/bem	² Qual foi o valor da compra?	³ Como foi a forma de contrato*?	⁴ Foi dada alguma garantia de pagamento? (a) não (b) sim ^c O quê? _____	⁵ Quanto tempo foi dado para o pagamento? _____ dias _____ meses (c) pagamento na safra _____
(a) C (b) V 3		R\$ _____,00	_____	(a) não (b) sim ^c O quê? _____	_____ dias _____ meses (c) pagamento na safra _____
(a) C (b) V 4		R\$ _____,00	_____	(a) não (b) sim ^c O quê? _____	_____ dias _____ meses (c) pagamento na safra _____

• Forma de contrato -CA -caderneta sem sua assinatura, AB - apenas de boca, RI - registro escrito informal com sua assinatura, OU - outra

“rolo”

63. **Nos últimos 12 meses você adquiriu algo fazendo ROLO/TROCA?** (troca por mercadorias, troca por dias de serviço, troca por produtos ou animais)
(a) não (vá para o item 64)

N fiado	Bem	Produto agrícola (R\$)	³ Valor do bem (R\$)	⁴ Valor total do serviço (R\$)	⁵ Valor em dinheiro dado em troca (R\$)
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00

Moradia, serviços e condição de vida

64. Localização da moradia												
¹ Qual é o município em que você residia quando entrou no programa? (a) Mesmo município do projeto												
											² Cód ibge	
³ Nome do município:												
											⁴ UF	
65. Moradia												
¹ Onde mora atualmente? (a) Fora do projeto----- ² Mora na zona urbana ou rural? (a) rural (b) urbana (b) Somente no projeto----- ³ Quando mudou-se para o projeto? ___/___ mm/aa (c) Parte do tempo no projeto e parte fora (dorme alguns dias da semana em cada local) ⁴ Desde quando? ___/___ mm/aa												
66. Material de construção da moradia anterior a entrada no programa (a) ainda reside no local												
¹ Qual é o material de construção predominante da moradia que você tinha antes de entrar no programa? (a) Alvenaria (b)Taipa não revestida (c)Madeira aparelhada (d)Madeira aproveitada (e)Adobe (f)Barraco de lona (g)Palha (i) Outra (marcar e completar) ^h												
² Quantos cômodos tinha/têm sua moradia (incluir banheiro)? ()												
³ Quantos cômodos estão/estavam servindo permanentemente de dormitório para os moradores? ()												
⁵ Qual é/era o material que predomina na cobertura (telhado) de sua moradia? ^a (a) telha (b) laje de concreto (c) madeira aparelhada (d) zinco/amianto (e)madeira aproveitada (f) palha (g) Outra (marcar e completar) ^b												
⁶ Qual é/era o material que predomina no piso de sua moradia? ^a (a) alvenaria/cimento (b) madeira (c) chão batido (d) Outra (marcar e completar) ^b												
⁷ Sua residência tinha/tem banheiro? ^a (a) não, só casinha (b) não (c) sim ^b A sua moradia tem/tinha quantos banheiros? () ¹ dentro da casa () ² fora de casa												
⁸ Qual é/era o destino do esgoto de sua moradia? (a) não tinha ^a (b) rede coletora de esgoto (pluvial) (c) fossa séptica (d) fossa rudimentar (fossa negra) (e) rede publica (f) céu aberto/vala (f) Outra (marcar e completar) ^b												
⁹ Qual é/era o destino do lixo de sua moradia? ^a (b) coletado (c) queimado (d) enterrado (e) deposição a céu aberto (f) Outra (marcar e completar) ^b												
¹⁰ Como é/era a iluminação de sua moradia? (a) não tinha ^a (b) elétrica de rede (c) elétrica de gerador (d) elétrica de placa solar (e) óleo, querosene ou gás de botijão (f) Outra (marcar e completar) ^b												
¹¹ Qual é/era a fonte de abastecimento de água para beber em sua moradia? ^a (b) água encanada de rede publica (c) cisterna na casa (d) chafariz comunitário com dessalinizador (e) chafariz comunitário (f) caminhão pipa (g) poço ou nascente (h) açude/barragem/cacimba/rio/barreiro (i) outra												
¹² A sua moradia tem/tinha ? ^a água encanada em pelo menos um cômodo (c) sim (d) não ^b telefone fixo (c) sim (d) não												
¹³ Qual é/era a distância e tempo gasto de carro desta moradia que você vivia antes de entrar no programa até o imóvel? ¹ km ² hora ³ Minutos												
67. Acesso a serviços de saúde antes de entrar no programa												
¹ Qual é/era a forma de transporte, a distância e o tempo gasto para chegar de carro no local dos serviços de saúde?												
Tipo		^a Funciona regularmente?		^c Distância				Tempo				
¹ Posto de Saúde		()sim () não		(<) <1 km		km		horas		minutos		
² Hospital				(<) <1 km		km		horas		minutos		
² Tem atendimento de agente de saúde*? (a) sim (b) não						³ Tem atendimento de médico da família? (a) sim (b) não						
⁴ Existe serviço de ambulância? (a) sim (b) não												

4 Quais são os tipos de assistência técnica que você recebeu?	
[a] Elaboração de projeto para financiamento	[b] Gerenciamento da unidade produtiva (comercialização, compra de insumos)
[c] Orientação técnica para produção	[d] Outra*
*Outra(completar)	b
5 Como foi a qualidade da assistência técnica?	
(a) Boa	(b) Média
(c) Ruim	
6 Em quais atividades você precisou e a assistência técnica não conseguiu te ajudar? (controle de pragas, manejo de irrigação, etc)	

Avaliação do programa

73. Avaliação do programa			
O que você está achando do programa de Crédito Fundiário?			
(a) Muito bom	(b) Bom	(c) Médio	(d) Ruim
74. Importância da existência do programa Crédito Fundiário para a região			
Qual é a importância do programa de crédito fundiário para a região?			
(a) Muito importante	(b) Importante	(c) Pouco importante	(d) Indiferente
75. Qual foi o principal aspecto positivo do Programa?:			
76. Qual foi o principal aspecto negativo do Programa?:			

Contato com o entrevistado

Nome pelo qual é conhecido na comunidade:		
Povoado/Bairro:		
Rua:	N.	
Tel de contato1:	() próprio	() comunitário
	() recado	nome _____
Tel de contato2:	() próprio	() comunitário
	() recado	nome _____

Hora fim: hh mm (formato 24h)

Entrevista MUITO BOA BOA MÉDIA RUIM DESCARTAR

Observações:

Tabelas

Tabela de Ocupação		n
Atividade assalariada não agrícola -----		1
Atividade assalariada agrícola -----		2
Atividade agrícola diarista (ou temporário) -----		3
Atividade não-agrícola diarista (ex. faxineira, faz bico) -----		4
Produtor agrícola (empregador/conta própria)-----		5
Arrendatário/Parceiro/ Posseiro/ocupante na agricultura-----		6
Empregador/conta própria numa atividade não agrícola (bar, venda, loja)--		7
Trabalho familiar sem remuneração (dona de casa)-----		8
Desempregado-----		9
Economicamente inativo (crianças, idosos, deficientes físicos, outros)----		10
Outra ocupação -----		11

Raça ou cor	Sigla
Preta -----	PE
Branca-----	BR
Parda -----	PA
Indígena -----	IN
Amarela -----	AM
Não especificado	NE

Moradia	Sigla
No domicílio com o beneficiário	DO
Fora do domicílio do beneficiário	FD

Parentesco	Sigla	Parentesco	Sigla
Pais -----	PA	Cunhado (a)-----	CH
Avós -----	AV	Genro ou nora--	GN
Primos (as)-----	PR	Sobrinhos (as)--	SO
Irmãos (as)-----	IR	Não parente-----	NP

Anos de estudo	sigla
Sem instrução-----	0
Pré-escola/Creche	P
1ª série fundamental-----	1f
2ª série fundamental-----	2f
3ª série fundamental-----	3f
4ª série fundamental-----	4f
5ª série fundamental-----	5f
6ª série fundamental-----	6f
7ª série fundamental-----	7f
8ª série fundamental-----	8f
1ª série médio-----	1m
2ª série médio-----	2m
3ª série médio-----	3m
Superior incompleto-----	Si
Superior completo-----	Sc
Supletivo fundamental	SF
Supletivo médio	SM
Alfabetização adultos	AA
Não freqüenta	NF

Curso atual	sigla
Fundamental (1º grau)	FU
Médio (2º grau)	ME
Superior	SP
Supletivo fundamental	SF
Supletivo médio	SM
Alfabetização adultos	AA
Pré escola/creche	PR
Não freqüenta	NF

Tabela de tipo de trabalho REMUNERADO		Sigla
Atividade assalariada não agrícola -----		21
Atividade assalariada agrícola -----		22
Atividade agrícola diarista (ou temporário) -----		23
Atividade não-agrícola diarista (ex. faxineira) -----		24

Tabela de tipo de trabalho NÃO REMUNERADO		Sigla
Trabalho na produção agrícola ----		31
Trabalho na construção ou melhoria da moradia-----		32
Trabalho na infra-estrutura produtiva do projeto-----		33
Troca de dias de trabalho no projeto com outro beneficiário-----		34



Dados da Entrevista

1. Código da associação										2. COD IBGE									
---										---									
3. CPF do entrevistador																			

4. Data da entrevista										5. Hora da entrevista									
dd/mm/aa					Hora início:					^a hh					^b mm (formato 24h)				

Entrevistado

6. CPF do entrevistado																													

7. Nome do entrevistado																													
8. Cargo do entrevistado na associação																													
^a Qual é o cargo que você ocupa na associação?																													
(a) Nenhum					(c) Tesoureiro ou vice					(e) Secretário ou vice																			
(b) Presidente					(d) Vice-presidente					(f) Conselheiro																			
(g) Outro (marcar e completar)					b																								
9. Tempo de trabalho na agricultura																													
¹ Quantos anos você já trabalhou como produtor rural?															^a anos					() ^b Nunca trabalhou									
² Quantos anos você já trabalhou como empregado ou diarista em trabalho rural?															^a anos					() ^b Nunca trabalhou									
10. Entrada na associação																													
Quando você entrou na associação que foi criada para a compra da terra?															-					mm-aa					() ^b no início				

Capital social - Antes da Associação

Grupo: refere-se aos membros da associação criada para obtenção do financiamento do Crédito Fundiário
Comunidade: conjunto de moradores de sua comunidade, pode ser igual ou não ao grupo; ou sobrepor-se a esse de diversas formas.

11. Antecedentes do grupo																								
¹ Quando o grupo de pessoas que formou a associação começou a se mobilizar?																								
										-					mm-aa					(a) foi inserido posteriormente no grupo (substituição ou inclusão)				
12. Relacionamento com o grupo																								
¹ Você tinha relacionamento anterior com a maioria do grupo por parentesco ou por amizade por mais de 3 anos?																								
(a) sim					(b) não																			
² Como era seu relacionamento com o grupo antes dele começar a se mobilizar?																								
(a) intenso					(b) superficial					(c) não tinha relacionamento														

13. Formação de Redes Familiares ou Sociabilidade	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Com que frequência você fazia reuniões, trabalho conjunto ou visitas com a sua comunidade?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
² Quanta confiança você tinha <u>nos moradores</u> de sua comunidade?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nenhuma
³ Quanta confiança você tinha <u>nos líderes</u> de sua comunidade?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

14. Resolução de Conflitos	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Na sua comunidade havia MUITOS desentendimentos entre os moradores?	(a) sim (b) não
² Quando haviam desentendimentos as lideranças da comunidade ajudavam a resolvê-los?	(a) Ajudavam a resolver a maioria deles (b) Ajudavam a resolver alguns deles (c) Não ajudavam a resolvê-los

15. Solidariedade	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Com que frequência os moradores de sua comunidade ajudavam as famílias que passavam por situação de necessidade (perda de safra ou doença grave na família)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

16. Cooperação e participação comunitária	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Com que frequência você se juntava aos outros moradores para resolver problemas da comunidade (manter a estrada de acesso, consertar a bomba de água)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

17. Governança	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Com que frequência os moradores da comunidade faziam solicitações aos órgãos públicos para resolver seus problemas (manter a estrada de acesso, consertar a bomba de água)?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
² Quantas dessas solicitações foram atendidas?	(a) a maioria (b) algumas (c) nenhuma

18. Solidariedade entre comunidades	
Antes de vocês começarem a se organizar para formar a associação	Frequência
¹ Com que frequência a sua comunidade ajudava pessoas de <u>outras comunidades</u> que passavam por situações de necessidade?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
¹ Com que frequência os moradores de sua comunidade recebiam ajuda de outras comunidades quando passavam por necessidades?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca

Capital social - Após criação da Associação

19. Participação do beneficiário e cônjuge em reuniões da associação	
¹ Quantas reuniões a associação fez nos últimos 3 meses?	(a) não lembra/ não sabe
² De quantas reuniões da associação você participou nos últimos 3 meses?	(a) todas (b) maioria (c) metade (d) poucas (e) nenhuma
³ Existem outros membros de sua família que participam das reuniões?	(a) Sim (b) Não
20. Forma da associação tomar decisões	
No seu ponto de vista, como são tomadas as decisões na associação?	(a) Com a participação da maioria (c) Não sabe
(b) Sem a participação da maioria (decisão tomada por poucos)	(d) Outra

21. Desempenho da associação	
Em geral, como você avalia o trabalho da associação?	
(a) Bom	(b) Médio
	(c) Ruim
22. Participação em organizações	
¹ Você participava de alguma outra organização social, política ou religiosa antes de entrar nesta associação? (a) sim (b) não (vá para o item 23)	
² Qual? (Preencha com os 2 mais importantes) ³ Qual é o cargo de diretoria que você ocupou?	
MST, Sindicato rural patronal, sindicato de trabalhadores rurais (ligado Contag, Fetag, etc), Fetraf, Pastoral da terra, Associação comunitária, Associação ou Cooperativa de produtores, Partido político, outras	
nome	Cargo*
	() P () VP () T () S () C () OU () nenhum
	() P () VP () T () S () C () OU () nenhum
* P – presidente, VP – vice-presidente, T – tesoureiro ou vice, S – secretário ou vice, C – conselheiro, OU – outro	
23. Nível de informação sobre o programa	
Responda as questões abaixo:	
¹ O projeto tem que ter uma área de produção coletiva?	() Não sabe ^b (a) Sim (b) Não
² O Crédito Fundiário faz parte do Plano Nacional de Reforma Agrária?	() Não sabe ^b (a) Sim (b) Não
24. Participação em reuniões promovidas pelo programa de Crédito Fundiário para formação da associação	
¹ Você participou de reuniões promovidas pelo programa de Crédito Fundiário para a organização e implementação da associação?	
(a) Sim (b) Já houve reunião, mas não participei (vá para o item 25) (c) Não houve reunião (vá para o item 25) (d) não sei	
² Quais foram os principais assuntos tratados nessas reuniões?	
1	() não lembra
2	
25. Participação no programa de Crédito Fundiário	
¹ Porque você optou pelo Crédito Fundiário como forma de obter o financiamento das terras e recursos produtivos?	

Deverão ser registrados todos os membros da família atual do entrevistado. Fazem parte os filhos dependentes, mesmo que vivam em outro domicílio e os agregados que moram em caráter permanente no domicílio do beneficiário ou que sejam dependentes do beneficiário.

Caracterização do beneficiário e da família

26. Caracterização do beneficiário e cônjuge		27. Preencha com o código do chefe da família. N							
NB	^a Família	^b Nome	^c Idade anos	^d Gênero M / F	^e Raça ou Cor	^f Sabe ler/ escrever?	^g Última série concluída	^h Série que frequenta atualmente	ⁱ Ocupação atual
1	Beneficiário	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX							
2	Cônjuge*								

*No caso de não ter cônjuge : (a) Viúvo(a) (b) Separado(a)/divorciado(a) (c) Solteiro(a)

28. Quantos filhos DEPENDENTES você têm ao todo (da família atual e anteriores)?		(a) Nenhum		(vá para o item 29)						
NF	^a Nome	^b Idade* anos	^c Gênero M / F	^d Raça ou cor	^e Estado civil	^f Sabe ler/ escrever?	^g Última série concluída	^h Série que frequenta atualmente	ⁱ Moradia	^j Ocupação atual
3										
4										
5										
6										
7										
8										
9										
10										
11										
12										
13										
14										

*filhos com idade inferior a um ano – coloque zero

29. Tem mais alguém que mora em caráter permanente com a sua família? - (a) Não		(vá para item 30)									
NA	^a Nome	^b Parentesco	^c Idade anos	^d Gênero M / F	^e Raça ou cor	^f Estado civil	^g Sabe ler/ escrever?	^h Última série concluída	ⁱ Série que frequenta atualmente	^j Trabalha no projeto?	^k Ocupação atual
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											

32. Além do trabalho, sua família teve outras fontes de renda monetária sem ser com produção agrícola no período de agosto de 2005 a julho de 2006? (a) não (vé para o item 33)

Fonte	a N	b ^{R\$} /mês	c ^{Nº} de meses	Mês												
				1 AGO	2 SET	3 OUT	4 NOV	5 DEZ	6 JAN	7 FEV	8 MAR	9 ABR	10 MAI	11 JUN	12 JUL	
O titular da aposentadoria contribuiu para o INSS durante sua vida? (a) sim (b) não (c) não sabe																
1 Aposentadoria *		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
2 Pensões **																
3 Bolsa Família		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
4 Bolsa escola		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
5 Bolsa alimentação		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
6 Cartão alimentação		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
7 Vale ou auxílio-gás		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
8 Prog. de erradicação do trabalho infantil - PETI		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
9 Cesta Básica		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
10 Seguro desemprego		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
11 Garantia à safra		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
12 PROAGRO		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
13 Doações		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
14 Aluguel/exploração de bens imóveis (casa)		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
15 Aluguel/exploração de bens móveis (máquinas)		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
16 Arrendamento de terras		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
17 Venda de prod. não agrícolas		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
18 Outra 1		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00
19 Outra 2		____,00		____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00	____,00

* (valor alcançado por tempo de serviço ou idade limite) ** (doença, invalidez ou BPC e morte de cônjuge ou filho)

33. Sua família é beneficiária do Programa do leite?

(a) não (vá para o item 35)

(b) sim

Quantos litros recebe por dia? | | | litros

34. Sua moradia possui empregada doméstica mensalista? (a) sim (b) não

Receita proveniente de produção

35. Sua família teve produção agrícola no período de agosto de 2005 a julho de 2006? (a) sim (b) não (vá para o item 41)	
36. Qual era a sua condição de exploração?	
(a) proprietário	hectare
(b) posseiro (uso fruto formal da área - contrato de uso)	hectare
(c) arrendatário	hectare
(d) meeiro ou parceiro	hectare
(e) concessionário - cedido pelo proprietário	hectare
(f) ocupante - sem formalização ou litigiosa	hectare

39. Quais foram os produtos agrícolas (processados em in-natura) no período de agosto de 2005 a julho de 2006 (produção agrícola)?

1° Produto...		(a) Coletivo	(b) Individual	2° Área plantada (ha)	3° Quantidade produzida	4° Unidade	5° Conversão da unidade	6° Teve assistência técnica**?
							l:	(a) CP (b) CO (c) E (d) M (e) VI (f) NT (f) outr
"Destino da produção"	7° Venda para atravessador	8° Venda ao consumidor	9° Venda para empresa/indústria	10° Auto-consumo	11° Alimentação de animais	12° Armazenada julho 2006	13° Trocada por serviço ou produto	14° Pagamento de arrendamento
(a) Quantidade (und.)								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	Para os itens acima.....	R\$		
2° Produto...		(a) Coletivo	(b) Individual	2° Área plantada (ha)	3° Quantidade produzida	4° Unidade	5° Conversão da unidade	6° Teve assistência técnica**?
							l:	(a) CP (b) CO (c) E (d) M (e) VI (f) NT (f) outr
"Destino da produção"	7° Venda para atravessador	8° Venda ao consumidor	9° Venda para empresa/indústria	10° Auto-consumo	11° Alimentação de animais	12° Armazenada julho 2006	13° Trocada por serviço ou produto	14° Pagamento de arrendamento
(a) Quantidade (und.)								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	Para os itens acima.....	R\$		
3° Produto...		(a) Coletivo	(b) Individual	2° Área plantada (ha)	3° Quantidade produzida	4° Unidade	5° Conversão da unidade	6° Teve assistência técnica**?
							l:	(a) CP (b) CO (c) E (d) M (e) VI (f) NT (f) outr
"Destino da produção"	7° Venda para atravessador	8° Venda ao consumidor	9° Venda para empresa/indústria	10° Auto-consumo	11° Alimentação de animais	12° Armazenada julho 2006	13° Trocada por serviço ou produto	14° Pagamento de arrendamento
(a) Quantidade (und.)								
(b) Valor médio (R\$/und.)	R\$	R\$	R\$	R\$	Para os itens acima.....	R\$		

**assistência técnica (a) contratada particular (b) da cooperativa (c) estadual (d) municipal (e) vendedor de insumos (f) não teve (g) outra

4º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		4ª Unidade		9ª Conversão da unidade		5ª Teve assistência técnica**?													
								1:		(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) out	
"Destino da produção"		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada julho 2006		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra					
(a) Quantidade (und.)																							
(b) Valor médio (R\$/und.)		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

5º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		4ª Unidade		9ª Conversão da unidade		5ª Teve assistência técnica**?													
								1:		(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) out	
"Destino da produção"		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada na entrada cf		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra					
(a) Quantidade (und.)																							
(b) Valor médio (R\$/und.)		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

6º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		4ª Unidade		9ª Conversão da unidade		5ª Teve assistência técnica**?													
								1:		(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) out	
"Destino da produção"		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada julho 2006		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra					
(a) Quantidade (und.)																							
(b) Valor médio (R\$/und.)		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

7º Produto... (a) Coletivo (b) Individual		3ª Área plantada (ha)		b Quantidade produzida		4ª Unidade		9ª Conversão da unidade		5ª Teve assistência técnica**?													
								1:		(a) CP		(b) CO		(c) E		(d) M		(e) VI		(f) NT		(f) out	
"Destino da produção"		1ª Venda para atravessador		2ª Venda ao consumidor		3ª Venda para empresa/indústria		4ª Auto-consumo		5ª Alimentação de animais		6ª Armazenada julho 2006		7ª Trocada por serviço ou produto		8ª Pagamento de arrendamento		9ª Outra					
(a) Quantidade (und.)																							
(b) Valor médio (R\$/und.)		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$		R\$	

**assistência técnica (a) contratada particular (b) da cooperativa (c) estadual (d) municipal (e) vendedor de insumos (f) não teve (g) outra

40. Participação no PAA

1º Você vendeu algum produto para o programa de aquisição de alimentos do governo federal?

(a) Sim (b) Não

41. Horta e pomar doméstico

1º Você possui horta ou pomar doméstico no período de agosto de 2005 a julho de 2006?

(a) Sim (b) Não

45. **Sua família tinha estoque de animais bovinos e/ou bubalinos em julho de 2006?**(a) bovinos (b) bubalinos (c) ^aNão possui

¹ Bezerros... (a) Coletivo (b) Individual	² Garrotes... (a) Coletivo (b) Individual
¹Qual é o número de bezerros que tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB	¹Qual é o número de garrotes que tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB
²Qual é o número de bezerros que nasceram, foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos no período de agosto de 2005 a julho de 2006?	²Qual é o número de garrotes que foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos no período de agosto de 2005 a julho de 2006?
(b) Nascidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(b) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(c) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(c) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(d) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(d) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(e) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(e) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(f) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	³Qual é o preço médio de venda de um garrote?
³Qual é o preço médio de venda de um bezerro?	(f) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , 00 RS/cb
(g) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , 00 RS/cb	

46. **Sua família tinha produção de leite de bovino (vaca ou búfala)?** (a) ^aNão possui

³ Adultos... (a) Coletivo (b) Individual	² leite... (a) Coletivo (b) Individual
¹Qual é o número de bovino adultos que tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB	¹Qual foi a quantidade de litros leite produzida, vendida, consumida ou convertida em queijo no período de agosto de 2005 a julho de 2006??
²Qual é o número de bovino adultos foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos no período de agosto de 2005 a julho de 2006?	(a) Produzidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its
(b) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(b) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its
(c) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(c) Consumidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its
(d) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(d) Convertidos em queijo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its
(e) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	²Qual é o preço médio de venda por litro de leite?
³Qual é o preço médio de venda de um bovino adulto?	(e) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> RS/lt
(f) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , 00 RS/cb	³Qual é o preço médio de venda de um queijo?
	(f) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> RS/ud 10 litros de leite para 1 queijo
	⁴Vendeu para algum programa de leite? (a) Sim (b) Não

47. **Sua família tinha estoque de animais mueres, asininos e eqüinos quando entrou no projeto?**(a) ^aNão possuía

¹ Joventes... (a) Coletivo (b) Individual	² Adultos... (a) Coletivo (b) Individual
¹Qual é o número de mueres, asininos e eqüinos jovens que tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB	¹Qual é o número de mueres, asininos e eqüinos adultos que tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB
²Qual é o número de mueres, asininos e eqüinos jovens que nasceram, foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos nos no período de agosto de 2005 a julho de 2006?	²Qual é o número de mueres, asininos e eqüinos adultos que foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos no período de agosto de 2005 a julho de 2006??
(b) Nascidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(b) Nascidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(c) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(c) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(d) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(d) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(e) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(e) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
(f) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb	(f) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb
³Qual é o preço médio de venda de um muar, asinino e eqüino jovem?	³Qual é o preço médio de venda de um muar, asino e eqüino adulto?
(g) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , 0 0 RS/cb	(g) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , 0 0 RS/cb

48. **Sua família tinha estoque de animais caprinos ou ovinos em julho de 2006?**(a) caprinos (b) ovinos (c) ^aNão possuía

¹ jovens... (a)Coletivo (b) Individual	² Adultos... (a)Coletivo (b) Individual
<p>¹Qual é o número de caprinos e ovinos jovens que tinha em julho de 2006?</p> <p>(a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB</p> <p>²Qual é o número de caprinos e ovinos jovens que nasceram, foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos <u>no período de agosto de 2005 a julho de 2006?</u></p> <p>(b) Nascidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(c) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(d) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(e) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(f) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>³Qual é o preço médio de venda de um caprino e ovino jovem?</p> <p>(g) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ,0 <input type="text"/> <input type="text"/> RS/cb</p>	<p>¹Qual é o número de caprinos e ovinos adultos que tinha em julho de 2006?</p> <p>(a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB</p> <p>²Qual é o número de caprinos e ovinos adultos que foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos <u>no período de agosto de 2005 a julho de 2006?</u></p> <p>(c) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(d) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(e) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(f) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>³Qual é o preço médio de venda de um caprino e ovino adulto?</p> <p>(g) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ,0 <input type="text"/> <input type="text"/> RS/cb</p>

² leite de cabra... (a)Coletivo (b) Individual
<p>¹Qual foi a quantidade de litros leite produzida, vendida, consumida ou convertida em queijo <u>no período de agosto de 2005 a julho de 2006?</u></p> <p>(a) Produzidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its</p> <p>(b) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its</p> <p>(c) Consumidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its</p> <p>(d) Convertidos em queijo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> Its</p> <p>²Qual é o preço médio de venda por litro de leite?</p> <p>(e) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> RS/lit</p> <p>²Qual é o preço médio de venda de um queijo?</p> <p>(f) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> RS/ud <small>10 litros de leite para 1 queijo</small></p>

49. **Sua família tinha estoque de animais suínos em julho de 2006?** (a) ^aNão possuía

¹ jovens... (a)Coletivo (b) Individual	² Adultos... (a)Coletivo (b) Individual
<p>¹Qual é o número de suínos jovens que tinha em julho de 2006?</p> <p>(a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB</p> <p>²Qual é o número de suínos jovens que nasceram, foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos <u>no período de agosto de 2005 a julho de 2006?</u></p> <p>(c) Nascidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(d) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(e) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(f) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(g) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>³Qual é o preço médio de venda de um suíno jovem?</p> <p>(h) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ,0 <input type="text"/> <input type="text"/> RS/cb</p>	<p>¹Qual é o número de suínos adultos que tinha em julho de 2006?</p> <p>(a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB</p> <p>²Qual é o número de suínos adultos que nasceram, foram vitimados, comprados, vendidos ou abatidos <u>no período de agosto de 2005 a julho de 2006?</u></p> <p>(b) Vitimados ou perdidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(c) Comprados <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(d) Vendidos <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>(e) Abatidos para consumo <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb</p> <p>³Qual é o preço médio de venda de um suíno adulto?</p> <p>(f) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> ,0 <input type="text"/> <input type="text"/> RS/cb</p>

50. **Sua família tinha estoque de aves em julho de 2006?** (a) ³Não possuía

¹ Aves... (a)Coletivo (b) Individual	² Ovos... (a)Coletivo (b) Individual
¹ Qual é o número de aves você tinha em julho de 2006? (a) Quantidade em jul 2006 <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> CB	² Você vendia ovos em julho de 2006? (a) Quantidade <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> und
² Você vendia aves em julho de 2006? (a) Quantidade <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> cb (b) Não vendeu (c) Não sabe a quantidade	(b) Não vendeu (c) Não sabe a quantidade
² Qual é o preço médio de venda por unidade? (d) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> RS/und	² Qual é o preço médio de venda por unidade? (d) Preço médio de venda <input type="text"/> <input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/> RS/und

51. **Sua família teve renda vinda de outras produções animais no período de agosto de 2005 a julho de 2006?** (a) não (vá para o item 52)

Produções animais	Renda bruta Valor em R\$
(a) apicultura (abelhas)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(b) carcinicultura (camarão)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(c) ranicultura (rã)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(d) cunicultura (coelho)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(e) piscicultura (peixe)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(f) outra 1	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(g) outra 2	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(h) outra 3	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00

52. **Sua família tinha outras rendas com atividades de extrativismo ou de produtos florestais no período de agosto de 2005 a julho de 2006?** (a) Não (vá para o item 53)

	Renda bruta Valor em R\$
(a) extrativismo	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(b) produção de carvão	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(a) castanha de caju	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(b) castanha do Brasil (Pará)	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(c) outra 1	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(d) outra 2	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00
(e) outra 3	<input type="text"/> , <input type="text"/> <input type="text"/> 00

tipo	Produto/bem	Qual foi o valor da compra?	Como foi a forma de contrato*?	4Foi dada alguma garantia de pagamento? (a) não (b) sim O quê? _____	5Quanto tempo foi dado para o pagamento? _____ dias _____ meses (c) pagamento na safra
(a) C (b) V	3 _____	R\$ _____,00	_____	(a) não (b) sim O quê? _____	_____ dias _____ meses (c) pagamento na safra
(a) C (b) V	4 _____	R\$ _____,00	_____	(a) não (b) sim O quê? _____	_____ dias _____ meses (c) pagamento na safra

* Forma de contrato -CA -cadermeta sem sua assinatura, AB - apenas de boca, RI - registro escrito informal com sua assinatura, OU - outra

"rolo"

61. **No período de agosto de 2005 a julho de 2006 você adquiriu algo fazendo ROLO/TROCA?** (troca por mercadorias, troca por dias de serviço, troca por produtos ou animais)

(a) não (vá para o item 62)

N fiado	Bem	Produto agrícola (R\$)	3Valor do bem (R\$)	4Valor total do serviço (R\$)	5Valor em dinheiro dado em troca (R\$)
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Deu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00
	Recebeu	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00	R\$ _____,00

Moradia, serviços e condição de vida

62. Localização da moradia											
¹ Qual é o município em que você reside?											
										² Cód ibge	
³ Nome do município:											
										⁴ UF	
63. Moradia											
¹ Mora na zona urbana ou rural? (a) rural (b) urbana											
64. Material de construção da moradia											
¹ Qual é o material de construção predominante da moradia que você têm atualmente?											
(a) Alvenaria (b)Taipa não revestida (c)Madeira aparelhada (d)Madeira aproveitada											
(e)Adobe (f)Barraco de lona (g)Palha											
(i) Outra (marcar e completar) ^h											
² Quantos cômodos têm sua moradia (incluindo banheiro)? ()											
³ Quantos cômodos estão servindo permanentemente de dormitório para os moradores? ()											
⁵ Qual é o material que predomina na cobertura (telhado) de sua moradia?											
^a (a) telha (b) laje de concreto (c) madeira aparelhada (d) zinco/amianto (e)madeira aproveitada (f) palha											
(g) Outra (marcar e completar) ^b											
⁶ Qual é o material que predomina no piso de sua moradia?											
^a (a) alvenaria/cimento (b) madeira (c) chão batido											
(d) Outra (marcar e completar) ^b											
⁷ Sua residência tem banheiro?											
^a (a) não, só casinha (b) não (c) sim ^b A sua moradia têm quantos banheiros? () ¹ dentro da casa () ² fora de casa											
⁸ Qual é o destino do esgoto de sua moradia? (a) não tinha											
^a (b) rede coletora de esgoto (pluvial) (c) fossa séptica (d) fossa rudimentar (fossa negra) (e) rede publica (f) céu aberto/vala											
(f) Outra (marcar e completar) ^b											
⁹ Qual é o destino do lixo de sua moradia?											
^a (b) coletado (c) queimado (d) enterrado (e) deposição a céu aberto											
(f) Outra (marcar e completar) ^b											
¹⁰ Como é a iluminação de sua moradia? (a) não tinha											
^a (b) elétrica de rede (c) elétrica de gerador (d) elétrica de placa solar (e) óleo, querosene ou gás de botijão											
(f) Outra (marcar e completar) ^b											
¹¹ Qual é a fonte de abastecimento de água para beber em sua moradia?											
^a (b) água encanada de rede publica (c) cisterna na casa (d) chafariz comunitário com dessalinizador											
(e) chafariz comunitário (f) caminhão pipa (g) poço ou nascente (h) açude/barragem/cacimba/rio/barreiro (i) outra											
¹² A sua moradia têm ?											
^a água encanada em pelo menos um cômodo (c) sim (d) não											
^b telefone fixo (c) sim (d) não											
65. Acesso a serviços de saúde											
¹ Qual é a forma de transporte, a distância e o tempo gasto para chegar de carro no local dos serviços de saúde?											
Tipo		^a Funciona regularmente?		Distância				Tempo			
¹ Posto de Saúde		() sim () não		(<) <1 km		km		horas		minutos	
² Hospital				(<) <1 km		km		horas		minutos	
² Tem atendimento de agente de saúde*?						³ Tem atendimento de médico da família?					
(a) sim (b) não						(a) sim (b) não					
⁴ Existe serviço de ambulância? (a) sim (b) não											

4 Quais são os tipos de assistência técnica que você recebeu?	
[a] Elaboração de projeto para financiamento	[b] Gerenciamento da unidade produtiva (comercialização, compra de insumos)
[c] Orientação técnica para produção	[d] Outra*
*Outra(completar)	b
5 Como foi a qualidade da assistência técnica?	
(a) Boa	(b) Média
	(c) Ruim
7 Em quais atividades você precisou e a assistência técnica não conseguiu te ajudar? (controle de pragas, manejo de irrigação,etc)	

Informações gerais para entrada no Programa

71. Entrada no programa
Quanto tempo você acha que vai levar para a compra do imóvel?
(a) menos de 3 meses
(b) de 3 a seis meses
(c) até 1 ano
(d) mais de 1 ano
72. Imóvel de compra
A associação já tem em vista um imóvel para ser comprado?
(a) sim
(b) não
73. Localização do imóvel
Em qual município está localizado o imóvel que a associação pretende comprar?
¹ Nome do município:
² UF
74. Imóvel de compra
No caso da negociação com este imóvel não dar certo, a associação tem outros imóveis em vista?
(a) sim
(b) não

Contato com o entrevistado

Nome pelo qual é conhecido na comunidade:
Povoado/Bairro:
Rua:
Tel de contato1:
Tel de contato2:

Hora fim: hh mm (formato 24h)

Entrevista MUITO BOA BOA MÉDIA RUIM DESCARTAR

Observações:

Tabelas

Tabela de Ocupação		n
Atividade assalariada não agrícola -----		1
Atividade assalariada agrícola -----		2
Atividade agrícola diarista (ou temporário) -----		3
Atividade não-agrícola diarista (ex. faxineira, faz bico) -----		4
Produtor agrícola (empregador/conta própria)-----		5
Arrendatário/Parceiro/ Posseiro/ocupante na agricultura-----		6
Empregador/conta própria numa atividade não agrícola (bar, venda, loja)--		7
Trabalho familiar sem remuneração (dona de casa)-----		8
Desempregado-----		9
Economicamente inativo (crianças, idosos, deficientes físicos, outros)----		10
Outra ocupação -----		11

Raça ou cor	Sigla
Preta -----	PE
Branca-----	BR
Parda -----	PA
Indígena -----	IN
Amarela -----	AM
Não especificado	NE

Moradia	Sigla
No domicílio com o beneficiário	DO
Fora do domicílio do beneficiário	FD

Parentesco	Sigla	Parentesco	Sigla
País -----	PA	Cunhado (a)-----	CH
Avós -----	AV	Genro ou nora--	GN
Primos (as)-----	PR	Sobrinhos (as)--	SO
Irmãos (as)-----	IR	Não parente-----	NP

Anos de estudo	sigla
Sem instrução-----	0
Pré-escola/Creche	P
1ª série fundamental-----	1f
2ª série fundamental-----	2f
3ª série fundamental-----	3f
4ª série fundamental-----	4f
5ª série fundamental-----	5f
6ª série fundamental-----	6f
7ª série fundamental-----	7f
8ª série fundamental-----	8f
1ª série médio-----	1m
2ª série médio-----	2m
3ª série médio-----	3m
Superior incompleto-----	Si
Superior completo-----	Sc
Supletivo fundamental	SF
Supletivo médio	SM
Alfabetização adultos	AA
Não freqüenta	NF

Curso atual	sigla
Fundamental (1º grau)	FU
Médio (2º grau)	ME
Superior	SP
Supletivo fundamental	SF
Supletivo médio	SM
Alfabetização adultos	AA
Pré escola/creche	PR
Não freqüenta	NF

Tabela de tipo de trabalho REMUNERADO		Sigla
Atividade assalariada não agrícola -----		21
Atividade assalariada agrícola -----		22
Atividade agrícola diarista (ou temporário) -----		23
Atividade não-agrícola diarista (ex. faxineira) -----		24

Tabela de tipo de trabalho NÃO REMUNERADO		Sigla
Trabalho na produção agrícola ----		31
Trabalho na construção ou melhoria da moradia-----		32
Trabalho na infra-estrutura produtiva do projeto-----		33
Troca de dias de trabalho no projeto com outro beneficiário-----		34

¹ como é o acesso do projeto à cidade? (caracterize o percurso)			
<input type="text"/>	<input type="text"/>	km	¹ Estrada asfaltada
<input type="text"/>	<input type="text"/>	km	² Estrada de terra com pavimento estabilizado (pedregulho, solo-cimento, etc)
<input type="text"/>	<input type="text"/>	km	³ Estrada de terra sem estabilização do pavimento
<input type="text"/>	<input type="text"/>	km	⁴ Estrada de areia (estrada de difícil trafegabilidade).
<input type="text"/>	<input type="text"/>	km	⁵ Caminho ou trilha que só pode ser feita a cavalo ou a pé

Associação

14. Antecedentes do grupo

¹Quando o grupo de pessoas que apresentou a proposta para a compra da terra começou a se mobilizar para esta finalidade?

<input type="text"/>	<input type="text"/>	-	<input type="text"/>	<input type="text"/>	mm-aa
----------------------	----------------------	---	----------------------	----------------------	-------

15. Gênero dos beneficiários da associação (assinaram contrato)

¹Quantos sócios da associação são <gênero>....? ²Quantos membros da diretoria são <gênero>....?

Gênero	Associação				Diretoria da associação			
	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Mulheres	<input type="text"/>	<input type="text"/>	¹ mais de 28 anos	² até 28	<input type="text"/>	<input type="text"/>	¹ mais de 28 anos	² até 28
Homens	<input type="text"/>	<input type="text"/>	¹ mais de 28 anos	² até 28	<input type="text"/>	<input type="text"/>	¹ mais de 28 anos	² até 28

16. Reuniões da associação

¹Qual é a frequência atual de reuniões da associação? (a) não há reuniões

¹vezes por semana ²vezes por mês ³Uma reunião a cada meses

²Onde são realizadas ?

(a) no projeto

(b) fora do projeto ³Onde?

17. Origem dentro do grupo de pessoas da associação do CF

¹A maioria das pessoas do grupo que apresentou a proposta tinham relacionamento anterior por parentesco ou por amizade por mais de 3 anos?

(a) sim (b) não

18. Como surgiu a associação? (assinalar todas as respostas)

[a] formada a partir de um grupo de parentes

[b] formada a partir de um grupo de compadres

[c] formada por trabalhadores rurais da redondeza ou moradores do próprio imóvel

[d] formada a partir de uma associação pré-existente

¹Desde que ano ela existia? ano (c) não sabe

²Qual é o tipo de associação?

[e] a associação foi criada especificamente com o propósito de conseguir o financiamento do CF

[f] alguém de fora sugeriu a criação da associação e liderou o processo de sua criação

Quem de fora sugeriu a criação da associação?

[g] Outro

19. Participação externa nas reuniões (assinalar todas as respostas)

¹Quem de fora freqüentava as reuniões da associação Antes do financiamento (compra do imóvel)?

²Quem de fora freqüenta as reuniões da associação atualmente?

() ¹ninguém

[a] Agente do programa do Crédito Fundiário

[b] Representante do sindicato dos trabalhadores rurais

[c] Políticos (vereadores, prefeito, deputados)

[d] Técnicos do governo (municipal, estadual)

[e] Técnicos de entidades privadas (ONGs, etc)

[f] Religiosos (padre, pastor, freira, etc)

[g] Outros

() ¹ninguém

[a] Agente do programa do Crédito Fundiário

[b] Representante do sindicato dos trabalhadores rurais

[c] Políticos (vereadores, prefeito, deputados)

[d] Técnicos do governo (municipal, estadual)

[e] Técnicos de entidades privadas (ONGs, etc)

[f] Religiosos (padre, pastor, freira, etc)

[g] Outros

20. Mobilização do grupo	
¹ Antes do grupo se organizar para apresentar a proposta de compra da terra (criar a associação), vocês conseguiram mobilizar os membros do grupo para participarem de reuniões, de tarefas comunitárias, de cursos, de dias de estudo, etc. ?	
(a) a maioria (b) alguns deles (c) nenhum	
21. Formação de redes	
¹ Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, o grupo estava vinculado a algum movimento social: Contag, MST, Associação Comunitária, etc?	
(a) sim ¹ Qual movimento? _____	
(b) não	
Como era o vínculo? _____	
² Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, os representantes do grupo participavam de: (assinalar todas as respostas)	
[a] Feiras de produtores	[f] Eventos promovidos por ONG's
[b] Reuniões de representantes de Assentados no Estado	[g] Reuniões de Sindicatos
[c] Conselhos Municipais ou Estaduais	[h] Reuniões com outras associações comunitárias
[d] Reuniões Partidárias	[i] Reuniões com autoridades municipais
[e] Pastorais	[j] Outros _____
22. Redes institucionais	
Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra	Frequência
¹ Com que frequência a associação se reúne com moradores de outras comunidades para resolver problemas comuns?	(a) Muita (b) Pouca (c) Nunca
23. Governança	
¹ Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, fizeram algum pedido à prefeitura do município?	
(a) sim (b) não	
² Dos pedidos solicitados à prefeitura, antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, quantos foram atendidos?	
(a) a maioria (b) poucos (c) nenhum	
³ Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra, as lideranças do grupo eram informadas sobre as ações e investimentos municipais?	
(a) muitas vezes (b) poucas vezes (c) nunca	
⁴ A associação se envolveu na última eleição municipal, apoiando em conjunto algum candidato a prefeito ou vereador?	
(a) Sim (b) Não (c) a associação não estava formada na última eleição (2003)	
⁵ Uniu-se a outras associações comunitárias para apoiar algum candidato a prefeito ou vereador na última eleição?	
(a) Sim (b) Não (c) a associação não estava formada na última eleição (2003)	
24. Associação	
¹ Quantos membros pagam a contribuição ou taxa mensal da associação?	
(a) maioria (b) minoria (c) não há cobrança	
² Quantos sócios abandonaram a associação desde que ela começou a se organizar?	
^a Antes da compra do imóvel [] (^b) não sabe ^c Após da compra do imóvel [] (^d) não sabe	
³ Por que os sócios abandonaram a associação? (assinalar todas as respostas)	
[a] demora para conseguir o financiamento	[b] desentendimento com outros membros
[c] surgimento de outra oportunidade	[d] outro
⁴ Foram feitas tentativas de trazer para a associação novamente os sócios que abandonaram? (a) sim (b) não	
⁵ Quantas famílias associadas foram substituídas? (^d) não sabe	
^a Antes da compra do imóvel	^b () nenhuma
^a Após a compra do imóvel COM registro em ata	^b () nenhuma
^a Após a compra do imóvel SEM registro em ata	^b () nenhuma

Além do projeto de compra da terra, o grupo é responsável pela implantação e realização de algum outro projeto ou atividade desde que foi formado? (atividades que envolvem recursos para a associação ou benefícios coletivos diretos)		
¹ projeto	² fonte	³ Ano de implantação
1		
2		
3		

30. Organização de Atividades Coletivas

¹ O grupo formado para compra da terra terá um projeto de exploração comunitária/associativa no projeto?

(a) não (vá para o item 30:6)
(b) sim

² Como será organizada esta atividade?

[a] Pastagem Comunitária [b] Projeto Agrícola Comum dirigido pela associação
[c] Preparo de terra pela associação para a exploração individual dos beneficiários
[d] Indústria rural em geral. [e] Outros _____

³ Como a produção/receita destes projetos associativos será distribuída entre os participantes?

(a) proporcional ao trabalho (b) igualmente entre as famílias (c) de acordo com as necessidades de cada beneficiário

⁴ Como serão tomadas as decisões sobre o trabalho coletivo?

(a) Em reuniões/assembleias (b) Em grupos de associados (grupos de trabalho) (c) Outra _____

⁵ Como se dará a remuneração da atividade exercida?

(a) Como diarista, (por dia trabalhado) (b) Como quota parte do produto vendido (c) Misto
(d) Outra forma _____

31. Participação no sindicato de trabalhadores rurais (STR)

¹ A associação recebe apoio do Sindicato de trabalhadores rurais?

(a) bastante (b) pouco (c) não recebeu

² A associação recebeu apoio do Sindicato de trabalhadores rurais antes do financiamento?

(a) bastante (b) pouco (c) não recebeu

³ Quantos beneficiários são sócios do sindicato de trabalhadores rurais? [] (a) não sabe

⁴ Quantos beneficiários eram sócios do sindicato de trabalhadores rurais antes de receber o financiamento? []
(a) não sabe

⁵ Das reuniões ou atividades realizadas pelo STR, quantas são freqüentadas pelos beneficiários?

(a) nenhuma (b) poucas (c) metade (d) todas

32. Participação em outros movimentos sociais (ex. MST, Pastoral da terra)

¹ Existem outros movimentos sociais atuando no município ou região do projeto de assentamento?

(a) sim (b) não

² Das reuniões ou atividades realizadas por estes movimentos sociais, quantas são freqüentadas pelos beneficiários?

(a) nenhuma (b) poucas (c) metade (d) todas

³ Estes movimentos sociais discutem os assuntos de interesse do projeto?

(a) sim (c) não

33. Atuação do Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS)

¹ Você sabe o que é o Conselho municipal de desenvolvimento rural sustentável (CMDRS)?

(a) sim (b) não (vá para o item 34)

² O CMDRS do seu município é atuante?

(a) sim (c) não () o município não tem CMDRS

³ Qual é a freqüência de reuniões do CMDRS? (assinale somente um campo)

_____| Vezes por semana | _____| Vezes por mês | Uma reunião a cada | _____| meses

⁴ O CMDRS discute os assuntos de interesse do projeto?

(a) sim (c) não

34. Participação em reuniões promovidas pelo Crédito Fundiário
¹ O grupo participou de reuniões promovidas pelo Crédito Fundiário para a organização e implementação da associação?
(a) Sim (b) Não houve reunião (vá para o item 35)
² Essa reunião foi importante para o grupo entender o quê?
(a) nada
(b) entender o funcionamento do CF
(c) organizar a associação
(d) entender as obrigações da associação perante o CF
(e) outra _____

35. Motivos de participação no programa de Crédito Fundiário
¹ Porque o grupo optou pelo Crédito Fundiário para a aquisição das terras e recursos produtivos?

Projeto

(a) as famílias não vão morar no projeto (vá para o item 42)

36. Qual é a disponibilidade de <item> no projeto atualmente?	37. Disponibilidade	38. Existe planejamento para viabilizar/suprir	39. Existe recurso previsto para viabilizar/suprir	40. Utilização do SIC
Água para consumo das famílias	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Energia elétrica residencial	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Energia elétrica trifásica (produção)	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Tratamento ou coleta de esgoto	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Coleta de lixo	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Transporte escolar	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Transporte coletivo que atende o projeto	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N
Telefone público	(a) SUF. (b) INS. (c) inexistente	(a) S (b) N	(a) S (b) N	(a) S (b) N

(a) SUF -suficiente (b) INS- insuficiente (c) inexistente

41. Transporte e acesso
¹ Existe o planejamento de ter um posto de saúde no projeto?
(a) sim (b) não (c) já existe posto de saúde
² As famílias que vão morar no projeto terão alguma dificuldade para conseguir chegar ao hospital?
(a) sim (b) não
³ Existe serviço de ambulância que possa atender as famílias do projeto?
(a) sim (b) não (c) não sabe
⁴ Existe o planejamento de ter uma escola no projeto?
(a) sim (b) não (c) já existe escola
⁵ As famílias que vão morar no projeto terão alguma dificuldade para conseguir chegar à escola?
(a) sim (b) não (c) não sabe

42. Bens comunitários existentes no projeto		
Quais eram as máquinas, animais de tração, implementos e infra-estrutura da associação ou que ficaram no imóvel para a associação na data da compra?		
Máquinas, animais de tração, implementos e infra-estrutura	¹ Quant	² Valor do bem Se fosse construir, quanto custaria construir hoje? Se fosse comprar outro, por quanto conseguiriam comprar hoje, considerando o estado atual do bem? ³ Soma do valor dos bens
1. Trator	[]	
2. Microtrator	[]	
3. Animais de tração	[]	
4. Implementos de tração mecanizada (grade, arado, cultivador)	[]	
5. Implementos de tração animal (grade, arado, cultivador)	[]	
6. Plantadeira	[]	
7. Colhedeira	[]	
8. Equipamento de irrigação	[]	
9. Pulverizador	[]	
10. Beneficiador	[]	
11. Galpão	[]	
12. Unidade de processamento (despolpa, classificação, secagem)	[]	
13. Sistema de refrigeração	[]	
14. Casa de farinha	[]	
15. Unidade de armazenagem (silo)	[]	
16. Sala ou sistema de ordenha	[]	
17. Curral com Brete ou tronco	[]	
18. Curral simples	[]	
19. Chiqueiro, galinheiro ou outro ambiente para pequenos animais	[]	
20. Açude ou reservatório de água	[]	
21. Barreiro ou pequenos represamentos	[]	
22. Estufa ou viveiro de horticultura	[]	
23. Cerca (km)	[]	
24. Bebedouro, coxo de sal	[]	
25. Aprisco ou capril	[]	
26. Gerador	[]	
27. Veículos de transporte de carga (caminhão, caminhonete)	[]	
28. Barracão	[]	
29. Outro 1	[]	
30. Outro 2	[]	
31. Outro 3	[]	
32. Outro 4	[]	

Produção no projeto

43. Características do projeto	
¹ No futuro, como será organizada a produção do projeto?	
(a) exclusivamente coletiva (b) exclusivamente individual (c) mista (parte individual e parte coletivo)	
² Qual é o tamanho da área...?	
³ Total do imóvel [] ha	
⁴ Coletiva (sem a reserva legal) [] ha ()	
⁵ De reserva legal [] ha () individual por lote () coletiva, uma área para todo imóvel	
⁶ De cada lote individual (sem a reserva legal) [] ha	

³ Quantifique a qualidade das terras do imóvel do projeto		⁴ Quantifique o relevo do imóvel do projeto	
Terra de boa qualidade	[] %	Plano	[] %
Terra de média qualidade	[] %	Suave - ondulado	[] %
Terra de qualidade ruim	[] %	Ondulado	[] %
Terra inaproveitável	[] %	Forte ondulado	[] %

⁵Quantas famílias associadas já implantaram alguma atividade agrícola no projeto? [] () não sabe

⁶ Existe projeto técnico elaborado para a produção no assentamento?
(a) sim, para o coletivo (b) sim para o individual (c) para o individual e coletivo (d) não tem projeto elaborado

⁷Vocês tiveram assistência técnica para elaboração do projeto de financiamento?
(a) não (b) sim

⁸ Quem forneceu assistência técnica para elaboração do projeto de financiamento?
(a) técnico estadual (b) técnico municipal (c) técnico do sindicato (d) técnico de ONG (e) empresas privadas (f) outro

⁹Quais foram as dificuldades encontradas para conseguir o financiamento ?
(a) organizar as pessoas para criar a associação (b) documentação para formalizar a associação (c) documentação exigida pelo PNCF
(d) elaboração do projeto técnico (e) encontrar o imóvel adequado para produção (f) encontrar imóvel com valor compatível com o do financiamento (g)outra []

¹⁰Caracterize o projeto produtivo final de vocês (quando estiver com produção plena no projeto)

¹ coletiva	² Individual	Unidade	Uso da terra
		ha	Sistema agro-florestal
		ha	Extração de produtos florestais
		ha	Lavoura de sequeiro (milho, mandioca, feijão)
		ha	Lavoura de varzea ou vazante
		ha	Arroz inundado
		ha	Horticultura e floricultura
		ha	Fruticultura ou perenes arbóreas (maracujá, café)
		ha	Pastagens e forrageiras (capins, palma)
		cb	Bovinos de pecuária de corte
		cb	Bovinos de pecuária mista
		cb	Bovinos de pecuária de leite
		cb	Ovinos e/ou caprinos
		cb	Pequenos animais (suínos, aves)
		m ²	Piscicultura (área dos tanques)
		cl	Apicultura (número de colméias)
			Outro 1 []
			Outro 2 []
			Outro 3 []

¹¹O projeto produtivo de vocês prevê que parte da área seja irrigada?
(a) sim (b) não

¹²Qual é o tamanho da área irrigada prevista?
Área do imóvel [] ha

¹³Qual é o tipo de irrigação que será utilizado?
(a) aspersão comum (b) pivô central (c) inundação (d) gotejamento ou micro aspersão (e)outra

¹⁴Quais são as culturas que serão plantadas na área irrigada prevista?
Culturas:

¹⁵Vocês terão assistência técnica no primeiro ano de projeto?
(a) sim (b) não

¹⁶ Você não terá assistência técnica por quê?
(a) não querem (b) não tem dinheiro para contratar (c) não sabe onde conseguir

¹⁷Quais são os tipos de assistência técnica que você precisam receber?
(a)Elaboração de projeto para financiamento (b) Gerenciamento da unidade produtiva (comercialização, compra de insumos)
(c) Orientação técnica para produção (d) outra []

44. Perguntas adicionais relacionadas ao SMMT		
¹ A associação considerou o preço de mais de um imóvel?		
(a) sim (b) não (vá para 44:3)		
² Valor e área dos imóveis considerados		
a R\$ _____	c R\$ _____	e R\$ _____
b R\$ _____	d R\$ _____	f R\$ _____
³ Houve redução do preço da terra em relação a primeira oferta feita pelo antigo proprietário		
(a) sim (b) não (vá para 44:6)		
⁴ Qual foi o valor da redução em reais?		
R\$ _____		
⁵ Porque houve esta redução ? (assinalar todas as respostas)		
[a] Negociação feita pela associação		
[b] Negociação feita pelo representante do CF		
[c] Negociação feita por outra pessoa		
[d] Iniciativa do proprietário		
[e] Outro _____		
⁶ Vocês ficaram satisfeitos com a negociação do imóvel?		
(a) sim (b) não		
⁷ Preço pago pela terra em relação ao mercado regional:		
(a) acima (b) igual (c) abaixo (d) não sabe		

Avaliação do programa

45. Avaliação do programa
O que você está achando do programa de Crédito Fundiário?
(a) Muito bom (b) Bom (c) Médio (d) Ruim
46. Importância da existência do programa Crédito Fundiário para a região
Qual é a importância do programa de crédito fundiário para a região?
(a) Muito importante (b) Importante (c) Pouco importante (d) Indiferente
47. Qual foi o principal aspecto positivo do Crédito Fundiário?:

48. Qual foi o principal aspecto negativo do Crédito Fundiário?:

Contato com o entrevistado

Nome pelo qual é conhecido na comunidade:		
Endereço (Cidade):	Nº/Apto	
Comunidade		
Tel de contato1:	() próprio () comunitário	() recado nome _____
Tel de contato2:	() próprio () comunitário	() recado nome _____

Hora fim: | | hh | | mm (formato 24h)

Observações:

# Foto	Data	Descrição
	dd/mm/aa	
	/ /	
	/ /	
	/ /	
	/ /	

Lat

G	G	M	M	S	S

 =
 Lng

G	G	M	M	S	S

 =

Lat

G	G	M	M	S	S

 =
 Lng

G	G	M	M	S	S

 =

Lat

G	G	M	M	S	S

 =
 Lng

G	G	M	M	S	S

 =

Key: RE|_|_|_|_|_|_|_|_|_|_|

Recall 2003 PCPR

1 Data										2 Hora da entrevista																									
										dd/mm/aa							hora início:						^a hh						^b mm						(formato 24h)

Ocupação e renda

3 Qual era sua ocupação em 2003? [_____] - tabela de ocupação

Pensando no período de um ano inteiro (de outubro de 2002 a outubro de 2003)

4 Você lembra o valor de sua renda familiar obtida no período de outubro de 2002 a outubro de 2003?

R\$ _____ (ir para item6) (a) não lembra (ir para item 5)

5 Como era a sua renda familiar em 2003 comparada a sua renda familiar atual?

Condição	X	Tente detalhar...	X
Maior	()	Mais que o dobro	()
		Dobro	()
		Menos que o dobro	()
Menor	()	Menos que a metade	()
		Metade	()
		Mais que metade	()
Igual	()	Igual	()

6 Nesse período quais foram as fontes de renda de sua família? Quais benefícios vocês recebiam?

Fonte	X	X
¹ Salário	()	⁹ Prog. de erradicação do trabalho infantil (PETI) ()
² Diárias de serviços	()	¹⁰ Vale-gás ()
³ Auxílio desemprego	()	¹¹ Venda de produção agrícola ()
⁴ Aposentadorias	()	¹² Aluguel de máquinas ()
⁵ Pensões	()	¹³ Arrendamento de terras ()
⁶ Bolsa escola	()	¹⁴ Venda de produtos não agrícolas ()
⁷ Cartão de alimentação- fome zero	()	¹⁵ Doações ()
⁸ Bolsa alimentação	()	¹⁶ Cesta básica ()
¹⁷ Outra1	()	¹⁸ Outra 2

Bens

7 Você tinha em outubro de 2003 <item>?

Bens	Possuía em 2003?	Quantidade
1 Televisão colorida	(a) sim (b) não	[] [] []
2 Televisão preto e branco	(a) sim (b) não	[] [] []
3 Geladeira	(a) sim (b) não	[] [] []
4 Fogão a gás ou elétrico	(a) sim (b) não	[] [] []
5 Rádio/aparelho de som	(a) sim (b) não	[] [] []
6 Freezer	(a) sim (b) não	[] [] []
7 Máquina de costura	(a) sim (b) não	[] [] []
8 Máquina de lavar	(a) sim (b) não	[] [] []
9 Microcomputador	(a) sim (b) não	[] [] []
10 Carro	(a) sim (b) não	[] [] []
11 Moto	(a) sim (b) não	[] [] []
12 Caminhão ou caminhonete	(a) sim (b) não	[] [] []
13 Bicicleta	(a) sim (b) não	[] [] []
14 Celular	(a) sim (b) não	[] [] []
15 Propriedade/ terra	(a) sim (b) não	[] [] [] ha
16 Casa	(a) sim (b) não	[] [] []
17 Trator	(a) sim (b) não	[] [] []
18 Grade	(a) sim (b) não	[] [] []
19 Arado	(a) sim (b) não	[] [] []
20 Roçadeira	(a) sim (b) não	[] [] []
21 Beneficiador	(a) sim (b) não	[] [] []
22 Bomba para irrigação	(a) sim (b) não	[] [] []
23 Mangueiras, canos, aspersores e filtros	(a) sim (b) não	[] [] []
24 bomba para irrigação	(a) sim (b) não	[] [] []
25 Pulverizador () manual () tratorizado	(a) sim (b) não	[] [] []
26 Plantadeira () manual () mecânica	(a) sim (b) não	[] [] []
27 Carreta	(a) sim (b) não	[] [] []

7.2 Instrumentos de Coleta da Avaliação de Impacto do Projeto Cédula da Terra



ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

BENEFICIÁRIOS – ASSOCIAÇÃO

SETEMBRO/2006

Identificação do questionário

- 1 Número do questionário: [.....]
(preenchido pelo digitador)
- 2 Identificação da associação/projeto:
- A) Imóvel: [.....]
[.....]
- B) Associação: [.....]
[.....] (Chave 7) Cód: [.....]
- 3 Número da pesquisa de campo: [....3....]
- 4 H Grupo amostral: [....1....] 1-Beneficiário
do Cédula da Terra
- 5 Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]
- 6 UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

Identificação do entrevistado e substituição

7. Nome dos entrevistados:

[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Controle do entrevistador

8. Entrevistador: [.....] Cód: [.....]

9. Data e horário da entrevista:

A) Data (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]

B) Horário de início (hh:mm):..... [.....:.....]

C) Horário de término (hh:mm):..... [.....:.....]

Controle do coordenador de campo

10. Coordenador de campo: [.....] Cód: [.....]

11. Data da supervisão (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]

12. Situação do questionário: [.....]

1-Aprovado

2-Recusado

13. Justificativa do supervisor quando o questionário for aprovado com inconsistências ou recusado:

[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Controle do digitador

14. Digitador: [.....] Cód: [.....]

15. Data da digitação (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]

A – CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE ASSOCIATIVO

16. Qual o número total de famílias vivendo hoje no assentamento? [.....]

17. Quantas destas famílias pertencem à associação do projeto? [.....]

18. O número de ASSOCIADOS no assentamento... [.....]
 1-Aumentou em relação à época do início do assentamento
 2-Permaneceu o mesmo em relação à época do início do assentamento
 3-Diminuiu em relação à época do início do assentamento
19. Quantos ASSOCIADOS foram às três últimas reuniões realizadas entre agosto/2005 e julho/2006?
 A) Número de ASSOCIADOS presentes: [.....]
 B) Número de ASSOCIADOS presentes: [.....]
 C) Número de ASSOCIADOS presentes: [.....]
20. Qual o valor da contribuição paga pelos ASSOCIADOS à associação? (R\$) [.....]
21. Quantos ASSOCIADOS pagam a contribuição? [.....]
 1-Maioria paga
 2-Minoria paga
 3-Não cobra
22. Quantas famílias do assentamento são chefiadas por mulheres? [.....]
23. Nos últimos cinco anos, a participação das mulheres na Diretoria da Associação vem... [.....]
 1-Aumentando
 2-Permanecendo o mesmo
 3-Diminuindo
24. Qual o número de mulheres na diretoria atual? [.....]

Mudanças na composição das famílias do projeto

25. Quantas famílias foram assentadas no início do Projeto? [.....]
26. Quantas famílias saíram desde o início do Projeto até Julho/2006?
- | A). Ano | B) Número de famílias | C) Indique os principais <u>motivos</u> e <u>razões para saída</u> (falta de recursos e dinheiro, desacordo com as regras da associação, brigas, divergências, enfermidades, novas oportunidades etc.) |
|---------|-----------------------|--|
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |
| [.....] | [.....] | |

27. Quantas famílias entraram desde o início do Projeto até Julho/2006?

A) Ano B) Número de famílias C) Identifique e quantifique as famílias ingressantes segundo a origem das famílias (comunidades de origem das primeiras famílias, comunidades vizinhas, sede do município, outros municípios) e os critérios utilizados para a seleção e processo de aceitação dos substitutos (cadastro da associação, indicação de sócios, de movimentos sociais, de igrejas, de políticos, de órgãos governamentais)

[.....] [.....]

[.....] [.....]

[.....] [.....]

[.....] [.....]

[.....] [.....]

[.....] [.....]

[.....] [.....]

28. Ocorreu a venda de lotes do início do projeto até hoje? [.....]

- 1-Sim
- 2-Não (siga para 30)

29. Quantos lotes foram comercializados?

A) Ano	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
B) Número de lotes	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
C) Valor médio (R\$)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

30. A mudança/substituição de famílias do projeto (a chamada rotação de beneficiários): [.....]

- 1-Teve impactos muito favoráveis
- 2-Teve impactos favoráveis
- 3-Não teve impacto
- 4-Teve impactos ruins
- 5-Foi péssimo para a vida do assentamento

31. Resuma o que ocorreu com o assentamento em função da entrada/saída de famílias:

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

32. Indique o principal destino dos beneficiários que saíram do projeto: [.....]
 1-Mudaram para uma cidade próxima
 2-Migraram para outro estado ou para a capital do estado
 3-Continuam na zona rural, trabalhando em propriedade rural
 4-Vivem em uma vila próxima do assentamento

Mobilização e participação dos associados

33. A Associação consegue chamar/juntar os ASSOCIADOS para participarem das reuniões, das tarefas comunitárias, dos cursos, dos dias de estudo, enfim, das atividades do assentamento? [.....]
 1-Sim, sem dificuldade
 2-Sim, com dificuldade
 3-Não consegue

34. A Associação conta com a participação direta da maioria dos ASSOCIADOS para tomar decisões importantes para a comunidade? [.....]
 1-Sim, sem dificuldade
 2-Sim, com dificuldade
 3-Não conta

35. Chamar/juntar os ASSOCIADOS hoje é... [.....]
 3-Mais fácil que no início da Associação
 2-Mesma coisa que no início da Associação
 1-Mais difícil que no início da Associação

36. Como são tomadas as decisões sobre o trabalho coletivo? [.....]
 1-Em reuniões/assembleias
 2-Em grupos de ASSOCIADOS (grupos de trabalho)
 3-Não há trabalho coletivo no assentamento (cada um decide do seu modo)
 4-Indique outra forma:
 [.....]
 [.....]
 [.....]

37. Como se dá a remuneração da atividade exercida no trabalho coletivo? [.....]
 1-Como diarista, (por dia trabalhado)
 2-Como quota parte do produto vendido
 3-Misto
 4-Não há remuneração
 5-Indique outra forma:
 [.....]
 [.....]
 [.....]

38. Hoje em dia, como é a atitude dos ASSOCIADOS em relação ao trabalho coletivo? [.....]
 3-A maioria se junta (coopera) e faz as obrigações
 2-Alguns se juntam (coopera) em grupo e fazem as obrigações
 1-Ninguém se junta (coopera) e nem faz as obrigações

39. Conseguir juntar os moradores para fazer trabalhos comunitários hoje é... [.....]
 3-Mais fácil que no início da Associação
 2-Mesma coisa que no início da Associação
 1-Mais difícil que no início da Associação

40. Reunir as pessoas para tomar decisões importantes sobre a vida da comunidade hoje é... [.....]
 3-Mais fácil que no início da Associação
 2-Mesma coisa que no início da Associação
 1-Mais difícil que no início da Associação
41. Que motivos as famílias alegam para não participarem das decisões importantes sobre a vida da comunidade hoje? Assinale os motivos em ordem de importância utilizando os códigos a seguir: (resposta múltipla)
 3-Muito importante
 2-Pouco importante
 1-Não tem importância
- A) A diretoria excluiu por faltarem às reuniões [.....]
 B) O interesse de participar das decisões é muito pouco..... [.....]
 C) Não têm condições de participar porque são muito pobres [.....]
 D) Os desentendimentos entre os membros da associação afasta as famílias [.....]
 E) As famílias sempre discordam da diretoria da associação [.....]
 F) Não participam das decisões para não participarem das atividades coletivas..... [.....]
 G) Estão em débito com a contribuição da associação [.....]
 H) Para não participarem de atividades educacionais e recreativas promovidas pela comunidade [.....]
 I) Se envolveram em outra associação paralela [.....]
 J) Preferem cuidar do seu lote e não tomar parte nas decisões [.....]
 K) Outros motivos (anote abaixo) [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

Participação de agentes externos

42. Que pessoas, das relacionadas abaixo, freqüentam as reuniões da Associação? (resposta múltipla)
 1-Sim 2-Não
- A) Políticos (vereadores, prefeito, deputados)..... [.....]
 B) Técnicos do governo (municipal, estadual)..... [.....]
 C) Técnicos de entidades privadas (ONGs etc.) [.....]
 D) Religiosos (padre, pastor etc.) [.....]
 E) Outros (anote abaixo) [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
43. A associação considera importante a participação dessas pessoas nas reuniões com os ASSOCIADOS? [.....]
 1-Sim
 2-Tanto faz [indiferença]
 3-Não (siga para 45)
44. Por que? (dois motivos, no máximo)
 [.....]
 [.....]
 [.....]

Participação da associação em eventos

45. A associação participa de eventos (reuniões, atividades diversas) fora do projeto? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 47)
46. Quais os principais eventos dos quais a associação participou entre agosto/2005 e julho/2006? Assinale os principais eventos em ordem de importância utilizando os códigos a seguir: (resposta múltipla)
 3-Muito importante
 2-Pouco importante
 1-Sem importância
 -1-Não participou
- A) Feiras de produtos de projetos de assentamento [.....]
 B) Reuniões de representantes de Assentados no Estado [.....]
 C) Conselhos Municipais (FUMAC) [.....]
 D) Reuniões Partidárias [.....]
 E) Eventos religiosos [.....]
 F) Eventos promovidos por ONG's [.....]
 G) Reuniões de Sindicatos [.....]
 H) Outros (anote abaixo) [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
47. As lideranças da associação costumam se reunir com lideranças de outras associações comunitárias para debater problemas comuns, planejar ações, tomar decisões de interesse comum? [.....]
 3-Sim, sempre se reúnem/reuniram
 2-Sim, mas se reúnem/reuniram poucas vezes
 1-Não, nunca se reúnem/reuniram (siga para 49)
48. Faziam essas reuniões com lideranças de outras associações comunitárias já no início do assentamento? [.....]
 3-Sim
 2-Poucas vezes
 1-Não
49. As lideranças da associação costumam se reunir com autoridades municipais para debater questões do interesse da comunidade e do município, planejar ações, tomar decisões de interesse comum? [.....]
 3-Sim, sempre se reúnem/reuniram
 2-Sim, mas se reúnem/reuniram poucas vezes
 1-Não, nunca se reúnem/reuniram (siga para 51)
50. Faziam essas reuniões com autoridades municipais já no início do assentamento? [.....]
 3-Sim
 2-Poucas vezes
 1-Não

Manejo de conflitos e ações solidárias

51. Em qualquer comunidade às vezes ocorrem desentendimentos entre os moradores. Aqui no Projeto, hoje em dia (neste último ano) vêm ocorrendo: [.....]
 3-Muitos desentendimentos entre os moradores
 2-Poucos desentendimentos entre os moradores
 1-Nenhum desentendimento entre os moradores
52. Comparando com o período do início do assentamento, hoje vêm ocorrendo [.....]
 3-Mais desentendimentos entre os moradores
 2-Tantos desentendimentos entre os moradores
 1-Menos desentendimentos entre os moradores
53. Quais os questionamentos, as críticas ou os desentendimentos mais comuns, entre os associados, que ocorrem dentro da Associação? Informe os três mais importantes.
 [.....]
 [.....]
 [.....]
54. Os moradores são rigorosos com os que faltam aos trabalhos na área coletiva hoje? [.....]
 3-A maioria é rigorosa e cobra as faltas
 2-Poucos são rigorosos e cobram as faltas
 1-Ninguém cobra as faltas
 -1-Não há trabalho coletivo
55. Quando um morador desta comunidade está passando "por necessidade" (privações)... [.....]
 3-A maioria dos moradores ajuda a pessoa
 2-Somente alguns ajudam a pessoa
 1-Ninguém ajuda a pessoa
56. Quando moradores de outras comunidades estão passando "por necessidade"... (que não sejam familiares ou parentes) [.....]
 3-A maioria dos moradores daqui ajuda moradores de outras comunidades
 2-Somente alguns ajudam moradores daqui ajudam moradores de outras comunidades
 1-Ninguém daqui ajuda moradores de outras comunidades
57. Os moradores daqui costumam RECEBER ajuda de pessoas de comunidades vizinhas (que não sejam familiares ou parentes) quando passam "por necessidade"? [.....]
 3-Sim
 2-Não
 1-Às vezes

Influência da associação no poder local

58. A Associação participa do Conselho Municipal? [.....]
 1-Sim, participa
 2-Hoje não, mas já participou
 3-Nunca participou
 -1-Não se aplica
59. A Associação tem feito pedidos à prefeitura e a outros órgãos públicos? [.....]
 1-Sim, muitos
 2-Sim, alguns
 3-Não

60. Comparando hoje com o início do Assentamento, em relação aos pedidos feitos à prefeitura pela associação são: [.....]
- 3-Mais pedidos são atendidos hoje do que na época do início da Associação
 - 2-Mesma quantidade de pedidos é atendida hoje quanto na época do início da Associação
 - 1-Menos pedidos são atendidos hoje do que na época do início da Associação
61. A Associação daqui já se uniu a outras associações comunitárias para apoiar algum candidato a prefeito ou vereador na última eleição? [.....]
- 1-Sim
 - 2-Não
62. A Associação costuma apoiar um candidatos em toda eleição? [.....]
- 1-Sim
 - 2-Não

B – CROQUI DAS ÁREAS DO PROJETO

➤ Desenhe nesta página um croqui detalhado da área do Projeto. Procure dividi-la segundo os diferentes usos produtivos (áreas de lavoura temporária, permanente, pecuária, silvicultura, reservas etc.), produção de quintal (área em torno da casa, em geral destinada ao cultivo para consumo próprio, criação de pequenos animais etc.) e áreas agriculturáveis que ainda não estão sendo exploradas. Destaque também as áreas de cultivo consorciado ou especializado, áreas exploradas individualmente ou em sociedade. Assinale a presença de água e de áreas que sejam exploradas com algum tipo de irrigação. Procure quantificar em hectare as principais áreas. **Este croqui é um elemento importantíssimo para a compreensão do sistema de produção e para a análise da sustentabilidade dos projetos.**

C – ATIVIDADES PRODUTIVAS

Distribuição das áreas do assentamento segundo o uso do solo

Tipo de Utilização	63. Área (em ha) Em 2006	64. Área (em ha) Ano de Início
A) Culturas Perene	[.....]	[.....]
B) Culturas Temporárias	[.....]	[.....]
C) Pastagens	[.....]	[.....]
D) Área de uso social (com corredores)	[.....]	[.....]
E) Área de reserva legal	[.....]	[.....]
F) Área Total	[.....]	[.....]

Caracterização dos lotes familiares

	65. Em 2006	66. Ano de Início
A) Número de lotes	[.....]	[.....]
B) Área média dos lotes (ha)	[.....]	[.....]

Atividades da Associação: informação e processo decisório

67. A associação tem tido acesso a informações sobre projetos de seu interesse (sobre programas/projetos do governo federal, do governo estadual e da prefeitura, sobre novos produtos para o mercado, sobre novas tecnologias, sobre máquinas e equipamentos)? [.....]
- 1-Sim, sempre [informação constante]
 2-Às vezes [informação esparsa]
 3-Quase não tem [informação escassa]
 4-Nunca teve [ausência de qualquer informação]
68. A situação de acesso à informação hoje é... [.....]
- 1-Melhor que no início da Associação
 2-Mesma que no início da Associação
 3-Pior que no início da Associação
69. Dê exemplos de projetos de interesse da comunidade que a Associação ou algum associado foi atrás e tentou implantar (nos últimos 3 anos):
- [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

70. Por que projetos (que não foram bem aceitos pela comunidade) foram implementados?

[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Utilização da área comunitária/associativa/coletiva

71. A associação tem um projeto de exploração econômica comunitária/ associativo? [.....]
1-Sim
2-Não (siga para 74)

72. Como está organizada esta atividade? (resposta múltipla) 1-Sim 2-Não

A) Pastagem Comunitária..... [.....]
B) Projeto Agrícola Comum dirigido pela associação..... [.....]
C) Projeto Agrícola Comum com exploração individual pelos sócios..... [.....]
D) Preparo de terra pela associação para a exploração individual dos beneficiários..... [.....]
E) Indústria rural em geral [.....]
F) Outros (anote abaixo)..... [.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

73. Explique o funcionamento dessa exploração (escreva no espaço abaixo)

[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Liste as principais atividades conduzidas pela associação e forma de exploração/organização

74. Nº item	75. Código do item (chave 1)	76. Descrição da atividade/produto	77. Descrição da forma de exploração (coletiva, individualizada por lotes, em grupo)	78. Área explorada entre Agosto/2005 e Julho/2006 (ha)	79. Quantidade produzida	80. Unidade da quantidade [Chave 2]	81. Quantidade vendida	82. Valor da venda (R\$)	83. Parcela total distribuída ao conjunto dos beneficiários (R\$)
1	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	[.....]	[.....] [.....]	[.....] [.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

84. Há o aproveitamento produtivo da área de reserva legal? Para quais usos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

- A) Pastagens para ovinos/caprinos [.....]
 - B) Extração de madeira [.....]
 - C) Cera [.....]
 - D) Outros (anote abaixo) [.....]
- [.....]
[.....]
[.....]

85. Como são tomadas as decisões de trabalho coletivo? Assinale a(s) maneira(s) mais importante(s) com 1-Sim e as demais com 2-Não.

- A) Em reuniões/assembléias [.....]
 - B) Em grupos de ASSOCIADOS (grupos de trabalho) [.....]
 - C) Não realiza trabalhos coletivos por isso não toma decisões desse tipo [.....]
 - D) Outra (anote abaixo) [.....]
- [.....]
[.....]
[.....]

86. Qual a importância de cada um dos membros da associação na definição das atividades produtivas da associação? (resposta múltipla)

3-Muito importante
2-Pouco importante
1-Não tem importância

- A) O presidente [.....]
 - B) A diretoria como um todo [.....]
 - C) A maioria dos ASSOCIADOS [.....]
 - D) Alguns ASSOCIADOS [.....]
 - E) Técnicos que prestam assistência técnica [.....]
 - F) Outros (anote abaixo) [.....]
- [.....]
[.....]
[.....]

87. Explique como a produção/receita apurada pelos projetos associativos é distribuída entre os participantes? (escreva no espaço abaixo)

[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

88. Nos últimos 3 anos, houve projetos que não foram bem aceitos pela comunidade e mesmo assim foram implementados? [.....]
 1-Sim
 2-Não

89. Explique a razão e aponte os pontos críticos dos projetos:
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

90. Cite os principais projetos que a Associação planeja implementar nos próximos 3 anos:
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

Utilização dos recursos produtivos da associação

91. A associação cedeu terras ou pastos em arrendamento nos últimos três anos? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 94)

92. Qual foi a área arrendada nos últimos três anos? (ha) [.....]

93. Qual foi o valor arrecadado com o arrendamento? (R\$) [.....]

94. A associação tem trator(es) próprio(s)? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 96)

95. Como ele é(são) utilizado(s)? (Refere-se à utilização dos tratores nos projetos da associação e de seu aluguel para beneficiários e para clientes fora do projeto)
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

96. O projeto teve áreas irrigadas sob exploração no período de Agosto/2005 a Julho/2006? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 98)

97. Qual é a área total irrigada? (ha) [.....]

Indicadores tecnológicos da produção

➤ Indique o tipo predominante de práticas agrícolas para os três principais produtos cultivados da área agrícola comum no projeto. Se não há exploração agrícola em área comum no assentamento siga para 106.

98. Principal força de trabalho utilizada no preparo da terra: [.....]
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/mecânica
99. Principal força de trabalho utilizada no plantio: [.....]
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/mecânica
100. Principal procedência das sementes e mudas: [.....]
 1-Própria ou de vizinhos
 2-Adquirida, comum
 3-Adquirida, certificada
101. Principal tipo de defensivo agrícola utilizado: [.....]
 1-Apenas naturais
 2-Agroquímicos
 3-Nenhum
102. Principal tipo de adubação empregada: [.....]
 1-Química
 2-Orgânica
 3-Nenhuma
103. Principal maneira de se fazer capinas: [.....]
 1-Manual/enxada
 2-Tração animal
 3-Trator/ mecânica
 4-Uso de herbicidas
104. Principal força de trabalho utilizada na colheita: [.....]
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/colhedeira
105. Tipo de cultivo predominante: [.....]
 1-Simples
 2-Associado (combinado)
 3-Intercalado (consorciado)
 4-Misto

Comercialização da produção

106. Qual foi a principal forma de comercialização da produção (individual e coletiva) do projeto entre Agosto/2005 e Julho/2006? [.....]
 1-Feira /consumidor
 2-Comerciante/intermediário
 3-Governo
 4-Associação/cooperativa/agroindústria/frigorífico

107. Como é comercializada a maior parte da produção (individual e coletiva) gerada no projeto? [.....]
- 1-De forma associada
 - 2-Diretamente pelo beneficiário
 - 3-De ambas as formas
108. Quais as principais dificuldades de comercialização dos produtos? Assinale as principais dificuldades em ordem de importância utilizando os códigos a seguir:
(resposta múltipla)
- 3-Muito importante
 - 2-Pouco importante
 - 1-Sem importância
- A) Distância de mercados consumidores [.....]
- B) Falta de informação (sobre os mercados, preços) [.....]
- C) Vias de acesso e condições de transporte/e infra-estrutura deficientes [.....]
- D) A atuação de intermediários [.....]
- E) Poucos compradores controlando os mercados [.....]
- F) Outros (anote abaixo)..... [.....]
- [.....]
- [.....]
- [.....]

D – CARACTERIZAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA

109. Há rede de energia elétrica no assentamento? (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) No primeiro ano..... [.....]
- B) Atualmente..... [.....]
110. As casas têm energia elétrica? (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) No primeiro ano..... [.....]
- B) Atualmente..... [.....]
111. Havia rede para abastecimento de d'água nas residências ... (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) ... no primeiro ano [.....]
- B) ... atualmente [.....]
112. Fontes de armazenamento d'água em funcionamento no projeto/assentamento:
- A) Número de açudes..... [.....]
 - B) Número de poços profundos [.....]
 - C) Número de poços artesianos [.....]
 - D) Número de cisternas (água da chuva) [.....]
 - E) Anote abaixo e quantifique outras instalações disponíveis:
- [.....]
- [.....]
- [.....]
113. Qual é a distância da estrada principal (pista) até a sede do Assentamento (Km)? [.....]

114. Qual é a acessibilidade (ou o estado para transitar) da estrada para o Assentamento? [.....]
1-Transitável o ano todo
2-Apenas uma parte do ano
3-De difícil acesso
115. Tem escola em funcionamento no projeto/assentamento? [.....]
1-Sim
2-Não
116. Há transporte escolar servindo o projeto/assentamento? [.....]
1-Sim
2-Não
117. Existe atendimento de saúde no projeto/assentamento? [.....]
1-Sim
2-Não
118. De quem a comunidade recebe orientação sobre saúde? (resposta múltipla)
1-Sim 2-Não
A) Médico no posto de saúde da comunidade..... [.....]
B) Médico na cidade..... [.....]
C) Agente de saúde..... [.....]
D) Outros (anote abaixo) [.....]
[.....]
[.....]
[.....]
119. Há serviço telefónico em funcionamento no projeto/assentamento? (resposta múltipla)
1-Sim 2-Não
A) Posto (local com atendente) [.....]
B) Orelhão (cabine na rua) [.....]

Instalações comunitárias, máquinas e equipamentos existentes atualmente no Projeto

120. N° item	121. Código do item (chave 7, grupo 1)	122. Descrição das instalações	123. Quantidade antes do Projeto	124. Quantidade depois do Projeto	125. Valor dos investimentos realizados (R\$)	126. Principal fonte de financiamento 1-SIC/SAT (o projeto Cédula da Terra) 2-Banco do Nordeste 3-Banco do Brasil 4-Programas municipais (PCPR) 7-Recursos próprios 6-outros
1	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

E – GESTÃO DO EMPRÉSTIMO PARA AQUISIÇÃO DO IMÓVEL

127. Qual foi o valor do empréstimo para compra da terra (R\$)? [.....]
128. Qual foi o valor da última prestação vencida (R\$)? [.....]
129. Quantas prestações já foram pagas? [.....]
130. Tem prestações vencidas, mas que ainda não foram pagas? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 133)
131. Quantas prestações estão vencidas e ainda não foram pagas? [.....]

132. Quais as principais razões para inadimplência? (Liste)

[.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]
 [.....]

133. Da perspectiva atual, o preço da terra adquirida: [.....]

- 1-Foi acima do que valia
- 2-Foi abaixo do que valia
- 3-Foi justo

134. A terra adquirida: [.....]

- 1-É de boa qualidade para agricultura
- 2-Boa apenas para criação de animais
- 3-Sofre limitações severas tanto para pecuária quanto para agricultura
- 4-Exige elevados investimentos para dar resultados adequados

135. Qual foi a principal fonte de rendimento utilizada no pagamento da dívida da terra do assentamento? [.....]

- 1-Somente as receitas geradas pelos projetos da associação
- 2-Resultado da produção dos lotes individuais (cada sócio pagou a sua parte)
- 3-Uma combinação de receitas da produção coletiva e da produção dos lotes individuais
- 4-Empréstimos (bancos principalmente)
- 5-Empréstimos (excluindo bancos)
- 6-Outras fontes (anote abaixo):

[.....]
 [.....]
 [.....]

F – ACESSO A CRÉDITO

Crédito rural e outros financiamentos

➤ Empréstimos tomados pela associação para as atividades produtivas e outros fins.

136. A associação solicitou crédito rural (custeio, investimento, comercialização) ou outros financiamentos para atividades (individual ou em sociedade) desenvolvidas desde o início do Projeto até Julho/2006? [.....]

- 1-Sim, conseguiu aprovação de pelo menos um
- 2-Sim, mas não conseguiu aprovação
- 3-Não (siga para 142)

➤ Discrimine os pedidos aprovados para financiar as atividades desenvolvidas entre Agosto/2005 e Julho/2006, buscando por informações mais precisas sobre a origem dos recursos (programas governamentais) e não apenas sobre a instituição operadora.

137. Nº linha	138. Fonte do empréstimo:	139. Finalidade do empréstimo	140. Montante total aprovado (R\$)
	1-PRONAF	1-Investimento	
	2-Cooperativa de qualquer tipo	2-Custeio	
	3-Intermediário, vendedor de insumos, agroindústria	3-Comercialização	
	4-Informal	4-Outra finalidade	
	5-PCPR	-2-Não sabe	
	6-Prefeitura		
	7-Outra		
	-2-Não sabe		
<u>1</u>	[.....]	[.....]	[.....]
<u>2</u>	[.....]	[.....]	[.....]
<u>3</u>	[.....]	[.....]	[.....]
<u>4</u>	[.....]	[.....]	[.....]

141. Aponte as principais razões para a recusa de créditos que foram solicitados através da associação: (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

A) O projeto foi considerado pouco rentável..... [.....]

B) Falta de recursos no banco..... [.....]

C) Falta de garantias [.....]

D) Dívidas pendentes [.....]

E) Outros (anote abaixo) [.....]

[.....]
 [.....]
 [.....]

142. A Associação recebeu doações desde o início do projeto/assentamento até Julho/2006? [.....]

1-Sim

2-Não (siga para 144)

143. Se Sim, para que finalidade? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

A) Investimento produtivo [.....]

B) Investimento em infra-estrutura social (posto de saúde, escola, posto telefônico) [.....]

C) Atendimento social e de emergência (remédios, material escolar, cesta básica, emergências nas situações de seca)..... [.....]

D) Assistência técnica [.....]

E) Outros (indique abaixo)..... [.....]

[.....]
 [.....]
 [.....]

144. Qual é sua avaliação sobre os serviços de assistência técnica recebidos entre agosto de 2005 a julho de 2006? [.....]
- 1-Boa (quando produziu resultados sobre a produção que são claramente manifestados pelo entrevistado)
- 2-Suficiente (atende a problemas rotineiros, sem que se note uma contribuição diferencial)
- 3-Deficiente (não apresenta resultados esperados pelo projeto)
- 4-Inexistente (siga para 146)
145. Quem dá assistência técnica no caso de problemas ocasionais? (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) Escritório de projetos [.....]
- B) ONG [.....]
- C) Órgão público estadual [.....]
- D) Órgão público municipal [.....]
- E) A própria associação [.....]
- F) Outros (anote abaixo) [.....]
- [.....]
- [.....]
- [.....]

G – FONTES DOS RECURSOS MONETÁRIOS

146. Entradas de recursos monetários para a Associação entre agosto de 2005 e julho de 2006:
- A) Mensalidades e contribuições dos associados (R\$) [.....]
- B) Venda de produção agropecuária (R\$) [.....]
- C) Venda de outros produtos (R\$) [.....]
- D) Doações (R\$) [.....]
- E) Arrendamentos (R\$) [.....]
- F) Aluguéis (trator, imóveis etc.) (R\$) [.....]
- G) Crédito de qualquer natureza obtido (R\$) [.....]
- H) Outras entradas (indique abaixo) (R\$) [.....]
- [.....]
- [.....]
- [.....]
- I) Total (R\$) [.....]
147. Total de receitas que foram distribuídas entre os sócios: (R\$) [.....]

H – AVALIAÇÃO DO PROJETO/ASSENTAMENTO

148. Em geral, como o(a) Sr.(a) avalia as ações da associação no período de Agosto/2005 a Julho/2006? [.....]
- 1-Não trouxe benefícios aos assentados
- 2-Trouxe poucos benefícios aos assentados
- 3-Trouxe muitos benefícios aos assentados

149. A capacidade da associação para resolver os problemas da comunidade nos últimos cinco anos... [.....]
 3-Aumentou
 2-Permanece a mesma (siga para 151)
 1-Diminuiu

150. Por que?
 [.....]
 [.....]
 [.....]

151. Quais são os principais fatores que atrapalharam o crescimento das atividades produtivas no assentamento, de atividades dos lotes às atividades coletivas: (resposta múltipla)
 3-Muito importante
 2-Pouco importante
 1-Sem importância
- A) A qualidade do solo da fazenda adquirida [.....]
 B) As limitações de clima e disponibilidade de água para irrigação [.....]
 C) A falta de assistência técnica [.....]
 D) A falta de canais de comercialização adequados [.....]
 E) A dificuldade de acesso à crédito para produção [.....]
 F) Infra-estrutura inadequada [.....]
 G) O conhecimento insuficiente dos beneficiários para conduzir atividades agropecuárias [.....]
 H) A localização da propriedade adquirida [.....]
 I) A falta de estabilidade do assentamento, com muitas mudanças de ASSOCIADOS [.....]
 J) Indique outros abaixo:
 [.....]
 [.....]
 [.....]

152. Os resultados obtidos com o assentamento: [.....]
 1-Estão abaixo do esperado
 2-Dentro do esperado
 3-Superou as expectativas



ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS DO PROGRAMA CÉDULA DA TERRA

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

BENEFICIÁRIOS

SETEMBRO/2006

Identificação do questionário

1. Número do questionário:
(preenchido pelo digitador) [.....]
2. Número da pesquisa de campo: [....3....]
3. Grupo amostral:
1-Beneficiário do Cédula da Terra [....1....]
4. Nome da Associação, Imóvel:
A) Imóvel: [.....]
[.....]
B) Associação: [.....]
[.....] (Chave 7) Cód: [.....]
5. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]
6. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

Identificação do entrevistado e substituição

➤ O entrevistado deve ser o próprio beneficiário do Programa Cédula da Terra. Em nenhuma hipótese o titular do Cédula poderá ser substituído por outro membro da família. Considera-se como beneficiário o responsável perante o Cédula da Terra.

➤ Critérios para substituição de domicílios sorteados:

(a) Caso não tenha alguém habilitado a responder o questionário nos dias da visita, substituir pelo próximo da lista de substitutos.

(b) Caso o domicílio sorteado não mais faça parte da associação/assentamento, substituir pelo domicílio que o sucedeu no mesmo lote. Se não houver um sucessor e o lote encontra-se abandonado, substituir pelo próximo nome da lista de substitutos.

7. O entrevistado é substituto? [.....]
 - 1-Sim, no domicílio sorteado não havia alguém habilitado a responder o questionário. O entrevistado pertence à lista de substitutos.
 - 2-Sim, o domicílio sorteado deixou de fazer parte da associação/assentamento. O entrevistado é um sucessor no mesmo lote.
 - 3-Sim, o domicílio sorteado deixou de fazer parte da associação/assentamento e ninguém o substituiu no mesmo lote. O entrevistado pertence à lista de substitutos
 - 4-Não
8. Nome do entrevistado: [.....]
[.....]

9. Como o(a) Sr.(a) é conhecido(a) na comunidade? [.....]
[.....]

Controle do entrevistador

10. Entrevistador: Cód: [.....]
11. Data e horário da entrevista:
A) Data (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]
B) Horário de início (hh:mm): [.....]
C) Horário de término (hh:mm): [.....]

Controle do coordenador de campo

12. Coordenador de campo: Cód: [.....]
13. Data da supervisão (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]
14. Situação do questionário: [.....]
 - 1-Aprovado
 - 2-Recusado
15. Justificativa do supervisor quando o questionário for aprovado com inconsistências ou recusado:
[.....]
[.....]
[.....]

Controle do digitador

16. Digitador: Cód: [.....]
17. Data da digitação (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]

Identificador no banco de dados de 2000

[quest2000]. Número do questionário em 2000: [.....]

A – CARACTERIZAÇÃO DOS MEMBROS DA FAMÍLIA E DEMAIS MORADORES

➤ Deverão ser incluídos no quadro todos os membros da família do entrevistado que VIVEM NO DOMICÍLIO, casados ou não. Também serão registrados os demais moradores do domicílio em caráter permanente. O domicílio refere-se ao **local** onde o entrevistado vive com sua família. Inicie o preenchimento do quadro pelo beneficiário, seguido do cônjuge e demais membros da família. Continue com os demais moradores. Idade inferior a 1 ano deve ser registrada com ZERO. Para o curso supletivo considere a série equivalente do curso regular.

18. Nº	19. Nome pessoa	ESTRUTURA FAMILIAR			COR		EDUCAÇÃO							OCUPAÇÃO				
		20. Relação de parentesco com o entrevistado:	21. Idade (anos)	22. Gênero:	23. Declaração de cor:	24. Sabe ler/ escrever?	25. Anos de estudo (completos):	26. Está frequentando escola?	27. Teve alguma ocupação fora do Projeto entre Agosto/2005 e Julho/2006?	28. Qual foi a principal ocupação fora do Projeto? (Chave 4)	29. Há quantos anos trabalha nessa ocupação?	30. Nesse trabalho era:	31. Local da ocupação fora do Projeto:					
1	Entrevistado	1-Entrevistado		1-Masculino	1-Preta	1-Sim	0-Sem instrução	1-Sim	1-Sim	1-Indústria, construção civil	1-Emplegado permanente	1-Rural						
2		2-Cônjuge		2-Feminino	2-Branca	2-Não	1-1ª série fundamental	2-Não	2-Não (siga para próxima linha)	2-Comércio e serviços em geral	2-Emplegado temporário	2-Urbano						
3		3-Filho/enteadado			3-Parda		2-2ª série fundamental			3-Técnica, científica, artística, ensino								
4		4-Pai/mãe/sogro/sogra			4-Indígena		3-3ª série fundamental			4-Administração								
5		5-Irmãos			5-Amarela		4-4ª série fundamental			5-Demais ocupações agropecuárias (tratorista, vacinador etc.)								
6		6-Outro parente			6-Não especificada		5-5ª série fundamental			6-Indústria, construção civil								
7		7-Agregado					6-6ª série fundamental			7-Comércio e serviços em geral								
8		8-Pensionista					7-7ª série fundamental			8-Técnica, científica, artística, ensino								
9		9-Emplegado					8-8ª série fundamental			9-Administrativa								
10							9-9ª série médio			10-Serviço social								
11							10-10ª série médio			11-Outra ocupação								
12							11-11ª série superior incompleto											
13							12-Superior completo											
14							16-Superior completo											
15							17-Alfabetização de adultos											
16																		

B – CROQUI DA ÁREA DO BENEFICIÁRIO

> Desenhe nesta página o croqui do assentamento, localizando de forma detalhada as áreas que o entrevistado tem no Projeto. Procure dividi-la segundo os diferentes usos produtivos (áreas de lavoura temporária, permanente, pecuária, silvicultura, reservas etc.), produção de quimil (área em torno da casa, em geral destinada ao cultivo para consumo próprio, criação de pequenos animais etc.) e áreas agriculturáveis que ainda não estão sendo exploradas. Destaque também as áreas de cultivo consorciado ou especializado, áreas exploradas individualmente ou em sociedade. Assinale a presença de água e de áreas que sejam exploradas com algum tipo de irrigação. Procure quantificar em hectare as principais áreas. **Este croqui é um elemento importantíssimo para a compreensão do sistema de produção e para a análise da sustentabilidade dos Projetos.**

C – ACESSO À TERRA

➤ Neste conjunto de perguntas são caracterizadas as formas pelas quais o entrevistado consegue acesso à terra. São coletadas informações sobre o uso individual e em sociedade.

Situação da área do entrevistado

➤ Considera-se como área do entrevistado, as terras de gestão do entrevistado, contíguas ou não, desde que estejam **dentro do Projeto**, independente do seu uso e forma de exploração (individual ou em sociedade). **Não inclua as áreas de uso estritamente comunitário, que estão inteiramente sob o controle da associação.**

32. Quando começou a tomar conta da sua área?
(aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos: [.....]
32. O entrevistado estava no assentamento em Julho/2000? [.....]
1-Sim
2-Não (siga para 37)

Uso do solo individual e em sociedade entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ O quadro abaixo refere-se às **áreas sob gestão individual** do entrevistado incluindo as áreas tomadas em arrendamento (não incluir área cedida em arrendamento, incluir área do seu lote em parceria).

➤ O quadro refere-se também às **terras exploradas em sociedade** (em grupo) **dentro do Projeto** pelo entrevistado, o que inclui terras fora de seu lote em parceria. **NÃO INCLUI PROJETOS PRODUTIVOS DA ASSOCIAÇÃO.**

33. Em Julho/2006, qual era sua parte na área total do Projeto? Refere-se à área potencialmente disponível para exploração do beneficiário, sua família, individualmente ou em parceira/sociedade.
Área: (ha) [.....]

Uso do solo	34. Área individual (lote/quintal) (ha)	35. Quota-parte da área em parceria/sociedade (ha)
A) Culturas permanentes (inclusive florestas plantadas)	[.....]	[.....]
B) Culturas temporárias e quintal	[.....]	[.....]
C) Pastagem (fundo de pasto)	[.....]	[.....]
D) Matas, florestas naturais e áreas de proteção	[.....]	[.....]
E) Terras produtivas em descanso ou não utilizadas	[.....]	[.....]
F) Área total	[.....]	[.....]

36. Compare Julho/2006 com Julho/2000. Qual foi o aumento da sua área de terra dentro do Projeto?
Área: (ha) (use valores positivos, negativos, ou zero) [.....]
(siga para 57)

Situação da área do SUCESSOR (do entrevistado original)

37. Quem convidou para entrar no projeto? (resposta múltipla)
1-Sim 2-Não
- [.....] A) O beneficiário que desistiu do lote
[.....] B) A diretoria da associação
[.....] C) Um técnico do governo (EMATER, conselho municipal, técnico de projetos sociais, técnico do Incra)
[.....] D) Um membro da comunidade, externo ao projeto
[.....] E) Outros: [.....]

38. Indique os motivos para a saída da família assentada anterior? (resposta múltipla) 1-Sim 2-Não
- [.....] A) Não pagava as prestações do lote
[.....] B) Não gostava de trabalhar com a terra
[.....] C) Não tinha recursos para produzir e se manter na terra
[.....] D) Saúde de um dos membros da família
[.....] E) Teve oportunidade de melhor emprego fora do assentamento
[.....] F) Brigas e conflitos com outros membros da comunidade
[.....] G) Outros: [.....]

39. Quanto o(a) Sr.(a) pagou para assumir a área?
- A) Total pago em dinheiro: (R\$) [.....]
B) Valor equivalente a outras formas de pagamento: (R\$) [.....]

40. Qual era sua área total de terra **antes de entrar no Projeto**? (inclui áreas de moradia e quintal, produção individual). Neste caso, inclui-se terras fora do assentamento.
Área: (ha) [.....]

Uso do solo individual e em sociedade pelo SUCESSOR entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ O quadro abaixo refere-se às **áreas sob gestão individual** do entrevistado incluindo as áreas tomadas em arrendamento (não incluir área cedida em arrendamento, incluir área do seu lote em parceria).

➤ O quadro refere-se também às **terras exploradas em sociedade** (em grupo) **dentro do Projeto** pelo entrevistado, o que inclui terras fora de seu lote em parceria. **NÃO INCLUI PROJETOS PRODUTIVOS DA ASSOCIAÇÃO.**

41. Em Julho/2006, qual era sua parte na área total do Projeto? Refere-se à área potencialmente disponível para exploração do beneficiário, sua família, individualmente ou em parceira/sociedade.
Área: (ha) [.....]

Uso do solo	42. Área individual (lote/quintal) (ha)	43. Quota-parte da área em parceria/sociedade (ha)
A) Culturas permanentes (inclusive florestas plantadas)	[.....]	[.....]
B) Culturas temporárias e quintal	[.....]	[.....]
C) Pastagem	[.....]	[.....]
D) Matas, florestas naturais e áreas de proteção	[.....]	[.....]
E) Terras produtivas em descanso ou não utilizadas	[.....]	[.....]
F) Área total	[.....]	[.....]

44. Compare Julho/2006 com a situação **antes de entrar no Projeto**. Qual foi o aumento da sua área (considerar área dentro e fora do Projeto)?
Área: (ha) (use valores positivos, negativos, ou zero) [.....]

Terras do beneficiário no Projeto cedidas em arrendamento e qualquer terra tomada em arrendamento entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Quando o pagamento ou recebimento não for feito em dinheiro (total ou parcialmente), registre o valor equivalente em reais referente às outras formas de pagamento. **Preencha com ZERO quando não houver arrendamento.**

57. Indique a área tomada em arrendamento e o valor pago: (inclui as terras fora do Projeto)

- A) Área: (ha)
- B) Total pago em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de pagamento: (R\$)

58. Indique a área cedida em arrendamento e o valor recebido: (refere-se somente às terras dentro do Projeto)

- A) Área: (ha)
- B) Total recebido em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de recebimento: (R\$)

D – REBANHO E PRODUÇÃO ANIMAL

➤ Este conjunto de perguntas refere-se aos animais do entrevistado e animais criados em parceria/ sociedade com outros membros da associação. **NÃO DEVE INCLUIR A CRIAÇÃO QUE PERTENCE À ASSOCIAÇÃO**, em que o beneficiário pode ou não tomar parte. Todas as informações dirigidas ao beneficiário como fonte, incluem também os membros de sua família residentes no mesmo domicílio.

Efetivos e produção animal do entrevistado (individual) entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ O quadro abaixo refere-se aos **efetivos totais** do entrevistado e família, **independente do local** onde estejam seus animais. Preencha primeiro os tipos de rebanho e depois continue com a caracterização da produção.

REBANHO			EFETIVO			ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006			
59. Nº linha	60. Código do rebanho (Chave 1)	61. Tipo de rebanho (descreva)	62. Nº de animais em 31/Julho/2006	63. Valor total do rebanho/ animais em 31/Julho/2006	64. Nº de animais que tinha <u>no momento anterior à entrada</u> no assentamento	CONSUMO		VENDAS	
						65. Nº de animais abatidos para consumo	66. Nº de animais vendidos (se for zero siga para próxima linha)	67. Valor total das vendas (R\$)	
1	101	BOVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
2	102	SUÍNOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3	103	CAPRINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4	104	OVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5	105	AVES	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6	106	CAVALO/JUMENTO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
8	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Efetivos e produção animal em sociedade entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ O quadro abaixo refere-se ao efetivo e produção animal em parceria e ou sociedade. Preencha primeiro os tipos de rebanho e depois continue com a caracterização da produção.

REBANHO			EFETIVO			ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006		
68. Nº linha	69. Código do rebanho (Chave 1)	70. Tipo de rebanho (descreva)	71. Nº de animais em 31/Julho/2006	72. Valor total do rebanho/ animais em 31/Julho/2006	73. Nº de sócios	74. Nº de animais que tinha <u>no momento anterior à entrada</u> no assentamento	75. Valor recebido pelo entrevistado das vendas da produção em sociedade (R\$)	76. Nº de animais abatidos para consumo do entrevistado
2	102	SUÍNOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3	103	CAPRINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4	104	OVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5	105	AVES	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6	106	CAVALO/JUMENTO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
8	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

E – PRODUÇÃO VEGETAL E EXTRATIVISMO

➤ Este conjunto de perguntas refere-se à área sob gestão do entrevistado, incluindo a produção do quintal, em parceira/ sociedade/ com outros beneficiários dentro do Projeto. Muita atenção para o fato de que **UMA MESMA CULTURA CULTIVADA EM DIFERENTES PARCELAS** (solteira, consorciada, intercalada etc.) **DEVE SER LISTADA SEPARADAMENTE**, aproveitando as informações do croqui anteriormente elaborado.

Produtos agrícolas obtidos pelo entrevistado (individual) entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Preencha primeiro a lista de produtos das lavouras temporárias, permanentes, extrativismo, silvicultura e horticultura. Depois continue com as demais colunas.

PRODUTO		PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	VENDAS			
77. Nº linha	78. Código do produto (Chave 1)	79. Nome do produto	80. Área colhida entre Agosto/2005 e Julho/2006 (ha)	81. Quantidade colhida (se for zero siga para próxima linha)	82. Unidade da quantidade (Chave 2)	83. Quantidade consumida e armazenada	84. Preço unitário (R\$)	85. Quantidade vendida (se for zero siga para próxima linha)	86. Valor total das vendas (R\$)
1	602	ACEROLA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	610	BANANA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	618	CAJU CASTANHA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	651	MARACUJÁ	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	407	BABAÇU (CÓCO)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	408	BABAÇU (AMÊNDOA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	605	ALGODÃO EM CAROÇO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	708	ARROZ EM CASCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	710	BATATA DOCE	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	722	FAVA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	723	FEIJÃO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	300	HORTALIÇAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	600	FRUTEIRAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	750	MORANGA (ABÓBORA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	744	MACAXEIRA (AIPIM)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	743	MANDIOCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	345	MELANCIA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	749	MILHO EM ESPIGA (VERDE)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	748	MILHO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

Produtos agrícolas obtidos em sociedade entre Agosto/2005 e Julho/2006

> Preencha primeiro a lista de produtos das lavouras temporárias, permanentes, extrativismo, silvicultura e horticultura. Depois continue com as demais colunas.

		PRODUTO		PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	REPASSES	
87. Nº linha	88. Código do produto (Chave 1)	89. Nome do produto	90. Área colhida entre Agosto/2005 e Julho/2006 (ha)	91. Quantidade colhida (se for zero siga para próxima linha)	92. Unidade da quantidade (Chave 2)	93. Nº de sócios	94. Preço unitário (R\$)	95. Valor recebido pelo entrevistado das vendas da produção em sociedade (R\$)	96. Quantidade consumida e armazenada pelo entrevistado
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									
14									
15									
16									
17									
18									
19									
20									

Anotações

F – DERIVADOS DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Derivados da produção animal (inclusive leite) e produtos agrícolas beneficiados obtidos pelo entrevistado (INDIVIDUAL) entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Este conjunto de perguntas refere-se à produção do entrevistado. Preencha primeiro a lista de produtos e depois continue com as demais colunas.

PRODUTO			PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	VENDAS	
97. Nº linha	98. Código do produto (Chave 1)	99. Nome do produto	100. Quantidade	101. Unidade da quantidade (Chave 2)	102. Quantidade consumida e armazenada	103. Preço unitário (R\$)	104. Quantidade vendida (se for zero siga para a próxima linha)	105. Valor das vendas (R\$)
1	111	Leite bovino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	113	Leite caprino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	212	Carne seca, carne de sol	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	216	Ovos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	205	Queijo ou requeijão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	802	Arroz beneficiado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	826	Farinha de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	834	Fubá de milho	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	827	Goma (polvilho) de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	439	Estacas de madeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	446	Lenha	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	509	Moirões	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	502	Carvão vegetal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Derivados da produção animal (inclusive leite) e produtos agrícolas beneficiados obtidos EM SOCIEDADE entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Derivados da produção animal (inclusive leite) e produtos agrícolas beneficiados entre Agosto/2005 e Julho/2006 em sociedade/grupo informal dentro do Projeto dos quais o entrevistado participou. Preencha primeiro a lista de produtos e depois continue com as demais colunas.

PRODUTO			PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	REPASSES	
106. Nº linha	107. Código do produto (Chave 1)	108. Nome do produto	109. Quantidade	110. Unidade da quantidade (Chave 2)	111. Preço unitário (R\$)	112. Valor recebido pelo entrevistado das vendas da produção em sociedade (R\$)	113. Quantidade consumida e armazenada pelo entrevistado	
1	111	Leite bovino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	113	Leite caprino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	212	Carne seca, carne de sol	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	216	Ovos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	205	Queijo ou requeijão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	802	Arroz beneficiado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	826	Farinha de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	834	Fubá de milho	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	827	Goma (polvilho) de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	439	Estacas de madeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	446	Lenha	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	509	Moirões	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	502	Carvão vegetal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

G – PRÁTICAS NA PRODUÇÃO VEGETAL

- Para o preenchimento das perguntas abaixo considere, além da produção agropecuária do entrevistado, a produção em sociedade dentro do Projeto.
➤ As perguntas a seguir referem-se às principais práticas agrícolas, individual ou em sociedade, no período de Agosto/2005 a Julho/2006.

- | | |
|---|---|
| <p>114. Principal força de trabalho utilizada no preparo da terra: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/mecânica</p> | <p>118. Principal tipo de adubação empregada: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Química
2-Orgânica
3-Nenhuma</p> |
| <p>115. Principal força de trabalho utilizada no plantio: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/mecânica</p> | <p>119. Principal maneira de se fazer capinas: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Manual/enxada
2-Tração animal
3-Trator/ mecânica
4-Use de herbicidas</p> |
| <p>116. Principal procedência das sementes e mudas: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Própria ou de vizinhos
2-Adquirida, comum
3-Adquirida, certificada</p> | <p>120. Principal força de trabalho utilizada na colheita: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/colhedeira</p> |
| <p>117. Principal tipo de defensivo agrícola utilizado: <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica
1-Apenas naturais
2-Agroquímicos
3-Nenhum</p> | <p>121. Área irrigada em sua área (ha): <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica</p> <p>122. Área irrigada nos cultivos em sociedade (ha): <input type="text"/></p> <p>-1-Não se aplica</p> |

H – DESPESAS GERAIS E INVESTIMENTOS

Despesas com mão-de-obra, materiais e serviços de máquinas utilizados na produção individual e em parceria/sociedade

- As perguntas deste bloco tem o objetivo de registrar informações sobre as despesas realizadas com a utilização de insumos e serviços na produção individual e em parceria/sociedade entre **AGOSTO/2005 e JULHO/2006**.
➤ Utilize o quadro de rascunho para estimar os itens com asterisco (*). Inicie o preenchimento do quadro com as principais despesas realizadas. Depois colete os dados sobre os dias trabalhados e os valores desembolsados.

DESPESAS	PARA PRODUÇÃO INDIVIDUAL		PARA PRODUÇÃO EM SOCIEDADE	
	123. Valor pago em dinheiro (R\$)	124. Número de dias trabalhados que não foram pagos em dinheiro	125. Valor pago em dinheiro (R\$)	126. Número de dias NÃO pagos em dinheiro
A) Trabalho dos moradores e familiares não residentes (*)	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
B) Empregados permanentes	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
C) Diaristas (*)	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
D) Serviços (*)	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
E) Insumos (*)	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
F) Investimentos (*)	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
G) Taxas e impostos em geral	<input type="text"/>		<input type="text"/>	
H) Outras despesas	<input type="text"/>		<input type="text"/>	

Anotações

Despesas do beneficiário que contribuíram para a produção coletiva da associação

- As perguntas deste bloco tem o objetivo de registrar informações sobre as despesas realizadas com a utilização de insumos e serviços que contribuíram para a **PRODUÇÃO COLETIVA CONDUZIDA PELA ASSOCIAÇÃO** entre **AGOSTO/2005 e JULHO/2006**.
- Utilize o quadro de rascunho para estimar os itens com asterisco (*). Inicie o preenchimento do quadro com as principais despesas realizadas. Depois colete os dados sobre os dias trabalhados e os valores desembolsados.

DESPESAS	PRODUÇÃO COLETIVA DA ASSOCIAÇÃO	
	127. Valor pago em dinheiro (R\$)	128. Número de dias trabalhados que não foram pagos em dinheiro
A) Trabalho dos moradores e familiares não residentes (*) (normalmente refere-se uma compensação pelos dias não trabalhados para a associação)	[.....]	[.....]
B) Insumos (*) (inclui defensivos, sementes, combustíveis, energia elétrica, ou seja, gastos na produção)	[.....]	
C) Investimentos (*) (chamadas para contribuir para investimentos de projetos da associação)	[.....]	
D) Valor da produção retido pela associação	[.....]	
E) Taxas para associação	[.....]	
F) Outras despesas	[.....]	

Anotações

Quadro rascunho a ser utilizado pelo entrevistador para calcular as despesas, entre Agosto/2005 e Julho/2006

Lista de insumos			Lista de investimentos				Lista de serviços			Diaristas		Trabalho moradores e familiares não residentes	
Insumos	Valor (R\$)		Investimentos	Valor (R\$)		Serviços	Valor (R\$)		Dias trabalhados em cada mês		Dias trabalhados em cada mês		
	Individual	Sociedade		Individual	Sociedade		Individual	Sociedade	Individual	Sociedade	Individual	Sociedade	
Rações			Abertura de novas áreas para agricultura			Energia elétrica			1	1	1	1	
Silagem, palma, grãos, farelos			Plantio e reforma de lavouras permanentes, reflorestamento etc.			Aluguel de animais de trabalho			2	2	2	2	
Sal comum, sal mineral, uréia			Plantio e reforma de pastos e forrageiras			Aluguel de máquinas e equipamentos			3	3	3	3	
Vacinas e medicamentos			Construção e reforma de cercas			Assistência técnica			4	4	4	4	
Sementes e mudas			Construção e reforma de edificações (currais, galpões, casas etc.)			Armazenamento			5	5	5	5	
Adubos e corretivos			Construção e reforma de estruturas de armazenamento d'água (caixa d'água, cisterna, poço, açude, barragem)			Processamento			6	6	6	6	
Pesticidas			Construção e reforma de infra-estrutura (rede elétrica, rede água, carreadores)			Transporte da produção			7	7	7	7	
Embalagens sacaria			Aquisição de animais						8	8	8	8	
Combustível lubrificantes			Aquisição de veículos, máquinas e implementos agropecuários						9	9	9	9	
Água para irrigação			Aquisição de equipamentos de irrigação						10	10	10	10	
Outros			Aquisição de equipamentos de irrigação						11	11	11	11	
			Aquisição de novas terras						12	12	12	12	
			Outros investimentos										
Total:			Total:			Total:							

I – PATRIMÔNIO DA FAMÍLIA E DEMAIS RENDIMENTOS

Bens domésticos duráveis

- Inicie com o preenchimento da lista de bens domésticos (exemplo, eletrodomésticos; móveis, bicicletas, motos, veículos de passeio etc.), identificando quais os bens que possui em junho de 2006 e aqueles que possuía quando entrou para o Projeto. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO TER SIDO O MESMO NOS DOIS PERÍODOS.** Portanto a pergunta 135 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 134.
- Os itens marcados com asterisco (*) serão utilizados para cálculo do indicador da ABPEME.
- Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

123. N.º	130. Código	131. Descrição do item	132. Quantidade que possui em 31/Julho/2006	133. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr (a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	134. Quantidade que acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontra(m) antes de entrar para o assentamento?	135. Por quanto o(a) Sr (a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontra(m) antes de entrar para o assentamento?
1	061	Antena parabólica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	062	Aparelho de som, toca fita, rádio gravador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	025	Automóvel*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	065	Bicicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	045	Motorcicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	073	Fogão a gás	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	076	Geladeira*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	075	Freezer*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	079	Máquina costura	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	082	Rádio, radiolol*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	084	Sofá/poltrona	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	087	TV em cores*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	088	TV P&B	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	089	Ventilador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	092	Chuveiro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	093	Ferro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	094	Liquidificador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	095	Aspirador de pó*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	096	Máquina de lavar roupa*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	097	Vídeo cassete ou DVD*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	078	Guarda-roupa, cômoda, baú, arca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
26	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

Máquinas, implementos e instalações do entrevistado

- Inicie com o preenchimento da lista de máquinas, implementos e instalações agropecuárias, identificando quais ele possui em julho de 2006 e aqueles que possuía quando entrou para o Projeto. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS.** Portanto a pergunta 142 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 141.
- Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

136. N.º	137. Código	138. Descrição do item	139. Quantidade que possui em 31/Julho/2006	140. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr (a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	141. Quantidade que acha que o(a) compraria hoje, no estado em que se encontra(m) antes de entrar para o assentamento?	142. Por quanto o(a) Sr (a) acha que o(a) compraria hoje, no estado em que se encontra(m) antes de entrar para o assentamento?
1	023	Arado, grade tração animal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	029	Bomba d'água	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	033	Carroça, charrete, carro de boi	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	034	Cavador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	006	Cerca, cerca elétrica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	007	Chiqueiro, poço/ja, baia, confinamento para porcos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	036	Cultivador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	008	Curral, estábulo, estabreira, potreiro, mangueira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	040	Enxada, enxadao	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	041	Facaço, fofo	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	042	Kil-trigação	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	043	Machado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	044	Matraca, plainadeira manual	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	049	Moto serra	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	052	Plainadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	054	Pulverizador costal (motorizado, manual)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	020	Tanque, reservatório, caixa d'água, sistema	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	058	Trator acima de 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	059	Trator até 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	032	Carrete de trator	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	091	Furadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

Patrimônio produtivo em parceria/sociedade com outros beneficiários e outros (parentes, associados de antes da entrada no Projeto)

- Inicie com o preenchimento da lista de máquinas, implementos e instalações agropecuárias, identificando **quais ele possui em julho de 2006 e aqueles que possuía quando entrou para o Projeto. ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS.** Portanto a pergunta 149 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 148.
- Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

143. Nº item	144. Código do item (Chave 3)	145. Descrição do item	146. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	147. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr.(a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	148. Quantidade antes de entrar para o assentamento (se for zero siga para próxima linha)	149. Por quanto o(a) Sr.(a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) antes de entrar para o assentamento?
1						
2						
3						
4						
5						
6						
7						
8						
9						
10						
11						
12						
13						
14						
15						

Contas bancárias

150A. Tinha conta em banco em 31/Julho/2006?
1-Sim
2-Não (siga para 152A)

[.....]

151A. Quanto tinha no banco em 31/Julho/2006 (poupança, conta corrente, aplicações?) (R\$)

[.....]

Empréstimos

152A. Valor total dos empréstimos concedidos e ainda não recebidos, para vizinhos, filhos, outros parentes etc., em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

Dívidas

153A. Valor total dos empréstimos tomados de vizinhos, filhos, parentes etc. ainda não quitados em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

154. Valor total de dívidas em 31/Julho/2006 de ...

A) Compras em estabelecimentos comerciais, fiado: (R\$) [.....]

B) Crédito rural vencido, mas não quitado: (R\$) [.....]

C) Crédito rural a vencer: (R\$) [.....]

Valor de outros imóveis e seus rendimentos

155. O(A) Sr.(a) tem outras propriedades, terrenos, casas, barracões (exceto o lote no Projeto)? Qual é o valor?

A) 31/Julho/2006 B) 31/Julho/2000

A) Valor de imóveis rurais: (R\$) [.....]

B) Valor de terrenos urbanos: (R\$) [.....]

C) Valor de casa, barracão urbano: (R\$) [.....]

156. Quais foram as receitas totais obtidas com outras propriedades, terrenos, casas, barracões (exceto o lote no Projeto), entre Agosto/2005 e Julho/2006 (exceto o lote):

A) Imóveis rurais (produção e arrendamento): (R\$) [.....]

B) Terreno urbano (aluguel): (R\$) [.....]

C) Casa ou barracão urbano (aluguel): (R\$) [.....]

Outros rendimentos da família

➤ As perguntas a seguir têm a finalidade de registrar outros rendimentos e receitas além dos obtidos com a produção agropecuária. Todos os auxílios em espécie, como cestas básicas, devem ser convertidos em valor monetários.

157. Qual foi a receita total obtida por moradores do domicílio com trabalho fora do lote entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]

158. Qual foi a receita total obtida com venda de produtos e serviços não agropecuários (artesanato, guia de turismo etc.) entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]

159. Qual foi a renda líquida obtida em outras atividades comerciais entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
160. Qual foi a receita total obtida com aluguel e prestação de serviços com veículos, máquinas, implementos e instalações agropecuárias entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
161. Quais foram os auxílios recebidos pela família entre Agosto/2005 e Julho/2006? Preencha com o valor anual total recebido.
- A) Bolsa família: (R\$) [.....]
 - B) Bolsa alimentação: (R\$) [.....]
 - C) Cartão alimentação: (R\$) [.....]
 - D) Cesta básica: (R\$) [.....]
 - E) Valor equivalente aos benefícios do Programa do Leite: (R\$) [.....]
 - F) Vale ou auxílio gás: (R\$) [.....]
 - G) Bolsa escola: (R\$) [.....]
 - H) Educação ou creche: (R\$) [.....]
 - I) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): (R\$) [.....]
 - J) Transporte: (R\$) [.....]
 - K) Para saúde ou reabilitação: (R\$) [.....]
 - L) Seguro desemprego: (R\$) [.....]
 - M) Garantia à safra: (R\$) [.....]
 - N) PROAGRO: (R\$) [.....]
 - O) Auxílios emergenciais em calamidades: (R\$) [.....]
 - P) Outros programas de complementação de renda: (R\$) [.....]
162. Qual era o rendimento anual total dos membros da família entre Agosto/2005 e Julho/2006, para os itens:
- A) Aposentadoria: (R\$) [.....]
 - B) Pensão: (R\$) [.....]
 - C) Remessas recebidas de familiares não moradores: (R\$) [.....]
 - D) Remessas recebidas de outros: (R\$) [.....]
 - E) Doações: (R\$) [.....]
 - F) Outras fontes ou atividades: (R\$) [.....]

J – RESULTADOS DAS ATIVIDADES DA ASSOCIAÇÃO

Repartição de resultados das atividades da associação Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Colete dados sobre os resultados da produção vegetal, animal e de derivados, o **valor recebido ou a quantidade consumida/armazenada pelo entrevistado** de atividades produtivas da associação que foram repartidas entre os beneficiários que participaram da atividade.

PRODUTO		PRODUÇÃO		PREÇO		REPASSES	
163. Nº linha	164. Código do produto (Chave 1)	165. Nome do produto	166. Quantidade produzida pela associação	167. Unidade da quantidade (Chave 2)	168. Preço unitário (R\$)	169. Valor recebido pelo entrevistado das vendas da produção da associação (R\$)	170. Quantidade consumida e armazenada pelo entrevistado
1	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

K – INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Crédito, financiamentos e assistência técnica

➤ Empréstimos tomados pelo entrevistado, individualmente ou em sociedade para as atividades produtivas e outros fins. No caso dos beneficiários do Programa Cédula da Terra, desconsidere o empréstimo inicial tomado pela associação para aquisição da propriedade, instalação e ajuda de custo.

171. O(A) Sr.(a) solicitou crédito rural (custeio, investimento, comercialização) ou outros financiamentos para atividades (individual ou em sociedade) desenvolvidas de Agosto/2005 até Julho/2006?
- 1-Sim, conseguiu aprovação de pelo menos um
2-Sim, mas não conseguiu aprovação
3-Não (siga para 173)

172. Quanto obteve de crédito rural entre Agosto/2005 e Julho/2006 para investimento, custeio e comercialização?

Fontes de crédito rural:

- 1-PRONAF
2-Cooperativa de qualquer tipo
3-Intermediário, vendedor de insumos, agroindústria
4-Infomal
5-PCPR
6-Prefeitura
7-Outra
-2-Não sabe

	A) VALOR (R\$)	B) FONTE
A) Investimento:	<input type="text"/>	<input type="text"/>
B) Custeio:	<input type="text"/>	<input type="text"/>
C) Comercialização:	<input type="text"/>	<input type="text"/>
D) Outra finalidade:	<input type="text"/>	<input type="text"/>

173. Com que frequência recebeu algum tipo de assistência técnica entre Agosto/2005 e Julho/2006?

- 1-Mensal
2-Semestral
3-De vez em quando/esporadicamente
4-Não recebeu (siga para 175)

174. Com o(a) Sr.(a) avalia a qualidade dos serviços de assistência técnica utilizados entre Agosto/2005 e Julho/2006?

- 1-Ruim
2-Média
3-Boa

L – CAPITAL SOCIAL

➤ Várias questões referem-se ao passado: anterior ou antes. Ambos referem-se ao período de 12 meses anteriores ou antes.

Antecedentes

175. Em que ano o grupo de pessoas que apresentou a proposta para a compra da terra começou a se mobilizar para comprar? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos:
-2-Não sabe
176. Você tinha relacionamento anterior com a maioria do grupo que se assentou aqui, seja por parentesco ou por amizade por mais de 3 anos antes da compra da terra?
1-Sim
2-Não (siga para 179)
177. Como era seu relacionamento com o grupo antes dele começar a se mobilizar?
1-Intenso
2-Superficial
3-Nenhum
178. Ocupa cargo na diretoria da associação?
1-Presidente
2-Tesoureiro
3-Secretário
4-Conselheiro
5-Outro
6-NÃO

Participação

179. Você ou alguém de sua família participava de alguma organização social, política ou religiosa, antes do período em que vocês se organizaram para comprar a terra [no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]?
1-Sim
2-Não (siga para 182)
180. Qual? (Preencha com 1-Sim, para as duas mais importantes e com 2-Não para as demais)
 A) Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST
 B) Sindicato rural (CONTAG, FETAG etc.)
 C) Pastoral da Terra
 D) Associação comunitária
 E) Associação ou cooperativa de produtores
 F) Partido político
 G) Outra
181. Ocupava cargo na diretoria?
1-Presidente
2-Tesoureiro
3-Secretário
4-Conselheiro
5-Outro
6-NÃO
182. Nos últimos 12 meses, você ou alguém de sua família participava de alguma organização social, política ou religiosa?
1-Sim
2-Não (siga para 185)

183. Qual? (Preencha com 1-Sim, para as duas mais importantes e com 2-Não para as demais)

- [.....] A) Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST
- [.....] B) Sindicato rural (CONTAG, FETAG etc.)
- [.....] C) Pastoral da Terra
- [.....] D) Associação comunitária
- [.....] E) Associação ou cooperativa de produtores
- [.....] F) Partido político
- [.....] G) Outra

184. Ocupava cargo na diretoria?

- 1-Presidente
- 2-Tesoureiro
- 3-Secretário
- 4-Conselheiro
- 5-Outro
- 6-NÃO

Nível de informação sobre o Programa

187. Qual o valor da próxima parcela do financiamento para compra da terra? (R\$)

188. Há alguma parcela em atraso?

- 1-Sim
- 2-Não
- 3-Não sabe

189. O lote pode ser vendido?

- 1-Sim
- 2-Sim, com autorização do governo ou da associação
- 3-Sim, depois do término do pagamento do empréstimo
- 4-Não
- 5-Não sabe

Participação nas decisões da associação do Cédula da Terra

Acesso à informação

185. Hoje em dia, quando têm de tomar decisões a respeito de assuntos do interesse da comunidade, vocês recebem informações sobre o assunto:

- 1-Suficientes
- 2-Insuficientes
- 3-Não recebem informações

186. Na comunidade de origem, no período anterior a vocês se organizarem para apresentar a proposta para a compra da terra, quando tinham de tomar decisões a respeito de assuntos do interesse da comunidade, vocês recebiam informações:

- [no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
- 1-Suficientes
- 2-Insuficientes
- 3-Não recebia informações

190. Em sua opinião, como foram tomadas as decisões na associação?

- 1-Com a participação da maioria
- 2-Sem a participação da maioria (decisão tomada por poucos)
- 3-Não sabe

[.....] A) Nos últimos 12 meses

[.....] B) Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta para a compra da terra [no caso DE SUBSTITUTOS QUE ENTRARAM NO ASSENTAMENTO MAIS TARDE, preencher com -1-NÃO SE APLICA na parte B]

Assuntos tratados nas reuniões comunitárias realizadas nos últimos 12 meses

Assuntos tratados nas reuniões comunitárias realizadas nos últimos 12 meses:

191. Com que frequência?

- 1-Nunca (siga para próxima linha)
- 2-Poucas vezes
- 3-Freqüentemente

192. Qual a sua participação ou de alguém de sua família?

- 1-Não participou
- 2-Participou apenas como ouvinte
- 3-Participou ativamente

193. Está satisfeito com as decisões sobre esses assuntos?

- 1-Insatisfeito
- 2-Satisfeito

A) A utilização das terras e uso do solo da propriedade distribuição das terras entre produção associativa/em grupo ou individual, o que plantar, técnicas utilizadas, área coletiva, o trabalho coletivo

B) A contratação de empréstimos e/ou serviços pela associação/ grupo informal: assistência técnica, contratação de obras coletivas etc.

C) A definição dos critérios para distribuição dos ganhos (monetários e em produtos) da produção associativa

D) A organização de grupos para trabalho coletivo e/ou para utilização de bens coletivos (máquinas, instalações etc.)

E) A forma de pagamento do imóvel e a contribuição de cada um

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

[.....]

Percepção sobre as vantagens da associação

Formação de redes familiares ou sociabilidade

194. Em geral, como o(a) Sr.(a) avalia o desempenho da associação do assentamento nos últimos 12 meses?

- 1-Bom
- 2-Médio
- 3-Ruim

195. Com que frequência você faz/fazia reuniões, trabalhos em conjunto ou atividades comunitárias em sua comunidade:

- 1-Muita frequência
- 2-Pouca frequência
- 3-Nunca

[.....] A) Hoje em dia

[.....] B) Antes de vocês se organizarem para comprar a terra [no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

Resolução de conflitos

196. Há/havia muitos desentendimentos entre os membros da comunidade:
1-Sim
2-Não
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
197. Quando há/havia desentendimentos, as lideranças comunitárias ajudam/ajudavam a resolvê-los?
1-Ajudam a resolver a maioria deles
2-Ajudam a resolver alguns deles
3-Não ajudam a resolvê-los
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

Confiança

198. Como é a confiança que você tem/tinha na maioria dos moradores da comunidade?
1-Muita confiança
2-Pouca confiança
3-Nenhuma confiança
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
199. Como é a confiança que você tem/tinha nos líderes comunitários?
1-Muita confiança
2-Pouca confiança
3-Nenhuma confiança
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
200. Quanta confiança você tem/tinha em sua própria capacidade para ajudar a resolver problemas da sua comunidade?
1-Muita confiança
2-Pouca confiança
3-Nenhuma
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
201. Como é a confiança que você tem nas autoridades do município?
1-Muita confiança
2-Pouca confiança
3-Nenhuma confiança
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra

Solidariedade

202. Com que frequência os moradores da sua comunidade ajudam/ajudavam famílias que passam/passavam por situação de necessidade (perda de safra, doença grave na família)?
1-Muita frequência
2-Pouca frequência
3-Nunca
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

Solidariedade entre comunidades

203. Com que frequência a sua comunidade costuma/costumava ajudar pessoas de outras comunidades (que não sejam familiares ou parentes) que passam/passavam por situações de necessidade?
1-Muita frequência
2-Pouca frequência
3-Nunca
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]
204. Com que frequência os moradores da sua comunidade recebem/ recebem ajuda de pessoas de outras comunidades (que não sejam familiares ou parentes) quando passam por situações de necessidade?
1-Muito
2-Pouco
3-Nunca
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

Cooperação e participação comunitária

205. Com que frequência você se junta/juntava aos outros moradores da comunidade para resolver problemas da comunidade, como por exemplo: manter aberta a estrada de acesso, consertar a bomba de água?
1-Muita frequência
2-Pouca frequência
3-Nunca
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

Participação civil e governança

206. Com que frequência os moradores da comunidade fazem/faziam solicitações aos órgãos públicos para resolver seus problemas?:
1-Muita frequência
2-Pouca frequência
3-Nunca
[.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
[no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

207. Quantas destas solicitações foram/eram atendidas?
 1-Maioria
 2-Algumas
 3-Nenhuma
- A) Hoje em dia
 B) Antes de vocês começaram a se organizar para comprar a terra
 [no caso de substitutos que entraram no assentamento mais tarde, referir-se ao tempo anterior à sua entrada no assentamento]

M – CONDIÇÕES DE VIDA

➤ A **moradia da família** é aquela onde a maior parte dos membros da família reside a maior parte do tempo durante o ano.

Moradia da família

- 252A. Onde a família mora atualmente?
- 1-Lote/imóvel do Projeto (siga para 254A)
 2-Povoado rural
 3-Centro urbano (cidade)
 4-Outra propriedade rural
253. Por que a família mora fora do lote/imóvel do Projeto? (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) Não tem casa no Projeto ou as condições são precárias
 B) Mora próximo ao Projeto
 C) Falta escola para os filhos, serviços de transporte, saúde etc.
 D) Facilita o trabalho de outros membros da família
 E) Outro (anote):
- 254A. Tipo de domicílio em que a família vive atualmente:
- 1-Casa
 2-Barraco
 3-Cômodo
- 255A. Quais eram as fontes de abastecimento de água? (resposta múltipla)
- 1-Sim 2-Não
- A) Água encanada da rede pública
 B) Cisterna na casa
 C) Chafariz comunitário com dessalinizador
 D) Chafariz comunitário
 E) Caminhão pipa
 F) Poço ou nascente
 G) Açude, barragem, cacimba, rio, barreiro
 H) Outro (anote):
- 256A. Têm banheiro/sanitário na moradia?
- 1-Sim
 2-Não
- 257A. Qual é o principal destino do esgoto do domicílio?
- 1-Rede coletora de esgoto (pluvial)
 2-Fossa séptica (revestida com alvenaria)
 3-Fossa rudimentar (fossa negra)
 4-Rede pública
 5-Céu aberto, vala, rio, lago ou mar
 6-Outra forma
- 258A. Qual é a principal forma de iluminação no domicílio?
- 1-Elétrica (de rede, gerador, solar)
 2-Óleo, querosene ou gás de botijão
 3-Não tinha
 4-Outra forma

Segurança alimentar (antes e em 2006)

- Selecione as palavras apropriadas, que se encontram entre parênteses, dependendo do número de pessoas e do número de adultos no domicílio.
- As próximas questões referem-se à alimentação consumida no seu domicílio e se o(a) Sr.(a) e outros membros do domicílio foram capazes de conseguir a alimentação que precisam, nos 12 meses anteriores à entrada no assentamento e nos últimos 12 meses.
- Eu vou ler dois comentários que as pessoas costumam fazer sobre a situação da alimentação delas.
- Por favor, me diga se a frase é verdadeira para sua situação (ou de outros membros do domicílio), nos 12 meses anteriores (antes) à entrada no assentamento e nos últimos 12 meses (atual):
- A primeira frase é a seguinte:
259. "A comida que (eu/nós) tínhamos não durou muito, e (eu/nós) não tivemos dinheiro para comprar mais".
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio nos 12 meses anteriores à entrada no assentamento (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Sempre verdadeiro
 2-Algumas vezes verdadeiro
 3-Nunca verdadeiro
260. "(Eu/nós) não conseguimos ter uma alimentação variada (balanceada) para comer."
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio nos 12 meses anteriores à entrada no assentamento (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Sempre verdadeiro
 2-Algumas vezes verdadeiro
 3-Nunca verdadeiro
261. O(A) Sr.(a), ou outros ADULTOS no seu domicílio, alguma vez chegaram a diminuir a quantidade de comida na refeição (almoço ou jantar) ou deixaram de almoçar ou jantar porque não tinham o que comer e nem dinheiro para comprar mais comida?
- Nos 12 meses anteriores à entrada no assentamento (antes)/ Nos últimos 12 meses (atualmente).
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou (siga para 263)
 1-Sim
 2-Não (siga para 263)

262. Com que frequência isso acontece – quase todo mês; alguns meses, mas não todo mês; somente em 1 ou 2 meses?

A) Antes [.....] B) Atual [.....]

- 2-Não sabe, não informou
- 1-Quase todo mês
- 2-Alguns meses, mas não todo mês
- 3-Somente 1 ou 2 meses

263. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez se alimentou menos do que do(a) Sr.(a) acha que deveria, porque não tinha dinheiro para comprar mais comida?

Alimentar-se menos do que deveria é diferente de passar fome. Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.

A) Antes [.....] B) Atual [.....]

- 2-Não sabe, não informou
- 1-Sim
- 2-Não

264. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez passou fome porque não tinha como conseguir comida?

Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.

A) Antes [.....] B) Atual [.....]

- 2-Não sabe, não informou
- 1-Sim
- 2-Não

Saúde no domicílio

➤ As perguntas desse módulo referem-se apenas aos **MEMBROS DO DOMICÍLIO**.

Quantas pessoas da família tiveram...	265. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	266. Em relação aos 12 meses anteriores à entrada no assentamento? 1-Aumentou 2-Igual 3-Diminuiu
A) ... Vermínosos?	[.....]	[.....]
B) ... Malária?	[.....]	[.....]
C) ... Dengue?	[.....]	[.....]
D) ... Tuberculose?	[.....]	[.....]
E) ... Doença de Chagas?	[.....]	[.....]
F) ... Leishmaniose (botão do oriente, úlcera de Bauru, úlcera oriental, boubá brasileira)?	[.....]	[.....]
G) ... Diarréia?	[.....]	[.....]
H) ... Esquistossomose (ou prela, transmitida pelo caramujo)?	[.....]	[.....]
I) ... Leptospirose (conhecida pela transmissão pela urina do rato)?	[.....]	[.....]
J) ... Febre amarela?	[.....]	[.....]
K) ... Outras doenças?	[.....]	[.....]
L) ... Hepatite?	[.....]	[.....]
M) ... Asma?	[.....]	[.....]

Acesso à educação

➤ Este quadro refere-se à **disponibilidade** de escolas e meios de transporte na região da moradia, independente dos residentes do domicílio frequentar a escola.

Escola de ...	Qual era a distância para ir da moradia até a escola mais próxima? (Km)	
	267. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	268. Antes do ingresso no Projeto?
A) ... 1ª a 4ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
B) ... 5ª a 8ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
C) ... Ensino médio (2º grau)	[.....]	[.....]

269. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para escola de 1ª a 4ª série?

1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006

[.....] B) Nos 12 meses anteriores (antes) à entrada no projeto

270. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para escola de 5ª a 8ª série?

1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006

[.....] B) Nos 12 meses anteriores (antes) à entrada no projeto

CADASTRO DO ENTREVISTADO

271. RG: [.....]

272. CPF: [.....]

273. Rua (ou caixa postal): [.....]

[.....]

274. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]

275. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

276. CEP: [.....]

277. Telefone: [.....]

Anotações



**ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DO
PROGRAMA CÉDULA DA TERRA**

**INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES
NÃO BENEFICIÁRIOS – CONTROLE**

SETEMBRO/2006

Identificação do questionário

1. Número do questionário:
(preenchido pelo digitador) [.....]
2. Número da pesquisa de campo: [3.....]
3. Grupo amostral:
3-Não beneficiário – CONTROLE [3.....]
4. Nome do Imóvel:
A) [.....]
[.....] (Chave 7) Cód: [.....]
5. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]
6. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

Identificação do entrevistado e substituição

- Critérios para substituição de domicílios sorteados:
(a) **Caso não tenha alguém habilitado da responder** o questionário nos dias da visita ao assentamento, substituir pelo próximo da lista de substitutos.
(b) **Caso a lista de substitutos tenha se esgotado**, substituir por um domicílio próximo que tenha área de terra semelhante à dos lotes dos beneficiários mais próximos
7. O entrevistado está fora da lista de sorteados (domicílio próximo que tenha área de terra semelhante)? [.....]
1-Sim
4-Não
 8. Nome do entrevistado: [.....]
[.....]
 9. Como o(a) Sr.(a) é conhecido(a) na comunidade? [.....]
[.....]

Controle do entrevistador

10. Entrevistador: Cód: [.....]
11. Data e horário da entrevista:
A) Data (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]
B) Horário de início (hh:mm): [.....:.....]
C) Horário de término (hh:mm): [.....:.....]

Controle do coordenador de campo

12. Coordenador de campo: Cód: [.....]
13. Data da supervisão (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]
14. Situação do questionário: [.....]
1-Aprovado
2-Recusado
15. Justificativa do supervisor quando o questionário for aprovado com inconsistências ou recusado:
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Controle do digitador

16. Digitador: Cód: [.....]
17. Data da digitação (dd/mm/aaaa): [...../...../.....]

Identificador no banco de dados de 2000

- [quest2000]. Número do questionário em 2000: [.....]

B – CROQUI DA ÁREA DO AGRICULTOR

- Desenhe nesta página um croqui detalhado da área que o entrevistado tem. Procure dividi-la segundo os diferentes usos produtivos (áreas de lavoura temporária, permanente, pecuária, silvicultura, reservas etc.), produção de quintal (área em torno da casa, em geral destinada ao cultivo para consumo próprio, criação de pequenos animais etc.) e áreas agriculturáveis que ainda não estão sendo exploradas. Destaque também as áreas de cultivo consorciado ou especializado. Assinale a presença de água e de áreas que sejam exploradas com algum tipo de irrigação. Procure quantificar em hectare as principais áreas. **Este croqui é um elemento importantíssimo para a compreensão do sistema de produção.**
-

C – ACESSO À TERRA

➤ Neste conjunto de perguntas são caracterizadas as formas pelas quais o entrevistado consegue acesso à terra.

Área do entrevistado

➤ Considera-se como área do entrevistado, as terras de gestão do entrevistado, contíguas ou não, independente do seu uso e forma de exploração.

45. O(A) Sr.(a) estava tomando conta de algum estabelecimento (terras próprias, terra de terceiros, terras tomadas em arrendamento, parceria ou meia, ou outra condição) entre Agosto/2005 e Julho/2006?
- 1-Sim
2-Não (siga para 48)
46. Quando começou a tomar conta dessas terras?
(aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos:
47. Qual era a área dessas terras em 31/Julho/2006?
Área: (ha)
48. Compare Julho/2006 com Julho/2000. Qual foi o aumento da sua área de terra?
Área: (ha) (use valores positivos, negativos, ou zero)

Terras cedidas e tomadas em arrendamento entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Quando o pagamento ou recebimento não for feito em dinheiro (total ou parcialmente), registre o valor equivalente em reais referente às outras formas de pagamento. Preencha com ZERO quando não houver arrendamento.

57. Indique a área tomada em arrendamento e o valor pago:
- A) Área: (ha)
- B) Total pago em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de pagamento: (R\$)
58. Indique a área cedida em arrendamento e o valor recebido:
- A) Área: (ha)
- B) Total recebido em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de recebimento: (R\$)

Uso do solo entre Agosto/2005 e Julho/2006

Uso do solo	49. Área total (ha)
A) Culturas permanentes (inclusive florestas plantadas)	<input type="text"/>
B) Culturas temporárias e quintal	<input type="text"/>
C) Pastagem	<input type="text"/>
D) Matas, florestas naturais e áreas de proteção	<input type="text"/>
E) Terras produtivas em descanso ou não utilizadas	<input type="text"/>
F) Terras inaproveitáveis	<input type="text"/>
G) Área total	<input type="text"/>

D – REBANHO E PRODUÇÃO ANIMAL

➤ Este conjunto de perguntas refere-se aos animais do entrevistado. Todas as informações dirigidas ao entrevistado como fonte, incluem também os membros de sua família residentes no mesmo domicílio.

➤ O quadro abaixo refere-se aos **efetivos totais** do entrevistado e família, **independente do local** onde estejam seus animais. Preencha primeiro os tipos de rebanho e depois continue com a caracterização da produção.

59. Nº linha	REBANHO		EFETIVO		ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006			
	60. Código do rebanho (Chave 1)	61. Tipo de rebanho (descreva)	62. Nº de animais em 31/Julho/2006	63. Valor total do rebanho/ animais em 31/Julho/2006	64. Nº de animais que tinha em 31/Dezembro/ 1997	65. Nº de animais abatidos para consumo	66. Nº de animais vendidos (se for zero siga para próxima linha)	67. Valor total das vendas (R\$)
1	101	BOVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
2	102	SUINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3	103	CAPRINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4	104	OVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5	105	AVES	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6	106	CAVALO/JUMENTO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
8	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

E – PRODUÇÃO VEGETAL E EXTRATIVISMO

> Este conjunto de perguntas refere-se à área sob gestão do entrevistado, **incluindo a produção do quintal**. Muita atenção para o fato de que **UMA MESMA CULTURA CULTIVADA EM DIFERENTES PARCELAS** (solteira, consorciada, intercalada etc.) **DEVE SER LISTADA SEPARADAMENTE**, aproveitando as informações do croqui anteriormente elaborado.

Produtos agrícolas obtidos entre Agosto/2005 e Julho/2006

> Preencha primeiro a lista de produtos das lavouras temporárias, permanentes, extrativismo, silvicultura e horticultura. Depois continue com as demais colunas.

77. Nº linha	PRODUTO		PRODUÇÃO			CONSUMO	PREÇO	VENDAS	
	78. Código do produto (Chave 1)	79. Nome do produto	80. Área colhida entre Agosto/2005 e Julho/2006 (ha)	81. Quantidade colhida (se for zero siga para próxima linha)	82. Unidade da quantidade (Chave 2)	83. Quantidade consumida e armazenada	84. Preço unitário (R\$)	85. Quantidade vendida (se for zero siga para próxima linha)	86. Valor total das vendas (R\$)
1	602	ACEROLA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	610	BANANA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	618	CAJU CASTANHA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	651	MARACUJÁ	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	407	BABAÇU (CÓCO)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	408	BABAÇU (AMÊNDOA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	605	ALGODÃO EM CAROÇO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	708	ARROZ EM CASCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	710	BATATA DOCE	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	722	FAVA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	723	FEIJÃO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	300	HORTALIÇAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	600	FRUTEIRAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	750	MORANGA (ABÓBORA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	744	MACAXEIRA (AIPIM)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	743	MANDIOCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	345	MELANCIA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	749	MILHO EM ESPIGA (VERDE)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	748	MILHO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

F – DERIVADOS DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Derivados da produção animal (inclusive leite) e produtos agrícolas beneficiados entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Este conjunto de perguntas refere-se à produção do entrevistado. Preencha primeiro a lista de produtos e depois continue com as demais colunas.

97. N° linha	PRODUTO		PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	VENDAS	
	98. Código do produto (Chave 1)	99. Nome do produto	100. Quantidade	101. Unidade da quantidade (Chave 2)	102. Quantidade consumida e armazenada	103. Preço unitário (R\$)	104. Quantidade vendida (se for zero siga para a próxima linha)	105. Valor das vendas (R\$)
1	111	Leite bovino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	113	Leite caprino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	212	Carne seca, carne de sol	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	216	Ovos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	205	Queijo ou requeijão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	802	Arroz beneficiado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	826	Farinha de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	834	Fubá de milho	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	827	Goma (polvilho) de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	439	Estacas de madeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	446	Lenha	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	509	Moirões	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	502	Carvão vegetal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

G – PRÁTICAS NA PRODUÇÃO VEGETAL

➤ Para o preenchimento das perguntas abaixo considere, além da produção agropecuária do entrevistado.

➤ As perguntas a seguir referem-se às principais práticas agrícolas no período de Agosto/2005 a Julho/2006.

- | | | | |
|--|---------|--|---------|
| 114. Principal força de trabalho utilizada no preparo da terra:
-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/mecânica | [.....] | 118. Principal tipo de adubação empregada:
-1-Não se aplica
1-Química
2-Orgânica
3-Nenhuma | [.....] |
| 115. Principal força de trabalho utilizada no plantio:
-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/mecânica | [.....] | 119. Principal maneira de se fazer capinas:
-1-Não se aplica
1-Manual/enxada
2-Tração animal
3-Trator/ mecânica
4-Uso de herbicidas | [.....] |
| 116. Principal procedência das sementes e mudas:
-1-Não se aplica
1-Própria ou de vizinhos
2-Adquirida, comum
3-Adquirida, certificada | [.....] | 120. Principal força de trabalho utilizada na colheita:
-1-Não se aplica
1-Manual
2-Animal
3-Trator/colhedeira | [.....] |
| 117. Principal tipo de defensivo agrícola utilizado:
-1-Não se aplica
1-Apenas naturais
2-Agroquímicos
3-Nenhum | [.....] | 121. Área irrigada (ha):
-1-Não se aplica | [.....] |

H – DESPESAS GERAIS E INVESTIMENTOS

Despesas com mão-de-obra, materiais e serviços de máquinas utilizados na produção

➤ As perguntas deste bloco têm o objetivo de registrar informações sobre as despesas realizadas com a utilização de insumos e serviços na produção entre **AGOSTO/2005 e JULHO/2006**.

➤ Utilize o quadro de rascunho para estimar os itens com asterisco (*). Inicie o preenchimento do quadro com as principais despesas realizadas. Depois colete os dados sobre os dias trabalhados e os valores desembolsados.

DESPESAS	ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006	
	123. Valor pago em dinheiro (R\$)	124. Número de dias trabalhados que não foram pagos em dinheiro
A) Trabalho dos moradores e familiares não residentes (*)	[.....]	[.....]
B) Empregados permanentes	[.....]	
C) Diaristas (*)	[.....]	
D) Serviços (*)	[.....]	
E) Insumos (*)	[.....]	
F) Investimentos (*)	[.....]	
G) Taxas em geral	[.....]	
H) Outras despesas	[.....]	

Anotações

Quadro rascunho a ser utilizado pelo entrevistador para calcular as despesas, entre Agosto/2005 e Julho/2006

Lista de insumos		Lista de investimentos		Lista de serviços		Diaristas		Trabalho moradores e familiares não residentes	
Insumos	Valor (R\$)	Investimentos	Valor (R\$)	Serviços	Valor (R\$)	Dias trabalhados em cada mês		Dias trabalhados em cada mês	
						Mês	Dias	Mês	Dias
Rações		Abertura de novas áreas para agricultura		Energia elétrica		1		1	
Silagem, palma, grãos, farelos		Plantio e reforma de lavouras permanentes, reflorestamento etc.		Aluguel de animais de trabalho		2		2	
Sal comum, sal mineral, uréia		Plantio e reforma de pastos e forrageiras		Aluguel de máquinas e equipamentos		3		3	
Vacinas e medicamentos		Construção e reforma de cercas		Assistência técnica		4		4	
Sementes e mudas		Construção e reforma de edificações (currais, galpões, casas etc.)		Armazenamento		5		5	
Adubos e corretivos		Construção e reforma de estruturas de armazenamento d'água (caixa d'água, cisterna, poço, açude, barragem)		Processamento		6		6	
Pesticidas		Construção e reforma de infra-estrutura (rede elétrica, rede água, carreadores)		Transporte da produção		7		7	
Embalagens sacaria		Aquisição de animais				8		8	
Combustível lubrificantes		Aquisição de veículos, máquinas e implementos agropecuários				9		9	
Água para irrigação		Aquisição de equipamentos de irrigação				10		10	
Outros		Aquisição de equipamentos de irrigação				11		11	
		Aquisição de novas terras				12		12	
		Outros investimentos							
Total:		Total:		Total:		Total:		Total:	

Anotações

I – PATRIMÔNIO DA FAMÍLIA E DEMAIS RENDIMENTOS

Bens domésticos duráveis

➤ Inicie com o preenchimento da lista de bens domésticos (exemplo: eletrodomésticos, móveis, bicicletas, motos, veículos de passeio etc.), identificando **quais ele possui em julho de 2006** e aqueles que possuía **em 1997**. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS**. Portanto a pergunta 135 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 134.

➤ Os itens marcados com asterisco (*) serão utilizados para cálculo do indicador da ABIPEME.

➤ Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

129. N° item	130. Código do item (Chave 3)	131. Descrição do item	132. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	133. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr.(a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	134. Quantidade que tinha em 31/Dezembro/ 1997 (se for zero siga para próxima linha)	135. Por quanto o(a) Sr.(a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) 1997?
1	061	Antena parabólica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	062	Aparelho de som, toca fita, rádio gravador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	025	Automóvel*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	065	Bicicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	045	Motocicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	073	Fogão a gás	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	076	Geladeira*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	075	Freezer*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	079	Máquina costura	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	082	Rádio, radiola*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	084	Sofá/poltrona	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	087	TV em cores*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	088	TV P&B	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	089	Ventilador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	092	Chuveiro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	093	Ferro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	094	Liquidificador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	095	Aspirador de pó*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	096	Máquina de lavar roupa*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	097	Vídeo cassete ou DVD*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	078	Guarda-roupa, cômoda, baú, arca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
26	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

Máquinas, implementos e instalações do entrevistado

➤ Inicie com o preenchimento da lista de máquinas, implementos e instalações, identificando **quais ele possui em julho de 2006** e aqueles que possuía em 1997. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS.** Portanto a pergunta 142 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 141.

➤ Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

136. Nº item	137. Código (Chave 3)	138. Descrição do item	139. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	140. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr.(a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	141. Quantidade em 31/Dezembro/1997 (se for zero siga para próxima linha)	142. Por quanto o(a) Sr.(a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) em 1997?
1	023	Arado, grade tração animal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	029	Bomba d'água	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	033	Carroça, charrete, carro de boi	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	034	Cavador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	006	Cerca, cerca elétrica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	007	Chiqueiro, pocilga, baia, confinamento para porcos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	036	Cultivador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	008	Curral, estábulo, estrebaria, potreiro, mangueira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	040	Enxada, enxadão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	041	Facão, foice	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	042	Kit irrigação	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	043	Machado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	044	Matraca, plantadeira manual	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	049	Moto serra	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	052	Plantadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	054	Pulverizador costal (motorizado, manual)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	020	Tanque, reservatório, caixa d'água, sistema	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	058	Trator acima de 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	059	Trator até 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	032	Carreta de trator	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	091	Furadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Contas bancárias

150. Tinha conta em banco em 31/Julho/2006?

1-Sim

2-Não (siga para 152A)

151A. Quanto tinha no banco em 31/Julho/2006 (poupança, conta corrente, aplicações?) (R\$)

[.....]

Empréstimos

152A. Valor total dos empréstimos concedidos e ainda não recebidos para vizinhos, filhos, parentes, etc., em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

Dívidas

153A. Valor total dos empréstimos tomados de vizinhos, filhos, parentes etc. ainda não quitados em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

Máquinas, implementos e instalações do entrevistado

➤ Inicie com o preenchimento da lista de máquinas, implementos e instalações, identificando **quais ele possui em julho de 2006** e aqueles que possuía **em 1997. ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS.** Portanto a pergunta 142 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 141.

➤ Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

136. Nº item	137. Código (Chave 3)	138. Descrição do item	139. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	140. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr. (a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	141. Quantidade em 31/Dezembro/1997 (se for zero siga para próxima linha)	142. Por quanto o(a) Sr.(a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) em 1997?
1	023	Arado, grade tração animal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	029	Bomba d'água	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	033	Carroça, charrete, carro de boi	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	034	Cavador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	006	Cerca, cerca elétrica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	007	Chiqueiro, pocilga, baia, confinamento para porcos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	036	Cultivador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	008	Curral, estábulo, estrebaria, potreiro, mangueira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	040	Enxada, enxadão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	041	Facão, foice	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	042	Kit irrigação	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	043	Machado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	044	Matraca, plantadeira manual	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	049	Moto serra	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	052	Plantadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	054	Pulverizador costal (motorizado, manual)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	020	Tanque, reservatório, caixa d'água, cisterna	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	058	Trator acima de 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	059	Trator até 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	032	Carreta de trator	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	091	Furadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Contas bancárias

150. Tinha conta em banco em 31/Julho/2006?
 1-Sim
 2-Não (siga para 152A)

151A. Quanto tinha no banco em 31/Julho/2006 (poupança, conta corrente, aplicações)? (R\$)

Empréstimos

152A. Valor total dos empréstimos concedidos e ainda não recebidos para vizinhos, filhos, parentes, etc., em 31/Julho/2006: (R\$)

Dívidas

153A. Valor total dos empréstimos tomados de vizinhos, filhos, parentes etc. ainda não quitados em 31/Julho/2006: (R\$)

154. Valor total de dívidas em 31/Julho/2006 de ...

- A) Compras em estabelecimentos comerciais, fiado: (R\$) [.....]
 B) Crédito rural vencido, mas não quitado: (R\$) [.....]
 C) Crédito rural a vencer: (R\$) [.....]

Valor de outros imóveis e seus rendimentos

155. O(A) Sr.(a) tem outras propriedades, terrenos, casas, barracões? Quais?

- A) 31/Julho/2006 B) 31/Julho/2000
- A) Valor de imóveis rurais: (R\$) [.....] [.....]
 B) Valor de terrenos urbanos: (R\$) [.....] [.....]
 C) Valor de casa, barracão urbano: (R\$) [.....] [.....]

156. Quais foram as receitas totais obtidas com outras propriedades, terrenos, casas, barracões, entre Agosto/2005 e Julho/2006 (exceto a receita com produção declarada nos quadros anteriores):

- A) Imóveis rurais (produção e arrendamento): (R\$) [.....]
 B) Terreno urbano (aluguel): (R\$) [.....]
 C) Casa ou barracão urbano (aluguel): (R\$) [.....]

Outros rendimentos da família

> As perguntas a seguir têm a finalidade de registrar outros rendimentos e receitas além dos obtidos com a produção agropecuária. Todos os auxílios em espécie, como cestas básicas, devem ser convertidos em valor monetários.

157. Qual foi a receita total obtida por moradores do domicílio com trabalho fora do estabelecimento entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
158. Qual foi a receita total obtida com venda de produtos e serviços não agropecuários (artesanato, guia de turismo etc.) entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
159. Qual foi a renda líquida obtida em outras atividades comerciais entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]

160. Qual foi a receita total obtida com aluguel e prestação de serviços com veículos, máquinas, implementos e instalações agropecuárias entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]

161. Quais foram os auxílios recebidos pela família entre Agosto/2005 e Julho/2006? Preencha com o valor anual total recebido.

- A) Bolsa família: (R\$) [.....]
 B) Bolsa alimentação: (R\$) [.....]
 C) Cartão alimentação: (R\$) [.....]
 D) Cesta básica: (R\$) [.....]
 E) Valor equivalente aos benefícios do Programa do Leite: (R\$) [.....]
 F) Vale ou auxílio gás: (R\$) [.....]
 G) Bolsa escola: (R\$) [.....]
 H) Educação ou creche: (R\$) [.....]
 I) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): (R\$) [.....]
 J) Transporte: (R\$) [.....]
 K) Para saúde ou reabilitação: (R\$) [.....]
 L) Seguro desemprego: (R\$) [.....]
 M) Garantia à safra: (R\$) [.....]
 N) PROAGRO: (R\$) [.....]
 O) Auxílios emergenciais em calamidades: (R\$) [.....]
 P) Outros programas de complementação de renda: (R\$) [.....]

162. Qual era o rendimento anual total dos membros da família entre Agosto/2005 e Julho/2006, para os itens:

- A) Aposentadoria: (R\$) [.....]
 B) Pensão: (R\$) [.....]
 C) Remessas recebidas de familiares não moradores: (R\$) [.....]
 D) Remessas recebidas de outros: (R\$) [.....]
 E) Outras fontes ou atividades: (R\$) [.....]

K – INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Crédito, financiamentos e assistência técnica

> Empréstimos tomados pelo entrevistado para as atividades produtivas e outros fins.

171. O(A) Sr.(a) solicitou crédito rural (custeio, investimento, comercialização) ou outros financiamentos para atividades desenvolvidas de Agosto/2005 até Julho/2006? [.....]
 1-Sim, conseguiu aprovação de pelo menos um
 2-Sim, mas não conseguiu aprovação
 3-Não (siga para 173)

172. Quanto obteve de crédito rural entre Agosto/2005 e Julho/2006 para investimento, custeio e comercialização?

Fontes de crédito rural:

- 1-PRONAF
 2-Cooperativa de qualquer tipo
 3-Intermediário, vendedor de insumos, agroindústria
 4-Infomal
 5-PCPR
 6-Prefeitura
 7-Outra
 -2-Não sabe

- | | A) VALOR (R\$) | B) FONTE |
|----------------------|----------------|----------|
| A) Investimento: | [.....] | [.....] |
| B) Custeio: | [.....] | [.....] |
| C) Comercialização: | [.....] | [.....] |
| D) Outra finalidade: | [.....] | [.....] |

173. Com que frequência recebeu algum tipo de assistência técnica entre Agosto/2005 e Julho/2006? [.....]

- 1-Mensal
 2-Semestral
 3-De vez em quando/espontaneamente
 4-Não recebeu (siga para 208)

174. Com o(a) Sr.(a) avalia a qualidade dos serviços de assistência técnica utilizados entre Agosto/2005 e Julho/2006? [.....]

- 1-Ruim
 2-Média
 3-Boa

L – CAPITAL SOCIAL

Antecedentes

208. Há uma associação comunitária organizada e/ou grupo de produtores em funcionamento aqui na sua comunidade? [.....]
- 1-Sim
2-Não
209. Você participa de alguma associação comunitária ou grupo de produtores? [.....]
- 1-Sim
2-Não (siga para 213)
210. Quando a associação comunitária ou grupo de produtores foi formado(a)? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos: [.....]

Participação

211. Desde quando participa? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos: [.....]
212. Exerce ou já exerceu algum cargo na diretoria dessa associação? [.....]
- 1-Presidente
2-Tesoureiro
3-Secretario
4-Conselheiro
5-Outro
6-NÃO

Acesso à informação

213. Quando têm de tomar decisões a respeito de assuntos do interesse da comunidade, vocês recebem informações sobre o assunto:
- 1-Suficientes
2-Insuficientes
3-Não recebem informações
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Formação de redes familiares ou sociabilidade

214. Com que frequência os moradores da comunidade costumam/vam fazer reuniões, fazer trabalho conjunto?
- 1-Muita
2-Pouca
3-Nenhuma
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Resolução de conflitos

215. Existe/ia muito desentendimento entre os moradores da comunidade?
- 1-Sim
2-Não
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada
216. As lideranças comunitárias ajudam a resolver:
- 1-A maioria desses desentendimentos
2-Alguns desses desentendimentos
3-Nenhum deles
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Confiança

217. Quanta confiança você tem/tinha nos moradores da sua comunidade?
- 1-Muita confiança uns nos outros
2-Pouca confiança uns nos outros
3-Nenhuma confiança uns nos outros
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada
218. Quanta confiança você tem/tinha nos líderes da sua comunidade?
- 1-Muita confiança uns nos outros
2-Pouca confiança uns nos outros
3-Nenhuma confiança uns nos outros
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Solidariedade

219. Os moradores costumam ajudar quando alguma família da comunidade está passando por uma situação de necessidade (por exemplo: quebra de safra ou doença grave na família)?
- 1-Muita frequência
2-Pouca frequência
3-Nunca
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Solidariedade entre comunidades

220. Os moradores daqui costumam se reunir com moradores de outras comunidades para conversar e resolver problemas comuns, planejar ações e tomar decisões?
- 1-Sim, regularmente
2-Sim, raramente
3-Não, nunca
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Cooperação e participação comunitária

221. Com que frequência você se juntava aos outros moradores para resolver problemas da comunidade (por exemplo: manter aberta a estrada de acesso, consertar a bomba de água do sistema local)?
- 1-Muita
2-Pouca
3-Nenhuma
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

Participação civil e governança

222. Com que frequência os moradores ou as lideranças da comunidade costumam se reunir com as autoridades do município para fazer solicitações de ações a serem feitas na comunidade?
- 1-Muita
2-Pouca
3-Nunca
- [.....] A) Hoje em dia
[.....] B) Antes da associação comunitária ter sido formada

223. Quantas destas solicitações são atendidas?
 1-Maioria
 2-Algumas
 3-Nenhuma
- A) Hoje em dia
 B) Antes da associação comunitária ter sido formada

M – CONDIÇÕES DE VIDA

➤ A **moradia da família** é aquela onde a maior parte dos membros da família reside a maior parte do tempo durante o ano.

Moradia da família

- 252A. Onde a família mora atualmente?
- 1-Estabelecimento
 2-Povoado rural
 3-Centro urbano (cidade)
 4-Outra propriedade rural
- 254A. Tipo de domicílio em que a família vive atualmente:
- 1-Casa
 2-Barraco
 3-Cômodo
- 255A. Quais eram as fontes de abastecimento de água? (resposta múltipla)
 1-Sim 2-Não
- A) Água encanada da rede pública
 B) Sistema na casa
 C) Chafariz comunitário com dessalinizador
 D) Chafariz comunitário
 E) Caminhão pipa
 F) Poço ou nascente
 G) Açude, barragem, cacimba, rio, barreiro
 H) Outro (anote):
- 256A. Têm banheiro/sanitário na moradia?
- 1-Sim
 2-Não
- 257A. Qual é o principal destino do esgoto do domicílio?
- 1-Rede coletora de esgoto (pluvial)
 2-Fossa séptica (revestida com alvenaria)
 3-Fossa rudimentar (fossa negra)
 4-Rede pública
 5-Céu aberto, vala, rio, lago ou mar
 6-Outra forma
- 258A. Qual é a principal forma de iluminação no domicílio?
- 1-Elétrica (de rede, gerador, solar)
 2-Óleo, querosene ou gás de botijão
 3-Não tinha
 4-Outra forma
259. "A comida que (eu/nós) tínhamos não durou muito, e (eu/nós) não tivemos dinheiro para comprar mais".
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio em 1997 (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Sempre verdadeiro
 2-Algumas vezes verdadeiro
 3-Nunca verdadeiro
260. "(Eu/nós) não conseguimos ter uma alimentação variada (balanceada) para comer."
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio em 1997 (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Sempre verdadeiro
 2-Algumas vezes verdadeiro
 3-Nunca verdadeiro
261. O(A) Sr.(a), ou outros ADULTOS no seu domicílio, alguma vez chegaram a diminuir a quantidade de comida na refeição (almoço ou jantar) ou deixaram de almoçar ou jantar porque não tinham o que comer e nem dinheiro para comprar mais comida?
- Em 1997 (antes)/ Nos últimos 12 meses (atualmente).
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou (siga para 263)
 1-Sim
 2-Não (siga para 263)
262. Com que frequência isso acontece – quase todo mês; alguns meses, mas não todo mês; somente em 1 ou 2 meses?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Quase todo mês
 2-Alguns meses, mas não todo mês
 3-Somente 1 ou 2 meses
263. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez se alimentou menos do que do(a) Sr.(a) acha que deveria, porque não tinha dinheiro para comprar mais comida?
- Alimentar-se menos do que deveria é diferente de passar fome. Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
 1-Sim
 2-Não

Segurança alimentar (1997 e 2006)

➤ Selecione as palavras apropriadas, que se encontram entre parênteses, dependendo do número de pessoas e do número de adultos no domicílio.

As próximas questões referem-se à alimentação consumida no seu domicílio e se o(a) Sr.(a) e outros membros do domicílio foram capazes de conseguir a alimentação que precisam, em 1997 e nos últimos 12 meses.

Eu vou ler dois comentários que as pessoas costumam fazer sobre a situação da alimentação delas.

Por favor, me diga se a frase é verdadeira para sua situação (ou de outros membros do domicílio), em 1997 e nos últimos 12 meses (atual):

A primeira frase é a seguinte:

264. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez passou fome porque não tinha como conseguir comida?

Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.

A) Antes [.....] B) Atual [.....]

-2-Não sabe, não informou
1-Sim
2-Não

Saúde do domicílio

➤ As perguntas desse módulo referem-se apenas aos **MEMBROS DO DOMICÍLIO**.

Quantas pessoas da família tiveram...	265. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	266. Em relação a 1997? 1-Aumentou 2-Igual 3-Diminuiu
A) ... Verminoses?	[.....]	[.....]
B) ... Malária?	[.....]	[.....]
C) ... Dengue?	[.....]	[.....]
D) ... Tuberculose?	[.....]	[.....]
E) ... Doença de Chagas?	[.....]	[.....]
F) ... Leishmaniose (botão do oriente, úlcera de Bauru, úlcera oriental, boubá brasileira)?	[.....]	[.....]
G) ... Diarréia?	[.....]	[.....]
H) ... Esquistossomose (ou prela, transmitida pelo caramujo)?	[.....]	[.....]
I) ... Leptospirose (conhecida pela transmissão pela urina do rato)?	[.....]	[.....]
J) ... Febre amarela?	[.....]	[.....]
K) ... Outras doenças?	[.....]	[.....]
L) ... Hepatite?	[.....]	[.....]
M) ... Asma?	[.....]	[.....]

Acesso à educação

➤ Este quadro refere-se à **disponibilidade** de escolas e meios de transporte na região da moradia, independente dos residentes do domicílio frequentar a escola.

Escola de ...	Qual era a distância para ir da moradia até a escola mais próxima? (Km)	
	267. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	268. Em 1997
A) ... 1ª a 4ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
B) ... 5ª a 8ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
C) ... Ensino médio (2º grau)	[.....]	[.....]

269. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para 1ª a 4ª series?
1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006
[.....] B) Em 1997

270. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para 5ª a 8ª series?
1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006
[.....] B) Em 1997

CADASTRO DO ENTREVISTADO

271. RG: [.....]
272. CPF: [.....]
273. Rua (ou caixa postal): [.....]
274. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]
275. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]
276. CEP: [.....]
277. Telefone: [.....]

Anotações



**ESTUDO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTOS
SOCIOECONÔMICOS DO
PROGRAMA CÉDULA DA TERRA**

INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

NÃO BENEFICIÁRIOS – EM ESPERA

SETEMBRO/2006

Identificação do questionário

1. Número do questionário: (preenchido pelo digitador) [.....]
2. Número da pesquisa de campo: [3..]
3. Grupo amostral: [4..]
4-Não-beneficiário – Fila de espera do Crédito Fundiário
4. Nome da Associação, Imóvel:
A) Imóvel: [.....]
B) Associação: [.....] (Chave 7) Cód: [.....]
5. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]
6. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

Identificação do entrevistado

8. Nome do entrevistado: [.....]
[.....]
9. Como o(a) Sr.(a) é conhecido(a) na comunidade? [.....]
[.....]

Controle do entrevistador

10. Entrevistador: Cód: [.....]
11. Data e horário da entrevista:
A) Data (dd/mm/aaaa): [.....]
B) Horário de início (hh:mm): [.....]
C) Horário de término (hh:mm): [.....]

Controle do coordenador de campo

12. Coordenador de campo: Cód: [.....]
13. Data da supervisão (dd/mm/aaaa): [.....]
14. Situação do questionário:
1-Aprovado [.....]
2-Recusado
15. Justificativa do supervisor quando o questionário for aprovado com inconsistências ou recusado:
[.....]
[.....]
[.....]
[.....]

Controle do digitador

16. Digitador: Cód: [.....]
17. Data da digitação (dd/mm/aaaa): [.....]

C – ACESSO À TERRA

➤ Neste conjunto de perguntas são caracterizadas as formas pelas quais o entrevistado consegue acesso à terra.

Área do entrevistado

➤ Considera-se como área do entrevistado, as terras de gestão do entrevistado, contíguas ou não.

50. O(A) Sr.(a) já explora alguma área nas terras que serão compradas? (inclui áreas de moradia e quintal, produção individual, cota parte em produção, parceria)
- 1-Sim
2-Não (siga para 53)
51. Quando começou a explorar área nas terras que serão compradas? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos:
52. Em Julho/2006, qual era a sua área explorada nas terras que serão compradas? Área: (ha)
53. Em Julho/2006, o(a) Sr.(a) explorava alguma área de terra fora do imóvel que será comprado?
- 1-Sim
2-Não (siga para 55)
54. Em Julho/2006, qual era sua área fora do imóvel que será comprado? (inclui áreas de moradia e quintal, produção individual, cota parte em produção, parceria) Área: (ha)
55. Compare Julho/2006 com Julho/2000. Qual foi o aumento da sua área de terra? Área: (ha) (use valores positivos, negativos, ou zero)

Uso do solo individual ou em sociedade entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ O quadro abaixo refere-se ao total de terras exploradas pelo entrevistado. Ou seja, refere-se às áreas sob gestão individual ou em sociedade, incluindo as áreas tomadas em arrendamento e em parceria (não incluir área cedida em arrendamento).

Uso do solo	56. Área total (inclusive quintal) (ha)
A) Culturas permanentes (inclusive florestas plantadas)	<input type="text"/>
B) Culturas temporárias e quintal	<input type="text"/>
C) Pastagem	<input type="text"/>
D) Matas, florestas naturais e áreas de proteção	<input type="text"/>
E) Área total	<input type="text"/>

Terras cedidas e tomadas em arrendamento entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Quando o pagamento ou recebimento não for feito em dinheiro (total ou parcialmente), registre o valor equivalente em reais referente às outras formas de pagamento. Preencha com ZERO quando não houver arrendamento.

57. Indique a área tomada em arrendamento e o valor pago:
- A) Área: (ha)
- B) Total pago em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de pagamento: (R\$)
58. Indique a área cedida em arrendamento e o valor recebido:
- A) Área: (ha)
- B) Total recebido em dinheiro: (R\$)
- C) Valor equivalente a outras formas de recebimento: (R\$)

D – REBANHO E PRODUÇÃO ANIMAL

➤ Este conjunto de perguntas refere-se aos animais do entrevistado. Todas as informações dirigidas ao entrevistado como fonte, incluem também os membros de sua família residentes no mesmo domicílio.

➤ O quadro abaixo refere-se aos **efetivos totais** do entrevistado e família, **independente do local** onde estejam seus animais. Preencha primeiro os tipos de rebanho e depois continue com a caracterização da produção.

REBANHO			EFETIVO			ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006		
59. Nº linha	60. Código do rebanho (Chave 1)	61. Tipo de rebanho (descreva)	62. Nº de animais em 31/Julho/2006	63. Valor total do rebanho/ animais em 31/Julho/2006	64. Nº de animais que tinha em 31/Dezembro/ 1997	CONSUMO		VENDAS
						65. Nº de animais abatidos para consumo	66. Nº de animais vendidos (se for zero siga para próxima linha)	67. Valor total das vendas (R\$)
1	101	BOVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
2	102	SUÍNOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
3	103	CAPRINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
4	104	OVINOS	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
5	105	AVES	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
6	106	CAVALO/JUMENTO	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
7	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
8	199	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

E – PRODUÇÃO VEGETAL E EXTRATIVISMO

➤ Este conjunto de perguntas refere-se à área sob gestão do entrevistado, incluindo a produção do quintal. Muita atenção para o fato de que **UMA MESMA CULTURA CULTIVADA EM DIFERENTES PARCELAS** (solteira, consorciada, intercalada etc.) **DEVE SER LISTADA SEPARADAMENTE**, aproveitando as informações do croqui anteriormente elaborado.

Produtos agrícolas obtidos entre Agosto/2005 e Julho/2006

➤ Preencha primeiro a lista de produtos das lavouras temporárias, permanentes, extrativismo, silvicultura e horticultura. Depois continue com as demais colunas.

PRODUTO			PRODUÇÃO			CONSUMO	PREÇO	VENDAS	
77. Nº linha	78. Código do produto (Chave 1)	79. Nome do produto	80. Área colhida entre Agosto/2005 e Julho/2006 (ha)	81. Quantidade colhida (se for zero siga para próxima linha)	82. Unidade da quantidade (Chave 2)	83. Quantidade consumida e armazenada	84. Preço unitário (R\$)	85. Quantidade vendida (se for zero siga para próxima linha)	86. Valor total das vendas (R\$)
1	602	ACEROLA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	610	BANANA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	618	CAJU CASTANHA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	651	MARACUJÁ	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	407	BABAÇU (CÓCO)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	408	BABAÇU (AMÊNDOA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	605	ALGODÃO EM CAROÇO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	708	ARROZ EM CASCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	710	BATATA DOCE	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	722	FAVA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	723	FEIJÃO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	300	HORTALIÇAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	600	FRUTEIRAS DE QUINTAL	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	750	MORANGA (ABÓBORA)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	744	MACAXEIRA (AIPIM)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	743	MANDIOCA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	345	MELANCIA	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	749	MILHO EM ESPIGA (VERDE)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	748	MILHO EM GRÃO	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

F – DERIVADOS DA PRODUÇÃO ANIMAL E VEGETAL

Derivados da produção animal (inclusive leite) e produtos agrícolas beneficiados entre Agosto/2005 e Julho/2006

> Este conjunto de perguntas refere-se à produção do entrevistado. Preencha primeiro a lista de produtos e depois continue com as demais colunas.

97. N° linha	98. Código do produto (Chave 1)	99. Nome do produto	PRODUÇÃO		CONSUMO	PREÇO	VENDAS	
			100. Quantidade	101. Unidade da quantidade (Chave 2)	102. Quantidade consumida e armazenada	103. Preço unitário (R\$)	104. Quantidade vendida (se for zero siga para a próxima linha)	105. Valor das vendas (R\$)
1	111	Leite bovino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	113	Leite caprino	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	212	Carne seca, carne de sol	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	216	Ovos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	205	Queijo ou requeijão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	802	Arroz beneficiado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	826	Farinha de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	834	Fubá de milho	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	827	Goma (polvilho) de mandioca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	439	Estacas de madeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	446	Lenha	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	509	Moirões	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	502	Carvão vegetal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

G – PRÁTICAS NA PRODUÇÃO VEGETAL

> Para o preenchimento das perguntas abaixo considere a produção agropecuária do entrevistado.

> As perguntas a seguir referem-se às principais práticas agrícolas no período de Agosto/2005 a Julho/2006.

114. Principal força de trabalho utilizada no preparo da terra: [.....] 118. Principal tipo de adubação empregada: [.....]
 -1-Não se aplica
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/mecânica
 -1-Não se aplica
 1-Química
 2-Orgânica
 3-Nenhuma
115. Principal força de trabalho utilizada no plantio: [.....] 119. Principal maneira de se fazer capinas: [.....]
 -1-Não se aplica
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/mecânica
 -1-Não se aplica
 1-Manual/enxada
 2-Tração animal
 3-Trator/ mecânica
 4-Uso de herbicidas
116. Principal procedência das sementes e mudas: [.....] 120. Principal força de trabalho utilizada na colheita: [.....]
 -1-Não se aplica
 1-Própria ou de vizinhos
 2-Adquirida, comum
 3-Adquirida, certificada
 -1-Não se aplica
 1-Manual
 2-Animal
 3-Trator/colhedeira
117. Principal tipo de defensivo agrícola utilizado: [.....] 121. Área irrigada (ha): [.....]
 -1-Não se aplica
 1-Apenas naturais
 2-Agroquímicos
 3-Nenhum
 -1-Não se aplica

H – DESPESAS GERAIS E INVESTIMENTOS

Despesas com mão-de-obra, materiais e serviços de máquinas utilizados na produção

➤ As perguntas deste bloco tem o objetivo de registrar informações sobre as despesas realizadas com a utilização de insumos e serviços na produção entre **AGOSTO/2005 e JULHO/2006**.

➤ Utilize o quadro de rascunho para estimar os itens com asterisco (*). Inicie o preenchimento do quadro com as principais despesas realizadas. Depois colete os dados sobre os dias trabalhados e os valores desembolsados.

DESPESAS	ENTRE AGOSTO/2005 E JULHO/2006	
	123. Valor pago em dinheiro (R\$)	124. Número de dias trabalhados que não foram pagos em dinheiro
A) Trabalho dos moradores e familiares não residentes (*)	[.....]	[.....]
B) Empregados permanentes	[.....]	
C) Diaristas (*)	[.....]	
D) Serviços (*)	[.....]	
E) Insumos (*)	[.....]	
F) Investimentos (*)	[.....]	
G) Taxas em geral	[.....]	
H) Outras despesas	[.....]	

Anotações

Quadro rascunho a ser utilizado pelo entrevistador para calcular as despesas, entre Agosto/2005 e Julho/2006

Lista de insumos		Lista de investimentos		Lista de serviços		Diaristas		Trabalho moradores e familiares não residentes	
Insumos	Valor (R\$)	Investimentos	Valor (R\$)	Serviços	Valor (R\$)	Dias trabalhados em cada mês		Dias trabalhados em cada mês	
						Mês	Dias	Mês	Dias
Rações		Abertura de novas áreas para agricultura		Energia elétrica		1		1	
Silagem, palma, grãos, farelos		Plantio e reforma de lavouras permanentes, reforestamento etc.		Aluguel de animais de trabalho		2		2	
Sal comum, sal mineral, uréia		Plantio e reforma de pastos e forrageiras		Aluguel de máquinas e equipamentos		3		3	
Vacinas e medicamentos		Construção e reforma de cercas		Assistência técnica		4		4	
Sementes e mudas		Construção e reforma de edificações (currais, galpões, casas etc.)		Armazenamento		5		5	
Adubos e corretivos		Construção e reforma de estruturas de armazenamento d'água (caixa d'água, cisterna, poço, açude, barragem)		Processamento		6		6	
Pesticidas		Construção e reforma de infra-estrutura (rede elétrica, rede água, carreadores)		Transporte da produção		7		7	
Embalagens sacaria		Aquisição de animais				8		8	
Combustível lubrificantes		Aquisição de veículos, máquinas e implementos agropecuários				9		9	
Água para irrigação		Aquisição de equipamentos de irrigação				10		10	
Outros		Aquisição de equipamentos de irrigação				11		11	
		Aquisição de novas terras				12		12	
		Outros investimentos							
Total:	<input type="text"/>	Total:	<input type="text"/>	Total:	<input type="text"/>	Total:	<input type="text"/>	Total:	<input type="text"/>

Anotações

I – PATRIMÔNIO DA FAMÍLIA E DEMAIS RENDIMENTOS

Bens domésticos duráveis

➤ Inicie com o preenchimento da lista de bens domésticos (exemplo: eletrodomésticos, móveis, bicicletas, motos, veículos de passeio etc.), identificando **quais ele possui em julho de 2006** e aqueles que possuía **em 1997**. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS**. Portanto a pergunta 135 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 134.

➤ Os itens marcados com asterisco (*) serão utilizados para cálculo do indicador da ABIPEME.

➤ Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

129. Nº item	130. Código do item (Chave 3)	131. Descrição do item	132. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	133. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr.(a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	134. Quantidade que tinha em 31/Dezembro/1997 (se for zero siga para próxima linha)	135. Por quanto o(a) Sr.(a) o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) em 1997?
1	061	Antena parabólica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	062	Aparelho de som, toca fita, rádio gravador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	025	Automóvel*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	065	Bicicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	045	Motocicleta	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	073	Fogão a gás	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	076	Geladeira*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	075	Freezer*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	079	Máquina costura	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	082	Rádio, radiola*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	084	Sofá/poltrona	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	087	TV em cores*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	088	TV P&B	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	089	Ventilador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	092	Chuveiro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	093	Ferro elétrico	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	094	Liquidificador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	095	Aspirador de pó*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	096	Máquina de lavar roupa*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	097	Vídeo cassete ou DVD*	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	078	Guarda-roupa, cômoda, baú, arca	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
26	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Anotações

Máquinas, implementos e instalações do entrevistado

➤ Inicie com o preenchimento da lista de máquinas, implementos e instalações, identificando **quais ele possui em julho de 2006** e aqueles que possuía em **1997**. **ATENÇÃO PARA O FATO DE QUE O BEM PODE OU NÃO SER O MESMO NOS DOIS PERÍODOS**. Portanto a pergunta 142 deverá ser feita somente quando houver troca ou venda dos bens anotados na pergunta 141.

➤ Os campos para quantidade e valor dos bens deverão ser preenchidos com a soma dos bens, segundo os itens anotados no quadro.

136. Nº item	137. Código (Chave 3)	138. Descrição do item	139. Quantidade que possuía em 31/Julho/2006	140. Se esse(s) bem (bens) não fosse(m) seu(s), por quanto o(a) Sr.(a) conseguira comprar, no estado em que se encontra(m) hoje?	141. Quantidade em 31/Dezembro/1997 (se for zero siga para próxima linha)	142. Por quanto o(a) Sr.(a) acha que o(s) compraria hoje, no estado em que se encontrava(m) em 1997?
1	023	Arado, grade tração animal	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
2	029	Bomba d'água	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
3	033	Carroça, charrete, carro de boi	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
4	034	Cavador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
5	006	Cerca, cerca elétrica	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
6	007	Chiqueiro, pocilga, baia, confinamento para porcos	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
7	036	Cultivador	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
8	008	Curral, estábulo, estrebaria, potreiro, mangueira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
9	040	Enxada, enxadão	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
10	041	Facão, foice	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
11	042	Kit irrigação	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
12	043	Machado	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
13	044	Matraca, plantadeira manual	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
14	049	Moto serra	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
15	052	Plantadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
16	054	Pulverizador costal (motorizado, manual)	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
17	020	Tanque, reservatório, caixa d'água, cisterna	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
18	058	Trator acima de 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
19	059	Trator até 50 cv	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
20	032	Carreta de trator	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
21	091	Furadeira	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
22	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
23	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
24	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]
25	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]	[.....]

Contas bancárias

150. Tinha conta em banco (poupança ou conta corrente) ...

1-Sim

2-Não (siga para 152)

A) Em 31/Julho/2006?

[.....]

B) Em 31/Julho/1997?

[.....]

151. Quanto tinha no banco (poupança, conta corrente, aplicações) ...

A) Em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

B) Em 31/Julho/1997: (R\$)

[.....]

Empréstimos

152. Valor total dos empréstimos concedidos e ainda não recebidos para vizinhos, filhos, outros parentes, etc.:

A) Em 31/Julho/2006: (R\$)

[.....]

B) Em 31/Julho/1997: (R\$)

[.....]

Dívidas

153. Valor total dos empréstimos tomados de vizinhos, filhos, parentes etc. ainda não quitados em 31/Julho/2006:
- A) Em 31/Julho/2006: (R\$) [.....]
- B) Em 31/Julho/1997: (R\$) [.....]
154. Valor total de dívidas em 31/Julho/2006 de ...
- A) Compras em estabelecimentos comerciais, fiado: (R\$) [.....]
- B) Crédito rural vencido, mas não quitado: (R\$) [.....]
- C) Crédito rural a vencer: (R\$) [.....]

Valor de outros imóveis e seus rendimentos

155. O(A) Sr.(a) tem outras propriedades, terrenos, casas, barracões (exceto o lote no Projeto)? Quais?
- A) 31/Julho/2000 B) 31/Julho/2006
- A) Valor de imóveis rurais: (R\$) [.....] [.....]
- B) Valor de terrenos urbanos: (R\$) [.....] [.....]
- C) Valor de casa, barracão urbano: (R\$) [.....] [.....]
156. Quais foram as receitas totais obtidas com outras propriedades, terrenos, casas, barracões (exceto o lote no Projeto), entre Agosto/2005 e Julho/2006 (exceto a receita com produção declarada nos quadros anteriores):
- A) Imóveis rurais (produção e arrendamento): (R\$) [.....]
- B) Terreno urbano (aluguel): (R\$) [.....]
- C) Casa ou barracão urbano (aluguel): (R\$) [.....]

Outros rendimentos da família

- As perguntas a seguir têm a finalidade de registrar outros rendimentos e receitas além dos obtidos com a produção agropecuária. Todos os auxílios em espécie, como cestas básicas, devem ser convertidos em valor monetários.
157. Qual foi a receita total obtida por moradores do domicílio com trabalho fora da área de terra explorada entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
158. Qual foi a receita total obtida com venda de produtos e serviços não agropecuários (artesanato, guia de turismo etc.) entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]

159. Qual foi a renda líquida obtida em outras atividades comerciais entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
160. Qual foi a receita total obtida com aluguel e prestação de serviços com veículos, máquinas, implementos e instalações agropecuárias entre Agosto/2005 e Julho/2006? (R\$) [.....]
161. Quais foram os auxílios recebidos pela família entre Agosto/2005 e Julho/2006? Preencha com o valor anual total recebido.
- A) Bolsa família: (R\$) [.....]
- B) Bolsa alimentação: (R\$) [.....]
- C) Cartão alimentação: (R\$) [.....]
- D) Cesta básica: (R\$) [.....]
- E) Valor equivalente aos benefícios do Programa do Leite: (R\$) [.....]
- F) Vale ou auxílio gás: (R\$) [.....]
- G) Bolsa escola: (R\$) [.....]
- H) Educação ou creche: (R\$) [.....]
- I) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): (R\$) [.....]
- J) Transporte: (R\$) [.....]
- K) Para saúde ou reabilitação: (R\$) [.....]
- L) Seguro desemprego: (R\$) [.....]
- M) Garantia à safra: (R\$) [.....]
- N) PROAGRO: (R\$) [.....]
- O) Auxílios emergenciais em calamidades: (R\$) [.....]
- P) Outros programas de complementação de renda: (R\$) [.....]

162. Qual era o rendimento anual total dos membros da família entre Agosto/2005 e Julho/2006, para os itens:
- A) Aposentadoria: (R\$) [.....]
- B) Pensão: (R\$) [.....]
- C) Remessas recebidas de familiares não moradores: (R\$) [.....]
- D) Remessas recebidas de outros: (R\$) [.....]
- E) Outras fontes ou atividades: (R\$) [.....]

K – INSTRUMENTOS DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO

Crédito, financiamentos e assistência técnica

- Empréstimos tomados pelo entrevistado para as atividades produtivas e outros fins.
171. O(A) Sr.(a) solicitou crédito rural (custeio, investimento, comercialização) ou outros financiamentos para atividades desenvolvidas de Agosto/2005 até Julho/2006? [.....]
- 1-Sim, conseguiu aprovação de pelo menos um
- 2-Sim, mas não conseguiu aprovação
- 3-Não (siga para 173)

172. Quanto obteve de crédito rural entre Agosto/2005 e Julho/2006 para investimento, custeio e comercialização?
- Fontes de crédito rural:
- 1-PRONAF
- 2-Cooperativa de qualquer tipo
- 3-Intermediário, vendedor de insumos, agroindústria
- 4-Infomal
- 5-PCPR
- 6-Prefeitura
- 7-Outra
- 2-Não sabe

	A) VALOR (R\$)	B) FONTE
A) Investimento:	[.....]	[.....]
B) Custeio:	[.....]	[.....]
C) Comercialização:	[.....]	[.....]
D) Outra finalidade:	[.....]	[.....]

173. Com que frequência recebeu algum tipo de assistência técnica entre Agosto/2005 e Julho/2006? [.....]
 1-Mensal
 2-Semestral
 3-De vez em quando/espontaneamente
 4-Não recebeu (siga para 224)
174. Como o(a) Sr.(a) avalia a qualidade dos serviços de assistência técnica utilizados entre Agosto/2005 e Julho/2006? [.....]
 1-Ruim
 2-Média
 3-Boa

L – CAPITAL SOCIAL

Antecedentes

224. Em que ano o grupo de pessoas que apresentou a proposta para a compra da terra começou a se mobilizar para comprar? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos: [.....]
225. Você tinha relacionamento anterior com a maioria do grupo que se juntou para a compra da terra, seja por parentesco ou por amizade por mais de 3 anos? [.....]
 1-Sim
 2-Não
226. Como era seu relacionamento com o grupo antes dele começar a se mobilizar? [.....]
 1-Intenso
 2-Superficial
 3-Nenhum
227. O senhor já fazia parte da comunidade onde mora a maioria das pessoas que se organizaram para a compra da terra? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 229)
228. Se sim, há quanto tempo o senhor mora com esta comunidade? (aaaa) Preencha o ano com 4 dígitos: [.....]

Participação

229. Você ou alguém de sua família participava de alguma organização social, política ou religiosa, antes do período em que vocês se organizaram para comprar a terra? [.....]
 1-Sim
 2-Não (siga para 232)
230. Qual? (Preencha com 1-Sim, para as duas mais importantes e com 2-Não para as demais)
 [.....] A) Movimento dos Agricultores Sem Terra – MST
 [.....] B) Sindicato rural (CONTAG, FETAG etc.)
 [.....] C) Pastoral da Terra
 [.....] D) Associação comunitária
 [.....] E) Associação ou cooperativa de produtores
 [.....] F) Partido político
 [.....] G) Outra
231. Ocupava cargo na diretoria? [.....]
 1-Presidente
 2-Tesoureiro
 3-Secretário
 4-Conselheiro
 5-Outro
 6-NÃO

Acesso à informação

232. Hoje em dia, quando têm de tomar decisões a respeito de assuntos do interesse da comunidade, vocês recebem informações sobre o assunto: [.....]
 1-Suficientes
 2-Insuficientes
 3-Não recebem informações

233. Na sua comunidade, no período anterior a vocês se organizarem para apresentar a proposta para a compra da terra, quando tinham de tomar decisões a respeito de assuntos do interesse da comunidade, vocês recebiam informações: [.....]
 1-Suficientes
 2-Insuficientes
 3-Não recebia informações

Conhecimento sobre o Programa Crédito Fundiário

234. O projeto tem que ter uma área de produção coletiva? [.....]
 1-Não sabe
 2-Sim
 3-Não
235. O Crédito Fundiário faz parte do plano de reforma agrária? [.....]
 1-Não sabe
 2-Sim
 3-Não

Participação nas decisões da associação que se mobilizou para a compra da terra

236. Quantas reuniões a associação fez nos últimos 3 meses? (99-não lembra/não sabe) [.....]
237. De quantas reuniões da associação você participou nos últimos 3 meses? [.....]
 1-Todas
 2-A maioria
 3-Metade
 4-Poucas
 5-Nenhuma
238. Outros membros do seu domicílio participam das reuniões? [.....]
 1-Sim
 2-Não
239. Em sua opinião, como têm sido tomadas as decisões na associação? [.....]
 1-Com a participação da maioria
 2-Sem a participação da maioria (decisão tomada por poucos)
 3-Não sabe

Percepção sobre as vantagens da associação

240. Em geral, como você avalia o trabalho da associação? [.....]
 1-Bom
 2-Médio
 3-Ruim

Formação de redes familiares ou sociabilidade

- Antes de vocês começarem a se organizar para apresentar a proposta de compra da terra:
241. Com que frequência você fazia reuniões, trabalho conjunto ou visitas com sua comunidade? [.....]
 1-Muita
 2-Pouca
 3-Nunca

- 255B. Quais eram as fontes de abastecimento de água em 1997?
(resposta múltipla)
1-Sim 2-Não
- A) Água encanada da rede pública
 B) Cisterna na casa
 C) Chafariz comunitário com dessalinizador
 D) Chafariz comunitário
 E) Caminhão pipa
 F) Poço ou nascente
 G) Açude, barragem, cacimba, rio, barreiro
 H) Outro (anote):
256. Têm banheiro/sanitário na moradia?
1-Sim
2-Não
- A) Hoje:
B) Em 1997:
257. Qual é o principal destino do esgoto do domicílio?
1-Rede coletora de esgoto (pluvial)
2-Fossa séptica (revestida com alvenaria)
3-Fossa rudimentar (fossa negra)
4-Rede pública
5-Céu aberto, vala, rio, lago ou mar
6-Outra forma
- A) Hoje:
B) Em 1997:
258. Qual é a principal forma de iluminação no domicílio?
1-Elétrica (de rede, gerador, solar)
2-Óleo, querosene ou gás de botijão
3-Não tinha
4-Outra forma
- A) Hoje:
B) Em 1997:
- Segurança alimentar (1997 e 2006)**
- Selecione as palavras apropriadas, que se encontram entre parênteses, dependendo do número de pessoas e do número de adultos no domicílio.
- As próximas questões referem-se à alimentação consumida no seu domicílio e se o(a) Sr.(a) e outros membros do domicílio foram capazes de conseguir a alimentação que precisam, em 1997 e nos últimos 12 meses.
- Eu vou ler dois comentários que as pessoas costumam fazer sobre a situação da alimentação delas.
- Por favor, me diga se a frase é verdadeira para sua situação (ou de outros membros do domicílio), em 1997 e nos últimos 12 meses (atual):
- A primeira frase é a seguinte:
259. "A comida que (eu/nós) tínhamos não durou muito, e (eu/nós) não tivemos dinheiro para comprar mais".
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio em 1997 (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
1-Sempre verdadeiro
2-Algumas vezes verdadeiro
3-Nunca verdadeiro
260. "(Eu/nós) não conseguimos ter uma alimentação variada (balanceada) para comer."
- Isso foi SEMPRE, ALGUMAS VEZES, ou NUNCA verdadeiro para o(a) Sr.(a)/ seu domicílio em 1997 (antes)/ nos últimos 12 meses (atualmente)?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
1-Sempre verdadeiro
2-Algumas vezes verdadeiro
3-Nunca verdadeiro
261. O(A) Sr.(a), ou outros ADULTOS no seu domicílio, alguma vez chegaram a diminuir a quantidade de comida na refeição (almoço ou jantar) ou deixaram de almoçar ou jantar porque não tinham o que comer e nem dinheiro para comprar mais comida?
- Em 1997 (antes)/ Nos últimos 12 meses (atualmente).
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou (siga para 263)
1-Sim
2-Não (siga para 263)
262. Com que frequência isso acontece – quase todo mês; alguns meses, mas não todo mês; somente em 1 ou 2 meses?
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
1-Quase todo mês
2-Alguns meses, mas não todo mês
3-Somente 1 ou 2 meses
263. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez se alimentou menos do que do(a) Sr.(a) acha que deveria, porque não tinha dinheiro para comprar mais comida?
- Alimentar-se menos do que deveria é diferente de passar fome.
- Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
1-Sim
2-Não
264. O(A) Sr.(a) (apenas o entrevistado) alguma vez passou fome porque não tinha como conseguir comida?
- Passar fome – sensação de desconforto ou dor por falta de alimentação, é mais severo do que se alimentar menos do que acha que deveria.
- A) Antes B) Atual
- 2-Não sabe, não informou
1-Sim
2-Não

Saúde do domicílio

➤ As perguntas desse módulo referem-se apenas aos **MEMBROS DO DOMICÍLIO**.

Quantas pessoas da família tiveram...	265. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	266. Em relação a 1997? 1-Aumentou 2-Igual 3-Diminuiu
A) ... Verminosos?	[.....]	[.....]
B) ... Malária?	[.....]	[.....]
C) ... Dengue?	[.....]	[.....]
D) ... Tuberculose?	[.....]	[.....]
E) ... Doença de Chagas?	[.....]	[.....]
F) ... Leishmaniose (botão do oriente, úlcera de Bauru, úlcera oriental, boubá brasileira)?	[.....]	[.....]
G) ... Diarréia?	[.....]	[.....]
H) ... Esquistossomose (ou prela, transmitida pelo caramujo)?	[.....]	[.....]
I) ... Leptospirose (conhecida pela transmissão pela urina do rato)?	[.....]	[.....]
J) ... Febre amarela?	[.....]	[.....]
K) ... Outras doenças?	[.....]	[.....]
L) ... Hepatite?	[.....]	[.....]
M) ... Asma?	[.....]	[.....]

Acesso à educação

➤ Este quadro refere-se à **disponibilidade** de escolas e meios de transporte na região da moradia, independente dos residentes do domicílio frequentarem a escola.

Escola de ...	Qual era a distância para ir da moradia até a escola mais próxima? (Km)	
	267. Entre Agosto/2005 e Julho/2006	268. Em 1997 -2 Não sabe
A) ... 1ª a 4ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
B) ... 5ª a 8ª série do ensino fundamental (1º grau)	[.....]	[.....]
C) ... Ensino médio (2º grau)	[.....]	[.....]

269. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para 1ª a 4ª series?
1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006

[.....] B) Em 1997

270. A comunidade era/é atendida por transporte escolar para 5ª a 8ª series?
1-Sim 2-Não

[.....] A) Entre Agosto/2005 e Julho/2006

[.....] B) Em 1997

CADASTRO DO ENTREVISTADO

271. RG: [.....]

272. CPF: [.....]

273. Rua (ou caixa postal): [.....]
[.....]

274. Município (Chave 5): [.....] Cód: [.....]

275. UF (Chave 6): [.....] Cód: [.....]

276. CEP: [.....]

277. Telefone: [.....]

Anotações

7.3 Instrumentos de Coleta da Avaliação do Programa Cadastro de Terras e Regularização Fundiária no Brasil – Perfil de Entrada dos Agricultores e Capacidade Operacional das Instituições

 <p>FUBRA Fundação Universitária de Brasília</p> <p>PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL CARACTERIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS</p>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td colspan="5">Município/Distrito</td> </tr> <tr> <td colspan="5">No. do questionário</td> </tr> <tr> <td style="width: 20%;"></td> </tr> <tr> <td colspan="5">Data de preenchimento: (dd/mm/aa)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">/</td> <td style="text-align: center;">/</td> <td colspan="3"></td> </tr> </table>	Município/Distrito					No. do questionário										Data de preenchimento: (dd/mm/aa)					/	/			
Município/Distrito																										
No. do questionário																										
Data de preenchimento: (dd/mm/aa)																										
/	/																									
NOME DO ENTREVISTADOR -																										
CPF DO ENTREVISTADOR																										
01	LOCALIZAÇÃO																									
1.1 - CÓDIGO DO IBGE																										
1.2 - CÓDIGO IMÓVEL RURAL – INCRA (não é obrigatório)																										
1.3 - NOME DA ÁREA																										
1.4 - ÁREA DA UFP																										
Hectares (*) →				Módulos Rurais																						
1.5 – ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA -																										
1.6 – CONDIÇÕES DE ACESSO A PARTIR DA SEDE MUNICIPAL (em Km.)																										
	km. asfaltado em boas condições	km. em terra em boas condições																								
	km. asfaltado em condições precárias	km. todo em terra em condições precárias																								

02	CARACTERÍSTICAS DO OCUPANTE
-----------	------------------------------------

2.1 - NOME DO TITULAR -											
2.2 - RAÇA OU COR (perguntar)								2.3 - SEXO		2.4 - IDADE	
	Branca	Negra	Amarela	Parda	Indígena			M	F		A

2.5 - Estado Civil			2.6 - Estuda			Não			Sim → Nível de instrução		
2.7 - Ocupação											



UTILIZE LISTA DE CÓDIGOS FORNECIDA PELA COORDENAÇÃO.

2.8 - Quais documentos pessoais listados abaixo você NÃO possui?											
Tipo						Tipo					
- Certidão de nascimento (CN)						- Certidão de casamento (CC)					
- Carteira de identidade (RG)						Cadastro de Pessoa Física - CPF					
- Carteira de trabalho (CT)						- Título de eleitor (TE)					
- Carteira de motorista (CM)						- Bloco de Notas Fiscais (BN)					
- Registro do Produtor (RP)						- Conta bancária (CB)					

2.09 - Quais são as principais razões para você NÃO ter os documentos assinalados. (ler as opções)											
Não são importantes.				Acho que nunca vou precisar.				Não tenho como ir até a cidade.			
Não tenho dinheiro para tirar.				Não sei onde devo ir.				Outras razões.			

2.10 - Informe o número de um dos documentos, preferencialmente, CPF ou RG.											
2.11 - CPF						2.12 - RG					

2.13 - Não possuindo nem CPF e nem RG, indique o tipo e o número de documento que você possui (use as siglas do qd. 2.8)											
No. do documento informado											

2.14 - Qual sua nacionalidade?											
Brasileiro nato				Brasileiro naturalizado				Estrangeiro			

2.15 - Qual o seu Município de origem?											UF

2.16 - Há quanto tempo mora sem interrupção neste Município?											Anos

2.17 - Há quanto tempo é agricultor familiar?											Anos

2.18 - Há quanto tempo trabalha no meio rural, na condição de posseiro ou proprietário?											Anos

2.19 - Onde você mora atualmente?											
Na Unidade Familiar de Produção											
Fora da Unidade Familiar de Produção →						Zona Urbana			Zona Rural		
Parte do tempo na UFP e parte do tempo fora da UFP											

2.20 - Há quantos anos você se encontra na condição declarada na resposta anterior?											
Menos de 1 ano				De 1 à 5 anos				Acima de 05 anos			

2.21 – Se você não mora na UFP, o imóvel que você ocupa é próprio ou alugado?	
Imóvel próprio	Imóvel alugado → siga para 2.23

2.22 – Se o imóvel declarado na questão anterior for próprio, qual o material de construção utilizado que predomina?					
Alvenaria	Madeira	Adobe	Taipa	Lona	

2.23 – Onde você trabalha atualmente?			
Na própria Unidade Familiar de Produção (siga para 2.25)			
Fora da Unidade Familiar de Produção →		Zona Urbana	Zona Rural
Parte do tempo na Unidade Familiar de Produção e parte do tempo fora da UFP.			

2.24 – Se você trabalha fora da UFP ou parte do tempo fora e parte do tempo na UFP, qual é a atividade que você tem?			
Arrendatário	Comerciante	Outra atividade assalariada	
Meeiro	Atividade na construção civil	Atividade assalariada rural	
Parceiro	Feirante	Renda Mensal → R\$	

2.25 – Qual (is) desse(s) benefício(s) social(is) você e sua família recebem?							
Aposentadoria	R\$	PETI	R\$	Bolsa Escola	R\$		
Bolsa família	R\$	Vale-gás	R\$	Cartão Alimentação	R\$		
Pensão	R\$	Bolsa Cidadã	R\$	BPC (*)	R\$		
Não sabe				Outros	R\$		
RENDA MÉDIA MENSAL → R\$							

BPC = Benefício de prestação continuada

2.26 – Assinale a(s) entidade(s) na(s) qual você é associado e dê sua opinião sobre a importância da mesma.

Tipo de entidade	MI	PI	SI
Sindicato dos Trabalhadores Rurais			
Movimentos de Trabalhadores Rurais			
Cooperativa Rural			
Sindicato Rural (patronal)			
Associação de Moradores			
Grupos ligados à Igreja			
Outro. Especifique			
Não participo de nenhuma entidade			

→ Siga para 2.30

MI = Muito importante PI = Pouco Importante SI = Sem importância

2.27 – Com que frequência você participa das reuniões desta(s) entidade(s)?			
Tipo de entidade	SEMPRE	RARAMENTE	NUNCA
Sindicato dos Trabalhadores Rurais			
Movimentos de Trabalhadores Rurais			
Cooperativa Rural			
Sindicato Rural (patronal)			
Associação de Moradores			
Grupos ligados à Igreja			
Outro. Especifique			

2.28 – Você sente que seus problemas são ouvidos pela entidade da qual você faz parte?

Tipo de entidade		SIM	NÃO	Tipo de entidade		SIM	NÃO
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais				Sindicato Rural (patronal)		
	Movimentos de Trabalhadores Rurais				Associação de Moradores		
	Cooperativa Rural				Grupos ligados à Igreja		
	Outro. Especifique						

2.29 – Nas reuniões em que você participa, qual é normalmente o seu comportamento?

Tipo de entidade		DOU OPINIÕES	NÃO DOU OPINIÕES MAS VOTO CONSCIENTE	VOU SÓ PARA OUVIR
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais			
	Movimentos de Trabalhadores Rurais			
	Cooperativa Rural			
	Sindicato Rural (patronal)			
	Associação de Moradores			
	Grupos ligados à Igreja			
	Outro. Especifique			

2.30 – Além das entidades citadas na questão 2.26, você conhece outras entidades que atuam no meio rural e que existem na região? Quais?

1.	4.
2.	5.
3.	6.

2.31 – Quais as dificuldades que você enfrenta por não ter o título definitivo, registrado em cartório, da área que você ocupa?

	Não enfrento dificuldades
	Não consigo fazer nenhum tipo de empréstimo
	Não tenho segurança para fazer investimentos na área
	Não tenho segurança para fazer planos para mim e minha família
	Tenho uma terra que não se valoriza
	A área está sempre sujeita a conflitos
	Outros. Explique.

2.32 - Você já recebeu a visita de algum representante do Governo (Estadual, Federal ou Municipal), informando sobre a possibilidade da regularização de sua posse?

Sim	Não
-----	-----

2.33 - O que você espera que aconteça com você, sua família e sua área caso você receba o título definitivo de propriedade?

PARA PREENCHIMENTO DAS TABELAS “COMPOSIÇÃO FAMILIAR” E “LISTA DE MORADORES DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO” UTILIZE LISTA DE CÓDIGOS FORNECIDA PELA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS.

03 LISTA DE MORADORES DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO, ORDENADA POR DOMICÍLIO.

NÚMERO	SEXO		IDADE	ESTADO CIVIL	RELAÇÃO COM O TITULAR	ESTUDA		NÍVEL INSTRUÇÃO	OCUPAÇÃO	MORA NA ÁREA		TRABALHA NA ÁREA		RENDAMENTO MENSAL MÉDIA (R\$)	COMPÔE A R.F.	
	M	F				S	N			S	N	S	N		S	N
01																
02																
03																
04																
05																
06																
07																
08																
09																
10																
11																
12																
13																

R.F - Renda Familiar

4	CARACTERÍSTICAS DO(S) DOMICÍLIO(S) EXISTENTES NA UFP
----------	---

4.1 – Quantas casas de moradia existem na sua Unidade Familiar de Produção?						
--	--	--	--	--	--	--

Não existem casas de moradia	1	2	3	Mais do que 3		
------------------------------	---	---	---	---------------	--	--

4.2 – O material de construção que predomina na(s) casa(s) de moradia existentes é:						
--	--	--	--	--	--	--

Alvenaria	Madeira	Adobe	Taipa	Lona		
-----------	---------	-------	-------	------	--	--

4.3 – Qual o estágio de construção que predomina na(s) casa(as) de moradia existente(s) na UFP?						
--	--	--	--	--	--	--

Acabada	Semi acabada	Em construção				
---------	--------------	---------------	--	--	--	--

4.4 – A(s) casa(s) possui quantos cômodos em média?						
--	--	--	--	--	--	--

4.5 – Qual a área média total da(s) casa(s) existentes(s)?						M ²
---	--	--	--	--	--	----------------

4.6 – Qual é a forma de abastecimento de água utilizado em sua UFP?						
--	--	--	--	--	--	--

Caminhão Pipa.	Poço.	Cisterna de placa	Nascente na propriedade.			
Açude.	Outra forma.					

4.7 – Como é o sistema de abastecimento de água utilizado em sua UFP?						
--	--	--	--	--	--	--

Sistema comunitário.	Serve individualmente as pessoas.					
----------------------	-----------------------------------	--	--	--	--	--

4.8 – De que forma a água utilizada chega na(s) casa(s) existentes na UFP?						
---	--	--	--	--	--	--

Canalizada, só no terreno.	Canalizada, ao menos em 1 cômodo.	Não canalizada.				
----------------------------	-----------------------------------	-----------------	--	--	--	--

4.9 – O escoadouro do banheiro ou sanitário é ligado à:						
--	--	--	--	--	--	--

Não existe banheiro ou sanitário	Vala					
Fossa séptica	Rio, lago ou mar.					
Fossa rudimentar	Outros.					

4.10 – Qual o destino que você dá ao lixo gerado na sua UFP?						
---	--	--	--	--	--	--

Em grotas ou cisterna	Colocado em caçamba de serviço de limpeza					
Queimado na propriedade	Enterrado na propriedade					
Jogado em terreno baldio ou na estrada	Jogado no rio, lago ou mar					
Outro. Especifique.						

4.11 – Sua UFP é servida por luz elétrica?						
---	--	--	--	--	--	--

SIM. → Cite a fonte.						
Rede Pública	Energia eólica	Gerador				
Energia solar	Outra fonte de energia					

4.12 – Se sua UFP não for servida por luz elétrica, qual a distância do ponto de energia mais próximo?						
---	--	--	--	--	--	--

De 500 m. à 1 Km.	De 1 km. à 3 Km.	Acima de 3 Km				
-------------------	------------------	---------------	--	--	--	--

4.13 – Quais e quantos destes bens você possui em sua casa?							
--	--	--	--	--	--	--	--

ITEM	QTD	ITEM	QTD	ITEM	QTD	ITEM	QTD
Televisão		Rádio		Computador		Microondas	
Video cassete		Antena parabólica		Internet		Liquidificador	
Aparelho de DVD		Telefone fixo		Geladeira		Maq. lavar roupa	
Tocador de CD		Telefone celular		Freezer		Batedeira	
Bicicleta		Motocicleta		Carro passeio		Outros	

05

QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

5.1 – Como você e sua família avaliam os seguintes serviços públicos mais comumente utilizados?

SERVIÇO	CLASSIFICAÇÃO		
	BOA	MÉDIA	RUIM
Telefone público			
Creche			
Escola			
Posto de Saúde			
Hospital			
Transporte coletivo			
Transporte escolar			
Segurança Pública			
Eletrificação Rural			

5.2 – Qual o grau de dificuldade que você e sua família tem para usar os seguintes serviços públicos e por quê?

SERVIÇO	GRAU DE DIFICULDADE				PRINCIPAIS RAZÕES				
	A	M	B	I	DIST.	PREC.	NS	HFI	HOI
Telefone público									
Creche									
Escola									
Posto de Saúde									
Hospital									
Transporte coletivo									
Transporte escolar									
Segurança Pública									
Eletrificação Rural									



LEGENDA	
Grau de dificuldade	Principais razões
A = Alto	DIST. = É distante de casa
M = Médio	PREC. = As vias de acesso são precárias
B = Baixo	NS = Eu não sei onde fica
I = Inexistente	HFI = O horário de funcionamento é irregular
	HOI = O horário do ônibus é irregular

6.2 - Da safra passada para a safra atual, houve derrubada de matas para incorporação de novas áreas para produção?

Sim, Cite as finalidades ↓				Não houve derrubada.			
Para formar pasto			ha	Para venda de madeira			ha
Para aumento de área de plantio			ha	Utilização em construção rural			ha
Para carvão			ha	Outros			ha

6.3 - Algum produto explorado em sua UFP é integrado à agro-indústria?

NÃO	SIM →	Suíno	Bovino	Grãos	Cana de açúcar
Outros. Especifique.					

6.4 - Qual o tamanho da agro-indústria?

Pequena (familiar)	Média	Grande	Não sei
--------------------	-------	--------	---------

6.5 - Você desenvolve alguma atividade de beneficiamento de seus produtos para venda ou consumo ?

Não. Sim. Quais? ↓	SISTEMA PRODUÇÃO		QUANTIDADES				VALOR DA VENDA (R\$)
	IND	COM	CONS.	UN.	VENDA	UN.	
Farinha de Mandioca							
Doces e compotas							
Queijos ou derivados de leite							
Polpa de frutas							
Açúcar, rapadura ou derivados de cana-de-açúcar							
Embutidos ou derivados de carne (lingüiça, carne seca, charque)							
Curau, pamonha ou outros derivados de milho verde							
Biscoitos, pães e outros derivados de farinha							
Artesanato							
Outros.							
Renda mensal média(R\$)							

- **IND.** – Sistema de produção individual.
- **COM** – Sistema de produção comunitário.

6.6 - Você faz agricultura orgânica em sua UFP?

NÃO	SIM →	Certificada	Não Certificada
------------	--------------	-------------	-----------------

6.7 - Você recebe orientação ou visita técnica para a exploração agropecuária em sua UFP?

NÃO → (Vá para 6.12)	SIM →	Esporadicamente	Regularmente
-----------------------------	--------------	-----------------	--------------

6.8 - Qual a origem da orientação técnica recebida?

ONG.	Serviço Municipal de ATER.	Sindicato.
Serviço particular de ATER.	Serviço Estadual de ATER.	Cooperativa.
Outro. Qual?		

6.9 - Como é a qualidade da orientação técnica que você recebe?

Boa	Média	Ruim
-----	-------	------

6.10 – Além de você, quem da sua família ou dos que moram com você, recebem orientação técnica?

Toda a família	Cônjuge	Filhas	Filhos
Somente eu recebo orientação técnica			Outras pessoas.

6.11 – Quais as principais mudanças que a orientação técnica trouxe para você e sua UFP?

Nenhuma.	Outros membros da família passaram a ajudar na lavoura
Aumentei a produtividade da lavoura	Aumentei o lucro na venda dos meus produtos
Aumentei produtividade dos animais	Aprendi a melhorar meus produtos para eles valerem mais
Passei a variar a minha produção	Aprendi sobre a importância da proteção ambiental.
Passei a ter acesso à crédito	Outros. Especifique.

6.12 – Quais são os métodos e práticas de produção utilizados na UFP que você ocupa?

Tração mecânica	Controle biológico de pragas/doenças	Rotação de pastagem
Tração animal	Agrotóxico	Biofertilizantes
Plantio em nível	Adubação química	Suplementação mineral
Queimada	Plantio direto	Calcário
Rotação de cultura	Irrigação	Outros
Descanso de solos para recuperação.	Inseminação artificial	

6.13 – Qual a condição dos recursos hídricos existentes em sua UFP?

Recursos	Protegidos?		Recursos	Protegidos?	
	SIM	NÃO		SIM	NÃO
Nascentes			Açudes ou lagos naturais		
Rios ou riachos			Poços ou cisternas		
Outros. Quais?					

6.14 – Existem unidades armazenadoras em sua UFP?

Tipo de unidade armazenadora	FORMA UTILIZAÇÃO		QUANT	CAPAC	UN.	VALOR ESTIMADO (R\$)
	IND	COM				
Paiol.						
Depósito ou silo para guarda de produção de grãos.						
Depósito ou silo para guarda de produção de outros produtos.						
Tanque de resfriamento de leite.						
Outro. Quais.						

- **IND.** – Individual- **COM.** – Comunitária

6.15 – Relacione as outras benfeitorias produtivas existentes na UFP.	ESTADO DE CONSERVAÇÃO			VALOR ESTIMADO (R\$)
	BOM	REG.	RUIM	
Terreiro para secagem de grãos				
Balança				
Chiqueiro				
Galinheiro				
Galpão de múltiplo uso				
Poços				
Bebedouros				
Cercas de arame liso				
Cercas de arame farpado				
Unidade de processamento				
Outros.				

6.16 – Qual a quantidade de máquinas e equipamentos existentes em sua Unidade Familiar de Produção. (*)							
DESCRIÇÃO	QTD.	PRÓPRIO		DESCRIÇÃO	QTD	PRÓPRIO	
		S	N			S	N
Tratores - menos de 100 CV				Pulverizadores/atomizado-			
Tratores - mais de 100 CV				Adubadeiras/calcareadeira			
Arado e escarificador				Picadeira de forragem			
Grades/enxadas rotativas				Caminhões			
Roçadeiras				Equip. de tração animal			
Semeadeiras/plantadeiras				Carroça			
Colheitadeiras				Equip. de irrigação			
Outros. Quais?							

6.17 – Qual a quantidade de animais (produção e serviço) existentes em sua Unidade Familiar de Produção.(*)					
QTD.	DESCRIÇÃO	QTD	DESCRIÇÃO	QTD	DESCRIÇÃO
	Bovino de pecuária de corte		Equinos		Suínos
	Bovino de pecuária mista		Aves		Caprinos
	Bovino de Pecuária de leite		Muares		Coelhos
	Touros (2 anos à mais)		Búfalos		Outros animais

(*) se não houver, preencher 000

6.18 – Qual a composição da mão-de-obra utilizada em sua UFP?		
Exclusivamente Familiar (siga para 6.20)	Predominantemente familiar (Vá para 6.19)	Predominantemente contratada (Vá para 6.19)

6.19 – Qual o número de pessoas contratadas por você na safra passada?			
	contratados, nas atividades de →	Preparo do solo	Plantio
Tratos culturais	Colheita	Beneficiamento	Comercialização

6.20 – Quanto você acha que vale a área que você ocupa (em R\$)?	R\$

6.21 – E se a sua área estivesse regularizada, qual seria o valor?	R\$

6.22 - Assinale qual(is) o(s) investimento(s) feito(s) por você nos 2 últimos anos em sua área?			
	Não houve investimentos	Compra de máquinas e implementos	
	Aquisição de terras	Reforma ou ampliação de benfeitorias	
	Aumento de área plantada	Construção de novas benfeitorias	
	Plantio ou melhoria de pastagem	Reforma na casa	
	Aquisição de animais	Outros	

07	CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
-----------	--

REF.: SAFRA ANTERIOR À APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

7.1 – Você já obteve financiamento e/ou empréstimo no último ano?			
Sim	Não. Porquê? → Vá para 7.6	Medo de contrair dívida	Não sabe como
Falta de garantia pessoal		Dividas anteriores	Não precisou

7.2 – Qual foi a origem do financiamento e/ou empréstimo?			
Banco particular	Banco estatal	Microcrédito	Crédito junto à Cooperativa
Empréstimos pessoais		Outros. Especifique.	

7.3 – Qual foi a finalidade do financiamento e/ou empréstimo?			
Custeio	Investimento	Beneficiamento	Comercialização
Manutenção da casa.			

7.4 - O financiamento e/ou empréstimo já foi pago ou está sendo pago em dia?			
Sim. → Vá para 7.6	Não. Qual o motivo? →	Não está na época de pagar.	
		Não tenho dinheiro.	
		Estou renegociando a dívida.	

7.5 – Você terá condições de pagar o financiamento e/ou empréstimo dentro do prazo de vencimento?			
Sim.	Não. Qual o motivo? →	As parcelas são muito altas.	
		Tive uma safra bem menor do que esperava	
		Perdi a lavoura e tive que recorrer ao seguro	
		Outras razões. Quais?	

7.6 – Você já recebeu financiamento do PRONAF?			
Sim. →	Em que ano? _____.	→	Qual o valor (R\$) _____
Nunca recebi PRONAF			

7.7 – Qual foi a finalidade do financiamento do PRONAF?			
Custeio	Investimento	Beneficiamento	Comercialização
Manutenção da casa.			

7.8 - O financiamento do PRONAF já foi pago?			
Sim. (Fim da entrevista)			Não.

7.9 – Você terá condições de pagar o financiamento do PRONAF dentro do prazo de vencimento?			
Sim. (Fim da entrevista)	Não. Qual o motivo? →	As parcelas são muito altas.	
		Tive uma safra bem menor do que esperava	
		Perdi a lavou e tive que recorrer ao seguro	
		Outras razões. Quais?	

TABELA DE CONVERSÃO DE MEDIDAS

Nome da Medida	Braças	Metros	Hectares
Alqueirão	100 x 200	220 x 440	9,68
Alqueire	75 x 75	165 x 165	2,72
Alqueire Mineiro/Alqueire geométrico	100 x 100	220 x 220	4,84
Alqueire Paulista	50 x 100	110 x 220	2,42
Braça Linear	-	2,20	-
Braça quadrada	-	2,20 x 2,20	0,000484
Data	10 x 20	22 x 44	0,10
Lêgua de sesmaria	3.000 x 3.000	6.600 x 6.600	4.356,00
Lêgua linear		6.000	-
Lêgua quadrada		6.000 x 6.000	3.600,00
Litro	5 x 25	11 x 55	0,06
Metro quadrado	-	-	0,0001
Mil covas	25 x 25	55 x 55	0,30
Quadra	60 x 60	132 x 132	1,74
Quadra	100 x 100	220 x 220	4,84
Quadra	50 x 50	110 x 110	1,21
Tarefa	25 x 25	55 x 55	0,30
Tarefa baiana	30 x 30	66 x 66	0,44

Fonte – INCRA – Manual de Orientação para preenchimento da Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais.

**PARA PREENCHIMENTO DAS TABELAS “COMPOSIÇÃO FAMILIAR” E
“LISTA DE MORADORES DA UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO”
UTILIZE OS CÓDIGOS APRESENTADOS AO FINAL DO QUESTIONÁRIO.**

ESTADO CIVIL

CÓD	DISCRIMINAÇÃO	CÓD	DISCRIMINAÇÃO.
SOL	Solteiro(a)	UES	Vive em União Estável
CAS	Casado(a)	DDI	Desquitado/Divorciado(a)
VIU	Viúvo(a)		

RELAÇÃO COM O TITULAR

CÓD	DISCRIMINAÇÃO	CÓD	DISCRIMINAÇÃO.
CC	Cônjuge, Companheiro(a)	EA	Empregado(a) Assalariado(a)
FE	Filho(a), Enteado(a)	PE	Parente do Empregado
PMS	Pai, Mãe, Sogro	IC	Individual em Domicílio Coletivo
NB	Neto(a), Bisneto(a)	ARR	Arrendatário(a)
IR	Irmão(a)	MEE	Meeiro(a)
AGR	Agregado(a)	OU	Outro
PEN	Pensionista		

NÍVEL DE INSTRUÇÃO

CÓD	DISCRIMINAÇÃO	CÓD	DISCRIMINAÇÃO.
NE	Nenhum (não lê, nem escreve ou apenas assina o nome)	MD	Médio (completo ou não)
NL	Lê e/ou escreve sem nunca ter frequentado a escola	TE	Técnico (completo ou não)
14	1 ^a . à 4 ^a . série (completa ou não)	SU	Superior (completo ou não)
58	5 ^a . à 8 ^a . série (completa ou não)		

TABELA DE OCUPAÇÃO

CÓD	DISCRIMINAÇÃO	CÓD	DISCRIMINAÇÃO.
ASU	Atividade assalariada urbana	AMP	Arrendatário, meeiro, parceiro
ASR	Atividade assalariada rural	PC	Proprietário de comércio (bar, venda, loja, etc)
ARD	Atividade rural diarista ou temporário	AUT	Autônomo (ex. vendedor comissionado)
AUD	Atividade urbana diarista (ex. faxineira)	DES	Desempregado
TD	Trabalho doméstico (dona de casa, caseiro)	NT	Não trabalha por que não tem idade (crianças e idosos)
AF	Agricultor familiar	OUT	Outros

 FUBRA Fundação Universitária de Brasília
PROGRAMA CADASTRO DE TERRAS E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL CARACTERIZAÇÃO ORGANIZACIONAL - ÓRGÃO ESTADUAL DE TERRAS E INCRA

Data da entrevista ___/___/___

INCRA - SEDE	INCRA - REGIONAL	ÓRGÃO ESTADUAL DE TERRA
--------------	------------------	-------------------------

NOME DO CONSULTOR -											
CPF DO CONSULTOR											

01	DADOS DA ORGANIZAÇÃO
-----------	-----------------------------

1.1 - Nome da Organização -													
										CNPJ.			
1.2 - Vinculação Macro-Institucional -													
1.3 - Endereço Completo -													
										fax			
1.4 - TELEF.- ()													
1.5 - End. Eletrônico -													
1.6 - Página na Internet -													
1.7 - Nome do Representante Legal -													
1.8 - Formação -													
1.9 - Personalidade jurídica da instituição													
Autarquia				Órgão da Adm. Pública Direta				Empresa Mista					
Fundação				Órgão da Adm. Pública Indireta				Outra					

1.10 - Áreas de atuação da instituição			
	Regularização fundiária rural	Assistência Técnica e Extensão Rural	Aplicação de cadastro imobiliário
	Assentamento de trabalhadores rurais	Reassentamento de trabalhadores rurais	Regularização de imóveis urbanos
	Demarcação de terras de quilombos	Demarcação de terras indígenas	Vistoria e avaliação de imóveis rurais
	Capacitação de técnicos e trabalhadores rurais	Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental	Outras.

02

PLANEJAMENTO

2.1 - A organização possui uma missão declarada?

<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Sim. Qual? →

2.2 - Como são definidas as metas da organização?

<input type="checkbox"/>	Demandas externas.
<input type="checkbox"/>	Histórico de realizações passadas.
<input type="checkbox"/>	Passivo existente e produtividade.
<input type="checkbox"/>	Alinhamento com o Plano Estratégico de Governo Federal.
<input type="checkbox"/>	Alinhamento com o Plano Estratégico do Governo Estadual.
<input type="checkbox"/>	Outro. Especifique.

2.3 - Quais são os procedimentos para elaboração do Plano de Ação?

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

2.4 - A organização utiliza alguma metodologia de planejamento?

<input type="checkbox"/>	Não utiliza	<input type="checkbox"/>	Utiliza. Qual? →	Planejamento Estratégico Público
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Marco Lógico	Matriz de resultados.
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Outros. Especifique	

2.5 - Que tipo de recursos de informática a organização utiliza para fazer seu planejamento?

<input type="checkbox"/>	Não utiliza	<input type="checkbox"/>	Utiliza. Qual? →	MS Project	<input type="checkbox"/>	Planilha Excel
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Planilhas desenvolvidas por outras Secretarias		<input type="checkbox"/>	Tabela em Word
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Outros. Especifique.			

2.6 - A organização possui algum mecanismo de monitoramento e avaliação para acompanhamento do cumprimento das metas?

<input type="checkbox"/>	Não possui	<input type="checkbox"/>	Possui. Quais? →	Reuniões periódicas	<input type="checkbox"/>	Relatórios de acompanhamento
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Alimentação de programa centralizado de controle externo		<input type="checkbox"/>	Prestação pública de contas
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Alimentação de programa centralizado de controle interno		<input type="checkbox"/>	Outros.

2.7 – Qual o procedimento adotado pela instituição para apuração de terras devolutas localizadas em sua jurisdição?		
	Arrecadação sumária	Discriminatória Judicial
	Discriminatória administrativa	Outra. Qual?

2.8 – Após a promulgação da Lei 10.267/01, houve alguma mudança INTERNA na organização para sua implementação?		
	Não. Porquê? ↓	Sim. Quais? → Capacitação de pessoal
	Não vimos necessidades	Aquisição de equipamentos
	A instituição já está equipada para isso.	Atualização de equipamentos
	A organização elegeu outras prioridades	Designação de profissional dedicado ao Programa
		Mudanças de algumas práticas de trabalho

2.9 – Após a promulgação da Lei 10.267/01, houve alguma mudança EXTERNA à organização para sua implementação?		
	Não.	Sim. Quais? → Aumento da demanda social
	Não sei.	Criação da Unidade de Gestão Nacional
		Criação da Unidade de Gestão Estadual
		Criação da Unidade de Ação Municipal
		Aumento da demanda pela prestação de serviços na área de geoprocessamento.
		Aumento do número de solicitação de informações sobre regularização fundiária
		Outro

2.10 – De modo geral, a organização atende integralmente a Lei 10.267/2001?			
	Sim, totalmente	Sim, parcialmente.	Não. Porquê? → Capacitação deficiente
			Tecnologia inexistente
			Tecnologia inadequada
			Desarticulação inter e intrainstitucional
			Outro

2.11 – A organização vende serviços para terceiros?		
	Sim.	Não

2.12 – Que porcentagem de seu orçamento advém destes serviços?				
	<5%	De 5% à 10%	De 10% à 20%	Acima de 20%

2.13 – Nos 3 últimos anos qual foi a média de execução orçamentária?				
	<30%	De 30% à 50%	De 50% à 80%	Acima de 80%

2.14 – Identifique 3 razões que levaram a organização a esse desempenho.	
1)	
2)	
3)	

2.15 – Como pode ser avaliada a qualidade da articulação dessa instituição com o INCRA ou OET.		
	Ótima	Ruim
	Boa	Inexistente

03

ESTRUTURA E RECURSOS HUMANOS

3.1 - (COM O ORGANOGRAMA EM MÃOS). O organograma apresentado corresponde a organização, de fato, da instituição

Sim	Não. Cite as principais mudanças.

3.2 - Informe quais as ÁREAS existentes na instituição

Executiva	Relações institucionais
Assentamento	Capacitação
Regularização Fundiária	Informática
Meio Ambiente	Administrativa
Engenharia	Financeira
Projetos	Recursos humanos
Pesquisa	Protocolo Central

3.3 - No quadro abaixo informe a quantidade e distribuição dos recursos humanos em cada uma das áreas assinaladas acima.

ÁREA	CORPO TÉCNICO				IDADE MÉDIA	CORPO ADMINISTRATIVO				IDADE MÉDIA
	NS	NT	NB	TOTAL		NS	NT	NB	TOTAL	
Executiva										
Assentamento										
Reg. Fundiária										
Meio Ambiente										
Engenharia										
Projetos										
Pesquisa										
Relações institucionais										
Capacitação										
Informática										
Administrativa										
Financeira										
Recursos humanos										
Protocolo Central										
Outras										

NS = Nível superior **NB** = Nível básico (formação até 2º. Grau)

NT = Nível Técnico (Téc. Agrícola, Topógrafo, etc)

04 **INFORMÁTICA E GEOPROCESSAMENTO - ESTRUTURA FÍSICA**

4.1 - A organização possui um Plano Diretor de Informática?

Não		Sim. Elaborado em (ano)			
Grau de implantação →		Alto	Médio	Baixo	

4.2 - A organização possui um Plano Diretor de Geoprocessamento?

Não		Sim. Elaborado em (ano)			
Grau de implantação →		Alto	Médio	Baixo	

4.3 - Parque de equipamentos de geoprocessamento e informática existentes.

SERVIDORES											
ÁREA	TIPO/QTD			FINALIDADE				IDADE MÉDIA (anos)			
	Intel	Risk	Outro	mail	texto/plan	Geo	BD	Até 2	2-4	4-6	>6
Executiva											
Assentamento											
Reg. Fundiária											
Meio Ambiente											
Engenharia											
Projetos											
Pesquisa											
Rel. Institucionais											
Capacitação											
Informática											
Administrativa											
Financeira											
Rec. Humanos											
Protocolo Central											
Outras											
ESTAÇÕES DE TRABALHO											
ÁREA	TIPO/QTD			FINALIDADE				IDADE MÉDIA (anos)			
	Intel	Risk	Outro	mail	texto/plan	Geo	BD	Até 2	2-4	4-6	>6
Executiva											
Assentamento											
Reg. Fundiária											
Meio Ambiente											
Engenharia											
Projetos											
Pesquisa											
Rel. Institucionais											
Capacitação											
Informática											
Administrativa											
Financeira											
Rec. Humanos											
Protocolo Central											
Outras											

PERIFÉRICOS											
ÁREA	Imp.	Grav. CD/DVD	Scan	Plotter	Rotea dor	Hub	Switch	IDADE MÉDIA (anos)			
								Até 2	2-4	4-6	>
Executiva											
Assentamento											
Reg. Fundiária											
Meio Ambiente											
Engenharia											
Projetos											
Pesquisa											
Rel. Inst.											
Capacitação											
Informática											
Administrativa											
Financeira											
Recursos											
Protocolo											
Outras											

4.4 – Os equipamentos e periféricos listados acima, atendem as necessidades da instituição?

Sim.	Não. Porquê? →	Os equipamentos e periféricos estão obsoletos
		A distribuição de equipamentos e periféricos não é uniforme.
		A configuração dos equipamentos e periféricos está aquém das necessidades da instituição.

EQUIPAMENTOS EXCLUSIVOS PARA GEO E TOPOGRAFIA
4.5 – Relacione os equipamentos de cartografia, topografia e geoprocessamento existentes.

TIPO DE EQUIPAMENTO	QTD	IDADE MÉDIA (anos)			TIPO DE EQUIPAMENTO	QTD.	IDADE MÉDIA (anos)		
		Até 2	2-4	>4			Até 2	2-4	>4
1.					11.				
2.					12.				
3.					13.				
4.					14.				
5.					15.				
6.					16.				
7.					17.				
8.					18.				
9.					19.				
10.					20.				

4.6 – Os equipamentos de cartografia, topografia e geoprocessamento listados acima, atendem as necessidades da instituição?

Sim.	Não. Porquê? →	Os equipamentos estão
		Não há quantidade suficiente.
		A configuração dos equipamentos está aquém das necessidades da instituição.

4.7 - Os computadores estão interligados em rede?			
Não.		Sim. Qual o tipo de cabeamento? →	
		UTP	Fibra ótica
		Conexão sem fio	Coaxial
		Mista	Outra. Especifique

4.8 - Qual é a velocidade da conexão?			
Menos de 300 kbps		de 1 mbps a 3 mbps	
de 300 a 500 kbps		de 3 mbps a 5 mbps	
de 500 kbps a 1 mb		Acima de 5 mb	

05	INFORMÁTICA E GEOPROCESSAMENTO - ESTRUTURA LÓGICA
-----------	--

5.1 - Qual é o nível de confiabilidade dos mecanismos de troca de informações da instituição?			
Ótimo		Bom	
		Ruim	

5.2 - Qual o grau de informatização dos seguintes processos institucionais?				
NOME DO PROCESSO		GRAU DE INFORMATIZAÇÃO		
		ALTO	MÉDIO	BAIXO
administrativos	Protocolo			
	Recursos Humanos (controle freqüência, pagamento, etc)			
	Financeiro (contas a pagar, licitação, SICAF, etc)			
	Patrimônio			
	Controle de tramitação de processos (interno)			
	Controle de tramitação de processos para o usuário			
	Consulta a acervo bibliográfico			
	Controle de frota			
Jur.	Procedimentos jurídicos			
Téc.	Procedimentos técnico-operacionais			
	Acompanhamento de projetos			

5.3 - O grau de informatização dos processos indicados acima supre as necessidades atuais da organização? (Agrupar os processos listados acima)			
PROCESSO	ÓTIMO	BOM	RUIM
Processos técnicos			
Processos administrativos			
Processos jurídicos			

5.4 - De modo geral, como pode ser classificado o grau de informatização da organização?			
Ótimo		Bom	
		Ruim	

5.5 - A organização possui Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (S.G.B.D)?			
Sim.		Não. (Vá para 5.11)	

5.6 - Qual a plataforma utilizada pelo SGBD?			
	ORACLE		MICROSOFT SQL
	DB2		POSTGRE (GPL)
	SYBASE		INFORMIX
			MySQL (GPL)
			PARADOX
			Outra. Qual?

5.7 - Qual o tipo de dados armazenados neste(s) sistema(s)?		
	Dados literais	Dados gráficos
	Dados gráficos e literais	Outros

5.8 - Os bancos de dados trabalham de forma integrada (compartilhando informações) ou independentes?		
	Independentes	Integrados. Com quem? →
		Entre a sede nacional, a sede estadual e seus esc. regionais
		Entre a sede nacional e a sede estadual da instituição
		Somente entre unidades da sede estadual da instituição
		Com as unidades da sede e de seus escritórios regionais
		Com SR do INCRA ou com o OET
		Com outros Ministérios Federais
		Com outras Secretarias Estaduais
		Outros. Especifique.

5.09 - A organização utiliza programas de geoprocessamento?		
	Não utiliza	Sim. Quais? →
		APIC
		MAPINFO
		ARCGIS
		MAPTITUDE
		ARCINFO
		MICROSTATION
		ARCVIEW
		SAGA
		ATLAS GIS
		SPANS TYDAC
		DBMAPA
		SPANS/ Map
		IDRISE
		SPRING
		GEOMEDIA
		TRANSCAD
		ILWIS
		Outros. Quais?
		MGE

5.10 - As plataformas indicadas acima, atendem as necessidades da organização?		
	Sim	Não. Porquê? →
		Ausência de pessoal
		Obsolescência dos equipamentos
		Configuração inadequada dos equipamentos
		Inadequação dos programas às necessidades da organização
		Erro nas especificações para a aquisição dos programas
		Outro. Especifique

5.11 – Qual a quantidade de licenças de cada um dos softwares utilizados pela instituição?					
SOFTWARE	QTD. DE LICENÇAS	SOFTWARE	QTD. LICENÇAS	SOFTWARE	QTD. LICENÇAS
Windows 95		ARCGIS		ATLAS GIS	
Windows 98		DBMAPA		IDRISI	
Windows XP		ILWIS		MAPINFO	
Windows NT		MAPTITUDE		MGE	
Windows 2000		MICROSTATION		SAGA	
Windows 2000 - PRO		ARCINFO		SPANS/ MAPTYDAC	
Windows 2003		SPANS TYDAC		TRANSCAD	
UNIX		SPRING		AUTOCAD	
APIC		ARCVIEW		MAP SOURCE	
ARCVIEW		ERDAS IMAGINE		PATHFINDER OFFICE (PROX-RS)	

06

APOIO E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

6.1 – Qual a frota existente hoje na instituição e qual sua distribuição?

TIPO/QUANTIDADE										IDADE MÉDIA. (anos)			ÁREA QUE SERVE
UT	PA	TR	TS	MO	EM	CA	OU	CT	AE	Até 5	5-10	>10	
													Executiva
													Assentamento
													Reg. Fundiária
													Meio Ambiente
													Engenharia
													Projetos
													Pesquisa
													Rel. Institucionais
													Capacitação
													Informática
													Administrativa
													Financeira
													Recursos Humanos
													Protocolo Central
													Outras

LEGENDA PARA VEÍCULOS

UT	Utilitários	TR	Traçado 4 x 4	MO	Motocicleta	CA	Caminhões
PA	Passeio	TS	Traçado simples	EM	Embarcações	CT	Caminhonetes
AE	Aeronaves	OU	Outros				

6.2 - A frota existente atende as necessidades da organização?

	Sim		Não. Porquê? → inadequadas	Características	
				Obsolescência da frota	
				Quantidade inadequada	
				Distribuição desigual.	
				Outra. Especifique.	

07	DEPARTAMENTALIZAÇÃO
-----------	----------------------------

**SE NECESSÁRIO, USE O VERSO DA FOLHA)
 IMPORTANTE - ANEXAR O ORGANOGRAMA DE TODAS AS UNIDADES INFORMADAS.**

UNIDADE 1
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO -
UNIDADE 2
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO -
UNIDADE 3
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO -
UNIDADE 4
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO -
UNIDADE 5
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO-
UNIDADE 6
NOME DA UNIDADE -
ATRIBUIÇÕES NO PROCESSO -

No.	ATIVIDADE	UNIDADES ENVOLVIDAS																				
		U1	U2	U3	U4	U5	U6	U7	U8	U9	U....											
23																						
24																						
25																						
26																						
27																						
28																						
29																						
30																						
31																						
32																						
33																						
34																						
35																						
36																						
37																						
38																						
39																						
40																						
41																						
42																						
43																						
44																						
45																						
49																						
50																						

09

SITUAÇÃO DOMINIAL DAS TERRAS DO ESTADO

9.1 Qual a situação jurídica das áreas do Estado?		
	ÁREA (ha)	%
Área total do Estado		100
Terras devolutas		
•Plano de legitimação por iniciar		
•Áreas remanescentes		
Total de terras não discriminadas		
•Ação em andamento		
•Ação em andamento (terra de quilombos)		
•Ação não iniciada		
Total de terras particulares		
•Legitimadas		
•Julgadas particulares		

9.2 - Qual a série história de títulos emitidos por essa instituição?				
ANO	Titulação onerosa		Titulação não onerosa	
	No. títulos	Área titulada (ha)	No. títulos	Área titulada (ha)
2001				
2002				
2003				
2004				
2005				

1.11 - A instituição dispõe de informações precisas sobre o patrimônio imobiliário rural de domínio público em sua área de atuação?		
Sim		Não

1.12 - Estas informações estão sistematizadas e disponíveis para consulta?		
Não	Sim. De que forma →	Em meio eletrônico
		Em arquivos físicos
		Sistema específico de gestão de informações
		Outros. Quais?

1.13 - Qual a origem destas informações?		
Comunicados feitos pela União (Ministérios) ou entidades vinculadas.		Comunicados feitos pelo Município (Secretarias) ou órgãos vinculados
Comunicados feitos pelo Estado (Secretarias) ou órgãos vinculados		Levantamento próprios
		Outros

1.14 - A instituição dispõe de estatísticas sobre os atos registrares envolvendo posse e propriedade nos municípios em que exerce jurisdição?		
Sim		Não

1.15 - Descreva, em sequência lógica, quais os procedimentos adotados por esse Cartório quando são apresentados documentos de transações em terras de domínio público para serem levados à registro.		
1		8
2		9
3		10
4		11
5		12
6		13
7		14

1.16 - Qual a sua opinião sobre a Lei 10.267/2001 e as Instruções Normativas do INCRA ligadas à questão? (LER AS OPÇÕES)		
Não conheço todo o teor desta legislação.		É uma legislação bastante interessante e todos os cartórios devem aderir.
É uma legislação bastante interessante, mas de difícil implementação.		É uma legislação que não será implementada.
Outra opinião? Qual? →		

1.17 - Na sua opinião, onde está(ão) a(s) principal(is) limitação(ões) para aplicação da referida legislação? (LER AS OPÇÕES).		
Os cartórios não possuem infra-estrutura material e humana.		É caro dotar os Cartórios dessa capacidade operacional.
Existe uma grande desarticulação entre os órgãos abrangidos por essa legislação.		Os agricultores familiares são resistentes à essa idéia.
Os agricultores patronais são resistentes à idéia.		Outras razões.

1.18 – Esse Cartório atende a Lei 10.267/2001?			
<input type="checkbox"/>	Integralmente.	<input type="checkbox"/>	Não. Porquê? → Capacitação deficiente
<input type="checkbox"/>	Parcialmente.	<input type="checkbox"/>	Recursos humanos insuficientes
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Tecnologia inadequada
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Desarticulação inter e intrainstitucional
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Outro

1.19 – Quais foram as medidas adotadas para atender ao disposto na Lei 10.267/01, Decreto 4.449/2002 e instruções normativas do INCRA?			
<input type="checkbox"/>	Não adotou nenhuma medida	<input type="checkbox"/>	Adotou. Quais? → Capacitação dos funcionários
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Aquisição de Equipamento
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Formalização parceria INCRA
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Busca de orientações ANOREG/IRIB
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Alteração nas práticas de trabalho
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>	Outras

1.20 – Houve um aumento na demanda por informações sobre procedimentos a serem adotados para georreferenciamento de imóveis após a promulgação da Lei 10.267/01?			
<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não

1.21 – Houve um aumento na demanda por registro de imóveis georreferenciados após a promulgação da Lei 10.267/01?			
<input type="checkbox"/>	Sim	<input type="checkbox"/>	Não

03	RELACIONAMENTO COM ÓRGÃOS EXTERNOS
-----------	---

3.1 – Como você avalia o grau de relacionamento desse Cartório com o INCRA?				
Alto	Médio	Baixo	Inexistente. Siga para 3.3	

3.2 – De quais mecanismos para troca de informações com o INCRA esse Cartório se utiliza?				
	Correspondência eletrônica		Pedido de orientações esporádicas por telefone.	
	Reuniões periódicas de esclarecimento		Rede de computadores	
	Outros. Especifique.			

3.3 – Como você avalia o grau de relacionamento desse Cartório com a SRF?				
Alto	Médio	Baixo	Inexistente. Siga para 3.5	

3.4 – De quais mecanismos para troca de informações com a SRF esse Cartório se utiliza?				
	Correspondência eletrônica		Pedido de orientações esporádicas por telefone.	
	Reuniões periódicas de esclarecimento		Rede de computadores.	
	Outros. Especifique.			

3.5 – Esse Cartório comunica ao INCRA as modificações havidas nas matrículas dos imóveis?				
Não		Sim. Por quais meios? →	Correspondência eletrônica	
			Encaminhamento de documento formal	
			Alimentação de um Sistema próprio de gestão da informação	

3.6 – Qual foi a evolução deste fluxo de informações após a Lei 10.267/01?				
Aumentou	Permaneceu o mesmo	Diminuiu		

3.7 – Esse Cartório é demandado pelo Poder Judiciário, INCRA, Instituto de Terras, Ministério Público, etc. para o cumprimento do disposto na Lei 10.267/01 e normas regulamentares?				
Não		Sim. Em que grau? →	Fortemente	
			Regularmente	
			Raramente	

3.8 – Esse Cartório é comunicado pelo Poder Judiciário sobre ações discriminatórias em andamento ou transitadas em julgado?				
Não		Sim. Em que grau? →	Regularmente	
			Raramente	

3.9 – Esse Cartório está sujeito a algum mecanismo de controle externo?				
Não		Sim. Em que grau? →	Regularmente	
			Raramente	

3.9 – Qual a instituição exerce esse controle?				
Poder Judiciário	Ministério Público	Outros		

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Secretaria de Reordenamento Agrário
Coordenação-Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
SBN - Quadra 1 - Ed. Palácio do Desenvolvimento, BI "D", 10º andar, sala 1008.
CEP: 70.057-900
<http://www.mda.gov.br>
e-mail: pma-sra@mda.gov.br

